



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES - CH
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA - UAHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

**“A FORÇA DE UM IDEAL”:
A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA
CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC**

ARTHUR RODRIGUES DE LIMA

Orientadora: Prof^a Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento
Linha De Pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas

CAMPINA GRANDE - PB

2019

ARTHUR RODRIGUES DE LIMA

“A FORÇA DE UM IDEAL”:
A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA
CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas.

Área de Concentração: História, Cultura e Sociedade.

ORIENTADORA: Profa. Dra^a Regina Coelli Gomes Nascimento

CAMPINA GRANDE - PB

2019

L732f Lima, Arthur Rodrigues de.
 “A força de um ideal”: a produção de uma memória institucional da
 Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC / Arthur
 Rodrigues de Lima. – Campina Grande, 2019.
 196 f. : il. color.

 Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de
 Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.
 "Orientação: Profa. Dra. Regina Coeli Gomes Nascimento".
 Referências.

 1. História da Educação. 2. Educação Comunitária. 3. Filosofia
 Cenecista. 4. Educação – Cultura Escolar e Memória. I. Nascimento,
 Regina Coeli Gomes. II. Título.

CDU 37(091)(043)

“A FORÇA DE UM IDEAL”:
A PRODUÇÃO DE UMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA
CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC

ARTHUR RODRIGUES DE LIMA

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, na Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas.

Área de Concentração: História, Cultura e Sociedade.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Orientadora

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo
Departamento de História da Universidade Estadual da Paraíba
Examinadora Externa

Profa. Dra. Vivian Galdino de Andrade
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Campina Grande
Examinadora Interna

CAMPINA GRANDE - PB

2019

Aos meus pais, Petrônio e Neves, certeza de amor incondicional e porto seguro. Por todo apoio que me ofereceram até aqui. Pela educação que me deram e por seu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

“Agora, ó nosso Deus, nós vos louvamos e celebramos vosso nome glorioso”.

(1 Cr 29,13)

Agradeço a Deus pela força e perseverança que me deu nesta caminhada, na certeza de que nos momentos mais difíceis me amparou e derramou sobre mim sua misericórdia inigualável. Lembrando Santo Agostinho ao dizer: “Faz o que podes e reza pelo que não podes, para Deus permita que o possas”. Obrigado Senhor por ter permitido que chegasse até aqui.

A vida acadêmica embora muitas vezes marcada pela solidão da pesquisa e os encontros com os arquivos, documentos e referencial bibliográfico, ao mesmo tempo, também é repleta de encontros, de conversas e olhares que nos significam e nos faz repensar os caminhos trilhados. Refletirmos sobre as escolhas feitas, relações que nos trazem alegrias, tristezas, esperança e aprendizado, encontros e desencontros que na riqueza dos laços tecidos produzem discernimento e sabedoria.

Ao fim desse relato tenho saudades, saudades dos momentos de conversas na Praça do CH, como também dos momentos de risadas, sobriedade e tensões vividos nas disciplinas cursadas durante essa trajetória. Saudades e agradecimentos por cada momento vivido, por cada experiência trocada, por cada conselho, elogio, crítica que fizeram com que não só essas páginas fossem aparadas em suas arestas, mas esse pesquisador que ao longo desses dois anos de mestrado pôde amadurecer e aprender, principalmente a partir do exercício da escuta, dos meus familiares, amigos, colegas e professores do mestrado, dos momentos de encontro de orientação que possibilitaram chegarmos até aqui.

Agradeço aos meus familiares, em especial Petrônio e Neves, que na sua simplicidade, legaram a mim as mais belas lições até aqui apreendidas, que livro nenhum de teoria poderia me ensinar. Agradeço ao meu irmão Adilson por também estar ao meu lado e a Carlinda Raíly pelo companheirismo e certeza de conforto nas horas difíceis.

Agradeço a CAPES pelo financiamento dessa pesquisa, sem a qual com certeza essas páginas teriam tido dificuldades muito maiores para serem produzidas. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFCG em especial sua equipe técnica, Arnaldo, Felipe e

Adriana, por sua disponibilidade em nos atenderem e sempre estarem dispostos a responderem nossas dúvidas.

Agradeço ao corpo docente do Programa em Especial aos professores Azemar Soares Jr., Iranilson Buriti, Vivian Galdino, Matheus Zica, Ramsés Nunes, que com sua amizade conselhos e apontamentos necessários contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desse trabalho, pelo sentimento de humanidade e respeito sempre me inspiraram a seguir. Agradeço a professora Silêde Leila, com quem tive a oportunidade de estagiar e vivenciar a experiência da docência na Graduação em História da UFCG, pela sua atenção, humanidade e zelo acadêmico meu muito obrigado.

Agradeço a minha orientadora professora Regina Coelli, pela paciência, pela escuta e pelo companheirismo, pois nos momentos em que me encontrava mais atordoado com as demandas da pesquisa e da escrita, sempre me transmitia palavras sábias que me tranquilizavam, mostrando sempre que a vida é algo muito precioso e que vai para além do texto acadêmico, que em tempos de tanta sequeidão e aridez, não nos esqueçamos de seus ensinamentos, a vida vai sempre além e devemos aproveitá-la da melhor forma, pela sua dedicação e zelo acadêmico.

Agradeço a Banca de Avaliação pelas considerações que com certeza serviram para o aprimoramento e até para o nascimento de novos olhares e a gestação de pesquisas. Pelo cuidado e zelo na leitura. Agradeço as professores: Vivian Galdino, cujas pesquisas foram fundamentais para a escrita dessa dissertação, por seus conselhos e dicas. A professora Patrícia, cujo olhar viu essas páginas nascerem ainda na graduação, quando um jovem pesquisador resolveu escrever sobre a CNEC, por todo cuidado, carinho e atenção, muito obrigado!

Agradeço a Diretoria da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em João Pessoa, em Especial a Professora Francisca Arruda Ramalho, pela autorização para que realizasse pesquisas no acervo da CNEC. Agradeço a Valdemiro Severiano, o querido Miro, que ao longo dessa pesquisa tornou-se grande amigo, sempre disposto a me ajudar no que diz respeito à obtenção de novas informações sobre a Rede. Como também a professora Maria de Lourdes Henrique, ex-assessora pedagógica da CNEC pela disponibilidade da escuta e retirar dúvidas que surgiram com a pesquisa. Como também, agradeço ao estimado Evaldo Gonçalves por toda presteza em me receber para que pudesse relatar memórias sobre a vida e sua relação com Felipe Tiago Gomes e a CNEC.

Por último e não menos importante agradeço aos meus colegas de curso, em especial meus amigos da linha três: Stephanie Dianny, Hadassa Araújo, Maria Aparecida, Valdênia,

Katiana Alencar, Amanda, Rosana e Rafael por todos os momentos de aprendizado e experiências compartilhadas. A todos vocês que contribuíram direta ou indiretamente para esse trabalho meu muito obrigado!

RESUMO

A presente dissertação, partindo da possibilidade de analisar os escritos institucionais produzidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), teve como objetivo, refletir sobre a produção de uma memória educacional e institucional da Campanha, que buscou produzir uma identidade homogênea sobre a história da instituição a ser incorporada por todos os sujeitos que integrava a Rede ligada à confecção de subjetividades desejadas pautadas nos ideais defendidos no impresso. Para tanto, a pesquisa está alocada no campo da História da Educação, tendo como base o aporte teórico de conceitos como Cultura Escolar (FRAGO, 1995), discurso a partir das contribuições do pensamento de (FOUCAULT, 2014), memória (NORA, 1991) e ilusão biográfica em (BOURDIEU, 2006). Por meio da leitura dos textos contidos na *Coletânea Cenecista*, compêndio publicado em 1994 pela Editora Cenecista, por ocasião das comemorações do aniversário de 50 anos da instituição no país, foi problematizado a partir da metodologia da análise de discursos, como a publicação de tal impresso esteve relacionada à produção de uma memória institucional sobre a Rede a partir de uma história laudatória e apologética, que visou estabelecer modos de lembrar e contar a história da instituição e a vida de seus fundadores. Como também, atuando enquanto elemento definidor de uma pedagogia normativa, destinada a produzir exemplos e testemunhos a serem seguidos por alunos, professores e demais membros de suas comunidades escolares, enquanto sujeitos ideais da causa cenecista.

Palavras-chave: CNEC. Coletânea Cenecista. Cenecismo. Educação Comunitária. Filosofia Cenecista.

ABSTRACT

The present dissertation starting from the possibility of analysing the institutional writings produced by the National Campaign of schools of the Community (CNEC) aimed to reflect about the tessitura of CNEC's institutional and educational memory, which pursued to produce a uniform identity on the history of the institution. As an attempt to have produced a school culture desired by the administrators of the campaign, discourse linked to the production of the desired subjectivities. Therefore, this research is allocated in the field of the History of Education, having as its basis the theoretical support of concepts such as School Culture (FRAGO, 1995), discourse according to the contributions of the thought of (FOULCAULT, 2014), memory (NORA, 1991) and biographic illusion in (BOURDIEU, 2006). Through the reading of the texts included in *Collection Cenecista*, compendium published in 1994 by the Cenecista book publisher on the occasion of the 50 years anniversary celebration of the institution in Brazil. It was questioned from the discourse analysis methodology, as the publication of that one was linked to the production of an institutional memory about the school network from a laudatory and apologetics history, which intended to establish modes of remembering and telling the history of the institution and the life of its founders. As well as, acting as a defining element of a normative pedagogy intended to produce examples and testimonials to be followed by the students, teachers and other members of their school communities, as ideal subjects of the Cenecista cause.

Keywords: CNEC. Collection Cenecista. Community-based Education. Philosophy Cenecista. Felipe Tiago Gomes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Felipe Tiago Gomes (Fundador da CNEC).....	15
Figura 02: Família de Felipe Tiago Gomes.....	96
Figura 03: Felipe Tiago Gomes e Ernesto Geisel.....	119
Figura 04: Presença da CNEC no Brasil em 2015.....	142
Figura 05: Logomarca da CNEC utilizada até 1993.....	170
Figura 06: Logomarca da CNEC a partir de 1993.....	171
Figura 07: Bandeira da CNEC até 1993.....	172

LISTA DE SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

CGP - Campanha do Ginasiano Pobre.

CEAA - Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos.

CNEC - Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

DC - Desenvolvimento da Comunidade.

FURNE - Fundação Universidade Regional do Nordeste.

HISTEDBR - Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil.

INEP - Instituto Nacional de Educação e Pesquisa.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação.

UDN - União Democrática Nacional.

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande.

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais.

USAID - United States Agency for International Development.

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

SUMÁRIO

PARA COMEÇO DE CONVERSA: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?	14
CAPÍTULO I:	34
A COLETÂNEA CENECISTA: “OURO PURO” NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA EDUCACIONAL DA CNEC	34
1.1 O “CHAMAMENTO AO IDEAL CENECISTA” NA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA CNEC 38	
1.2 A EMERGÊNCIA DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE: CNEC E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL UM DEBATE POLÍTICO	59
1.3 O CRESCIMENTO DA CNEC E O APOIO AUSPICIOSO DO ESTADO: “A CAMINHADA CENECISTA”	78
CAPÍTULO II:	91
“FELIPE TIAGO NÃO, ELE CASOU-SE COM A CNEC”: A MITIFICAÇÃO DESTE HOMEM INSTITUIÇÃO PELA CNEC	91
2.1 TRAJETÓRIA DA BARRA DO PEDRO À CASA DO ESTUDANTE	96
2.2 FELIPE TIAGO GOMES: QUANDO HOMEM E INSTITUIÇÃO SE FUNDEM	113
2.3 A CONSTRUÇÃO DO FUNDADOR DA CNEC COMO UM INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO	127
CAPÍTULO III:	140
<i>PROFESSOR PRESTE ATENÇÃO AO QUE VOU LHE FALAR: “O ALUNO CENECISTA, BOM SOLDADO SERÁ”</i>	140
3.1 A CULTURA ESCOLAR E A COLETÂNEA CENECISTA	144
3.2 “O ABC DO CENECISMO”: OS DEVERES DE TODO ALUNO CENECISTA	155
3.3 SUJEITOS ESCOLARES IDEAIS DA CAUSA CENECISTA	162
E NO FIM DESSE RELATO? PENSAR E CONTINUAR PENSANDO A CNEC.....	177
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	180

PARA COMEÇO DE CONVERSA: COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Como narrar o percurso de uma pesquisa? Como tornar conhecível aos leitores o trajeto transcorrido até o nascimento destas páginas? Quais motivações foram substanciais para a reflexão dos postulados aqui problematizados? Costumeiramente, a introdução se torna um espaço para discussões maçantes e apresentação de conceitos. Todavia, aqui pretende-se que estas páginas iniciais se configurem em itinerário para uma possível leitura das questões levantadas, questões essas que poderão ser inqueridas e lidas de mil e uma maneiras por aqueles que nelas aportarem.

Antes de começar a narrar o caminho da pesquisa aqui desenvolvido, peço licença ao leitor, para construirmos a narrativa dessa introdução em primeira pessoa, como uma forma de nos colocarmos no texto, dado que essas linhas iniciais dizem respeito as nossas escolhas estas que resultaram nessas páginas.

É fundamental destacar o campo de emergência dessa pesquisa, dado que, nenhuma produção parte de qualquer lugar, todas as questões elencadas pelo historiador em seu processo de produção do saber histórico são frutos de um enraizamento social (PROST, 2015), suas motivações e intenções partem muitas vezes de suas próprias experiências de vida.

Falar um pouco da história como jovem pesquisador talvez ajude a entender a caminhada até aqui. Tendo em vista, que são as indagações gestadas nos tempos hodiernos, que motivam o lançar olhares sobre as linhas do passado, que é fruto de uma construção alicerçada no presente, dado que uma interpretação histórica fala muito mais sobre a sociedade que a produziu do que sobre a sociedade que representa. O historiador, portanto, é em grande medida, um artesão dessas problematizações.

O ofício do historiador em muito se assemelha à atividade das ondas que se jogam sobre a praia, em seu movimento de regresso para o mar deixam muitos buracos, que podem ser enxergados como possibilidades de questionamentos, de produção de novas histórias, de novos saberes que em muito poderão contribuir para o aprimoramento dos postulados que se apresentam nessas páginas, que em caráter algum, são detentores do desejo de estabelecerem um relato final.

A história dessa pesquisa começou no auditório da Escola Cenecista São José no distrito de São José da Mata, em Campina Grande, quando estudava a sétima série. Ao entrar

em tal recinto, me deparei com a cena dos alunos enfileirados em quatro pelotões, estavam voltados para um quadro que se encontrava entre as bandeiras do Brasil e da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

O quadro era a fotografia de um professor meio calvo, de terno, gravata azul e óculos. Ainda jovem estudante e recém-chegado à escola, me coloquei na fila, meio sem entender o que acontecia, ao olhar para a parede do auditório em que me encontrava pude ler: *Auditório Professor Felipe Tiago Gomes*. Ao sair da fila, após o hino, olhei na direção de uma das alunas que estava ao meu lado e perguntei: “Quem é aquele senhor da foto”? Prontamente a aluna respondeu: “É o professor Felipe Tiago Gomes, o fundador da CNEC”.

FIGURA 01

Felipe Tiago Gomes (Fundador da CNEC)



Fonte: <http://www.oocities.org/felipetiagogomes/> Acesso em: 31 de maio de 2018

A Campanha do Ginasiano Pobre (CGP), hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) foi fundada em 1943 por um grupo de jovens estudantes da Faculdade de Direito do Recife, entre eles o professor Felipe Tiago Gomes, paraibano da cidade de Picuí-PB, que tendo dificuldade durante toda à sua vida de acesso à educação resolveram criar um Ginásio para atender aos jovens pobres da periferia de Recife, todavia a Campanha se tornou uma Rede espalhando-se por todo o país.

Aquele foi o nosso primeiro contato com a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e com a figura do Professor Felipe Tiago Gomes, fundador de tal rede, uma memória que se faz presente ainda hoje na minha subjetividade e de muitos daqueles que foram alunos ceneceistas. Por meio de tal relato, pode-se imaginar que tal cena retrate uma

escola da década de 1970, em pleno auge da ditadura Civil-militar em um grande Centro Urbano do país. Todavia se refere ao ano de 2007, na Escola Cenecista São José localizada no distrito de São José da Mata, Campina Grande-PB, composto por cerca de 15 mil habitantes.

A Escola Cenecista São José foi fundada no ano de 1974 no distrito de São José da Mata, a época, o distrito contava com um grupo escolar do Estado que oferecia a educação primária, não tendo como continuar seus estudos na cidade de Campina Grande, a maioria das crianças ou repetiam o Ensino Primário ou simplesmente voltavam para a lavoura, colaborando no ofício dos pais (LIMA, 2015).

Diante dessa realidade, os padres Redentoristas¹ ao ouvirem falar de uma Campanha Nacional de Escolas da Comunidade existente no município de Boa Vista-PB, resolveram espelhar a experiência em São José da Mata, a partir da criação de um grupo² comunitário com 100 pessoas, dispostas a contribuir com a manutenção do Ginásio, como também promover eventos para seu fomento, foi em 1974 que a Escola Cenecista São José foi fundada (LIMA, 2015).

Trouxe essa breve narrativa sobre a fundação da Escola Cenecista São José, dado que foi a partir da experiência como aluno Cenecista, após estudar no ano de 2007 em tal unidade escolar, que tive contato com os discursos criados sobre a Campanha no país, a figura de seu fundador e a forma como ela foi estruturada no distrito. Ao resolver cursar a graduação em História busquei contribuir para a memória histórica e educacional daquela localidade, pesquisando a cultura escolar Cenecista.

Motivado pelas inquietações em torno das representações e práticas produzidas e reproduzidas na Rede, enveredei-me pelos caminhos da História, resolvendo dedicar-me a partir do campo da História Cultural da Educação, aos meandros dessas configurações, que se traduziriam em meu trabalho de Conclusão de Curso.

Portanto, ainda na graduação no Curso de História da UEPB, me inquietei com tais práticas, resolvendo assim, dedicar-me no campo da História da Educação e da Cultura Escolar, a uma incursão sobre as ressonâncias da presença da CNEC naquela localidade.

¹ Congregação do Santíssimo Redentor ou Missionários Redentoristas, fundada por Santo Afonso Maria de Ligório e pela Beata Maria Celeste Crostarosa, em Scala na Itália, no ano de 1732. Os Redentoristas desenvolveram boa parte de seu trabalho no Bairro de Bodocongó em Campina Grande, como também no distrito de São José da Mata, atuando na implantação da Escola Técnica Redentorista em 1975, como também na criação da Escola Cenecista São José em São José da Mata e do Grupo Escolar São Clemente, se destacando assim nos trabalhos no campo da educação do município, a partir de meados do século XX.

² O grupo de 100 pessoas, que geralmente se tratavam de lideranças locais, se denominava Setor Local e era um dos requisitos obrigatórios para a implantação das unidades cenecistas nas comunidades locais, tal grupo teria por função garantir a viabilidade das ações da Rede em cada comunidade, provendo subsídios para as escolas, auxiliando o Estado na manutenção das mesmas.

Como esta se tornou agente de uma pedagogia social (FERMOSO, 1994)? Que ideais e valores foram difundidos pela escola na vivência cotidiana de professores, alunos, técnicos e demais membros da comunidade escolar? O que se configurou em objetivo para o TCC.

Desse modo, o trabalho de conclusão de curso³, intitulado **Tecendo os fios da Memória: da cultura escolar às representações históricas da Escola Cenecista São José (1974-1999)**, desenvolvi pesquisas relacionadas a um esforço de análise a partir dos documentos escolares e da memória de membros que fizeram aquela comunidade escolar, práticas e representações (CHARTIER, 2002), que se configuravam enquanto uma cultura singular.

O estudo da Escola Cenecista São José, pode contribuir nas pesquisas desenvolvidas em torno da percepção de como se deu a formação de uma memória educacional de Campina Grande. Tomando como foco as práticas que faziam o cotidiano daquela comunidade escolar, as maneiras do fazer pedagógico que gestaram uma cultura escolar própria da comunidade e de inúmeras representações, ligadas ao currículo, as festas escolares e demais solenidades, tessituras que constituíam a Escola Cenecista São José enquanto um dispositivo de uma pedagogia social que para além do universo escolar educava a comunidade, por meio da promoção de eventos, como os desfiles de sete de setembro ou as festividades do mês de maio, uma pedagogia que ia para além de campo formal da escolarização, para além dos muros da escola (FERMOSO, 1994)⁴.

O trabalho de conclusão de curso levou-nos a trilhar novos caminhos e indagações, entre tais questionamentos, uma das realidades que gestaram nossa reflexão foi à forma pela qual a Escola Cenecista São José, criou a partir da figura de seu fundador, a produção de determinadas normas e valores ligados que confeccionam uma Identidade Cenecista incorporada por toda comunidade escolar.

A identidade Cenecista foi constituída discursivamente a partir dos postulados e concepções educacionais desenvolvidas por seu fundador, na defesa de um modelo de Escola da Comunidade, mantida com o auxílio do Estado, a partir dos princípios do “idealismo e altruísmo”.

Ao defender: “Os nobres valores e a capacidade de pensar nos outros” (GOMES, 1989), Felipe Tiago Gomes foi edificado nos escritos institucionais da Rede como a essência

³ LIMA, Arthur Rodrigues de. **Tecendo os fios da Memória: da cultura escolar às representações históricas da Escola Cenecista São José (1974-1999)**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

⁴ FERMOSO, P. Pedagogia social. Fundamentación científica. Barcelona. Editorial Helder. 1994.

da identidade institucional, o modelo máximo de dedicação aos postulados cenecistas, estando inserido no que Écio Antônio Portes (2009) denominou de homem instituição, a vida de Felipe Tiago Gomes e a trajetória da CNEC se coadunavam.

O idealizador da CNEC, por sua vez, também atuou nesse sentido a partir da produção de escritos autobiográficos que reforçavam sua história de vida e a trajetória histórica da Campanha como uma só, tendo o discurso produzido pelo fundador da Rede sido incorporado por seus seguidores na produção de uma escrita institucional da Campanha, que não apresentou dissonâncias ou contradições, tendo sido publicado em vários livros sobre a História da CNEC e a vida de seu idealizador.

A pesquisa que desenvolvida como requisito a conclusão da Graduação se aproximou das reflexões existentes na Linha Três do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). A Linha História Cultural das Práticas Educativas, por sua vez, também abarcava trabalhos no campo da história cultural da educação, dos estudos das instituições escolares e da cultura escolar, como também das práticas educativas para além do universo escolar o que na época me motivou a pensar na continuidade das pesquisas da graduação sobre a história da Campanha no referido Programa. A presente pesquisa teve os princípios de sua gestação ainda na graduação.

Guiado por tais aspectos, resolvi no projeto de pesquisa para a seleção de mestrado, problematizar as ressonâncias de tal figura produzida pela legislação da Rede, os periódicos e festas escolares da instituição, como também como essa imagem era vivida e apropriada nessas comunidades, quais as cartografias associadas ao fundador da entidade na produção de imagens uníssonas sobre Felipe Tiago Gomes⁵.

Resolvi assim submeter na Linha Três do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na Linha de História Cultural das Práticas Educativas o projeto: “A Cultura Escolar Cenecista na Paraíba: Entre Práticas e Representações (1974-1984)”. Tentando agora perscrutar como essas práticas escolares cotidianas ligadas ao universo da Escola Cenecista São José, também se configuraram de forma semelhante e diversa em outras unidades da Rede no Estado a partir da figura do seu criador, como objeto significativo das práticas escolares.

Essas eram problematizações iniciais, que por meio do transcurso das disciplinas cursadas na pós-graduação e dos encontros de orientação foram gradativamente sofrendo

⁵ Essas eram as intenções iniciais do projeto submetido ao Programa, todavia a partir dos encontros de orientação e do encontro com a Coletânea Cenecista a pesquisa tomou novos rumos e o projeto sofreu conseqüentes alterações que resultaram nas páginas que se seguem.

alterações, dinâmicas próprias da atividade de pesquisa, que sofreu recortes a partir do contato com as fontes e escolhas metodológicas que realizamos. Esse trabalho se configurou como o primeiro no Programa a refletir sobre a história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como também um dos primeiros trabalhos na Paraíba, dado que foram produzidas no Estado duas dissertações na década de 1970 e 1980⁶.

Perante a impossibilidade de abarcar a experiência vivenciada em todas as unidades do movimento no Estado dado os curtos prazos do mestrado, pretendi na primeira versão do projeto submetida à seleção, trabalhar com as unidades presentes nos Municípios de Campina Grande, Boqueirão, Cabaceiras, Boa Vista e Picuí preocupado em demonstrar essa ressonância no Estado, dado que a legislação produzida pela CNEC não era confeccionada para uma escola unicamente, mas destinada a toda entidade presente em diversos estados do país.

Esses municípios se tratariam de possíveis amostras dessas representações da instituição não havendo a intenção de abarcar generalizações e totalidades históricas, mas um esforço de também buscar problematizar a produção de diferentes cartografias associadas à figura de um idealizador no âmbito de uma cultura, ou culturas escolares cenecistas que por si só são muito diversificadas e amplas, próprias de cada instituição.

No decorrer das disciplinas cursadas no mestrado, as conversas com minha orientadora e acima de tudo com as surpresas provenientes da atividade de caça nos arquivos, o projeto sofreu uma reviravolta. Como um barco que com a vela abaixada durante uma tempestade foi atirado em uma nova correnteza dentro do mesmo oceano, fui obrigado a ir para outro Porto e não tendo o que fazer, por ele fui seduzido.

Durante a pesquisa nos arquivos oficiais da CNEC em João Pessoa, perdido entre as caixas de documentos e mais documentos referentes à Escola Cenecista São José, fui abordado pela secretária do arquivo: “professor tem uns livros velhos ali que talvez o senhor goste, contam a história da Rede”.

⁶ Maria de Lourdes Henriques, ex-assessora pedagógica da CNEC Nacional escreveu: *Caracterização Sócio-Econômica-Pedagógica do Aluno do 1º Grau (5ª a 8ª série), da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) no Estado da Paraíba*, dissertação apresentada na Universidade de Brasília (UNB), em 1978, na qual traçava um perfil econômico dos alunos que estudavam na instituição e sua relação com os programas de bolsas de estudos na entidade.

Ivanildo Coelho de Holanda escreveu *CNEC um Estudo Histórico*, dissertação apresentada na Fundação Getúlio Vargas (FGV) na área de Administração de Sistemas Educacionais, e que foi publicada pela Editora da UFPB em 1981, na qual refletiu sobre como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade se adequou as reformas educacionais implementadas durante o Regime Civil-Militar, a partir de sua experiência como ex-gestor de uma unidade educacional da Rede no Estado de Pernambuco.

Aquela frase representou a maré que atirou nosso barco para novas marés, o momento do encontro com a fonte que daria razão a essas páginas. Era a Coletânea Cenecista, um conjunto de quatro volumes publicados pela Editora Cenecista no ano de 1994 em forma de compêndio de obras sobre a vida do fundador da instituição, como também da história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

A partir de então, enxerguei a possibilidade de analisar esses textos refletindo sobre o exercício de produção de uma memória educacional e institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Essa nova inquietação se direcionou a pensar como a CNEC gestou/construiu um espaço a partir da Coletânea para produção de uma memória educacional da Rede por meio da escrita de si de diversos sujeitos que fizeram parte da vida institucional da Campanha, para divulgação e consolidação de um discurso, motivado a produzir subjetividades.

Entretanto, antes de abordar os aspectos e escolhas que levaram a produção dessas páginas é fundamental ressaltar que em outros Estados pesquisas no campo da história da educação a partir da CNEC tem avançado. A pesquisa que ora se apresenta lançou olhar a partir da análise de discurso sobre a produção de uma história e memória institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Todavia, tais pesquisas já se desenvolvem em outros Estados contribuindo para a história da educação a partir de diferentes enfoques no que vale a pena observamos esse Estado da arte. No Espírito Santo, por exemplo, a professora Carla Veruska Azevedo escreveu sobre as relações entre a CNEC e o Governo Estadual no que diz respeito à manutenção de ações filantrópicas, analisando a expansão da CNEC no Espírito Santo, a partir do auxílio financeiro do poder estatal (AZEVEDO, 2007).

Daisy Loraine Moraes de Assis por sua vez estudou o processo de implantação da CNEC no Sul da Bahia na região de Ibicaraí distrito de Itabuna e como a atuação política e educacional da Rede esteve ligada a abertura de ginásios voltados para a população mais carente, tendo a Rede imprimido nova organização escolar aquela Região (ASSIS, 2016).

Ariane do Reis Duarte analisou como o discurso idealista e comunitário difundido pela Campanha atuou de modo a mobilizar a comunidade de Gravataí no Rio Grande do Sul na manutenção do Ginásio Santa Luzia naquela localidade, problematizando como a figura do fundador da Rede foi usada enquanto uma trajetória de abnegação e dedicação a causa educacional (DUARTE, 2014).

João Batista da Silva se dedicou a analisar e compreender o processo histórico e social que permitiu o surgimento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, enquanto uma

entidade educacional no Piauí, analisando a sua posição na sociedade piauiense e suas relações com o Estado enquanto ente mantenedor (SILVA, 2010). Sendo assim, a presente pesquisa integra um conjunto de problematizações, análises e estudos em torno da CNEC a partir da história da educação.

Sabe-se que toda escrita está ligada a um rochedo que lhe é a base “todos escrevem a partir dos rastros e fragmentos de outras escritas” (AQUINO, 2011, p.651), logo foram necessárias algumas escolhas teóricas que possibilitaram a chegada ao porto, derivadas do encontro com essa nova fonte. A pesquisa assumiu o objetivo de problematizar como a CNEC gestou/ construiu um espaço de escrita para produção de uma memória educacional que visou atuar na condensação de um discurso institucional para produzir subjetividades associadas à imagem de seu fundador e da trajetória da Campanha.

Sabemos que a historiografia na segunda metade do século XX passou por profundas transformações que levaram o ofício do historiador a ser compreendido a partir de novos enfoques, de preocupações que até então não haviam sido palco da interpretação histórica dos filhos de Clio e que por consequência desembocaram em novas formas de registro da história. A história sobreveio da narrativa dos acontecimentos políticos e das grandes figuras heroicas, uma história dita positivista para uma história dos esquecidos, daqueles que até então não faziam parte das urdiduras do conhecimento histórico. Tendo como pontos axiais o movimento dos *Annales* na França e uma historiografia de vertente marxista que trouxeram à tona as vozes de mulheres, negros, crianças e grupos que até então se encontravam silenciados no campo da produção historiográfica.

Gradativamente, aliado à inserção de novos personagens na reflexão histórica, acompanhamos o desenrolar de uma ampliação temática e dos aspectos de abordagem que possibilitaram como também a utilização de fontes até então consideradas impróprias para os arranjos narrativos constituídos pelos historiadores.

Teve espaço na historiografia a inserção de temáticas como o amor, o corpo, os sonhos, as sensibilidades e elementos que compõem a vida cotidiana em um processo de confecção dos sujeitos históricos. A hermenêutica histórica passaria de uma preocupação com os documentos oficiais e dados estatísticos para as falas dos heróis comuns que constroem a história, suas imagens, músicas, gostos, desejos e sabores.

Mesmo com tal processo de ampliação dos campos da história e suas novas abordagens (BARROS, 2013) no que diz respeito à produção historiográfica da educação, a história permaneceu principalmente até a década de 1970 presa a uma interpretação das ideias associadas às correntes pedagógicas e análises da legislação educacional, quase que

compreendendo que o que era preterido nas diversas legislações educacionais e demais aparatos oficiais era firmemente apropriado e reproduzido pelos sujeitos que fazem a vida da escola.

A história da educação permaneceu assim até final da década de 1980, enquanto um campo de investigação secundário e pouco nobre, em relação aos modismos tão em voga com as novas correntes historiográficas de então. Para Saviani (2001, p.167) durante muito tempo, a história da educação foi um “domínio à margem das investigações propriamente historiográficas”.

Com a institucionalização dos Programas de Pós-graduação em Educação nos anos 1970 e a criação de grupos de estudos ligados à pesquisa sobre História da Educação, como o Grupo de Pesquisa e História da Educação (HISTEDBR) da Unicamp, a organização de congressos que refletiam sobre a temática, com destaque para os eventos organizados pela Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e os periódicos provenientes de tais iniciativas, passamos a uma nova compreensão da história da Educação.

A História da Educação passou a ser vista como um campo amplo e complexo que vai muito além da reflexão sobre os ideais pedagógicos e a legislação educacional, abarcando assim a história da Pedagogia, das culturas escolares, instituições escolares, enfim, tudo o que se ocupe historicamente da educação.

Na transição vivida pelo país da década de 1980 para 1990 o campo da História da Educação sofreu consideráveis transformações ligadas diretamente aos movimentos sociais pela redemocratização. A organização da ANPED (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação) através das Conferências Brasileiras de Educação aproximaram as pesquisas até então desenvolvidas das necessidades reais da educação.

Na Paraíba, por exemplo, foi criado o grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” HISTEDBR/GT-PB, responsável pelo impulso das pesquisas na área no Estado e pelo surgimento da Linha de Pesquisa História da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba. Responsável por pesquisas que, em sua maioria, vieram a refletir sobre as memórias e as histórias da educação brasileira, tomando como principal “locus” de discussão as experiências educacionais nordestinas e, mais particularmente, paraibanas, tais estudos e pesquisas fundamentaram-se na pluralidade teórica e metodológica dos campos da História e da Educação.

Esse movimento por sua vez, contribuiu para que essa pesquisa pudesse ser desenvolvida atrelada ao campo da história da educação na Paraíba, por meio do estudo da

produção de uma memória institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, dado que as pesquisas desenvolvidas pelo HISTEDBR/GT-PB tornaram-se referências para os demais pesquisadores do campo no Estado.

Na historiografia da educação houve uma ampliação temática, especialmente com a predominância de debates associados ao campo do pós-estruturalismo que fizeram com que os limites das pesquisas até então produzidas no campo fossem problematizados. Abriu-se espaço para a reflexão não só da legislação educacional ou dos ideais pedagógicos, mas do espaço escolar como um todo, da arquitetura escolar, seu tempo, currículo, cotidiano às culturas escolares produzidas cotidianamente na relação entre professores e alunos e demais membros que fazem parte da comunidade escolar.

Essas contingências também auxiliaram ao debater sobre a instituição educacional em um exercício de produção de uma memória educacional no campo da História Cultural dos Saberes e das Práticas Educativas. A instituição educacional pensada enquanto um dispositivo de subjetivação, de formação da identidade como também de produção de uma memória educacional específica. Tendo em vista que os significados não existem *in natura*, mas são produtos das vivências humanas, “não estão nas coisas: o homem é que as põe nelas” (PAIVA, 2016, p.35), cabe ao historiador narrar e problematizar esses entrelaçamentos.

Segundo Fabiana Sena (2012), durante muito tempo, no que diz respeito aos compêndios didáticos, produzidos por diversas instituições educacionais, serviram como um mecanismo de regulação da leitura e agente de controle dos discursos produzidos e reproduzidos no âmbito das instituições escolares, reorganizando o que devia ser dito e como poderia ser dito.

No que diz respeito ao campo da educação a professora Elizabeth Ellsworth⁷, afirma que a educação também atua por meio dos modos de endereçamento que visam forjar sujeitos ideais, cria assim como a linguagem cinematográfica posições de sujeito a serem ocupadas por seus alunos e professores, a corresponder fantasias de sucesso ou poder (ELLSWORTH, 2001), os textos são produzidos de modo a inspirarem respostas desejadas, tendo a Coletânea Cenequista assumido assim, o caráter de dispositivo normativo de endereçamento dos valores e ideais ligados a produção da memória institucional da CNEC.

A Coletânea Cenequista, enquanto um compêndio, se caracterizou como um objeto de produção de discursos da CNEC, que por meio dela, constituiu uma teia discursiva (FOUCAULT, 2000) associada a figura de seu fundador e a história oficial da instituição.

⁷ Artigo intitulado *Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de educação* no livro *Nunca Fomos Humanos nos rastros do sujeito* organizado por Tomaz Tadeu da Silva no ano de 2001.

Mergulhada em jogos de intencionalidades, arranjos que compuseram a Coletânea pretendiam agir sobre os sujeitos imaginados que se localizavam em seus estabelecimentos de ensino.

Ainda de acordo com Sena (2012) tais estruturas editoriais estão, em sua maioria, ligadas a inúmeros esforços de legitimação de discursos e postulados. Portanto, ao pensarmos a Coletânea Cenecista, questionamos os jogos discursivos imbricados em sua montagem e produção, no sentido de problematizarmos aquilo que está nas entrelinhas de tais páginas, tendo a Coletânea buscado demonstrar quem os administradores da Rede e organizadores do impresso imaginavam que suas comunidades escolares e os diversos sujeitos que elas compunham eram ou deveriam ser, quem o currículo cenecista por meio da Coletânea achavam que eram ou que deveriam ser.

Diante disso, estando a confecção da Coletânea Cenecista ligada a um exercício de escrita e produção de uma memória educacional por parte da Diretoria da CNEC, através de tal publicação a Rede visou levar seus alunos, professores e demais membros da comunidade escolar a um processo de subjetivação e assujeitamento, a partir dos jogos de relação poder/saber que consolidariam uma pretendida Identidade Cenecista, um “ajuste perfeito” as imagens de cenecistas ideais forjadas pelos administradores da Campanha.

Dado que mergulhados em uma sociedade marcada pela serialização dessas poderosas fábricas de subjetividade, ao apresentar a história institucional através da Coletânea Cenecista, a CNEC gerou a motivação para a problematização desses jogos de identidades ligados à afirmação de uma memória educacional sobre a Campanha. A partir das contribuições de Michel Foucault (1997) pretendemos perscrutar esse status elaborado para a CNEC por seus administradores. O intuito foi problematizar essa memória educacional produzida sobre a Rede em um dado momento histórico, com vistas a moldar corpos e mentes aos valores pregados pela instituição.

Ao produzir e publicar a Coletânea Cenecista, os gestores da Campanha estariam preocupados em erigir modelos a serem seguidos por sua comunidade escolar, estabelecer esquemas, valores a serem incorporados e, acima de tudo, a produzir através do exercício da escrita uma verdade absoluta sobre si, que objetiva-se questionar e problematizar: como por meio do impresso os organizadores da publicação pretenderam normatizar as condutas, na pretensão de que os alunos e demais membros das comunidades escolares cenecistas, tivessem suas condutas formadas e educadas pela leitura deste impresso?

A Coletânea Cenecista, perpassou o processo de produção daquilo que Foucault (1997) denominou de “técnicas de si”, isto é, os procedimentos, que, sem dúvidas, existem em todas as sociedades, pressupostos prescritos aos sujeitos para fixar sua identidade, mantê-la ou

transformá-la em função de determinados fins, e isso graças às relações de domínio de si sobre si ou conhecimento de si por si. Refletir sobre como os conselhos de conduta presentes na Coletânea estiveram ligados à produção discursiva dos sujeitos sobre si mesmos e sobre a CNEC com o intuito de atuar como uma forma de governo sobre todos aqueles que compunham a Campanha pelo país.

Para Michel Foucault:

todo sistema educacional é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos com os saberes e os poderes que eles trazem sobre si. [...] O que é afinal um sistema educacional de ensino senão uma ritualização da palavra e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam, senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso, senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (FOUCAULT, 2014, p.41-42).

Diante da afirmação de Foucault observa-se então que os organizadores da Coletânea almejavam diante de tal aspecto ritualizar as palavras a serem ditas sobre a CNEC e a vida de seus fundadores, fixando os papéis de alunos, professores e gestores escolares, como cada um deveriam ser desempenhados a partir dos postulados então defendidos. Pretenderam, por meio da publicação, materializar as concepções educacionais de seu sistema, tornar visíveis seus saberes e poderes pelo exercício da escrita, ao mesmo tempo, em que, através da constituição desses discursos, sugerirem subjetividades, modelos de identidade a serem incorporados por suas comunidades escolares, as quais a Coletânea foi destinada.

A partir da produção e publicação da Coletânea Cenecista os administradores da CNEC pretenderam materializar esse exercício de ritualização da palavra, almejavam fixar uma memória sobre a Campanha, papéis esperados para todos aqueles que por ventura integrassem na Campanha pelo país. É o que se verifica no convite posto a todos os cenecistas no prefácio ao Volume I da Coletânea:

Venham partilhar conosco desta aventura maravilhosa e emocionante, como a narrativa bíblica, para conhecer os apóstolos do cenecismo, a sua doutrina, os milhares de templos que construíram pelo Brasil afora, a fim de compreender o quanto é possível a um povo fazer quando acredita na proposta, na doutrina e nos pregadores. Nestas páginas os senhores encontrarão igualmente narrativas e salmos, como hinos de louvor e práticas do preceito bíblico: amai-vos uns aos outros (SOUSA, 1994, v.I, p.9).

O trecho acima foi escrito por Sebastião Garcia de Sousa que foi secretário geral da CNEC e ao lado de Felipe Tiago Gomes responsável pela escolha das obras que compuseram a Coletânea Cenecista. Tal citação deixa claro como os organizadores pretenderam doutrinarem, estabelecer paradigmas a serem aceitos e postos em práticas, pois tal qual a verdade bíblica,

esses “heróis da história” da CNEC fizeram parte de seu hagiográfico⁸, cujo modelo fiel os membros de suas escolas deveriam ser.

Na visão dos idealizadores da Coletânea suas escolas não eram apenas escolas, mas templos de saber, marcas indeléveis da trajetória desse: “Povo Eleito que caminhava sobre a Terra no intuito de extirpar a ignorância e a falta de saber” (SOUSA, 1994, v. I, p.9). Na imagem discursiva produzida na Coletânea Cenecista a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade chegou aonde chegou porque teve “apóstolos fiéis” que não titubearam ou assumir de forma radical a doutrina liderada por Felipe Tiago Gomes.

Todo exercício escriturístico parte da relação de um lugar com uma instituição, logo ao estarmos diante da Coletânea Cenecista, tentei refletir sobre as técnicas da instituição na tentativa de gestar um sujeito universal, homogêneo a partir de dados jogos discursivos ligados diretamente a uma conformação das pessoas, condicionadas a modelos comportamentais. A uma verdade tida como posta desde sempre, sobre a História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Essa “verdade incontestada” no ponto de vista dos organizadores foi produzida a partir de diversas estratégias empregadas pela entidade, entre elas a publicação de seus escritos institucionais por meio da Coletânea Cenecista, que era enviada as diversas escolas da Rede. A Coletânea, publicada em 1994, se caracterizou como um instrumento fruto da tentativa de uniformizar e controlar os discursos que circulavam na Rede.

Os coordenadores buscaram reafirmar a partir da publicação, a história, valores e doutrina. Objetivaram ainda criar e heroicizar figuras tidas como relevantes na história da instituição e com isso esperavam que essa Identidade Cenecista, como que uma essência do movimento não se perdesse.

Ao produzir os volumes da Coletânea os organizadores do impresso se dedicaram a um esforço de singularização de sua memória educacional e como se sabe, segundo Eni Puccinelli Orlandi (2007, p.53)

todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio, [...] como o sentido é sempre produzido de um lugar, a partir de uma posição do sujeito – ao dizer, ele estará, necessariamente não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido. Dizer e silenciar andam juntos.

Portanto, ao invés de querer falar a Rede Cenecista com a publicação da Coletânea, os coordenadores do impresso pretenderam também dedicar-se a um exercício inverso, silenciar

⁸ Hagiográfico, relativo à hagiografia se tratam de biografias, da descrição da vida dos santos, beatos ou servos de Deus, pertencentes ao hagiológico de algumas Igrejas Cristãs, principalmente proclamados pela Igreja Católica Romana.

sentidos, promover um silêncio fundador que levasse a afirmação de discursos sobre si e não outros, seleção que visou restringir possibilidades de sentidos para as trajetórias desses personagens na Rede, ao mesmo tempo em que instaurou um lugar de fala, visou também silenciar lugares contrários ao ponto de vista de seus organizadores e produção de uma narrativa institucional sobre a história da Campanha.

Diante da produção de uma memória educacional da CNEC é fundamental “queimar o que já sabemos para fazer de novo o vazio” (LARROSA, 2004, p.315), percebermos que os conceitos podem servir ou não, é necessário questionarmos o que todo mundo sabe, o que todo mundo diz, o que todas as pessoas pensam, que para Larrosa (2004) se configura enquanto um automatismo do dizer, do saber e do pensar. Pois todo discurso parte de um princípio de controle, de disciplina, e assim fixa limites, forja identidades, produz subjetivação.

Esse exercício de questionamento integra a operação historiográfica (CERTEAU, 2010) que é realizada a partir de indagações, como também, através de fontes, são elas que permitem ou não ao historiador perscrutar, arguir, problematizar e analisar. As fontes são a matéria prima dos amantes de Clio em seus trabalhos de louvor a deusa. Uma das metáforas mais conhecidas, produzidas na historiografia, e lembrada por Pedro Paulo Funari em *Os Historiadores e a Cultura Material* (FUNARI, 2006), seja a ideia de Fonte, ainda em um sentido positivista, tal qual da fonte jorra água que mata a sede dos documentos jorrariam informações para o historiador.

Todavia, com o passar dos anos, chegou-se à conclusão que os documentos, sejam eles quais forem, podem sim jorrar informações, porém desde que sejam questionadas, indagadas de forma pertinente pelo historiador em seu exercício interpretativo. No tato com o documento é necessário acima de tudo, paciência e leitura, “o essencial nunca surge de imediato” (FARGE, 2009), não é sempre que encontramos um Menocchio, logo é fundamental ler, ler de novo, afundado cada vez mais em um mar de perguntas e indagações.

De acordo com CERTEAU, (2010, p.79): “de resíduos, de papéis, de legumes, até mesmo das geleiras e das neves eternas, o historiador faz outra coisa: faz delas a história”. Deste modo, após o movimento denominado de Nova História identificamos no cerne da historiografia uma verdadeira ampliação do que o historiador entedia por fonte até então.

Por meio de uma relação interdisciplinar com as ciências sociais, os historiadores passaram a considerar para a produção do conhecimento histórico quaisquer vestígios do passado, quaisquer sinais que possibilitassem um questionamento e uma melhor compreensão dos modos de ser da humanidade ao longo dos tempos.

Através da conexão desses vestígios e de sua análise e problematização o historiador tece uma interpretação, ou constrói uma verdade, mutilada e lacunar sobre o passado, tendo em vista a impossibilidade de atingi-lo tal qual aconteceu, configurando-o enquanto a imagem do presente habitado por seu observador e a história uma verdadeira acumulação de interpretações relativas.

A história parte do trabalho com objetos perdidos, a história é um conhecimento tecido por vestígios que de acordo com PASSERON (apud PROST 2015, p. 66) “serve-se dos vestígios deixados do passado, de informações residuais concordantes, de contextos não diretamente observáveis”.

Compreendemos assim que os documentos não se tratam de testemunhas do passado, mas sim existem a partir das perguntas feitas a estes pelo historiador, são produtos do ofício histórico e não existem *in natura* as fontes assumem o papel de espelhos deformantes:

as fontes não são nem janelas escancaradas como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão, como pensam os cépticos, no máximo poderíamos compará-los a espelhos deformantes (GINZBURG, 2002, p.44).

Destarte, cabe ao historiador, ser capaz de “produzir o mel na ausência das flores habituais” (FÉVRE apud TEDESCO, 2014, p.124), ser capaz de construir a canoa da história no estaleiro do tempo, mesmo que não encontre as mais nobres madeiras. Deste modo, quais fontes nesta pesquisa possibilitaram assumirmos as discussões aqui postas, não enquanto resultados fechados, mas como mais uma representação entre tantas outras possíveis?

Ao observar a organização e conseqüente publicação da *Coletânea Cenecista*, percebe-se que os documentos institucionais (que em sua maioria apresentam um caráter puramente descritivo – interpretativo dos aspectos históricos da instituição, por terem sido elaborados por autoridades erigidas pela mesma para sua confecção), podem adquirir um poder de construção da história da instituição na dimensão de presentificação do passado apresentado de forma gloriosa e heroica sem destacar possíveis desvios ou contradições no movimento.

Esses documentos podem, ante um olhar menos atencioso, serem tomados por provas cabais e não enquanto representações possíveis de inúmeras leituras palpáveis referentes à instituição. Segundo Flávia Werle (2017, p.59) tais documentos se apresentam muitas vezes enquanto:

autoridade inquestionada e diferenciada, funcionando quase como a instituição em si, a verdade, a história que realmente foi, a expressão real da história daquela instituição escolar. Tendo sido escrito por uma autoridade na época – diretor, superior –, no sentido político e jurídico, ele adquire um estatuto de poder e autoridade que impõe aquela representação da história da instituição escolar. Neste particular, vale citar as crônicas, geralmente presentes em estabelecimentos particulares, elaboradas por membro da ordem religiosa instituído formalmente para fazê-lo e que, por isso e por tradição, constitui o eixo central da história

institucional, tomadas como prova e não questionadas como uma das possíveis leituras da história daquela instituição. Da mesma forma assim se enquadram os resumos históricos feitos na instituição, em geral para lembrar seus grandes momentos, apresentados ao público em datas festivas como a face do passado a ser lembrada.

Uma Coletânea é um conjunto de trechos de obras ou de autores arrolados sobre diversos critérios. A Coletânea Cenecista, foi publicada pela Editora Cenecista no ano de 1994, quando a Rede ainda vivia as festividades de seus 50 anos de fundação. Nesse período ela atravessava um momento de transição em sua própria filosofia afastando-se dos postulados da filantropia e aproximando-se do modelo das escolas particulares.

Tendo defendido durante muito tempo em sua filosofia o ideal de Escola da Comunidade, uma instituição criada e mantida com o auxílio do Estado, destinada ao ensino de pessoas carentes, a CNEC já não contava com o amplo apoio das comunidades⁹ no sentido de promover ações que financiassem suas unidades escolares. Ao mesmo tempo em que, aliada a desmobilização das comunidades, houve o processo de redução dos recursos financeiros do Estado direcionados a Rede, o que gerou mudanças administrativas na mesma, tendo a entidade assumido de forma substantiva a partir dos anos 1990, o espírito das “escolas privadas”.

Nesse período a CNEC tanto se dedicou ao ensino secundário, que foi a razão de criação da instituição, como também dadas às limitações financeiras da nova conjectura vivida na segunda metade do século XX, passou a desenvolver atividades alternativas, visando manter a saúde financeira da Campanha. A Rede se dedicou ao Ensino Técnico Profissionalizante a partir da realidade onde suas escolas estavam inseridas, criando fazendas escolas, dentro outros estabelecimentos que delineavam a adequação da estrutura da entidade aos novos tempos, como ocorreu na cidade de Picuí com a criação do Colégio Comercial 5 de Agosto no início da década de 1970, que ofertou cursos de contabilidade para os estudantes da região de Picuí, como também cursos na área de mineralogia, logo a Rede dispunha de um eixo voltado para o ensino secundário como também técnico.

Gradativamente a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade perdeu espaço nas regiões interioranas para o ensino público gratuito, alternativa mais viável para os pais que muitas vezes tinham que pagar o estudo de seus filhos, mesmo que a preços menores em relação a outras escolas, das Unidades Cenecistas, caso não conseguissem bolsas. Além de

⁹ A partir do processo de democratização das escolas públicas, várias famílias, principalmente nas comunidades interioranas prefeririam transferir seus filhos para tais estabelecimentos dada a ausência da cobrança de taxas, algo comum nas escolas da Campanha, como também por tais estabelecimentos muitas vezes apresentarem melhores condições estruturais.

comprarem material escolar, fardamento, entre outros insumos que oneravam a educação básica. A escola pública, em seu processo de ampliação a partir do processo de redemocratização emergiu enquanto uma escola mais atrativa e gradativamente as escolas interioranas da CNEC foram fechando suas portas, dada a nova conjectura.

As pactuações financeiras com o governo, em suas diversas esferas, diminuía, e cresciam no seio daqueles que geriam o grupo as concepções de que a Rede necessitava se adequar aos novos tempos, adquirindo o status de Rede de Ensino Privada, dado que até então as escolas Cenecistas se definiam como escolas da comunidade¹⁰.

A Coletânea Cenecista, enquanto um exercício de escrita institucional visou atribuir um sentido novo para a instituição construindo uma memória histórico educacional sobre si. Os quatro volumes da Coletânea foram organizados pelo então Secretário Geral da CNEC, Sebastião Garcia de Sousa, para ele o que motivou a publicação de tais volumes sobre a história da Rede foi à falta de interesse por parte de seus membros em preservarem a história da Campanha.

Composta por diversos escritos que continham dadas verdades sobre a CNEC que se encontravam pulverizados e foram organizados em um compêndio e publicados, em um exercício de afirmação identitária da própria Rede (SOUSA, 1994). O sentido era que todos reproduzissem as verdades ali postas e com a publicação tais verdades fossem reafirmadas enquanto discursos, a Rede buscou por meio de tal impresso propagandear seus postulados e valores

Partindo de tais premissas, recorreu-se nessa pesquisa à metodologia da análise dos discursos, dado que o objeto de estudo não é o texto em si, a Coletânea em sua materialidade. O trabalho avaliou como os discursos se textualizaram, “feita à análise, não é sobre o texto que falará o analista, mas sobre o discurso” (ORLANDI, 2009, p.72) sobre a análise do texto, como esse foi produzido, quem produziu, com quais objetivos, a quem foi destinado, como foi organizado? Isso permite compreender como a partir da textualização os discursos são produzidos, dados, sentidos e silenciados.

No quadro da página seguinte, é possível observar a composição de cada volume que integra a Coletânea. Sabendo que essa pesquisa não visou se configurar em um trabalho

¹⁰ A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade pregava em sua filosofia o ideal de uma escola comunitária, uma escola pertencente à comunidade, formada por ela e mantida por ela. Logicamente que durante o seu processo de expansão pelas diversas regiões do país a Campanha recebeu incentivos principalmente do poder público, ante a escassez de escolas públicas, fato que mudará drasticamente com o processo de democratização do Ensino Público, aonde gradativamente a Rede Cenecista foi perdendo espaço na sua presença geográfica pelo país, como também na política de manutenção da Rede por parte do governo. Logo com um sistema de bolsas de estudo, ou de mensalidades de baixo custo a CNEC se caracterizava do ponto de vista de seus gestores como uma instituição semiprivada, fato problematizado mais a fundo nos capítulos que se seguem.

fechado, acabado, mas enquanto provocações para inúmeras pesquisas possíveis sobre a História da Educação, a partir da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

QUADRO 01
Quadro Demonstrativo das Fontes¹¹

FONTES
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME I</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas da Comunidade (Felipe Tiago Gomes - 1989) - ABC do Cenegismo (Dulce Oliveira Vermelho - 1959) - CNEC: Memórias quase história (Joel Pontes - 1977)
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME II</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discurso em 14 Tempos (Alcides Vieira Carneiro - 1994) - O Aluno Cenequista: Soldado da CNEC (João Calisto de Medeiros - 1980) - Caminhada Cenequista (Dimas Guedes Patriota e Raimundo Ferreira dos Santos - 1976) - Sonho de Estudante: Lição de Eternidade (Evaldo Gonçalves de Queiroz - 1981).
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME III</p> <ul style="list-style-type: none"> - CNEC um Estudo Histórico (Ivanildo Coelho de Holanda - 1981) - O predestinado (Sebastião Garcia - 1994)
<p>COLETÂNEA CENECISTA VOLUME IV</p> <ul style="list-style-type: none"> - A Força de um Ideal (Felipe Tiago Gomes - 1986)

A fim de esclarecimentos, estando os textos que compõem os quatro volumes da Coletânea, alocadas em diferentes temporalidades, optou-se por não adotar um marco temporal definido nesse trabalho. Buscou-se contextualizar os discursos a partir dos diferentes momentos históricos vividos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, desde o processo de idealização e fundação da Campanha em 1943, as influências das discussões diversas em torno do pensamento educacional no período ligadas a vertentes mais progressistas ou tradicionais da educação e ao próprio momento histórico de publicação da

¹¹ Quadro produzido pelo pesquisador.

Coletânea em 1994. Sendo a instituição escolar um organismo vivo, a Coletânea evidencia os momentos históricos, pelos quais passou a instituição.

Os quatro volumes da publicação apresentam uma estruturação subentendida de distribuição temática, em que no primeiro volume estaria aglutinados livros referentes a história da fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; no segundo volume se encontram escritos referentes a estruturação da filosofia da campanha com orientações para alunos e professores sobre a história do movimento, esses dois últimos volumes ligados a apresentação da campanha em seu processo de adequação a política educacional do regime militar, mas também composto por escritos que constituem um ponto de vista institucional sobre a vida do fundador da entidade.

De acordo com a professora Ronalda Barreto da Silva no ano de 1995, foi realizado o 33º Congresso Nacional da CNEC:

no qual foram analisadas as realizações dos dois anos anteriores e efetivadas mudanças de rumos no sentido da maior eficiência gerencial e da elevação da qualidade dos serviços [...] esse ano se constitui em um marco na história da instituição, em razão das mudanças significativas verificadas no discurso veiculado e nas ações adotadas. A campanha assume-se como uma empresa privada e prepara-se para competir no mercado (SILVA, 2001, p.12).

Esse foi o contexto de produção e publicação da Coletânea Cenecista, essa fase vivida pela entidade, a partir das mudanças no projeto educacional do governo, o qual a CNEC não mais se adequava foi um dos fatores que levou a ideia de organização dos escritos institucionais da Rede apresentados ao fundador da instituição. Não houve uma cerimônia de lançamento. Organizada e impressa em 1994, na gráfica da Editora Cenecista, a Coletânea foi apresentada, no 33º Congresso da Entidade em 1995, sendo distribuída a todas as Sessões Estaduais da Campanha, que por sua vez se encarregariam de enviar os exemplares para as unidades escolares de cada Estado da federação¹², sendo também distribuída nas bibliotecas de algumas universidades.

Os capítulos desta dissertação seguem o seguinte itinerário de leitura:

O primeiro capítulo intitulado *A Coletânea Cenecista: “ouro puro” na construção de uma memória educacional da CNEC*, problematizará o processo de organização e publicação da Coletânea Cenecista, apresentando seus autores e as ligações que detinham com a instituição a qual se dedicaram a narrar. O capítulo ainda analisa como através da Coletânea

¹² A CNEC através de seu corpo dirigente, tinha a pretensão de que os textos da Coletânea fossem trabalhados nas escolas da Rede, por professores e alunos, todavia não se pode garantir que tal compendio de fato tenha sido trabalhado em todos os estabelecimentos de ensino da CNEC e que seu discurso tenha sido recepcionado e apropriado por suas comunidades, dado a distancia abissal entre o texto escrito e o posterior processo de leitura e apropriação do texto por parte do leitor, o que não se configurou em objeto de estudo dessa pesquisa. Mas que se apresenta como uma questão para futuras pesquisas.

Cenecista, a Campanha consolidou uma história institucional e uma memória discursiva da “saga pela fundação” da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Problematizando assim, o exercício de escrita e produção de uma memória educacional da entidade.

No segundo capítulo intitulado, ***“Felipe Tiago não, ele casou-se com a CNEC”: A mitificação deste homem instituição pela CNEC*** foi traçado um perfil de Felipe Tiago Gomes enquanto um intelectual da educação a partir da Coletânea Cenecista e da chamada filosofia cenecista que se traduziu em um modo de pensar a educação, idealizar normas, princípios e valores que caracterizariam o “ser cenecista”, uma identidade a ser incorporada a partir da produção da imagem do fundador da Rede tendo sua vida apresentada enquanto uma trajetória paradigmática.

O terceiro e último capítulo intitulado, ***Professor preste atenção ao que vou lhe falar: “O aluno Cenecista, bom soldado será”*** discutirá a cultura escolar cenecista pretendida pelos idealizadores da Coletânea a partir da construção dessa memória educacional homogênea e sem contradições; problematizará como por meio dos textos inseridos nos volumes que compõem a obra os organizadores da publicação pretendiam gestar práticas desejadas, comportamentos esperados, em torno à exaltação dos personagens históricos da instituição. Após esse relato inicial, embarquemos nessa viagem, a partir dessa trilha proposta.

CAPÍTULO I:

A COLETÂNEA CENECISTA: “OURO PURO” NA CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA EDUCACIONAL DA CNEC

“Vocês vão conhecer os nomes e lugares em que milhares de homens e mulheres fizeram sua profissão de fé no cenecismo e à sua causa devotaram o melhor de sua inteligência, de seu amor e de seus sacrifícios. Mulheres e homens sábios, santos e heróis; que doaram o melhor de suas vidas para a causa do bem comum e deram forma e dignidade a um extraordinário movimento de solidariedade humana concretizado no esforço de aprender e de ensinar”.

(Augusto Ferreira Neto, 1994)



Ginásio Castro Alves, primeira escola cenecista. Localizado na cidade do Recife - Pernambuco. Disponível em: <http://www.oocities.org/felipetiagogomes/fotos/foto15.html> Acesso: 10 de fevereiro de 2019

A história da fundação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade dá-se na cidade do Recife no ano de 1943, quando um grupo de estudantes, após refletirem sobre as dificuldades para cursar o ensino secundário, entre eles Felipe Tiago Gomes, tiveram que sair de Picuí, cidade natal, para estudar no então Colégio Pio XI em Campina Grande. O fundador da Rede, após ler o livro *Drama da América Latina*,¹³ de John Gunther (1942), a experiência de Haya de La Torre na alfabetização dos povos indígenas no Peru (GOMES, 1994), viu a possibilidade de que com a ajuda de seus colegas da Casa do Estudante no Recife pudesse criar um ginásio para os estudantes pobres, para os filhos dos operários na capital Pernambucana, que não tinham condições de pagar os estudos em uma escola privada, durante mais da metade do século XX, foram responsáveis por 80% das vagas do referente nível de ensino no país (FERRER, 2010).

Haya de La Torre havia criado escolas de alfabetização para os índios, cujos professores eram estudantes que lecionavam de forma gratuita, após o contato inicial com o relato da experiência desenvolvida no Peru, de acordo com a história oficial da entidade, que buscou centrar as ações da Campanha na figura de Felipe Tiago Gomes, esse que se dirigiu ao seu colega de quarto na Casa do Estudante:

-Everardo, não seria uma coisa fabulosa se fundássemos um ginásio gratuito para o moço pobre? Você não daria aula gratuitamente?
 -Ótima ideia! Conte comigo. Mas como fazer?
 -Bem, Everardo, se os peruanos fizeram escolas primárias gratuitas, é porque é possível realizar o ensino gratuito no curso secundário. Veja a dureza que tivemos para fazer o curso ginasial! Por que só os ricos podem estudar? Vamos falar com o Carlos Luís, que é bastante entusiasmado para as boas causas (GOMES, 1994, v. I, p.38)

Após a primeira reunião, da qual participaram Carlos Luís de Andrade, Florisval Silvestre Neto, Joel Pontes e Eurico José Cadengue, estava criada no Recife a Campanha do Ginasiano Pobre (CGP)¹⁴, hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC). A campanha passou ao longo de sua história, iniciada em 1943, por diversas fases, nas quais

¹³ John Gunther foi um escritor estadunidense que ficou conhecido pela Trilogia do Drama, na qual escreveu *O Drama da Europa*, *O Drama da Ásia* e *O Drama da América Latina*. Ele percorreu cerca de 20.000 milhas de avião outros transportes narrando o continente Latino Americano, por meio da realização de entrevistas com líderes políticos a homens ordinários. Tendo sido publicado no Brasil em 1942.

¹⁴ Os fundadores da CNEC idealizaram uma Campanha que possibilitasse a criação de ginásios gratuitos para os jovens que não tinham condições de frequentar as escolas particulares, dada a escassez de escolas públicas, desse modo, no ano de 1943, resolveram nomear o movimento como Campanha do Ginasiano Pobre, uma forma de atrair por meio da nomenclatura da Campanha, pessoas que colaboravam com obras de caridade e que por sua vez pudessem obter recursos para subsidiar as ações do movimento.

sempre esteve ligada a capacidade de adesão do movimento à política educacional do governo então vigente, como uma forma de garantir o apoio desse, em suas diversas esferas, a manutenção da Campanha, que inicialmente, era cercada por ares de improviso, mas que gradativamente foi sistematizando-se.

Como toda instituição a CNEC também passou por um processo de elaboração e reelaboração identitária, que levou a entidade a tessitura de símbolos materiais e imateriais que afirmavam no ponto de vista de seus idealizadores uma “história de luta, e bravura”, os desafios enfrentados na difusão do ideal cenecista de uma escola voltada para as classes mais pobres, cuja principal força seria a capacidade de se adequar a realidade de cada comunidade onde se inseria (GOMES, 1994, v.I), para isso do ponto de vista do idealizador da Campanha Felipe Tiago Gomes: “sabia que tinha que empregar milhares de horas na doutrinação cenecista” (GOMES, 1994, v.I, p.112).

A CNEC compôs hinos e canções, pintou uma bandeira, dedicou-se a produção de uma história oficial da Campanha, refletida nas inúmeras obras de ex-professores, ex-alunos e ex-dirigentes da Rede, seja em nível Municipal, Estadual ou Nacional, que buscaram ao longo de sua trajetória contar e recontar a partir de suas experiências na CNEC, a história do movimento. Essas obras seriam agrupadas na publicação, conhecida como Coletânea Cenecista.

Os organizadores do impresso produziram discursos, forjaram identidades associadas ao movimento, no intuito de que, em suas pretensões, fossem subjetivadas por aqueles que faziam parte da Rede. A imagem do movimento foi construída de forma oficial apresentando aqueles que faziam parte das Escolas Cenecistas como um “povo de Deus”¹⁵ que caminhou no deserto em busca de uma “Terra Prometida”, uma “terra onde todos teriam acesso à educação”, mesmo que, principalmente nas escolas abertas nas regiões interioranas as unidades cenecistas funcionassem muitas vezes em prédios alugados e em condições insalubres¹⁶.

Essas condições eram justificadas pelos órgãos administrativos da CNEC como um preço que essa população teria que pagar para obter acesso à educação em um período onde as escolas públicas eram escassas, e predominava o Ensino Secundário na Rede Privada de Ensino (LOMBARDI, 2005), entretanto, abrir vagas em uma escola, nem sempre implicou

¹⁵ A Trajetória de Fundação e desenvolvimento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade foi constituída no discurso oficial da entidade, de forma messiânica, questão a ser aprofundada nas próximas páginas.

¹⁶ Como as Escolas Cenecistas eram abertas em sua maioria a parte da realidade das diversas comunidades em que se localizavam, muitas vezes os prédios não possuía condições físicas e materiais de abrigarem estabelecimentos educacionais funcionado de forma improvisada e insalubre.

acesso a um ensino de qualidade, principalmente nos primeiros anos de atividade da entidade no país, quando a Campanha era marcada pelo espírito de improviso¹⁷.

De acordo com Cury (2005) desde o período imperial o Estado era visto como educador, todavia em virtude dos problemas com o erário, tanto no Império como na república, tornou-se algo comum o Estado transferir suas responsabilidades quanto à universalização da educação para a iniciativa privada, alternativa menos onerosa.

O Estado, diz o decreto, é educador e é assim como convém ser. Mas, o erário público, impotente, não agüentaria universalizar esse indispensável estudo das primeiras letras. Daí o repasse parcial dessa responsabilidade para a iniciativa privada (CURY, 2005, p.04)

Essa relação ao longo dos anos garantiu as atividades da Campanha como também a abertura de novos estabelecimentos educacionais e diversificados campos de atuação da entidade.

Os cenecistas, como eram chamados todos aqueles que integravam os quadros administrativos ou que conviviam nas diversas unidades educacionais do movimento espalhadas pelo país, deveriam no ponto de vista de seus administradores serem testemunhas vivas de uma história tida como “marcada pelo heroísmo e pelo espírito de humanidade elevada”. (SOUSA, 1994, v.I.), o que nem sempre saía do plano discursivo, dado que não existe “nenhum ajuste entre o endereço e a resposta o que nos faz garantir a resposta a um determinado modo de endereçamento” (ELLSWORTH, 2001, p.42), há sempre o espaço para a ressignificação das auto-imagens produzidas.

No ano de 1959, foi publicado um dos primeiros escritos sobre a história da Campanha, o livro *ABC do Cenecismo* da professora Dulce de Oliveira Vermelho¹⁸, uma das fundadoras da Rede cenecista, então Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) no Rio de Janeiro, a partir de tal publicação, outros escritos vieram a ser publicados, o que corroborou na publicação de um compêndio com a presença de todos os textos que apresentassem do ponto de vista institucional a história da Campanha, *a Coletânea Cenecista*, organizada pelo secretário geral da CNEC, Sebastião Garcia de Sousa e publicada nas comemorações de alusão aos 50 anos da Rede em 1994.

¹⁷ A Campanha criada em 1943 só desenvolveria um estatuto e regimento próprio por ocasião do seu primeiro Congresso Ordinário, realizado na cidade do Recife em 1948 quando também foi eleito o primeiro conselho administrativo e financeiro da instituição que adquiria assim o status de Rede Escolar de Ensino, primeiro criou-se a Campanha, após tal processo resolveu-se sistematizá-la por meio de um aparato jurídico que a normatizasse, como também aos seus estabelecimentos educacionais. Durante o processo de pesquisa não tivemos acesso a esse estatuto.

¹⁸ Dulce de Oliveira Vermelho atuou diretamente na implantação da CNEC no Rio de Janeiro, tendo sido uma das primeiras secretarias da instituição, quando o movimento se instalava no então Distrito Federal.

Desse modo, será problematizado, como os administradores da CNEC se preocuparam em produzir uma história institucional da Campanha, da trajetória da CNEC enquanto instituição, marcando assim, como pretendia ser lembrada em um exercício de produção de uma memória educacional caracterizada pela exaltação de figuras tidas como de destaque na história da entidade, como também buscando refletir sobre a produção da Coletânea Cenequista, a quem foi destinada e com que finalidades foi publicada.

Qual a versão produzida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade através de sua história oficial de como se deu o processo de criação, implantação e consolidação da entidade no país, a partir de 1943? Dado que esse foi um dos objetivos principais da publicação, construir uma memória, estabelecer monumentos a serem cultivados por todos aqueles que tivessem acesso aos escritos historiográficos da Rede. Para isso, foi fundamental que a CNEC ressaltasse seu passado de luta, principalmente dando destaque ao processo de implantação até o reconhecimento¹⁹ da instituição por parte do Governo Federal, no governo de Café Filho em 1954. Com quais finalidades foi publicada?

A Coletânea atuou assim de modo a apresentar como os alunos, professores e demais membros integrantes dos estabelecimentos educacionais da Rede eram enxergados, percebidos e desejados em um discurso institucional que buscou reafirmar os rastros históricos da instituição e seus personagens, como a produção da Coletânea esteve ligada a produção de lugares de memória (NORA, 1993), quem os administradores da Rede pensavam que seus estudantes eram ou deveriam ser no “chamamento ao ideal cenequista”.

1.1 O “CHAMAMENTO AO IDEAL CENEQUISTA” NA HISTÓRIA INSTITUCIONAL DA CNEC

Os administradores da CNEC ao longo de sua história produziram diversos escritos que buscavam produzir a história oficial da Rede, escritos que estavam ligados diretamente a um processo de escrita e produção de uma memória educacional da instituição. Por meio dessas obras e da força das palavras a CNEC buscou, “dar a ler” (LARROSA, 2004, p.17) a história da instituição a partir do ponto de vista de seus gestores de todos aqueles que buscassem conhecer ou estudar a história da Campanha, o fizessem a partir dos postulados pela própria instituição apresentados. Entretanto, com as constantes mudanças de sede administrativa, inclusive a nível Nacional, como no caso da transferência da sede da CNEC

¹⁹ A CNEC foi declarada uma entidade de Utilidade Pública no ano de 1954 pelo presidente da república João Café Filho, através do decreto nº 36505 de 30 de novembro do ano supracitado.

do Rio de Janeiro para Brasília, em 1971, fez com que a documentação referente ao processo de criação e implantação da entidade se perdesse.

De acordo com o ex-secretário geral da CNEC e um dos organizadores da Coletânea ao lado de Felipe Tiago Gomes:

no decorrer dos anos, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade vem recebendo documentos preciosos e emocionantes depoimentos, discursos, crônicas e livros escritos por estudiosos, admiradores e companheiros preocupados em registrar a história, evolução e até mesmo a definição da filosofia cenecista, em todo território nacional. Na singularidade do arquivo individual, na visão e na sensibilidade de cada autor, somam-se estilos com que a Superintendência resolveu compor esta Coletânea, destinada especialmente às bibliotecas públicas e particulares, às universidades em geral e a todos que se interessem pelo estudo da educação comunitária no Brasil, nascida com a CNEC. É importante ressaltar a multiplicidade dos relatos, marcados profundamente pela emoção e pelo talento. A importância da publicação vai depender da dimensão do olhar histórico sobre a trajetória da CNEC (SOUSA, 1994, v.I, p.05).

Partindo de tais premissas, como uma das ações alusivas as comemorações dos 50 anos de criação da instituição, os órgãos dirigentes da Campanha no país, resolveram confiar ao seu Secretário Geral, o processo de coleta e publicação dos diversos escritos referentes à história da Rede e que por sua vez, exaltassem o legado da entidade, produzindo sobre a Rede uma visão homogênea de seus personagens e sua trajetória como também visando inspirar naqueles que tivessem contato com tais escritos o modo de ser da chamada filosofia cenecista.

Sebastião Garcia de Sousa buscou emprego no Rio de Janeiro junto ao conglomerado Diários Associados²⁰, onde conheceu o fundador da CNEC que o convidou para trabalhar na entidade. Em sua passagem pela CNEC exerceu cargos administrativos na instituição até a década de 1990. Saiu do Município de Caratinga-MG, em 1966, e se tornou uma pessoa próxima ao criador da instituição, e um personagem de influência no quadro administrativo da Campanha, ao lado de Felipe Tiago Gomes, selecionou os escritos que compõe o impresso.

No final do século XX, a entidade vivenciou um período de profundas mudanças, a relação com o Estado que durante muito tempo foi o principal financiador das ações da Rede, entre as décadas de 1960 a 1970 era alterada, o Estado motivado pelas reflexões advindas da Constituição de 1988 e dos debates em torno da Lei 9394/96²¹, sofria pressão popular quanto ao investimento em escolas públicas gratuitas. O modelo de escola defendido pelo idealizador da Campanha não se adequava aos novos tempos, e a rede perdendo os subsídios estatais, e contando cada vez menos, com a ajuda das comunidades para a manutenção das atividades

²⁰ Fundado pelo Jornalista Assis Chateaubriand em 1924, o grupo Diários Associados se tornou um dos maiores conglomerados da imprensa no país.

²¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

das unidades escolares que integravam a Campanha, passou a adquirir o status de instituição privada por meio de um reordenamento administrativo.

Tal fato, fez com que pessoas próximas a Felipe Tiago Gomes, se mobilizassem quanto à produção de uma história institucional da entidade que imortalizasse figuras ligadas aos “tempos áureos” da instituição, quando a Rede caminhava irmanada com a política educacional dos governos vigentes, principalmente durante o Regime Civil-Militar de 1964-1984. Os critérios para escolha das obras que integraram a Coletânea, foram escolhas dos próprios organizadores que pretendiam aproveitar o que já havia sido produzido sobre a história da instituição na intenção de preservar uma memória histórica.

Durante o processo de pesquisa, buscou-se estabelecer contato com o organizador da Coletânea para a realização de possível entrevista que viesse sanar as dúvidas, que cercavam o processo de organização e publicação da mesma. Entretanto o organizador não aceitou conceder a entrevista, tendo apenas respondido algumas questões por e-mail²² conforme questionário em anexo e apontamentos por *whatsApp*. De acordo com Sebastião Garcia de Sousa:

Tudo que se escrevia na e sobre a CNEC, era armazenado informalmente, sem muita preocupação. Não tínhamos um sistema eletrônico para facilitar as coisas, como hoje. A não ser o livro do Felipe “História da CNEC”, tudo mais era jogado no armário, de qualquer jeito. Acompanhando-o Brasil a fora, fui gravando em sons e imagens muita coisa e o volume só aumentando. Considerei o material “ouro puro”²³ e precisava preservá-lo. A coletânea foi o caminho, porque o livro físico, armazenado numa biblioteca, tem outro significado. Não é volátil. E aí está. Acredito que a obra seja encontrada em muitas bibliotecas das faculdades e universidades de hoje. [...] Comporta tudo quanto de importante havia sido escrito e publicado (ou não) sobre a CNEC e Felipe. É o resumo da história. Ao agendar o comparecimento a uma sessão para receber o título de cidadão honorário, por exemplo, Felipe dava o mote e eu e Augusto Ferreira Neto escrevíamos os discursos para ele que, depois, revisava. Então, a maior parte da Coletânea foi produzida por mim e pelo saudoso Augusto, com o qual escrevi também “**Desenvolvimento Comunitário – princípios para a ação**”, publicado pela Bloch Editores. (GARCIA DE SOUSA. História da CNEC. [mensagem pessoal] Mensagem recebida no dia 04 de janeiro de 2018).

As escolhas quanto às obras que integraram a publicação não foram aleatórias, estando a CNEC atravessando um momento de crise administrativa, buscou-se por meio da Coletânea reforçar os postulados educacionais defendidos pelos chamados Cenecistas históricos, entre eles o fundador. Todos os autores da Coletânea de, alguma forma, foram próximos do criador

²² Essas considerações iniciais foram tecidas a partir de Sebastião **Garcia de Sousa. História da CNEC. [mensagem pessoal] Mensagem recebida no dia 04 de janeiro de 2018.** Não era objetivo nessa pesquisa trabalhar a partir da metodologia da história oral, mas a tentativa da realização da entrevista, visou sanar algumas lacunas, que pela documentação impressa, não seria possível respondê-las, entretanto acabou-se por ter acesso ao e-mail, e não a entrevista oral.

²³ Tal termo originou o título do capítulo.

da entidade, beneficiados por ele ou por sua instituição, houve um exercício de produção de uma memória educacional que pretendia reforçar um discurso heroicizador da CNEC, do fundador da Campanha e do grupo a ele ligado.

Tendo atuado no processo de produção de boa parte dos discursos pronunciados pelo dito idealizador do movimento, o então Secretário Geral da CNEC escolheu para compor os volumes, obras que tenham contribuído de forma direta ou indireta, no sentido de exaltar sua atuação na instituição, em um lugar próximo a “imagem glorificada” do fundador, como também na estratégia de que nos volumes não fossem apresentadas vozes dissonantes. Sebastião Garcia de Sousa pretendeu assim, arrogar para si a imagem de guardião da história da CNEC, ao lado de Felipe Tiago Gomes.

A relação entre Felipe Tiago Gomes e Sebastião Garcia de Sousa, assemelha-se a relação vivida pelo Tenente Alfredo Dantas e Manoel Almeida Barreto²⁴ em Campina Grande. Enquanto editores do Jornal Evolução e Comércio de Campina. Segundo Vivian Galdino de Andrade (2015), nas décadas de 1920 e 1940, por meio da organização e publicação de tais periódicos esses intelectuais almejavam elaborar uma finalidade educacional para as escolas campinenses. “Instrumentos de normatização de condutas, essa imprensa educacional tinha um repertório diversificado, tratando desde as questões políticas e pedagógicas às sociais e culturais, assuntos que ultrapassavam o campo educacional” (ANDRADE, 2015, p.108).

Felipe Tiago Gomes e Sebastião Garcia de Sousa também buscaram através da Coletânea atribuir uma finalidade educacional para as escolas cenecistas como também normatizar e forjar comportamentos por meio da filosofia cenecista.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade se constituiria no mais sério movimento de educação comunitária em todo o nosso continente e foi igualmente construído por milhares de pessoas imbuídas da vocação de servir. Mulheres e homens que nos ensinaram que a partilha só engrandece o doador e que a obra de reconstrução e transformação do mundo passa pela construção de cada homem, a ser contaminado por um novo conjunto de valores e por uma nova visão do mundo e da vida (FERREIRA NETO, 1994, v.I, p.10).

Segundo a professora Ariane dos Reis Duarte (2018) foi edificado em torno do fundador da instituição uma comunidade de memória, um grupo específico de pessoas próximas ao idealizador da instituição que por meio de diversos eventos buscavam homenageá-lo e promover sua imagem. Pode-se assim concluir que a Coletânea Cenecista, foi uma dessas estratégias de monumetalização da história da CNEC e de seus personagens. De

²⁴ Professores do Instituto Pedagógico, escola que funcionou na Cidade de Campina Grande durante os anos de 1919 e 1942.

acordo com Duarte²⁵(2018), essas pessoas seriam vistas na Rede como “escolhidas” do patriarca da instituição que teria um “olho clínico” para selecioná-las, os autores da Coletânea seriam os chamados Cenecistas históricos, pessoas que foram beneficiadas, que estiveram ligadas direta ou indiretamente ao genitor da entidade. Essa comunidade acaba por produzir lugares de memória que de acordo com Pierre Nora:

os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p.13).

Assim como os manuais escolares, outrora na França, impuseram a vulgata e uma “história santa porque nação santa” (NORA, 1993, p.12) em um esforço de erguer a moral dos franceses após a derrota para os germânicos pelos territórios de Alsácia-Lorena (1914)²⁶, uma memória cristalizada e homogênea, a Coletânea pretendeu produzir esse cristal histórico da história institucional da CNEC.

A ideia de que os escritos selecionados para integrarem a Coletânea eram de pessoas ditas escolhidas do fundador do movimento, que por ele foram beneficiadas, que trabalharam com ele ou que foram atendidas por suas ações, pode ser reforçada, quando se observa que Sebastião Garcia de Sousa, então organizador da publicação, conseguiu trabalhar no Rio de Janeiro por intermédio de Felipe Tiago Gomes, e por meio do trabalho na CNEC se formar em Direito. Assim como ele, os outros autores, também estiveram no grupo de Felipe Tiago Gomes, na instituição. Seja a nível nacional ocupando cargos de direção ou engajados nas sessões estaduais.

A ideia de publicação da Coletânea foi apresentada ao fundador do movimento que prontamente aceitou e referendou a ideia, ao lado do organizador o idealizador da Campanha ajudou a selecionar as obras que fariam parte da mesma, como afirmou Sebastião Garcia de Sousa, ao ser perguntado sobre o que o patriarca da CNEC teria achado da ideia da publicação:

aprovou desde logo e ajudou também na sequencia do material. Não tivemos dificuldades, porque a CNEC tinha uma gráfica offset, pequena, mas atual, que seria utilizada na publicação de material didático, o que não se efetivou. Os custos foram mínimos, senão ele não teria aprovado (GARCIA DE SOUSA. Coletânea Cenecista. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida no dia 18 de maio de 2018).

²⁵ A autora tece tais reflexões no artigo: *História Oral e pesquisa biográfica: deslocamentos e negociações na busca por narrativas de memória* publicado em 2018. Problematiza o exercício de produção de uma comunidade de memória em torno, de Felipe Tiago Gomes, na sua cidade natal, Picuí no Estado da Paraíba.

²⁶ A região de Alsácia-Lorena foi alvo de tensão entre as relações germano-francesas até a dissolução do Terceiro Reich em 1945. A anexação prussiana da região após a Guerra Franco-Prussiana foi um dos motivos que levaram a França a declarar guerra contra o Império Alemão em 1914 e os manuais escolares franceses serviram para alimentar o sentimento de revanche em relação aos Germânicos.

A Coletânea Cenecista assim esteve ligada a essa produção de uma memória educacional de grupos da instituição elaborada, à figura do fundador, aqueles que “atenderam ao seu chamado”, possivelmente, os sujeitos que por ventura não lhe foram resilientes não são lembrados e foram esquecidos no processo de produção da publicação. Também refletindo de acordo com Duarte (2018), o patamar de influência exercido por Felipe Tiago Gomes, junto às personalidades políticas, fazia com que, para além de uma resposta a um chamado altruísta e idealista como foi propagado pelo impresso, fosse improvável dar negativas ao seu chamado, pois tal colocação significava promoção e visibilidade pessoal.

Além de ter sido destinada a bibliotecas públicas e privadas, enviada a universidades, as Sessões Estaduais da CNEC também receberam exemplares a serem enviados as unidades educacionais de cada Estado, material que foi disponibilizado nas bibliotecas escolares da Rede, como também para o trabalho dos professores sobre a história da instituição em sala de aula, não sendo o objetivo dessa pesquisa identificar as práticas, os modos e maneiras, usos que tal impresso teve nos diversos estabelecimentos educacionais da Rede.

A publicação da Coletânea Cenecista deu-se como um instrumento de defesa, das inúmeras críticas recebidas pela instituição, principalmente dos movimentos educacionais em defesa das escolas públicas e gratuitas, no sentido de afirmarem que ela estaria longe dos princípios de escola comunitária, mas teria sim se configurado enquanto uma via de privatização da educação secundária por parte dos Governos Federal, Estaduais e Municipais durante boa parte do século XX.

Esse ensino de natureza filantrópica, de maneira geral, não ofereceria de fato um ensino de qualidade e aberto a todos, ressaltando-se que em muitas Unidades Cenecistas era necessário pagar mensalidades, mesmo que em valores inferiores aos de outras instituições para que se tivesse acesso à educação, o que se apresenta como contraponto a educação primária salientando que paralelo aos investimentos estatais na CNEC no ensino secundário, durante a primeira metade do século XX eram os grupos escolares públicos vistos como lugares da educação de qualidade e do ensino de excelência, com a educação voltada para o grau primário (SANFELICE, 2005).

O Estado durante mais da metade do século, utilizou-se da filantropia, praticada por entidades como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, para se imiscuir de responsabilidades quanto à democratização do Ensino Básico, ofertando vagas de ensino em unidades escolares como as pertencentes ao movimento, mesmo que o ensino muitas vezes oferecido não fosse de qualidade, com escolas funcionado em prédios cedidos ou alugados,

com condições de luminosidade precárias, corpo docente mal pago e com formação específica superficial (HOLANDA, 1994, v.III), que nem sempre se configurava de fato em benefício para os mais pobres, tendo muitas escolas da CNEC, principalmente aquelas instaladas nas pequenas comunidades vivenciado tal situação.

Logo ao tecer narrativas sobre a vida de seus fundadores, em especial o professor Felipe Tiago Gomes, ao demonstrar como o movimento teria se difundido pelo país, e como inúmeros jovens que até então não possuíam melhores perspectivas de vida, puderam enxergar novos horizontes pela passagem na Campanha, e galgarem carreiras de sucesso na política, no Direito ou na Medicina.

Os organizadores da Coletânea almejavam sobre medida preservar a imagem da instituição, como também nutrir nas novas gerações de cenevistas o desejo de preservarem os valores por eles apreciados, ao mesmo tempo em que maquiava a dura realidade vivida por alunos e professores, nos primeiros anos de atividade da Campanha até meados da década de 1970, principalmente em comunidades interioranas, onde as comunidades arcavam sozinhas com o peso de manutenção de suas escolas, que funcionavam de forma precária, tendo o corpo de professores e demais profissionais das equipes da escola sido formado por pessoas da própria comunidade que geralmente não possuíam formação específica para atuarem na área, como no caso da Escola Cenevista São José, no Distrito de São José da Mata em Campina Grande (LIMA, 2015).

Em uma sociedade meritocrática, a Coletânea Cenevista, a CNEC apresentou como regra, casos que foram exceções, sendo que a maioria dos alunos atendidos pela Rede permaneceram nas mesmas condições de vida, e até tendo acesso a um ensino defasado, que não lhes colocava em condição de igualdade de concorrência, com estudantes de outras redes, a CNEC como muitas outras instituições educacionais também foi reprodutora de desigualdades, para além dos discursos oficiais que atribuem à entidade e seus integrantes trajetórias de sucesso.

Tomando por base a teoria da reprodução²⁷ problematizada por Tomaz Tadeu da Silva o compêndio fez parte de um movimento de apresentar a instituição escolar e o seu caráter de conservação, reprodução e de imobilidade, destacando os mecanismos de reprodução cultural como elementos determinantes para distribuição e legitimação de formas de conhecimento, valores, linguagens, atitudes e comportamentos que moldam as culturas dominantes nos seus estabelecimentos educacionais (SILVA, 1990).

²⁷ A Escola contribui para a manutenção das estruturas das classes dominantes e para a reprodução dos valores da sociedade capitalista. (BOURDIEU & PASSERON, 1970)

A *Coletânea Cenecista* se enquadrava nesses resumos históricos que visam construir a trajetória histórica das instituições de maneira linear e homogênea, lembrando o que lhe é conveniente e esquecendo o que não lhe é pertinente. Esteve por sua vez, ligada ao movimento de afirmação de uma memória educacional histórica oficial da Rede, ligada a exaltação de seu legado e de sua trajetória, para todos aqueles que fizeram, que fazem²⁸ ou que farão parte da instituição.

A *Coletânea* foi a materialização dos discursos, das concepções educacionais da Campanha, publicada sobre o intuito e a necessidade de que: “os milhares de jovens alunos cenecistas conhecessem como surgiu a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade” (GOMES, 1994, v.I, p.37), a produção de uma escrita biográfica e unilateral sobre a história da entidade e seus personagens.

Diante de tais aspectos resolveu-se trazer nesse primeiro capítulo um resumo de como a *Coletânea* está estruturada com algumas problemáticas gerais que integram os volumes da publicação, buscando analisar alguns aspectos da relação de seus autores com a instituição e a finalidade de seus textos, reflexões e problematizações que serão concatenadas ao longo das páginas dos próximos capítulos.

Os onze escritos que englobam a constituição da *Coletânea*²⁹ foram organizados em torno de quatro volumes, o volume I é composto por 196 páginas e está diretamente ligado a reunir escritos que refletiram sobre como a Rede foi criada e difundida pelo país, quais razões levaram o fundador do movimento e seus colegas da Casa do Estudante no Recife a criarem uma Campanha voltada a educação dos grupos populares, que não tinham acesso ao ensino secundário, na época, em sua maioria oferecido pela Rede de Ensino Privada, amparada por toda uma legislação educacional que favorecia a difusão de tal sistema, em detrimento da educação pública.

O primeiro volume da *Coletânea Cenecista* é aberto com o escrito *Escolas da Comunidade*, do fundador da Rede, o escrito foi publicado originalmente no ano de 1989 em ocasião do 46º aniversário de fundação da CNEC, sendo reeditado seis vezes, e integrado a *Coletânea* publicada em 1994. Para os organizadores da publicação era fundamental que os escritos do fundador do movimento abrissem como também fechassem os escritos históricos da CNEC.

²⁸ Hoje a CNEC conta com 85 unidades educacionais, sendo os Estados do Rio de Janeiro com 35 unidades, Rio Grande do Sul com 26, Minas Gerais com 21 e Ceará com 12 os entes federados com maior presença da CNEC. Existindo um estabelecimento educacional da Rede na Paraíba, a Escola Cenecista Ministro João Agripino Filho em Santa Rita-PB.

²⁹ Ver quadro demonstrativo das fontes na página 29.

Em *Escolas da Comunidade*, Felipe Tiago Gomes apresenta sua trajetória de vida, em um exercício autobiográfico, ao mesmo tempo em que retrata por sua ótica a história da instituição, dado que pela sua narrativa, induz o leitor a entender que teriam compartilhado dos mesmos acontecimentos, os fatos dados na vida de Felipe, seriam os fatos dados na caminhada do movimento Cenecista. Para Sebastião Garcia de Sousa, em nota explicativa da Coletânea a publicação tinha que ser aberta com os escritos de Felipe Tiago Gomes:

abertos com textos do próprio fundador, que por uma questão de lógica e mesmo coerência com os objetivos da obra, não podia ficar ausente com a principal fonte da “História da CNEC”, pois foi quem mais a viveu, por imposição do ideal que abraçou” (GARCIA,1994,v.I, p.7).

Os volumes da Coletânea não apresentam assim, uma ordem cronológica de organização, mas foram aglutinados de modo a produzirem uma versão institucional da história da Campanha de modo a que a história de vida de seu fundador fosse vista como ponto crucial para o surgimento da entidade, e estando os demais relatos apresentados no compêndio em comunhão com os postulados e princípios apresentados nos livros que abrem o primeiro volume, como também encerram o quarto volume, em uma estratégia narrativa de autoafirmação da história do entidade e da vida de Felipe Tiago Gomes.

A Coletânea apontou um discurso desejado em torno da imagem do fundador da instituição, imagem reforçada pela inserção dos escritos do próprio idealizador na mesma, elencados quase que de forma catequética, laudatória e apologética do patriarca da instituição, ele abre a Coletânea e após ele, falam seus escolhidos, os Cenecistas históricos, em um discurso homogêneo em que as frases dos diferentes volumes, se coadunam como a métrica de um poema dando o mesmo tom, aos leitores desavisados, como não poderia deixar de ser, os escritos do fundador da entidade, fecham o compêndio em uma mensagem nas entrelinhas como se ele fosse o começo e o fim da instituição.

O objetivo da Coletânea era construir um discurso fundador que estabilizasse e cristalizasse dadas verdades sobre a instituição (ORLANDI, 2003), a publicação cenecista visava à produção de sentidos sobre a Rede, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade buscou apropriar-se da escrita como um instrumento de subjetivação (LARROSA, 1994), por meio de seu repertório narrativo, produzir e mediar formas de subjetivação, de todos aqueles que por ventura tivessem contato com seus escritos, em especial a comunidade escolar, era primordial para Rede que se pudesse ter acesso a uma verdade *in natura* sobre a instituição, de modo que ocupassem e assumissem “as posições que lhes são oferecidas naqueles sistemas” (ELLSWORTH, 2001).

Dulce de Oliveira Vermelho³⁰, também contou com um dos seus escritos no primeiro volume da Coletânea, o *ABC do Cenegismo*, se configurou em uma cartilha direcionada aos membros das unidades educacionais espalhados pelo país, conta com um resumo do processo histórico de criação, fundação e consolidação da CNEC, dando destaque a vida de seus fundadores, como também uma breve apresentação da filosofia educacional da Rede. Dulce apresenta princípios básicos, como uma cartilha do ABC, que integravam a educação Cenecista.

Enquanto cartilha didática o livro tinha por finalidade forjar o comportamento dos alunos, professores e demais membros das comunidades escolares a partir da afirmação do chamado “ideal Cenecista”, que consistia na defesa dos postulados do fundador da Rede e seus seguidores, tendo Dulce pertencido a esse quadro.

O *ABC do Cenegismo*, apresentou a organização da CNEC em sua estrutura administrativa nos cenários Nacional, Estadual e Municipal, como também as exigências e condições para a criação de ginásios ligados a Rede Cenecista. Por sua vez, a autora expõem as finalidades da campanha como também busca incutir a necessidade dos alunos serem sujeitos ativos no processo de defesa dos ideais do movimento.

Dulce apresenta os símbolos da CNEC, seu fundador, o hino da entidade, composição de sua autoria, cujo estribilho expõem: “Na Falange Cenecigista³¹, Ocupa o teu lugar pelo Brasil, Com fervor idealista, **Trabalhar! Trabalhar!**” (Letra de Dulce de Oliveira Vermelho; Música de Juca Chagas) (VERMELHO, 1994, v. I, p.177).

A CNEC é apresentada na publicação como uma “família movida pelo ideal de trabalho e defesa da pátria” em um movimento de alinhamento da política educacional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade à política de desenvolvimento econômico desenvolvida pelo governo a época. Voltada aos valores do civismo, patriotismo e idealismo, defendidos com fomento por parte dos integrantes da campanha, principalmente por seus

³⁰ Nessa dissertação será dado ênfase as informações em torno da vida de Felipe Tiago Gomes e Sebastião Garcia de Sousa enquanto organizadores da Coletânea, todavia no que diz respeito as informações biográficas sobre a vida dos demais autores da Coletânea houve dificuldades no decorrer da pesquisa na aquisição dessas, informações, obtendo algumas informações através do questionário respondido por Sebastião Garcia e dos próprios apontamentos presentes nos volumes, dado que as informações adquiridas na internet apresentaram-se de maneira vaga e superficial, não obtendo contato com os autores de forma direta, com exceção do Ex-deputado Evaldo Gonçalves que nos concedeu uma entrevista, mas sem conseguir apresentar elementos relativos a sua ligação com Felipe Tiago Gomes e a CNEC, tornando-se um ponto para abordagem em pesquisas futuras que o tempo oportunizado no mestrado não permitiu problematizar.

³¹ A expressão Cenegista, no estribilho do hino da Campanha foi substituída em 1969 quando da mudança do nome da entidade de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos para Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

dirigentes que difundiam tais discursos através de preleções inflamadas em sua escrita institucional.

O livro ABC do Ceneqismo que compõe o I Volume da Coletânea enquanto capítulo 2 foi encomendado à professora Dulce de Oliveira Vermelho, assessora técnica pedagógica da instituição pelo próprio Felipe Tiago Gomes, no ano de 1959, quando a Campanha Nacional de Ginásios Populares, adquiria a nomenclatura de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, em virtude que o termo popular, segundo os dirigentes da Campanha, estava ligado diretamente à filosofia do Partido Comunista.

Tais mudanças de nomenclatura no que diz respeito à sigla da instituição e a entidade ter abandonado o termo Ginásio também estiveram ligadas as reformas educacionais implantadas no Brasil entre a década de 1930 e os anos de 1960, o surgimento da CNEC se deu, entre outros fatores, graças às campanhas em torno da expansão do Ensino Secundário, ligadas ao processo de desenvolvimento social, econômico e industrial vivido pelo país no período, tendo afunilamento nas décadas de 1950 e 1960.

De acordo com a professora Jussara Cassiano Nascimento:

A pressão pela expansão do ensino secundário ao final dos anos 1950 havia criado uma situação irreversível que exigia uma maior intervenção do poder público e como assinala Spósito (1984) havia o desejo de que as classes populares também tivessem acesso ao ginásio. Essa abertura do ginásio em continuidade ao primário também estava sendo incentivada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), sob a direção de Anísio Teixeira (NASCIMENTO, 2013, p.06).

A partir da LDB de 1961 (Lei nº 4024) a estrutura do sistema educacional brasileiro foi organizada na ótica de que tanto o poder público como a iniciativa privada poderiam ministrar o ensino em todos os seus níveis; o estado poderia subvencionar a iniciativa particular no oferecimento de serviços educacionais. Neste contexto foi mantida a mesma organização de ensino anterior com: o Ensino Pré-primário, composto de escolas maternais e jardins de infância, Ensino Primário de quatro anos com possibilidade de acréscimo de dois anos voltados ao curso do Programa de Artes Aplicadas, o Ensino Médio subdividido em dois ciclos: o Ginasial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Ambos compreendiam o Ensino Secundário e o Ensino Técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores); e na última instância o Ensino Superior.

Tendo a CNEC se dedicado entre as décadas de 1950 e 1960 a abertura de Ginásios e a expansão do Ensino Secundário, Dulce de Oliveira Vermelho demonstra como a então Campanha do Ginasiano Pobre foi se estruturando a partir das subvenções estatais. Dado que a partir da LDB de 1971 (Lei nº 5692/71) a escola primária e o ginásio foram fundidos e denominados de ensino de 1º grau.

Nestes termos, o antigo Colégio passou a se chamar ensino de 2º grau. O ensino obrigatório estendeu-se, assim, para oito anos, embora a terminologia unificada não correspondesse a uma organização integrada das oito séries. As quatro primeiras séries continuaram a ser atendidas por um único professor, do qual não era exigido nível superior, mas apenas formação para magistério em nível médio. As quatro séries finais do 1º grau e o 2º grau permaneceram divididas em disciplinas ministradas por diferentes docentes, dos quais se exigia, ao menos formalmente, educação superior. A organização passou a ser conforme específica o quadro dois:

QUADRO 02

Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro após a Reforma de 1971

Nível	Duração	Faixa Etária
Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
1º grau obrigatório	8 anos	De 7 a 14 anos
2º grau	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	Após 17 anos

Fonte: quadro reproduzido a partir de dados do *Breve Histórico da Educação no Brasil* da OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação Ciência e Cultura). Disponível em: <file:///C:/Users/ARTHUR%20RODRIGUES/Downloads/historia.pdf> Acesso em 23 de novembro de 2018.

Nesse contexto a cartilha foi republicada em 1994, enquanto uma homenagem a fundadora da CNEC no Rio de Janeiro, como também a necessidade apontada pelos organizadores da publicação de reafirmarem os postulados por ela apresentados em sua primeira edição. Postulados esses entendidos como fundamentais para resguardar o lugar de autoridade dos personagens tidos como ilustres na história da instituição e reforçar o dito ideal Cenequista, no momento de transição vivido pela entidade. Tendo em vista a dedicatória de Dulce Oliveira Vermelho ao ABC do Cenegismo, lançado em 1959, mas incorporado a Coletânea:

“Aos jovens de 1943 que sacudiram o Brasil para a luta da democratização do ensino médio e, com estima fraternal e especial carinho, a Felipe Tiago Gomes, que fez da vida da CNEC e de sua própria vida uma só trajetória” (VERMELHO, 1994, v.I, p.151).

O primeiro volume da Coletânea é concluído com os escritos de Joel Pontes que na época da fundação da Campanha em 1943 cursava o pré-jurídico no Ginásio Pernambucano em Recife e que por sua vez tornou-se amigo do fundador da entidade na Casa do Estudante

sendo um dos co-fundadores da entidade. Joel Pontes se tornou advogado, escritor, jornalista e professor universitário.

Todavia, seu nome como de outros co-fundadores passou por um processo de silenciamento, tendo em vista que o idealizador da entidade construiu o discurso de que abdicou de sua vida pessoal, em prol da CNEC, enquanto os colegas da Casa do Estudante o ajudaram em um momento inicial tendo seguido posteriormente por outros caminhos. A história institucional da Campanha construiu, para Felipe Tiago Gomes, um altar que o coloca em lugar de destaque em relação aos demais colaboradores que o ajudaram a gestar a CNEC. O nome Joel Pontes é trazido na publicação de 1994 como uma forma de tentar justificar a constante ausência dos nomes dos jovens que ao seu lado fundaram o movimento.

O silenciamento é peça chave no processo de produção de uma memória institucional e de construção de uma história oficial por parte de diversas instituições e muitas relações de interesses estão ligadas a tais processos, pois os silêncios também falam, também significam, comunicam e podem ser fundadores de sentidos e de memórias, pois quando se afirma A, escolhe-se por não dizer B:

Entre as inúmeras possibilidades de formulação, os sujeitos dizem X e não Y, significando, produzindo em processos de identificação que aparecem como se estivessem referidos a sentidos que ali estão, enquanto produtos da relação evidente de palavras e coisas. Mas como dissemos, as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na linguagem (ORLANDI, 2003, p.67).

Em um exercício de constituição identitária e objetivando tecer subjetivações desejadas pela Campanha, os organizadores da Coletânea resolveram escolher obras de pessoas próximas ao fundador da entidade, visando exaltar a figura do genitor, em detrimento da imagem dos outros fundadores, estando o escrito de Joel Pontes como um mecanismo de defesa de possíveis críticas relacionadas à interpretação histórica da entidade construída pelos próprios gestores da CNEC.

Joel Pontes expõe sua história, relata a fundação da Campanha de seu ponto de vista e apresenta uma justificativa para o destaque dado ao idealizador do movimento em seu processo histórico, tendo em vista que segundo ele, os demais jovens que o acompanharam em sua “epopeia” aos poucos foram encontrando novos destinos profissionais e seguindo suas vidas, enquanto “Felipe Tiago não, ele casou-se com a CNEC” (PONTES, 1994, v.I, p.194).

Trata-se assim de um discurso interessando que reserva a Felipe Tiago Gomes lugar de destaque na memória da instituição tendo trabalhado no processo de seleção das obras que integrariam a Coletânea ao lado de Sebastião Garcia, certamente o discurso defendido por Joel Pontes, interessava ao fundador da entidade, como aos seus seguidores na construção de

uma imagem cristalizada da história da instituição, algo comum no que diz respeito à produção de impressos pedagógicos que acabam por se tornar instrumentos de autoreferência ao papel desempenhado pelo fundador da entidade como também de “seus escolhidos”.

Ao fazer-se tal colocação não se pretende desmerecer a atuação do Fundador do movimento cenequista, é impossível negar a história de uma campanha educacional que começou com um Ginásio improvisado funcionando no turno noturno na Cidade do Recife e que alcançou o número de mais de mil e duzentas escolas espalhadas em todos os Estados da Federação. De fato, Felipe Tiago Gomes e seus colaboradores foram visionários no sentido de perceberem a conjuntura histórica e o momento favorável para a criação de uma Campanha de democratização do Ensino Secundário como a CNEC, entretanto é impossível ratificar um discurso que produz uma história linear, homogênea, sem constrictões ou percalços. Esse discurso não foi produzido em vão, mas serviu aos interesses do grupo de pessoas que administravam a Rede no processo de publicação do impresso, logo o discurso não pode ser tomado tal qual, mas deve passar pelo processo de análise e interpretação da operação histórica.

O processo de escrita e de construção da interpretação histórica por parte dos membros dirigentes de uma instituição é diverso daquele que desenvolve o trabalho de pesquisa e interpretação historiográfica. Como afirma Werle (2017, p.72): “A História escrita pelo pesquisador não tem a mesma perspectiva da história escrita pela própria instituição e seus agentes – docentes, gestores, membros da comunidade”.

Seguindo tal movimento o volume II é composto por 237 páginas, aberto com o escrito de Alcides Vieira Carneiro, *Discurso em 14 Tempos*, organizado por Sebastião Garcia de Sousa. Consiste na aglutinação de 14 discursos proferidos por Alcides Vieira Carneiro no período em que esteve à frente da presidência da CNEC Nacional de 1973-1976, discursos esses que abordam desde a sua posse na presidência da Diretoria Nacional da CNEC no dia 29 de junho de 1973, como também em homenagens a ex-diretores da CNEC, inaugurações de unidades escolares, e visitas de autoridades do governo militar a instituição no período em que esteve à frente da entidade.

Alcides Viera Carneiro que seguiu na carreira política, foi advogado, inspetor do Ensino Secundário do Rio de Janeiro, escritor, ministro do Supremo Tribunal Militar e no ano de seu falecimento era presidente da Diretoria Nacional da CNEC, logo como uma homenagem póstuma, Sebastião Garcia de Sousa resolveu inserir seus discursos na publicação de 1994, segundo Venerando de Freitas Borges, em prefácio a publicação de tais discursos:

“compõem este florilégio, são repositórios de preciosos ensinamentos e magníficas lições de civismo”. (BORGES, 1994, v.II, p.214)

Alcides Vieira Carneiro foi uma das personalidades políticas mais influentes no quadro administrativo da CNEC e esteve à frente da entidade em uma das fases de maior crescimento durante o regime-civil militar, trabalhando no alinhamento da política educacional da CNEC ao sistema educacional proposto pelos militares³². Diretor do processo de construção da sede própria da CNEC em Brasília em 1974 e fazia parte dos grupos de gestores próximos ao fundador do movimento na entidade, sempre ocupando papel de destaque e promoção pessoal através da entidade.

Segundo a professora Jussara Cassiano Nascimento a partir da LDB de 1961 o Ensino Secundário passou por um processo de modernização, ligado a abertura de ginásios em regiões onde esses outrora eram inexistentes. Com o crescimento da Rede e das matrículas foram realizadas uma série de contratos emergenciais (NASCIMENTO, 2013) e foi nesse interregno entre a LDB de 1961 e a LDB de 1971 que a CNEC alcançou o maior grau de expansão de seus estabelecimentos educacionais pelo país, adotando a partir da LDB de 1971 uma educação diversificada com escolas voltadas para a educação básica no segundo grau, como também direcionadas para o ensino técnico profissional, vertente explorada pelos ideólogos educacionais do Regime Civil-militar ligados a uma educação para o trabalho associada ao desenvolvimento da nação e a defesa dos valores da moral e civismo.

Em seus escritos estavam à defesa dos ideais de “trabalho, patriotismo, civismo e defesa da família”, valores ardorosamente defendidos pela CNEC em sua aproximação política e ideológica dos diversos governos que circundaram sua história, tais princípios também nortearam o próprio pensamento educacional da CNEC no período ligado ao tecnicismo que segundo Tomas Tadeu da Silva, estaria ligado a uma concepção e divisão tradicional da educação a partir do “currículo, ensino e instrução” (SILVA, 2014), atrelados a ideia de organização e desenvolvimento, tal como no estado fabril seria possível estabelecer padrões a serem reproduzidos, dado que Alcides Vieira Carneiro não foi à única personalidade pública a exercer cargos de direção na instituição.

A vigência da ditadura civil-militar (1964-1985) foi um dos períodos onde a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade mais recebeu emendas orçamentárias e repasses para sua ampliação e consolidação nos diversos Estados da Federação, tendo havido

³² O processo de alinhamento da CNEC a política educacional desenvolvida pelo Regime Militar, foi narrado na história institucional da entidade a partir do escrito de Ivanildo Coelho de Holanda: CNEC um estudo histórico”. No qual o professor abordou como a Rede se reestruturou aos princípios educacionais da LDB de 1971.

o movimento por parte da Campanha de completa adesão aos valores educacionais postos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (Lei 5692/1971), que implementou reformas³³ nos diferentes níveis da educação adequando o sistema educacional aos interesses do regime e do capital internacional. A Campanha se articulou por meio de seus dirigentes, em uma política de aliança e difusão dos ideais de uma educação em defesa da pátria, e do civismo, em suas unidades, inclusive com militares, ou pessoas ligadas ao regime exercendo cargos de chefia na instituição.

O segundo Volume tem continuidade com os escritos de João Calisto de Medeiros, *O Aluno Cenequista: Soldado da CNEC*, semelhante ao que Dulce de Oliveira Vermelho desenvolveu em *ABC do Cenecismo*, apresentou um manual de conduta para o aluno cenequista, preceitos a serem inculcados e praticados por todos os alunos que habitavam as unidades educacionais da Rede, como também para seus professores, que tiveram nessas páginas um auxiliar didático de saberes e conhecimentos ligados a CNEC e que todo “bom aluno” deveria dominar, de acordo com a Diretoria Nacional da Instituição.

Os alunos deveriam saber os “nomes imortais” que fizeram a instituição, saber que “a pátria tudo se dá” e como deveria se portar um “bom aluno Cenequista”, também apresentando os modelos daqueles alunos e professores que não seguiam a cartilha da Rede e deturpavam seus ideais, exemplos esses, a não serem seguidos. O livro foi publicado originalmente em 1980, quando João Calisto de Medeiros exercia o cargo de superintendente estadual da CNEC no Paraná.

João Calisto de Medeiros ainda apresentou os princípios básicos de composição da Campanha, seu organograma e sua filosofia. Através da produção de uma escrita institucional a CNEC almejou tecer dados corpos e personalidades, disciplinar suas comunidades escolares, queria trazer a visibilidade seus ideais e conceitos, entendendo que de acordo com Francisco Paulo da Silva: “trazer a visibilidade é, simplesmente, mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto pela determinação do visível, por si mesmo, já é disciplinar a educação a visão pela determinação do visível” (SILVA, 2004, p.177). A CNEC almejava através da reprodução desses escritos na Coletânea moldar práticas, docilizar gestos, fazer visível seu discurso, como se observa no excerto a seguir:

Conhecer a CNEC é dever do ALUNO CENEQUISTA. Participar de nossa luta é dever inderrogável.[...] Se a ingratidão é regra, como diz o pessimista, que nossa

³³ A reformas implementadas pelos militares reafirmaram o direito de todos à educação, apesar de também ficar expresso que o ensino é livre à ação da iniciativa privada, que continuou a ter acesso a incentivo e facilidades financeiras dos cofres públicos, como disposto na Constituição anterior. Esse momento histórico exigiu alterações na legislação educacional.

recompensa repouse na ação de nosso ALUNO em prol da CNEC” (MEDEIROS, 1994, v.II, p.293).

O Volume II da Coletânea é ainda composto pelo capítulo *Caminhada Cenecista* de Dimas Guedes Patriota, que foi professor do Centro Educacional Nossa Senhora de Brotas em Tabuleiro do Norte Ceará e presidente do Setor Local da Campanha naquele município, em 1976 Dimas recebeu através do Superintendente Estadual da CNEC no Ceará, o professor Lúcio Melo, o convite para que compusesse uma obra em versos que retratasse a história de 33 anos da Campanha no Brasil até então, e de 16 anos no Ceará.

Dimas que se tratava de um poeta popular, escreveu a história da CNEC em versos, que por sua vez foi distribuída pela administração estadual da CNEC naquele Estado, em todas as unidades da Rede, como uma forma de que a comunidade escolar Cenecista no Ceará apresentasse um maior interesse pela história da instituição.

Em 1988, Lúcio Melo, quando a CNEC completava 45 anos pediu ao professor Raimundo Ferreira dos Santos, que lecionava no Centro Educacional Luzardo Viana em Caucaia-CE, e também era poeta popular para que desse continuidade aos escritos do poeta, surgindo assim, *Caminhada Cenecista parte II*, escrita por dois professores, poetas populares que atuaram na Rede Cenecista no Ceará e que em tese defendiam a CNEC como um modelo de escola a ser seguido em todo o país.

Havia o interesse da organização da Coletânea que a história da instituição fosse contada através de inúmeras linguagens, e a poesia popular também foi uma alternativa recorrida para atingir seus objetivos na construção de uma história homogênea que afastasse qualquer mácula sobre a imagem da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Desse modo, a análise dos escritos oficiais de uma instituição escolar atuam no sentido de permitir ao pesquisador estudar o pensamento de um determinado setor ou grupo social a partir da análise do discurso veiculado e a ressonância dos temas por ele debatidos (CARVALHO *et al* 2002, p.75), ligados na Coletânea a defesa de um modelo de escola idealizado por seus gestores.

O Volume II da Coletânea é encerrado com o escrito de Evaldo Gonçalves de Queiroz, *Sonho de Estudante: Lição de Eternidade* (1994, V.II), Evaldo Gonçalves de Queiroz foi deputado federal pela Paraíba, como também deputado estadual, durante sua atuação pública, consolidou base política na Cidade de Picuí-PB, terra natal do fundador da Rede, como também em municípios das Regiões do Cariri e Seridó paraibano, desse modo, Evaldo Gonçalves foi um dos políticos mais atuantes no sentido de legislar em favor de emendas que fomentassem os trabalhos da CNEC em nível estadual como também nacional.

A atuação de Evaldo Gonçalves junto a CNEC no que diz respeito à aquisição de subsídios para a instituição como também bolsas de estudos a serem ofertadas nas unidades da Campanha, lhe rendia capital eleitoral nessa região do Estado, tal estratégia foi utilizada por muitas personalidades políticas, que através da CNEC, teciam laços de apadrinhamento e dependência.

Não podendo pagar as mensalidades de seus filhos em escolas privadas, e com a escassez de escolas públicas, os pais buscavam vagas para seus filhos nas unidades Cenevistas, que ofereciam um ensino menos oneroso em relação às instituições particulares, e diversas personalidades políticas, utilizavam de tais meios para obtenção de retorno eleitoral. Desse modo, as relações entre a CNEC e tais personalidades muitas vezes encontrava-se baseada na troca de favores, a população ganhava vagas nas escolas cenevistas, a Campanha recebia as emendas orçamentárias provenientes da atuação dos deputados e os últimos o reconhecimento eleitoral, tal relação foi algo bastante comum durante o século XX no processo de democratização do Ensino Secundário, constituindo-se em uma troca de favores.

Em 1981, por ocasião das comemorações dos 38 anos de funcionamento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, Evaldo Gonçalves de Queiroz convocou uma Sessão Extraordinária e Especial, em homenagem à CNEC, como também à pessoa de seu fundador. Na Cerimônia, Evaldo Gonçalves de Queiroz buscou traçar um retrospecto da história da Campanha, desde seus primeiros passos no Recife, até sua expansão pelo país, o então deputado se referia aos fundadores do movimento como “heróis”, também defendendo as ligações da CNEC com o poder público, que até então tinha colaborado com a manutenção de suas bases eleitorais, os escritos de Evaldo Gonçalves de Queiroz foram incorporados a Coletânea.

É bem verdade que no início da jornada, o idealismo puro de seus fundadores entendia que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos deveria viver exclusivamente às expensas da iniciativa privada, longe do Governo. Os ideais de Liberdade que inspiraram o Movimento não se compadeciam com o regime ditatorial prevalecente à época da deflagração da Campanha em 1943 [...] com a redemocratização do país, em 1945, desapareceram os óbices que impediam uma maior aproximação com o Poder Público (QUEIROZ, 1994, v.II, p.428).

As animosidades entre os pioneiros da Campanha e o Governo de Getúlio Vargas, se deram a não obtenção do reconhecimento da entidade por parte do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1944, o que fez com que, segundo palavras do próprio Felipe Tiago Gomes, os jovens fundadores ficassem decepcionados com o governo (GOMES, 1994, v.I). Tal reconhecimento só foi alcançado em 1945. Os organizadores do impresso procuravam assim,

provas, sinais que reafirmassem sua história e contribuíssem para a construção de uma história linear da instituição, sem maiores problematizações.

O Terceiro Volume da Coletânea foi composto por duas obras, *CNEC – Um estudo histórico* do professor Ivanildo Coelho de Holanda e *O Predestinado* de Sebastião Garcia de Sousa. O Livro de Holanda, publicado pela primeira vez, em 1981 se baseia em sua pesquisa de mestrado apresentada ao Departamento de Educação da Fundação Getúlio Vargas na área de Administração de Sistemas Educacionais, e que foi publicada pela Editora da UFPB em 1981. Ivanildo Coelho de Holanda, conheceu a Campanha ao exercer durante dez anos o cargo de administrador escolar da Unidade Educacional da Rede, no município de Taquaritinga do Norte, interior de Pernambuco.

CNEC – Um Estudo Histórico trata-se de um dos primeiros escritos acadêmicos ligados a história da instituição e o único de caráter acadêmico a integrar a Coletânea. O livro se baseia na construção de uma interpretação da história da entidade a partir do olhar local, nascido em uma unidade escolar da CNEC que funcionava no interior de Pernambuco. Apresenta os antecedentes que levaram a criação da CNEC, como também seu processo evolutivo e as diversas mudanças sofridas pela instituição até a LDB de 1971, Lei 5692/71 e no período posterior a publicação de tal Lei. Sobre as exigências do crescimento da CNEC Holanda coloca:

Foi dentro deste quadro da educação nacional, especialmente do ensino secundário, que encontramos a Campanha continuando no propósito de, através da criação de escolas, proporcionar oportunidades de matrícula, no ensino secundário, aos mais carentes. Neste período voltou-se também para a criação de cursos que, segundo se diz, visavam à preparação dos alunos para melhor integração no seu meio. Deste modo, afirma-se levando em consideração as condições de vida de sua clientela em geral, decidiu-se pela criação também de cursos profissionais. Foi o Estado de Alagoas a primeira Unidade da Federação em que a Campanha criou escolas de Comércio. Observa-se também, em outros estados, a criação de Ginásios Comerciais, Ginásios Normais, Ginásios Agrícolas, Colégios Comerciais que, além do curso de Contabilidade, mantinham o curso de Secretariado e de Administração e, finalmente Colégios Normais. A par do crescimento, verifica-se a preocupação dos seus dirigentes em tomar certas providências que, de uma maneira ou de outra, haveriam de garantir a sua continuidade, corroborando o processo de sua evolução (HOLANDA, 1994, v.III, p.489)³⁴.

O autor demonstrou como a CNEC promoveu uma reforma em sua estrutura administrativa visando adequar sua estrutura a política educacional do regime civil militar, se dedicou a apresentar como a LDB de 1971 proporcionou mudanças nos campos de atuação da CNEC que passou a se dedicar, por exemplo, ao desenvolvimento do Ensino Técnico, apresenta a organização administrativa da Campanha e de suas fontes de recursos.

³⁴ A partir da LDB de 1971 o Ginásio passou a corresponder ao que entendemos por Ensino Fundamental e o Colegial passou a corresponder ao que entendemos por Ensino Médio. Ou os antigos 1º e 2º graus.

Mesmo se tratando de um escrito acadêmico, em parte contribuiu para a perpetuação de um discurso de exaltação a entidade dando a ler a Rede a partir da relação de dependência da instituição quanto ao Estado, relação comum a outras instituições educacionais do período e que se configurou em estratégia de sobrevivência da organização em meio ao processo de expansão e crescimento, relações baseadas em um jogo de concessões e arranjos, uma troca de favores entre a Campanha e o Governo em suas diferentes esferas, não havendo maiores problematizações de tal caráter em sua obra.

O Terceiro Volume da Coletânea é concluído com o escrito de Sebastião Garcia de Sousa, *O Predestinado*, organizado e publicado para integrar os volumes. Sebastião Garcia de Sousa, como já se falou anteriormente foi ex-aluno e como também trabalhou na CNEC da década de 1960 aos anos de 1990, passando por diversas funções dentre do quadro administrativo da Rede, até galgar o cargo de Secretário Geral da Instituição.

Em 1966 saiu de seu município natal, Caratinga em Minas Gerais e se dirigiu para o Rio de Janeiro com o sonho de tornar-se Jornalista, na capital carioca conheceu o idealizador do movimento e pode continuar seus estudos na Escola Horácio Picarelle no subúrbio do Rio de Janeiro, como também, recebeu o convite de Felipe Tiago Gomes para trabalhar na instituição, tornando-se próximo do fundador e tendo proposto ao mesmo a ideia de publicação do compêndio sobre a história da Campanha.

O livro não se trata de um escrito sobre a história da CNEC propriamente, mas sim, de um trabalho de investigação desenvolvido, na realização de várias entrevistas com pessoas que participaram e que conviveram com o patriarca da instituição, durante sua infância no Sítio Barra do Pedro na cidade de Picuí/PB, como também em sua juventude. Logo, se configura em uma narrativa biográfica da figura do fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, buscando reforçar alguns preceitos que atribuíam ao fundador à imagem de “um idealista fora de série”, “um homem justo”, “menino sonhador”, “professor e amigo”, é quase um manifesto de exaltação da figura do idealizador do movimento.

Através de *O Predestinado* (1994, v.III) Sebastião Garcia de Sousa elaborou um status para Felipe Tiago Gomes dentro da instituição, status esse que visa engendrar discursos pela instituição na organização e publicação da Coletânea. Sendo provável que o fundador da Rede também endossasse tal discurso, tendo em vista que ao lado do organizador pode colaborar no processo de seleção dos textos que integraram a Coletânea, o patriarca, ao mesmo tempo em que se julgava indigno de homenagens, que essas deveriam ser ofertadas a Rede, não recusava recebê-las. Em um exercício de exaltação do ego. Desse modo, é necessário salientar como afirma Michel Foucault:

a biografia não é um meio de unir a vida e a obra, mas um discurso sobre a vida/morte que ocupa um certo espaço entre o logos e o drama, a biografia procura dominar esta relação apresentando como sujeito absoluto o que é apenas um sujeito possível.(FOUCAULT, 1992, p.12).

A ambição dos organizadores da publicação cercava a ânsia da constituição de uma história absoluta, seus escritos institucionais vangloriavam e teciam homenagens à figura do fundador, pretendiam que através da leitura da Coletânea Cenecista, seus possíveis leitores tivessem acesso ao que no seu ponto de vista era posto como a “essência e a verdade incontestes da instituição”, os escritos institucionais da Campanha se apresentaram como os Evangelhos da História da CNEC e da vida de Felipe Tiago Gomes. Como se observa na citação de Sebastião Garcia de Sousa:

Na tentativa de oferecer subsídios para o entendimento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, busquei, desde 1976, vivenciar as peripécias do menino Felipe, sua caminhada estudantil e a gloriosa aventura de Fundador da CNEC (SOUSA, 1994, v.III, p.575).

A criação, expansão e crescimento da CNEC são atrelados na Coletânea a história de vida de Felipe Tiago Gomes, que agiu de modo a “conquistar seguidores em uma saga gloriosa pela democratização da educação”, os escritos assumem uma natureza laudatória e apologética.

O quarto e último volume da Coletânea foi encerrado com a obra *A Força de Um Ideal*. Em tal livro, publicado originalmente em 1986, Felipe Tiago Gomes apresentou uma seleção de 17 discursos frutos de sessões solenes, nas quais recebeu títulos de cidadania em 16 estados, em tais discursos encontra-se a fala de personalidades políticas que através de sua atuação proporcionaram a difusão da CNEC pelos estados da Federação. Os discursos do fundador inseridos na Coletânea, apontam a preocupação da entidade em destacar seu idealizador como uma figura política, que esteve ligada à esfera de influência do poder público.

Segundo o fundador, através do escrito: “quis consignar neste livro os pronunciamentos, também, de pessoas que investidas temporariamente do poder de autoridade, reconheceram os méritos da filosofia cenecista” (GOMES, 1994, v.IV, p.704). O livro buscou exaltar as personalidades políticas que através do exercício de cargos públicos subsidiaram a entidade com projetos de lei ou bolsas de estudo. A ligação com esses grupos foi fundamental para que a CNEC conseguisse manter suas atividades nos diferentes momentos históricos vividos pela instituição e pelo país. A Campanha não se colocou como oposta ao Estado vigente, mas sempre buscou se aproximar dos diferentes governos, para que subsidiassem suas ações, tais relações eram necessárias para que a Rede pudesse manter suas

atividades, caso bastante comum entre outros casos analisados pela história da educação no século XX.

1.2 A EMERGÊNCIA DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE: CNEC E A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL UM DEBATE POLÍTICO

A Coletânea Cenecista, em seu processo de publicação, estava ligada as tessituras narrativas que buscaram construir versões institucionais da história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Tendo sido tomada como objeto de estudo nessa pesquisa é fundamental no ofício do pesquisador o cuidado em examinar as fontes com atenção, principalmente quando se tratam de escritos institucionais, dado que nenhuma fonte é neutra, portadora de uma verdade absoluta, estando o processo histórico de implantação e consolidação de dada instituição posto em seu enredo, não pode ser tomado como tal, mas sim deve passar pelo olhar arguto do historiador que através da operação historiográfica (CERTEAU, 2010) deve inquirir as fontes por meio de questões problemas.

Para César Arnout de Toledo:

uma fonte pode ser entendida como o ponto de origem, a nascente a partir da qual uma necessidade é atendida. Para uma pesquisa histórica significa, fundamentalmente a base o ponto de apoio, o repertório dos elementos que definem os fenômenos cujas características se busca compreender [...] cabe ao pesquisador o cuidado de examinar a fonte sem se submeter a ela, ou seja, sem torná-la como peça portadora da verdade sobre os fatos históricos. Não existem documentos neutros. Desconfiar da fonte e das intenções de quem a produziu é um procedimento que, devidamente respaldado na contextualização e na história da peça documental, pode significar o primeiro passo para a construção de uma nova perspectiva (TOLEDO, 2012, p. 257).

Os escritos institucionais, quando se referem à imprensa escolar, podem fazer circular informações sobre o trabalho pedagógico, sobre o aperfeiçoamento das disciplinas e da prática docente de dada instituição, sobre como se organiza através de seu sistema de ensino, sobre as reivindicações das diversas categorias profissionais que compõem tal comunidade, tais escritos, sejam eles periódicos ou não. No caso da Coletânea, fruto das comemorações do aniversário de cinquenta anos da Campanha, se configura em um microcosmo da instituição, que quando apropriada pelo pesquisador, em seu processo de pesquisa, proporciona informações ricas sobre o campo educacional e o caleidoscópio sobre a história da instituição.

Em um discurso apologético os textos da Coletânea apresentaram como razão fundamental para a criação da Campanha a necessidade de se democratizar o Ensino

Secundário, que na época se encontrava concentrado principalmente no setor privado. Em grande medida, essa modalidade de ensino era liderada pelas escolas confessionais católicas, essa foi a tônica principalmente na primeira metade do século XX, a Campanha estaria realizando uma “missão civilizatória de retirar os incultos das trevas da ignorância” (GOMES, 1994, v.I). Do ponto de vista da história institucional da CNEC, tal ação partiu dos próprios fundadores dado que:

não tiveram dinheiro fácil para estudar. Alguns passaram fome para fazer seu curso ginasial. Outros só compravam alguns sapatos quando velhos, de tão estragados, não podiam ser usados. E lhes revoltava ver tantos jovens desejosos de outros horizontes culturais e proibidos de alcançá-los (GOMES, 1994, v.I p.37)³⁵.

De maneira geral, na história da educação a origem dessas escolas se encontra nos pensionatos de estudantes bolsistas universitários, tais pensionatos tinham como finalidade disciplinar e ordenar os discentes (NASCIMENTO, 2013). Tal fato é observável na própria criação da então Campanha do Ginásio Pobre (CGP), quando Felipe Tiago Gomes e os colegas de curso pré-jurídico, que moravam na Casa do Estudante em Recife, resolveram fundar a Campanha em 1943.

Na época da implantação do Ginásio Castro Alves na cidade do Recife, o ensino secundário, era dividido em duas partes: o curso ginasial de quatro anos e o curso colegial de três anos. O mais comum era que as crianças ao concluírem o primário, repetissem tais anos ou simplesmente parassem de estudar, em virtude do difícil acesso ao ensino secundário, dada à escassez de escolas públicas e as altíssimas mensalidades da Rede Privada. Segundo João Batista da Silva ao analisar a inserção da CNEC no Estado do Piauí (SILVA, 2010), a Rede Privada era responsável por 80% da quantidade de alunos que frequentavam esse nível de ensino, destacando ainda mais um ensino voltado para a elite que um ensino popular.

A criação da CNEC também foi reflexo da chamada Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, que iniciou o processo de democratização desse nível de ensino, como também o desenvolvimento de uma educação voltada para a cultura humanística, tendo o primeiro ciclo desse nível de ensino se denominado ginasial e o segundo ciclo subdividido em clássico e científico, o que não significou qualquer caráter de especialização, sendo

³⁵ A CNEC não foi a única instituição educacional a acolher parte da população que tinha dificuldades no acesso ao Ensino Secundário. Com o processo de industrialização a partir de 1909 foram criadas 19 escolas de Aprendizes e Artífices voltadas para o atendimento da população mais carente e localizadas nos grandes centros urbanos do país. De acordo com Almiro de Sá Ferreira: “A análise convencional costuma atribuir a essas escolas um papel quase que exclusivo de formação de mão-de-obra qualificada para atender à demanda do processo de expansão da produção manufatureira-fabril do início do século 20. Discrepando desse ponto de vista, [...] a origem das citadas escolas, entre elas a da Paraíba, guarda uma relação estreita com a montagem de todo um dispositivo de controle social, onde as instituições disciplinares buscam integrar o homem despossuído à nova ordem de trabalho que se instala” (FERREIRA, 1991, p.25).

considerado um curso de cultura geral e de cultura humanística, no qual prevalecia o sistema de provas e exames com vistas a formar uma consciência patriótica nos estudantes (NASCIMENTO, 2013).

Outro fator que dificultava o acesso às escolas privadas era que em sua maioria estavam localizadas nos grandes Centros Urbanos, dificultando a locomoção de estudantes das comunidades interioranas para as mesmas, além dos pais terem que arcar com material escolar, uniformes e outros insumos que oneravam o ensino básico para as famílias populares. A CNEC ofertava assim, um ensino menos oneroso para tais famílias, mesmo que muitas vezes as condições das escolas Cenevistas, postas a funcionar em condições de improviso, não facilitassem o processo educativo.

Segundo Demerval Saviani foi ponto comum nas iniciativas de desenvolvimento educacional do país durante mais da metade do século XX o empenho em reduzir custos e encargos provenientes de investimentos públicos (SAVIANI, 1997). O Estado Brasileiro buscou transferi-los para a iniciativa privada e para as organizações não governamentais ou, pelo menos, dividi-los na tão defendida, forma de parceria. O governo transferia suas responsabilidades para entidades do terceiro setor que pudessem desempenhar as funções que deveriam ser implantadas e efetivadas de forma plena pelas políticas públicas.

Nesse ínterim, a educação, principalmente aquela destinada aos mais pobres, foi tratada na esfera do assistencialismo, o que em parte justifica a crise que o sistema educacional brasileiro enfrenta até os dias atuais. Na perspectiva do assistencialismo Campanhas de massa associadas à educação ganharam espaço e foram beneficiadas pelo governo.

Para a professora Ronalda Barreto da Silva, o tema da comunidade e da educação vista em uma perspectiva assistencialista é um discurso governamental brasileiro recorrente desde a década de 1940, quando surge a Campanha do Ginasiano Pobre, hoje CNEC (SILVA, 2001). Manifestaram-se concretamente com o auxílio do governo, campanhas como a **Campanha de Educação dos Adolescentes e Adultos**³⁶, e a **Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo**³⁷, as quais se preocupavam, entre outros fatores, com a integração da população ao desenvolvimento econômico pela educação das comunidades.

³⁶ Iniciada em 1947 se configura como o primeiro projeto voltado, dentro do cenário das políticas educacionais da época, para a alfabetização e educação de jovens e adultos, diminuição das estatísticas de analfabetismo, se relacionando com o desenvolvimento urbano industrial brasileiro do período.

³⁷ Criada em 1958, visava fazer frente ao problema do Analfabetismo do Brasil, que era visto como um problema histórico.

Nesse sentido a filantropia ganhou espaço nos aparelhos de financiamento do estado, que transferia suas responsabilidades para entidades ligadas a sociedade civil, que prestavam serviços às populações carentes do país. Todavia, segundo a pesquisadora:

a filantropia tem sua própria lógica e atende a interesses específicos ligados a manutenção da ordem os quais nem sempre coincidem com os interesses dos seus assistidos. Fatores como autonomia e liberdade básicas na construção de uma sociedade justa e que tenha como fundamento a cidadania, não convivem com o assistencialismo e a filantropia (ibidem, 2001, p.88).

A partir de 1959, com projetos de Lei destinando subsídios financeiros para a entidade a instituição passou a ser mais criteriosa quanto às condições de funcionamento de suas escolas, era necessário haver um grupo de cem pessoas na comunidade que aceitasse colaborar mensalmente com as atividades das unidades e que fosse apresentando um plano de trabalho para a construção de um prédio próprio para a escola dentro de um prazo limite. Todavia tais orientações geralmente não saiam do papel, tendo os prédios muitas vezes condições insalubres ou inadequados para a vivência cotidiana em sala de aula, como se observa segundo Ivanildo Coelho de Holanda:

O funcionamento da rede escolar da CNEC verificou-se, quase exclusivamente, em prédios de Grupos Escolares até o ano de 1953. Tinha-se em vista o aproveitamento da capacidade ociosa oferecida, em turno noturno, para instalação, em suas salas de outros tipos de curso. Esta iniciativa teve sempre autorização expressa das Secretarias de Educação dos Estados ou das Prefeituras Municipais. No entanto, os prédios nem sempre ofereciam todas as condições para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico junto ao tipo de clientela da CNEC destinada, especialmente ao turno noturno. A partir, portanto, dos primeiros dez anos, às próprias comunidades começaram a sentir o problema, verificando-se daí, os primeiros esforços de construção do prédio próprio. Um reforço a tal necessidade foi a constatação pelos dirigentes da Campanha, em 1957, de que, ao mesmo tempo em que estiveram criando um serviço de Orientação Pedagógica, deveriam empenhar-se em tirar seus cursos dos Grupos Escolares. Desde então, começaram a ser aplicados, com este fim, recursos obtidos por meio de senadores e Deputados (HOLANDA, 1994, v.III, p.542).

O primeiro Ginásio da Campanha fundado em 1943, no Recife, funcionou à noite em uma sala cedida do prédio da Associação dos Contabilistas, segundo relatos dos fundadores na Coletânea, não tinham nem cadeiras para que alunos pudessem assistir as aulas, tendo sido realizada uma campanha para aquisição por meio da sensibilização de grupos abastados da capital Pernambucana para que pudessem melhorar as condições de ensino do estabelecimento. O reconhecimento do ginásio só chegou em 1945 (GOMES, 1994, v.I). E parece que a realidade da criação do Ginásio Castro Alves, se reproduziu principalmente na criação de ginásios da Campanha nas regiões interioranas do país.

Para o Estado era conveniente ofertar vagas de ensino nas Unidades Escolares Cencistas, e muitas personalidades políticas em todo o país galgaram reconhecimento político

por tais ações. Para a CNEC e seus administradores também era conveniente se afirmar como a principal Rede de Educandários a nível nacional no período, sem uma maior reflexão das condições em que esse ensino era ministrado. Segundo a professora Dayse Loraine Moraes de Assis: “O Estado utiliza-se desse projeto, em nome de sua suposta preocupação com a educação da população, a qual tem responsabilidade direta” (ASSIS, 2016, p.80).

O investimento do dinheiro público, em entidades como a CNEC significou, durante mais da metade do século XX em linha de fuga para que o Estado de fato não investisse no sistema educacional público. Dayse Loraine Moraes de Assis, ainda pontua que:

o apoio a tais iniciativas que permitia a criação dos chamados “ginásios gratuitos”, ao mesmo tempo em que atendia, em parte, aos anseios da população em ter, de maneira imediata, o acesso à escola secundária, isentava o Estado de adotar uma política educacional voltada para o oferecimento de um ensino secundário verdadeiramente público, gratuito e de qualidade, em atendimento às reais necessidades da grande maioria da população carente dos serviços educacionais (ASSIS, 2016, p.93).

Os ginásios gratuitos naquela conjuntura atenderam a necessidade imediata de criação de novas vagas de ensino, entretanto, tal ensino oferecido em quantidade, geralmente não se configurava em qualidade, tendo as comunidades que arcar com as consequências de estabelecimentos de ensino mal instalados, professores com baixos salários e formação deficitária, era um movimento com o objetivo de gestar estatísticas positivas referentes aos dados dos indicadores nacionais do governo, principalmente ligados as taxas de analfabetismo apresentados aos órgãos de financiamento internacional. De acordo com o histórico da educação da Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI) em 1933:

as escolas primárias contavam com 21.726 estabelecimentos de ensino oficiais (estaduais e municipais) e 6.044 particulares (inclusive os confessionais). Em 1945, são 33.423 e 5.908, respectivamente. Quanto às matrículas, eram de 1.739.613 na rede oficial e 368.006 na rede particular, em 1933. Em 1945, esses números haviam se alterado, respectivamente, para 2.740.755 e 498.085 (Sinopse Retrospectiva do Ensino no Brasil, SEEC/MEC, s.d., citado por Freitag, s.d., p. 45) (OEI, 2013, p.22).

A abertura de escolas significava assim a urbanização do país e o combate ao analfabetismo, dado que em 1900 a população do Brasil era na ordem 17.438.434, sendo que 65,3% daqueles que tinham quinze anos ou mais não sabiam ler e escrever. Em 1950 com a população brasileira tendo totalizado 51.944.397 habitantes, e a metade dos que tinham, no mínimo, quinze anos, era analfabeta, abrir escolas, criar ginásios era contribuir para a diminuição desses índices. Foi nesse contexto que a CNEC angariou sua expansão, principalmente concentrando suas unidades educacionais em locais considerados periféricos

em relação aos grandes Centros Urbanos que em uma trajetória histórica apresentavam redução nos índices de analfabetismo.

Além de adesão do Estado, a concepção de escolas da comunidade, também se sistematizou a partir da influência de correntes educacionais do período, a partir dos princípios liberais da educação ligados ao movimento da Escola Nova, como por exemplo, o entusiasmo pela educação que enxergava na educação a redenção da pátria, vendo como positivo a abertura em massa de escolas em todas as regiões do país.

Para a professora Ronalda Barreto da Silva (2001) o móvel da iniciativa era o acesso à educação para aqueles que não conseguiam continuar seus estudos, além de deixar indícios da vinculação desses líderes ao movimento educacional denominado “Entusiasmo pela educação”, o qual acreditava que através do processo educacional, seria possível construir uma sociedade democrática.

O movimento do “Entusiasmo pela educação”, idealizado pelo educador Miguel Couto³⁸ acreditava na democratização da sociedade pelo processo de abertura de escolas e o acesso consequente dos grupos populares a ela. Aliado ao “Entusiasmo pela Educação”, a Campanha desenvolveu o que foi por eles denominado de Cencismo, segundo relatos de Augusto Ferreira Neto, mais que um movimento para construir escolas, o Cencismo foi uma filosofia a ser pregada e exercitada por todos aqueles que faziam parte da Campanha (FERREIRA NETO, 1994, v.I), tendo sido o Entusiasmo pela Educação elemento de respaldo para a configuração do discurso da Entidade.

Desse modo, os cencistas acabaram por criar uma filosofia de ensino ligada a Rede denominada de Cencismo, tal filosofia intrincada nos laços que a Campanha tecia nas comunidades onde os estabelecimentos educacionais estavam inseridos defendendo uma concepção de escolas da comunidade ou escolas voltadas para o atendimento da população mais carente. Pregava desde os ideais de Partilha, Solidariedade e Altruísmo ao processo de promoção de atividades voltadas para a manutenção de suas unidades educacionais, como também da própria educação moral das comunidades escolares cencistas, nessa perspectiva a educação era vista enquanto instrumento de redenção da humanidade.

Aproximando-se de uma vertente transformadora da educação, por acreditar que suas escolas deveriam ser fundadas e mantidas por ações das próprias comunidades, semelhantes a outras campanhas educacionais desenvolvidas no período, em que seus participantes

³⁸ Miguel Couto, médico e educador foi um dos pensadores a influenciar o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova lançado em 1932. O intelectual ficou conhecido por sua celebre frase: “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobleva em importância e gravidade o da educação”.

realizavam quermesses, festas populares para angariar fundos para a manutenção das escolas. Através do Cenecismo os gestores da entidade pregavam o ideal de uma escola da comunidade, que fosse gratuita e por ela mantida. O Cenecismo seria fruto segundo Ivanildo Coelho de Holanda da “partilha, a solidariedade e o altruísmo”, que seriam seus traços predominantes (HOLANDA, 1994, v.III, p.476).

Os que se orientavam pelo “Entusiasmo pela Educação” acreditavam na crença de que pela multiplicação de instituições escolares, da disseminação da educação escolar seria possível encaminhar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, colocando o Brasil no caminho de grandes potências mundiais.

O movimento detinha forte crença no quantitativo, quanto mais escolas, melhor, sendo a postura da CNEC de um forte movimento para abertura de ginásios nas mais diversas regiões do país reflexo de tais influências em sua filosofia educacional e que se coloca nos escritos cenecistas (FERRER, 2010), mesmo que essa abertura de ginásios muitas vezes tenha se dado para atender unicamente as finalidades do financiamento do governo para a entidade e tenha se desenvolvido de forma desorganizada estando seus ginásios longe da imagem de templos pregada em sua história institucional.

Como exemplo no ano de 1972, foi aberto o Ginásio Cenecista Pedro Serrão, no Bairro da Liberdade em Campina Grande, em uma casa cedida pelo pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças, prédio esse que foi utilizado como sede do estabelecimento educacional e que foi sofrendo adaptações ao logo do tempo, no sentido de melhor acolher a comunidade escolar ali instalada. Desse modo, parece que o importante na concepção dos líderes do movimento era gerar vagas, abrir as escolas, após a abertura buscar-se-ia melhorias em tais estabelecimentos no que diz respeito ao pagamento de professores, e as próprias condições materiais e físicas de tais escolas.

De acordo com Maria de Lourdes Henriques em 1985 a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade apresentava as seguintes estatísticas: A Campanha contava com o número de 36 estabelecimentos de ensino, localizados em 26 municípios paraibanos e seus distritos respectivamente Bayeux 01, Barra de São Miguel 01, Boqueirão/sede 01, Boqueirão/Alcantil 01, Boqueirão/Bodocongó 01, Boqueirão/Caturité 01, Cabaceiras 01, Cajazeiras, 01, Camalaú 01, Campina Grande/sede 03, Campina Grande/Boa vista 01, Campina Grande/Galante 01, Campina Grande/São José da Mata 01, Coremas 01, Itatuba 01, João Pessoa 03, Juazeirinho 01, Livramento 01, Mogeiro 01, Monteiro 01, Pitimbu 01, Princesa Isabel 01, Santa Rita 01, São João do Cariri 01, São João do Cariri/Caraúbas 01, São

José da Lagoa Tapada 01, São Mamede 01, São Miguel de Taipu 01, São Sebastião de Lagoa de Roça 01, Serra Redonda 01, Umbuzeiro 01, Várzea 01 (HENRIQUES, 1985).

Campina Grande contava, somando com o antigo distrito de Boa Vista emancipado em 1994, com seis unidades educacionais da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. De acordo com Maria de Lourdes Henriques, tais escolas ofertavam ensino nas categorias da educação infantil com o pré e como também a educação secundária com o primeiro e segundos graus regulares e supletivo. Entre as 36 unidades educacionais apenas 13 tinham prédios próprios, as demais funcionavam em instalações cedidas, demonstrando os problemas infra-estruturais que muitos dos estabelecimentos educacionais da CNEC passavam. Em 1985 a Rede contava com 9445 alunos no Estado da Paraíba (HENRIQUES, 1985).

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade defendia em sua gênese a concepção de educação como redenção da sociedade, associada a uma cosmovisão educativa que acreditava na possibilidade desta salvar a humanidade de suas mazelas, de suas fragilidades, de suas faltas (HOLANDA, 1994, v.III). A educação seria quase que uma entidade externa à vida social, estaria em uma esfera transcendente, daí não identificar-se no movimento cenicista no cerne de sua implantação uma crítica direta ao sistema educacional então vigente, mas sim a defesa de uma educação promovida comunitariamente pelos locais em colaboração com o governo.

Estando em voga na época às chamadas Leis Orgânicas do Ensino, publicadas em 1942, também conhecidas como Reforma Capanema³⁹ que culminariam com a LDB em 1961 a lei 4024/61 os administradores da entidade buscaram adequar a estrutura administrativa da instituição a legislação educacional vigente. Segundo a pesquisadora Ariane dos Reis Duarte:

a campanha foi desenvolvendo as suas atividades na perspectiva do discurso vinculado pelo Estado. A articulação das finalidades e ações da CNEC à política desenvolvimentista pode ser considerada como fator de sua expansão, tendo o financiamento do Estado para tal (DUARTE, 2016, p.06).

Nos primeiros anos de atividade a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade não possuía um currículo próprio, ou questionou o currículo então defendido pelos órgãos federais relacionados à educação, mas os gestores da entidade reproduziram o currículo do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro que era referência na época, visando facilitar o acesso dos alunos ao sistema educacional, tendo em vista que não só a CNEC, mas outras instituições privadas

³⁹ Editada em 1942 a Reforma Capanema consistia em uma série de decretos leis na área da educação, denominados Leis orgânicas do Ensino. Em suma eram seis decretos leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Eles deveriam corresponder à divisão econômico-social do trabalho. As Leis orgânicas tiveram vigência até 1961 quando passou a vigorar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (FERRER, 2010).

justificavam a aprovação e reconhecimento de seus certificados de Ensino pela semelhança com o currículo do Colégio Pedro II, como também favorecer os bons olhos do governo para a Campanha, a Rede estava preocupada inicialmente abrir escolas e criar vagas de ensino de todas as formas e nas diversas localidades interioranas, sem maiores preocupações com a qualidade do Ensino ofertado.

Em 1943, quando foi fundada a Campanha, se pautava pelo movimento de Miguel Couto, uma vez que tinha como meta, no discurso oficial da instituição fundar ginásios e colocar o maior número possível de alunos carentes em condição de lutar por uma vaga no ensino secundário e depois por uma vaga no ensino superior. Nesse sentido, não há uma preocupação com o currículo, que sequer é questionador, nem muito menos pelo conteúdo ensinado na instituição.

Havia a crença no poder transformador da Educação por meio do otimismo pedagógico acreditava-se que resolvendo o problema do analfabetismo seria a porta para resolução dos demais problemas, daí a ênfase quantitativa da Campanha no sentido de incentivar a abertura de escolas, a educação como um fator capaz de contribuir para o Progresso do País, uma educação voltada para a exaltação da nacionalidade e a crença inabalável no poder transformador da escola.

Todavia tais elementos favoreciam, que embora houvesse a abertura de escolas, de fato, não fosse garantida a universalização do Ensino Secundário, por exemplo, não estando o Estado obrigado na legislação vigente a essa universalização desse nível de ensino. Deu-se um *boom* de escolas voltadas para o ensino técnico e para a preparação para o trabalho na indústria, com a própria criação do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, mas iniciativas que beneficiavam os industriais e que ainda mantinha a escola enquanto um privilégio para poucos.

A legislação educacional no período de implantação da antiga Campanha do Ginásio Pobre (CGP) no Recife passou por consideráveis transformações que não estavam ligadas unicamente às Leis Orgânicas do Ensino ou a LDB como culminância de um processo em 1961. A constituição de 1946, dentre outras disposições preconizava a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário oficial para todos, sua gratuidade seria determinada a todos aqueles que comprovassem falta ou insuficiência de recursos, o que não se aplicava ao Ensino Secundário, onde aqueles que não tinham condições de dar continuidade aos estudos simplesmente paravam de estudar.

Segundo a professora Dayse Loraine Morais de Assis, em sua dissertação sobre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade no município de Ibicará/BA:

A constituição também atribuiu ao governo a responsabilidade de fixar um Plano Nacional de Educação para todos os graus e ramos de Ensino. Definia percentuais a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educacionais, tanto por parte dos Estados quanto dos municípios; instituiu a liberdade de ensino em todos os graus e ramos, criando também os fundos especiais de educação, e destinando uma parte dos recursos para a assistência aos alunos necessitados (ASSIS, 2005, p.47).

Ante tais mudanças jurídicas no campo da educação, o conselho administrativo da instituição se viu forçado a levar a campanha aos poucos sair de seu estado de improviso e gradativamente elaborar orientações em uma legislação oficial da entidade visando adequar as unidades educacionais da instituição as normas vigentes da legislação educacional nacional, como uma forma de facilitar cada vez mais o acesso da Entidade aos novos fundos criados e as metas associadas à democratização do Ensino pelo Governo. Mesmo diante de uma legislação nacional da educação que beneficiava principalmente o ensino primário, relegando o ensino secundário que era ligado em sua maioria ao sistema privado de ensino, com destaque para as escolas confessionais, que faziam parte dos processos consultivos de elaboração de tais legislações.

Tais fatores, segundo Ivanildo Coelho de Holanda, favoreceram que a Campanha aprovasse seu primeiro estatuto em 1948 no Primeiro Congresso Nacional da Campanha de Educandários Gratuitos.⁴⁰ Seguindo a orientação do Diretor do Departamento Nacional de Educação Lourenço Filho que recomendou a criação de um estatuto para a entidade, no capítulo II art. 4º encontra-se o excerto trazido no volume três da Coletânea (HOLANDA, 1994, v.III, p.481):

Colaborar com o Ministério da Educação e órgãos competentes estaduais e receber dos mesmos a necessária orientação; Difundir o ensino e fornecer material didático gratuitamente às classes menos favorecidas; Fundar educandários gratuitos em todo o território nacional; Assegurar assistência social aos educandos; Promover pesquisas de interesses educacionais; Fundar bibliotecas e órgãos de caráter científico-educacional; Interceder junto a qualquer órgão do poder público no sentido de obter financiamento, verbas para a manutenção da Campanha.

Visando a Rede por meio de tais princípios se ordenar em torno das normas e orientações da legislação educacional do período, como também garantir as verbas necessárias para seu funcionamento.

A política educacional nas décadas de 1930-1940 no período em que Getúlio Vargas estava no poder em relação à educação secundária ressaltava o empenho em orientar e fiscalizar os estabelecimentos de ensino particulares incentivando a expansão de escolas neste setor, sendo assim, a CNEC buscou reforçar seu caráter comunitário, de uma escola que era

⁴⁰ O Congresso foi realizado em Recife na Rua Barão de São Borja, 237 entre os dias 17 a 22 de dezembro.

mantida pela comunidade, por ações de cunho popular e onde os professores muitas vezes atuavam de forma voluntária ou por baixos salários, mas que precisava da ajuda do governo para se consolidar, que passou a ver na campanha uma via menos custosa para o desenvolvimento do Ensino Secundário e para expandir sua oferta educacional, como também para ampliar sua Rede de favorecidos em laços de apadrinhamentos.

A Campanha foi desenvolvendo suas atividades a partir de 1943 na perspectiva de um discurso veiculado pelo Estado, articulando às finalidades propostas pelo Estado para a educação. De acordo com Ronalda Barreto Silva, a campanha se adequou ao ideal desenvolvimentista dos governos populistas da época, e isso pode ser considerado um fator para a sua expansão com o financiamento do Estado (SILVA, 2001). Por meio do reforço ao discurso de escolas da comunidade, de educandários feitos pela e para a comunidade que passou a ser o pilar de sua filosofia, mesmo que isso muitas vezes não se concretizasse, para além das narrativas tecidas na Coletânea, adquirindo a instituição gradativamente o status de Rede Privada de Ensino.

Enquanto o Estado se demonstrou detinha dificuldades quanto à implantação de um amplo sistema público de ensino, a CNEC pôde ocupar os espaços deixados pelo mesmo, principalmente em áreas afastadas dos centros urbanos. Essa ineficiência do Estado foi prodigiosa até a década de 1970. Porém, com o movimento pela redemocratização do país na década de 1980 e a força dos organismos sociais em defesa da escola pública, a CNEC se demonstrou uma instituição que não conseguiu se adequar aos novos paradigmas ligados as escolas públicas, dado que se caracterizava enquanto uma instituição semi-privada (SILVA, 2001).

Para a professora Ronalda Barreto Silva, durante muito tempo, objetivando as graças do Estado (2001, p.22):

A CNEC assume o discurso de uma via entre o público e o privado, entre o Estado e o Mercado, embasando-se para tanto, no mecanismo e no discurso do tema da comunidade. Na realidade, ela se constitui historicamente em uma via de privatização adotada pelo estado, sobrevivendo [...] com recursos advindos dos poderes públicos e nos últimos anos, sofrendo modificações internas para se adaptar às exigências da política educacional. A análise da trajetória da CNEC possibilita evidenciar elementos constitutivos das novas tendências da privatização da educação brasileira, permitindo um melhor entendimento da redução e/ou modificação da intervenção estatal nos serviços essenciais à população, como educação e outras.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade a medida em que ia se expandindo e consolidando, enquanto entidade educacional que passava a ganhar dimensão nacional, buscou construir e manter uma simbologia, como uma representação de unidade da entidade no Brasil, buscando assim frisar a existência de uma identidade homogênea na Rede, que foi

refletida em seus escritos e que por sua vez também ajudaram a construir tal imagem da instituição.

Como toda instituição educativa a CNEC é um organismo vivo, que por meio de sua integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional foi marcada pelo normativismo burocrático e político ideológico (MAGALHÃES, 2004). As instituições educativas em seu trabalho de sistematização transmitem cultura escolar, como também produzem cultura em sua trajetória de constantes transformações.

Aos poucos figuras públicas foram tomando os principais cargos de administração na instituição, a medida em que a Campanha tornava-se dependente dos subsídios do governo, muitas personalidades políticas passaram a fazer parte do quadro administrativo da CNEC, estratégia que visou facilitar o acesso do movimento aos cofres de financiamento do governo, dado que precisava para sua saúde financeira desses subsídios.

Tal relação causou conflitos no interior da instituição onde aos poucos os fundadores originais foram se desligando da mesma⁴¹. Havia, nos primeiros anos de atividade, aqueles que defendiam a aproximação com o governo como necessária para a Campanha, como o caso do idealizador do movimento, que chegou a viajar duas vezes ao Rio de Janeiro em busca de apoio dos órgãos federais.

No entanto, figuras como Joel Pontes, defendiam que a Campanha tentasse desenvolver suas atividades sem o auxílio do Estado, dado que no seu ponto de vista, as escolas eram insuficientes por ineficiência desse mesmo Estado ao qual a Campanha recorria. Esse conflito foi relatado na Coletânea a partir da inserção do livro de Joel Pontes, *Memória Quase história* em que relata tal processo:

é justo que se diga da minha discordância quanto à aproximação pouco antes iniciada com o governo, e cada vez mais estreita, contrariando um dos principais princípios dos nossos dias heroicos, precisamente o de não permitir a interferência de políticos. Parecia-me que se não existiam as escolas gratuitas como o nosso ginásio era por culpa daquele mesmo Governo do qual estávamos procurando depender e parecia-me também que muita gente começava a imitar a gralha da fábula e se enfeitar com as penas do pavão (PONTES, 1994, v.I, p.194).

Houve uma disputa por poder no que diz respeito aos rumos que a instituição tomaria ainda nos anos quarenta, onde os postulados defendidos pelo idealizador do movimento foram considerados, em detrimento das colocações de co-fundadores, como Joel Pontes. Parece que os colegas da Casa do Estudante, acabaram por não compartilhar das mesmas opiniões quanto

⁴¹ Tal fato é narrado por Joel Pontes no escrito *CNEC - Memórias Quase História* que integra o Volume I da Coletânea.

aos rumos que a instituição deveria tomar. Tendo em sua maioria se desligado do movimento, restando à figura de Felipe Tiago Gomes como proposta vencedora e perdurando nos discursos institucionais da história da Campanha, que em uma atitude de centralização tomou os rumos da instituição para si.

Segundo as professoras Silvia Tavares da Silva e Wandery Elias dos Santos, o escrito de Joel Pontes, publicado originalmente em 1977, visou constituir na história da instituição um movimento de conciliação entre o grupo arrefecido na década de 1940, são trazidos de forma a ratificar as ações do idealizador atuando no processo de reafirmação dos discursos de exaltação a ele:

mais de vinte anos depois, a discordância que fez com que Pontes rompesse com o projeto nos primeiros anos de sua atuação, transformou-se no reconhecimento da atitude tomada por Felipe Gomes naquele momento de oposição entre o grupo, pois teria sido a sua persistência em negociar com o governo, que fez a Campanha tomar as proporções de destaque no processo educacional no Brasil (TAVARES & SANTOS, 2017, p.04)

A obra também foi inserida na publicação de forma a buscar apresentar a figura do fundador, como um homem de visão, que tomou as “decisões acertadas” nos caminhos da instituição por ele idealizada, mesmo que outros estudantes que com ele compartilharam das mesmas dificuldades e anseios tenham contribuído e atuado de forma ativa no processo, reforçando assim a imagem de Felipe Tiago Gomes, na memória educacional da Campanha.

Após o silêncio, a partir do referido texto é dado voz aos co-fundadores, mas para enfim confirmarem que estavam errados ao não aprovarem a aproximação da Campanha com o Estado, por exemplo, e que o fundador teria tomado as decisões mais adequadas para o desenvolvimento da instituição, tal movimento reforçou o caráter de articulador político do idealizador da entidade.

A Coletânea Cenecista constituiu a imagem da CNEC como um movimento “apartidário”, crença em tese defendida por seus organizadores, que segundo Ivanildo Coelho de Holanda praticou a “arte do equilibrismo” (HOLANDA, 1994, v.III). Entretanto, o que se observa ao contrário dos postulados da Coletânea, é que a instituição seguiu ajustando-se aos postulados do governo com vistas à manutenção dos financiamentos, não houve um equilibrismo, como posto, pela publicação, mas sim um movimento natural ligado ao contexto histórico pela sobrevivência da própria instituição.

A Campanha se efetivou na defesa das concepções educacionais dos governos vigentes, associadas ao desenvolvimentismo, patriotismo e civismo, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Não se colocou como opositora do Estado, mas sempre buscou o apoio auspicioso de deputados, ministros e figuras que pudessem garantir as atividades da

instituição. A ideia de um movimento, no qual o estado não interferisse, talvez tenha existido no cerne de sua gestação, mas não se consolidou na prática.

Ao problematizar as relações entre o Estado e a CNEC, observa-se aquilo que Écio Antônio Portes denominou de “adesismo auspicioso ao Estado”, não podendo desprezar os adjutórios financeiros advindos dos governos, a CNEC gradativamente adequou a sua filosofia na defesa das bandeiras dos governos vigentes, dado que: “O Estado não quer só financiar a produção intelectual para empreender políticas públicas, ele quer, sobretudo, a nossa submissão a elas” (PORTES, 2009, p154).

A memória educacional oficial da CNEC, construída a partir da Coletânea, coloca que dada à aproximação com o Estado, o fundador da instituição teria cedido espaço para que pessoas ligadas ao quadro político pudessem administrá-la, no entanto teria permanecido aos olhos da história da Campanha como um guardião de sua filosofia, sua presença visou à preservação do chamado “espírito Cenecista”, que ofereceu seu sopro inicial, “um sopro divino” ao movimento, “de uma escola para os desprovidos de recursos, uma escola para os pobres”, entretanto observa-se que o fundador, angariou prestígio político junto a essas personalidades, e sua presença visava preservar essa relação do Estado como principal mantenedor da instituição.

Carla Veruska Azevedo (2006) dedicou ao estudo da CNEC no Espírito Santo, um dos estados onde a Rede mais se desenvolveu. Ela afirmou que os administradores e fundadores da CNEC no Espírito Santo, como Christiano Dias Lopes Filho, chegaram a galgar cargos políticos, como o governo estadual e aonde a Rede conseguiu emendas estaduais e municipais para sua manutenção; apontou como fundamental a ajuda financeira por parte dos poderes públicos para a manutenção e sobrevivência da Campanha.

Tendo sido fundada nesse Estado no ano de 1948, como cita Felipe Tiago Gomes, na Coletânea ao afirmar que a CNEC no Espírito Santo:

Destacou-se, em organização, a Diretoria da Campanha no Espírito Santo, sob a presidência do então acadêmico de Direito Christiano Dias Lopes Filho, que soube organizar a melhor Seção, com reflexos positivos em toda a extensão cenecista. Foi ele quem primeiro, fora do território pernambucano, comemorou solenemente a fundação da Campanha; foi também aquele companheiro que obteve a primeira ajuda federal ao movimento e ainda socorreu a entidade nas fases mais difíceis, quando ela iniciava sua caminhada nas terras do Sul (GOMES, 1994, v.I, p.93).

Segundo a autora, os colaboradores da CNEC no Espírito Santo, mas podendo pensar tal postulado no panorama da Campanha, ou por ideias ou por suas aspirações políticas, levaram aos moradores da maioria dos municípios do interior brasileiro a oportunidade de realizar estudos elementares, tendo em vista que o Estado não conseguia atender a todos os

municípios e os cidadãos em sua maioria, não possuíam recursos para estudar na capital ou em outros estados, sendo as taxas de analfabetismo na primeira metade do século XX no Brasil em torno de 80% da população concentrada principalmente nas comunidades interioranas e na zona rural (PAIVA, 1987).

Em sua produção discursiva, atendendo aos interesses do estado a Campanha idealizava uma escola secundária que iria mais longe do que simplesmente transmitir conteúdos ou preparar para o Ensino de Grau Superior. O Cenecismo enquanto uma filosofia que fundamentava as ações da Rede pregava uma escola que formasse para uma verdadeira “consciência patriótica”, de homens portadores das “concepções e atitudes espirituais que é preciso difundir nas massas”, que “é preciso tornar habituais entre o povo”, o que demonstra que longe de se configurar em um movimento apartidário, como se apresenta nos escritos institucionais da Rede, a Campanha tinha sim, posições políticas bem definidas.

Desse modo, de acordo com Carlos Eduardo Vieira, pode-se elencar que a forma como a CNEC desenvolveu o cenecismo e buscava que tal filosofia fosse repercutida nos estabelecimentos educacionais da Rede, se aproxima da ideia de intelectual orgânico de Antônio Gramsci no sentido de caracterizar o intelectual enquanto um dirigente e organizador da cultura, voltado a pensar formas de atuar sobre a massa e moldar as maneiras de pensar de tais grupos, principalmente observando os públicos que de maneira geral eram atendidos pela CNEC (VIEIRA, 2008).

Na difusão das ideias da Campanha em sua fase inicial o grupo de estudantes do Ginásio Pernambucano resolveu publicar um Boletim, denominado *Boletim da Campanha do Ginasiano Pobre*, ou *Boletim da CGP* (GOMES, 1994, v.I), no processo de pesquisa para esse trabalho não foi possível encontrar exemplares de tal publicação, que segundo informações da própria Rede teriam sido extraviados em um processo de mudança de sede da instituição, outros pesquisadores da temática, também com eles não tiveram acesso, sendo conhecidos unicamente alguns trechos que integram a Coletânea e que foram selecionados pelo próprio fundador⁴².

O Boletim da CGP foi o primeiro impresso institucional da CNEC, através dele a Campanha buscou em sua fase inicial divulgar suas ideias, como também através de um exercício de proselitismo, catequisar novos sujeitos para sua causa. O Boletim, publicado pela primeira vez em 30 de agosto de 1943, foi uma ferramenta para divulgação em meio à

⁴² Também se consultou os arquivos da Fundação Joaquim Nabuco no Recife, na qual não constavam exemplares da publicação pioneira da então Campanha do Ginasiano Pobre.

sociedade recifense da época, da necessidade de se criar um Ginásio gratuito que atendesse aqueles que não tinham condições de arcar com as mensalidades do Ensino Privado. Tal Boletim não foi vendido, mas era alvo de uma campanha panfletaria dos seus organizadores, com o objetivo de atingir o maior raio de circulação possível visando assim angariar apoio para o movimento ao mesmo tempo em que tornaria conhecido.

Através da publicação, os líderes do movimento pretenderam apresentar suas concepções no que diz respeito ao acesso e a democratização do Ensino Secundário, como também promover adesão de novos nomes ao primeiro quadro da administração do movimento como também em uma tentativa de que, por meio de tal aspecto, demonstrar uma adesão popular a sua causa, ao mesmo tempo esforçando-se para legitimar suas ações em tal campo. Como demonstra a citação extraída da Coletânea Cenecista, sobre essas primeiras adesões:

Li o Boletim da C.G.P. Tocou-me tão grande iniciativa. Sou um estudante pobre. Tenho obrigação de ajudá-los nessa brilhante Campanha, que é uma realização única de humanismo sadio. Darei meu esforço, meus braços, minha voz, minha pobre pena. Darei tudo. E contem comigo. Abraços. Sou J. Cabral⁴³ (GOMES, 1994, v.I, p.39).

J. Cabral se define enquanto estudante pobre, no que dizia respeito às dificuldades quanto à aquisição dos uniformes e materiais escolares vendidos pelas instituições privadas de educação, ante a insuficiência de estabelecimentos públicos de ensino, por não conseguir vagas em tais educandários dada a enorme procura e os processos seletivos para admissão⁴⁴. Ter que trabalhar durante boa parte do dia e não encontrar cursos noturnos que pudessem acolhê-los. A educação sendo entendida então como artifício destinado a grupos da elite, tendo tais jovens que estabelecerem linhas de fuga quando as barreiras encontradas para a obtenção do acesso a educação, o Boletim objetivava sensibilizar tais grupos, que em tese compartilhavam das mesmas dificuldades que os membros do Ginásio Pernambucano.

Através do Boletim da CGP a Campanha buscou construir ou reforçar estereótipos associados à imagem de seus fundadores que sofreram as “agruras de uma escola do lucro”, jovens pobres, que convocavam outros jovens pobres a colaborarem com a sua causa, em uma tentativa de internalização e projeção de valores associados ao movimento, os jovens de Recife, pretendiam por meio de sua instituição a defesa dos ideais por eles tomados como pilares para a implantação do primeiro ginásio ligado a campanha, visavam tecer narrativas

⁴³ Conhecido como J. Cabral, sem maiores informações sobre o mesmo no impresso, trazido pelo fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, então Campanha do Ginasiano Pobre na Coletânea

⁴⁴ Não se obteve maiores detalhes sobre a realização desses processos de admissão, havendo referências superficiais na Coletânea.

identitárias que despertassem o interesse daqueles que tomavam conhecimento da existência da campanha com suas causas e a trajetória pessoal de tais sujeitos.

A identidade, tida como algo em constante transformação se apresenta como uma costura, uma sutura dos sujeitos à realidade que os cerca, podendo variar de acordo com as mudanças e conjecturas históricas que compõem tal realidade. Esses diferentes processos de subjetivação atuam no sentido de estabilizarem os sujeitos em relação à posição por eles ocupada, exercida frente aos mundos que o cercam (HALL, 2005). Para isso, valores são internalizados, significados são produzidos e ressignificados e ao propagar seus discursos por meio do Boletim da CGP os fundadores da CNEC buscaram gestar identidades que contribuíssem com as causas de seu movimento.

De acordo com Stuart Hall fazendo referência a concepção de identidade a partir da sociologia clássica a identidade:

é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. O Sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem (HALL, 2005, p.11).

Por meio do Boletim os organizadores do impresso ansiavam por fazer com que os sujeitos tendo contato com tais textos absorvessem os ideais e princípios educacionais da Campanha de modo a ocuparem para além do “eu real”, sólidas localizações como indivíduos sociais, entre a formação de identidades que não são fixas e estão em disputa, a CNEC buscava aproximar tal formação dos postulados filosóficos da Campanha de modo que se traduziriam no esforço de colaboração com o movimento, seja financeiramente ou entrando para os quadros profissionais da entidade.

Os fundadores da instituição buscavam, por meio do Boletim, sensibilizar outros jovens, como também a sociedade Recifense, principalmente os grupos considerados de grande capital no auxílio ao seu movimento, não só o auxílio financeiro, mas sim no sentido de reproduzirem a crença em sua filosofia de escolas da comunidade, que como se viu não garantiam de fato, o ensino de boa qualidade que colocassem tais jovens em condições de concorrer, por exemplo, com os alunos da Rede de Ensino Privada, e expondo as comunidades a mais encargos:

Formai em nossa fila. Adotai o nosso lema e dizei conosco: Queremos fundar um ginásio para o moço pobre! Sacudi de vosso coração e de vossa alma as cinzas dessa inércia improdutiva e mesquinha e pensai nos sublimes princípios da solidariedade humana. Estirai vossa mão de estudante rico em auxílio do jovem anônimo e inteligente que também deseja, quer estudar. Um ginásio para o pobre! Que seja essa a frase para vós, ó moços, uma oração de todos os dias, uma prece de todas as horas, uma jaculatória de todos os momentos. Vamos, moço, coragem! Ânimo! No alicerce de nossa Campanha, queremos a pedra de vossa cooperação! (GOMES, v.I, 1994, p.43).

A Campanha, mergulhada em seu ideal de comunitarismo, de uma escola que deveria em seu discurso institucional nascer das mãos das comunidades, buscava responsabilizar a comunidade no sentido da promoção da educação básica, sem apresentar críticas ao governo ou ao sistema educacional vigente de forma contundente, buscava levar as comunidades do interior do país que a mudança da realidade em que viviam de dificuldade no acesso ao ensino elementar, estaria no esforço de articulação da própria comunidade em colaboração com o Governo. Os grupos sociais que se colocavam em melhores condições em relações aos grupos populares tinham quase que, aos olhos dos integrantes do movimento, um dever ético e moral de colaborarem com a sua causa.

De acordo com o fundador da entidade no volume que abre a Coletânea (GOMES, 1994, v.I), além da elaboração do primeiro Boletim também estiveram presentes na fase de divulgação das ideias da Campanha em Pernambuco o Teatro do Estudante⁴⁵, que realizou seus espetáculos no ano de 1943 em Recife e idealizado por Joel Pontes e a realização de duas Semanas de Cultura Nacional, ocorridas em 1944 e 1945 respectivamente na cidade de Recife. Tanto o Teatro do Estudante, como as Semanas de Cultura Nacional, foram às primeiras tentativas da Campanha no sentido de inserir em seu quadro administrativo personalidades públicas e a legitimação de suas ações ante uma intelectualidade, como forma de conseguirem uma cobertura ideológica, e respaldo para suas atividades.

O Teatro do Estudante, que teve como seu primeiro diretor Florêncio Teixeira, estudante de odontologia no Recife, tratou-se de um grupo teatral no qual os próprios fundadores da Campanha escreviam, produziam e encenavam as peças no intuito de que com a arrecadação dos espetáculos pudessem financiar as primeiras ações da Campanha. Tais espetáculos, muitas vezes, realizados de forma improvisada eram apresentados principalmente nos bairros proletários do Recife, mas também tendo sido apresentados em outros Estados como o caso da Paraíba.

⁴⁵ “O Teatro do Estudante de Pernambuco é criado em 1940, e, até o ingresso de Hermilo Borba Filho no grupo, produz um teatro de cunho amador, com pouco compromisso artístico. Hermilo Borba Filho é convidado a assumir a direção artística da companhia em setembro de 1945. A partir de 1946, já sob o seu comando, o Teatro do Estudante de Pernambuco passa por um período de reformulação de objetivos e reestruturação, assumindo um papel de importância singular na consolidação da modernidade teatral no Nordeste não somente por seu fomento a uma dramaturgia ligada à cultura da região, mas também pela preocupação de levar um teatro de qualidade às camadas economicamente menos favorecidas da sociedade [...] Em sua trajetória, integram o Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), além de Hermilo Borba Filho, Ariano Suassuna, Aloísio Magalhães, José de Moraes Pinho, Joel Pontes, Genivaldo Wanderley, Gastão de Holanda, o músico Capiba, e outros”. **Fonte:** Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo404785/teatro-do-estudante-de-pernambuco> Acesso em 23 de abril de 2019.

Aos olhos dos organizadores da Coletânea, para além de divulgar os ideais do movimento e obter recursos que a custeassem, o Teatro do Estudante também se configurou em um espaço de lazer para os grupos que habitavam as periferias nas quais os espetáculos se davam. O Teatro como meio de divulgação em meio aos grupos populares, também foi um espaço para a germinação de nomes do teatro brasileiro como o caso dos escritores Ariano Suassuna e Hermílio Borba Filho. Ao lembrar de tais personagens, na construção de uma memória educacional os organizadores do impresso buscaram atrelar a expansão da entidade a passagem desses pela Campanha (GOMES, v.I, 1994), o sucesso que tiveram foi resultante da passagem deles pela instituição.

Como uma forma de obter dos grupos intelectuais do Recife, apoio na implementação da Campanha, o grupo de pioneiros do movimento também promoveu entre os dias 15 e 21 de abril de 1944 a Primeira Semana de Cultura Nacional⁴⁶, convidando várias personalidades do meio social da época para participarem de uma semana de debates que visava divulgar a Campanha em meio à intelectualidade, e conseqüentemente obter seu apoio. A Campanha ganhou assim, segundo Felipe Tiago Gomes aponta na Coletânea, espaço nos jornais como também nas rádios tornando-se cada vez mais conhecida na cidade de Recife (GOMES, 1994, v.I).

Ao relatar a organização do Teatro do Estudante como também das Semanas de Cultura Nacional nos primeiros anos de estruturação a Campanha pretendeu enaltecer a imagem de seus fundadores, como exemplos a serem seguidos pelas novas gerações de cenecistas, ao mesmo tempo em que tentou manter viva a memória de um passado heroicizador dos pioneiros do movimento constituídos pelo discurso institucional da entidade como pessoas que teriam sido “idealistas” e “altruístas” que chegaram abrir mão da própria vida pessoal em prol da concretização dos projetos da então CGP.

A rapaziada raramente ia a festas, cinemas, reuniões sociais. Todas as horas disponíveis eram dedicadas à C.G.P. Agora, estavam mais com uma frente de lutas: a do comparecimento do maior número de pessoas às sessões da “Semana”. E a elas não falta um: o salão não podia ficar vazio. Na aula, na Casa do Estudante, na rua, em toda parte onde avistavam um simpatizante da causa, um amigo, um conhecido, insistentemente era solicitada a sua presença às conferências. Houve até quem mudasse de direção quando nos reconhecia... Para muitos, nós não passávamos de uns impertinentes ou como vulgarmente se diz, uns “chatos” (GOMES, 1994, v.I, p.48).

Nesse sentido, percebe-se que o idealismo, tratado enquanto uma filosofia de vida representava valores morais a serem seguidos por todos aqueles que almejavam mergulhar no

⁴⁶ Na Coletânea não há mais informações quanto à realização da Segunda Semana de Cultura Nacional, apenas uma nota de Felipe Tiago Gomes citando a realização da Semana no ano de 1945.

universo cenecista. Tratava-se, sobremaneira, de uma produção discursiva que englobava a CNEC e que por meio da produção de seus escritos institucionais, esperava-se que também englobassem a Rede de escolas por ela mantida.

Os Cenecistas históricos têm suas vidas construídas na história institucional como que detentores de uma moral ascética, mártires da causa da educação que teriam abdicado dos “prazeres” da vida para servirem aos pobres. No entanto, até que ponto esse discurso ascético se aplica? Não teria sido uma escolha pessoal participar do movimento, e não teriam tais jovens galgado novas posições sociais a partir da Campanha?

Porém a imagem construída é que tais jovens, “teriam amargado uma vida sem sabor, pelo bem maior”. Elencando tais personagens de maneira apologética não problematizando que muitos deles usaram a Campanha como trampolim para outras esferas de influência, inclusive o próprio fundador que nos primeiros anos de atividade da CNEC foi prefeito de sua cidade natal Picuí-PB, que também colaborou para que discursos como esse fossem reproduzidos em uma memória histórica e educacional do movimento.

Os discursos, aqui entendidos na concepção de ORLANDI (2007), atuam no sentido de constituir a própria sociedade enquanto uma realidade a ser estudada, e não o sentido inverso, a sociedade como produtora de discursos, desse modo, eram esses discursos associados ao idealismo enquanto uma filosofia de vida, que constituíam a CNEC enquanto tal, tendo em vista que as instituições escolares prezam por processo de construção da memória das mesmas a apreensão de elementos que por ventura ofereçam identidade a sua organização, discursos que conferem sentido único ao cenário social do qual fez ou ainda faz parte sofrendo sucessivas transformações ao longo dos tempos.

1.3 O CRESCIMENTO DA CNEC E O APOIO AUSPICIOSO DO ESTADO: “A CAMINHADA CENECISTA”

A partir de meados do século XX, aliados aos princípios da democracia liberal os grupos industriais urbanos passaram a enxergar o investimento em educação enquanto um instrumento de mudança da realidade social e de desenvolvimento econômico para o país, gradativamente, assistiu-se o crescimento da indústria, de grupos que defendendo os princípios liberais, passaram, segundo (SILVA, 2001) a promover Campanhas de massa em prol da alfabetização de adultos. Tais campanhas, de iniciativa popular, eram mantidas pela realização de festivais, arrecadação de selos, quermesses e demais atividades comunitárias que por ventura pudessem subsidiá-las, se configurando em novas fontes de recursos, como se observa de acordo com Ivanildo Coelho de Holanda:

ela conta com a própria comunidade como um campo do qual recebe manutenção, diretamente através de sócios e, indiretamente, através de todos aqueles que, de alguma forma, colaboram com os sócios em campanhas e outras realizações em seu benefício (HOLANDA, 1994, v.III, p.545).

Havia no período de criação da Campanha do Ginásiano Pobre, e isso é observável na Coletânea Cenecista ao retratar as ações do movimento no período sob a crença na educação e no poder da ciência disciplinar, o homem para a sociedade capitalista esteve presente nos discursos e reformas educacionais. A educação passou, assim, a ser considerada fator fundamental para o desenvolvimento social e econômico da nação, e não só civilizatório (LOMBARDI & NASCIMENTO, 2017).

Esse discurso pode ser observado na Coletânea ao trazer o depoimento de um dos fundadores do movimento, Joel Pontes, estabelecendo os princípios educacionais que nortearam as ações da então Campanha do Ginásiano Pobre:

Nosso ideal é colaborar na formação de uma consciência nacional, ajudando a eclosão de personalidades e inteligências talvez brilhantes que se perdem por falta de solidariedade nossa. Queremos os ginásianos pobres – pequenos empregados, operários, trabalhadores – todos conscientes de que existe uma sociedade em cujo seio vivem, conscientes dos seus deveres para com nossa sociedade [...]. Queremos homens que não leiam somente as notícias dos jornais – mas que saibam opinar, que compreendam a influência delas na vida de todos, e o que elas representam como evolução do mundo, como vitória do Bem e como motivo de vida. Aceitamos de melhor grado, do que se recebêssemos dinheiro, colegas animados pelo nosso ideal (PONTES *apud* GOMES, 1994, v.I, p.42):

Por meio da Campanha objetiva-se criar consciências obedientes aos postulados pelos idealizadores do movimento defendidos voltados para uma educação para o trabalho, que assumissem suas responsabilidades sociais que se traduziam na colaboração para com as atividades da entidade que deveria ser movida pelos “laços de solidariedade”, citados por Joel Pontes. Pretendia inculcar, gerar comportamentos associados ao serviço prestado às unidades educacionais que por sua vez se traduziriam na ótica dos pioneiros da CNEC enquanto um trabalho ofertado ao “soerguimento da pátria e da grandeza nacional”.

Nesta mesma sessão da Coletânea também foi apresentado o depoimento de Carlos Luiz de Andrade que exprime a ideia da associação e participação do “povo” como forma de expansão do acesso à escola para os dela excluídos. A Campanha em sua fase inicial buscava tratar a comunidade como corresponsável pela realização do que era visto como avanços no Campo da Educação para a época (ANDRADE *apud* GOMES, 1994, v.I, p.42):

Com o surto de necessidades cada vez mais prementes, os colégios se foram tornando deficientes por incapazes de suportar o grande número de interessados, pelos horários inconvenientes aos que trabalham, etc.. Essas deficiências são justificáveis, desde que é sabido ser impossível tal empreendimento sem ajuda do próprio povo. As provas estão nos regimes totalizantes que, tomando a si toda a iniciativa, restringem a própria pessoa dos indivíduos, ou a fazem desaparecer. Foi

pensando justamente nisso, que iniciamos esta CAMPANHA DO GINASIANO POBRE, para colaborar com o governo na obra de soerguimento cultural da pátria.

O grupo de Felipe Tiago Gomes configurava de acordo com a Coletânea, uma alternativa, mais econômica para os cofres públicos de democratização do Ensino, dado que, a exemplo do Ginásio Castro Alves em Recife, que funcionou em uma sala cedida no Prédio dos Contabilistas durante o turno noturno, para a criação do primeiro núcleo educacional da Campanha, primeiro se criava a escola, atendendo as demandas das comunidades locais, depois se regularizava a situação jurídica dos estabelecimentos, mesmo que tendo sido tais aspectos um dos empecilhos para o não reconhecimento da entidade em 1945.

De acordo com a história institucional o idealizador do movimento visitou no Rio de Janeiro personalidades políticas ligadas ao Ministério da Educação no intuito de em um regime de pistolões, através de favores políticos conseguir o reconhecimento da Campanha. Inicialmente procurou a primeira dama da república, Darci Vargas⁴⁷, que no período já atuava em campanhas assistencialistas. Através de seu apoio tentaram contato com o Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema, não conseguindo o reconhecimento da instituição por parte do Ministério, dada a falta de documentação da entidade, não havia um regimento, um organograma, que só passou a ser organizado a partir de então com a orientação do educador Lourenço Filho, que na época era Diretor do Departamento de Ensino Secundário, obtendo o reconhecimento no ano de 1946.

Não conseguindo o reconhecimento da Campanha do Ginásio Pobre em 1945, mesmo com os esforços de divulgação da Campanha em outros estados, e os dilemas quanto a recorrerem ou não as benesses do governo para sua manutenção, os jovens que integravam o movimento, entre eles o seu fundador, acabaram por se envolver nas eleições⁴⁸ de 1946, muitos se filiando a UDN (União Democrática Nacional), que fazia oposição ao governo que, por conseguinte não havia reconhecido a Campanha. Apoiando o fim da ditadura varguista, que liderada por Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde Pública, teria negado o reconhecimento da entidade.

⁴⁷ Darci Vargas fundou em 28 de agosto de 1942 a Legião Brasileira de Assistência –LBA. A Legião Brasileira de Assistência foi criada em parceria com o Estado e com o empresariado brasileiro e se fixou como instituição fortemente marcada pelo trabalho voluntário feminino. Contudo, foi além de seu objetivo inicial e organizou, desde os primeiros meses de atuação, uma rede de assistência que, por intermédio do voluntariado, abrangeu todo o território nacional. Em alguns casos específicos, a LBA prestou assistência social a grupos sociais que nunca haviam sido alcançados pelo poder público no Brasil.

⁴⁸ Felipe Tiago Gomes se candidatou a prefeito de Picuí –PB, sua cidade natal, tendo sido eleito o prefeito mas jovem do país, mas só ficou nove meses no cargo, retornando para Recife e reassumindo suas atividades na Campanha.

Para eles na fase inicial de criação e instalação do Ginásio Castro Alves o governo não teria sido muito simpático a Campanha, todavia após as eleições tal aproximação começou a se dar de forma mais efetiva, tendo sido a própria sede da Campanha transferida para a capital federal o Rio de Janeiro, iniciando assim, uma nova fase na vida da instituição, que culminaria com a mudança de sua própria sigla denominativa. A professora Ronalda Barreto Silva afirma que:

o período de 1946-1969 caracteriza-se como a segunda fase da trajetória da Campanha, identificada pela franca aproximação com o poder público e por sua expansão em outros Estados da Federação. É durante essa fase que sua denominação é modificada de Campanha do Ginásio Pobre, C.G.P., para Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, CNEG (SILVA, 2001, p.101).

Inicialmente os integrantes do movimento enxergavam que o termo “Pobre” presente na sigla da instituição até então não se adequava aos princípios de uma Campanha que pretendia tornar-se de nível nacional. Para tanto, o termo, apresentava-se como uma simbologia associada a campanhas de caridade, à obras de cunho sentimentalista (GOMES, 1994) e esses não eram os ideais que os jovens fundadores queriam. Para tanto, em 1945 resolveram promover uma mudança na sigla da instituição que passaria a se denominar, Campanha de Ginásios Populares⁴⁹.

Na administração do Presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), foi criado o Plano SALTE, que visava desenvolver os setores de base da economia nacional. O Plano Salte tinha como objetivo estimular o desenvolvimento de setores como saúde, alimentação, transporte e energia. A educação foi inserida como uma estratégia de desenvolvimento, todavia a ausência de uma melhor organização jurídica por parte da Campanha dificultava o recebimento de fomentos advindos do Governo. Sob as orientações do professor Lourenço Filho, que simpatizava com a iniciativa da Rede, diretor do Departamento Nacional de Educação a Campanha elaborou seu primeiro estatuto⁵⁰, como também realizou seu primeiro congresso, com a presença de representantes de vários estados onde a Campanha havia sido instalada. A partir de tal posicionamento, o movimento passou a contar com a participação de pessoas ligadas ao Estado em seu quadro administrativo (DUARTE, 2014).

⁴⁹ Entretanto no período em questão, o Partido Comunista vivia um momento de ascensão, seu quadro político havia conquistado muitos cargos no Congresso, e o partido, de certa forma, havia se fortalecido, mesmo com as contendas durante o Estado Novo. Desse modo, o termo popular era quase que propriedade do Partido Comunista, resolvendo os jovens fundadores ainda em 1945, visando evitar qualquer associação ao movimento comunista, retirar o termo popular da sigla. A instituição a partir de tal fato, assumiu a nomenclatura de Campanha dos Educandários Gratuitos, e após a transferência da sua sede para o Rio de Janeiro quando almejava um caráter nacional para o movimento foi acrescentado o termo, nacional, assumindo então a expressão Campanha Nacional de Educandários Gratuitos ou CNEG.

⁵⁰ Não se obteve acesso ao texto integral de tal documento, tendo contato com trechos inseridos nos escritos da Coletânea.

Tais congressos passaram a ser realizados anualmente ou bianualmente, eram momentos para a Campanha refletir sobre a caminhada a nível nacional como também traçar estratégias para a continuidade de suas políticas. Os Congressos também eram vistos, a partir de seus administradores enquanto instrumentos para afirmação e defesa da filosofia idealizada por seus pioneiros ante as diversas unidades educacionais que compunham a instituição pelo país. Se configuravam enquanto momentos para a afirmação e defesa de uma identidade homogênea da entidade, reforçando a uniformização a produção de imagens cristalizadas da história da entidade e da vida de seus personagens históricos.

Por meio da aproximação com o Governo de Eurico Gaspar Dutra (1956-1951), durante o processo de democratização pós Estado Novo, a Campanha apresentava os primeiros sinais de uma maior sistematização, não sendo mais dependente das arrecadações do Teatro do Estudante, e cada vez mais dependendo das dotações do Governo.

Lourenço Filho foi um dos educadores ligados ao movimento da Escola Nova e um dos impulsionadores de políticas relacionadas à alfabetização de adultos. Atuou diretamente junto a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) e defendia através do “Entusiasmo para com a Educação” a necessidade de criação de campanhas que democratizassem o processo de alfabetização desses grupos.

As campanhas de alfabetização de massa favoreceram o surgimento de movimentos educacionais alternativos ao Estado, como foi o caso da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, através da CEAA se defendia a educação como um instrumento de promoção do patriotismo do trabalho e defesa da nação, princípios que foram incorporados a CNEC (PAIVA, 1987).

Segundo a professora Ronalda Barreto da Silva:

Durante o Governo Vargas (1951-1954), a construção de escolas foi uma meta. Nesse período, foram criadas cinquenta e três escolas da Campanha, com uma taxa de crescimento na ordem de 151,42% e um aumento de alunos na ordem de 157,42%, ou seja, 4.238 alunos (SILVA, 2001, p.106).

A CNEC dependia para a implementação e criação de novos ginásios de uma boa relação com os poderes públicos. Em 1951 foi criada de acordo com a GOMES (1994, v.I) uma comissão liderada pelo Vice presidente da república, Café Filho, e pelos deputados Benjamin Farah, Paulo Sarasate e Celso Peçanha, que receberam títulos honoríficos da instituição no sentido de atuarem no Congresso quanto à obtenção de novas subvenções para a Campanha. Por meio de uma relação de troca de favores, a instituição conseguiu tecer relações auspiciosas com o Estado.

Embora tais personalidades sejam tratadas pela história institucional enquanto pessoas “beneméritas”, é fato que sabiam da abrangência da instituição a nível nacional e quantas pessoas estavam a ela ligadas, desde lideranças locais, os professores e alunos. A Campanha se traduzia assim em celeiro eleitoral para personalidades em busca de reconhecimento e capital eleitoral, na relação entre a CNEC e o Estado como o ditado popular, “uma mão lavava a outra”, desse modo, havia o interesse da instituição e de seus administradores ao promoverem a figuração dessas personalidades nos quadros administrativos e de homenagens da instituição.

Quando criados, os Ginásios Cenecistas foram apresentados pela instituição enquanto entidades que ofertariam o ensino de forma gratuita. Entretanto tais unidades educacionais eram mantidas pelo Estado com o auxílio de contribuições das comunidades. O Setor local deveria prover os estabelecimentos por meio de contribuições mensais de particulares, como também pela realização de eventos que visavam angariar fundos, como bailes, quermesses, festas juninas, festivais dentre ou outras ações que possibilitassem a aquisição de recursos financeiros junto as comunidades. De acordo com Ivanildo Coelho de Holanda o Setor Local:

é a unidade básica de organização da CNEC. Tendo-se de implantar uma escola numa cidade, num bairro, numa vila, é condição primeira, depois de um prévio levantamento das condições locais, a autorização da Seção Estadual para a constituição de um núcleo dentro da comunidade do qual façam parte, no mínimo, cem pessoas que se obriguem não só a uma contribuição financeira mensal, mas que se disponham a qualquer outro tipo de atuação visando seu desenvolvimento. Este núcleo comunitário [...] tem como principal responsabilidade tanto a criação como a manutenção da escola através da captação de recursos da comunidade e do Estado, a fim de criar e manter a escola. A Organização, pois, do Setor Local da CNEC é exigida para o desempenho de sua finalidade. Reunindo todos os sócios em Assembléia Geral, verifica-se a eleição de uma Diretoria Local e de um Conselho Fiscal que o dirigirão e fiscalizarão, em matéria financeira respectivamente, com mandato de dois anos, conforme as normas estatutárias (HOLANDA, 1994, v.III, p.528).

Todavia a Campanha passou a cobrar contribuições sociais⁵¹, dos alunos que frequentavam a Rede, variando de taxas de manutenção a valores mais onerosos. Além de contribuírem com a instalação das unidades educacionais, as pessoas locais ainda tinham que pagar para estudarem nos estabelecimentos Cenecistas, mesmo que fossem valores inferiores, aos pagos em outras instituições de Ensino. Os estabelecimentos da CNEC se configuravam em acréscimo ao fardo carregado pelas zonas interioranas no que diz respeito ao acesso a educação.

⁵¹ As contribuições sociais funcionavam como mensalidades, era um eufemismo da instituição para afirmar que não cobrava mensalidades, visando reforçar o ideal de uma “escola da comunidade”.

Um exemplo de tal aspecto, observa-se no funcionamento da Escola Cenecista Ana Maria Gomes, no município de Picuí-PB, quando, no ano de 1968 segundo a professora Maria de Lourdes Henriques⁵², houve uma reunião do Setor Local da instituição com os pais dos alunos para se discutir o aumento salarial dos professores e o conseqüente aumento da contribuição social dos mesmos, para garantia da saúde financeira da entidade. Segundo a professora os valores foram fixados da seguinte forma:

depois de muitos debates, ficou aceita a proposta que correspondia a 20% do aumento. A contribuição social ficou assim fixada para o Curso Ginásial: NCr\$ 3,00 para os alunos carentes; NCr\$ 5,00 para os alunos cujos irmãos estudassem no Colégio e NCr\$ 8,00 para todos cuja situação financeira permitisse. Quanto ao curso técnico⁵³ NCr\$ 10,00, respectivamente, para os alunos carentes e outros (HENRIQUES, 1986, p.55).

As escolas Cenecistas não eram totalmente gratuitas, mesmo com as contrapartidas do governo e de particulares, era necessária arrecadação de recursos financeiros junto à comunidade escolar. Nem todas as pessoas podiam arcar com as “contribuições sociais” dos estabelecimentos de Ensino, ficando refém da política de bolsas e suas relações de apadrinhamento como aponta as professoras Silvia Tavares da Silva e Wandrya Elias dos Santos:

[...] sendo assim, podemos indagar com essa contribuição fixa, todos teriam acesso a CNEC? Ainda podemos pensar que esse tipo de estrutura estabelecia relações de apadrinhamento político, relações paternalistas com pessoas mais influentes da cidade que, de alguma forma, poderiam garantir os estudos ginasiais daqueles que não tinham condição de arcar com a contribuição, gerando, assim, trocas de favores e mecanismos de manutenção de relações de poder entre os grupos políticos, grupos influentes da cidade e a comunidade local (SILVA & SANTOS, 2017, p.10).

Ainda de acordo com a professora Ronalda Barreto da Silva a CNEC não conseguia manter-se unicamente com as verbas provenientes do financiamento da comunidade, tendo que criar mecanismos em sua estrutura que tornaram o movimento predominantemente dependente de verbas estatais:

Em vários estados, o estabelecimento de subvenções dos governos estaduais e municipais foi adotado como medida obrigatória para a instalação de ginásios. Em Sergipe, por exemplo, era necessária a votação de um projeto de lei determinando a criação de uma taxa de 10% sobre todos os impostos cobráveis e 10% da quota federal do imposto sobre rendas para manutenção do educandário e, no Rio Grande do Sul, havia a exigência de contribuição das prefeituras. A contribuição do estado nos âmbitos federal, estaduais e municipais para a Campanha é bastante intensificada nessa década, assim como se fazem presentes, em várias seções estaduais, personalidades da esfera governamental (SILVA, 2001, p.107).

⁵² Maria de Lourdes Henrique também é paraibana da cidade de Picuí e foi acessora pedagógica da CNEC nacional, trabalhando na equipe de Felipe Tiago Gomes em Brasília.

⁵³ Segundo Maria de Lourdes Henrique a Escola Cenecista Ana Maria Gomes ofertava duas habilitações técnicas no segundo grau: Técnico de contabilidade e Magistério com carga horária de 80h.

De acordo com Ivanildo Coelho de Holanda, em 1961, foi estabelecido no estatuto da instituição que além da criação do Setor Local as escolas deveriam comprovar a aquisição de terreno destinado à construção de prédio próprio das unidades educacionais (HOLANDA, 1994, v.III). Através de tais medidas a Rede responsabilizava as Comunidades com encargos que teoricamente seriam de responsabilidade do poder público, afirmando estar fortalecendo a autonomia e a independência das comunidades, a Rede pretendia assim obter de forma mais fácil às verbas provenientes do Estado.

Foi durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) que a Campanha consolidou sua relação com o Estado, como também atingiu o maior índice de expansão pelo país. Dentro do chamado Plano de Metas, um conjunto de políticas públicas ligadas à aceleração do desenvolvimento do país com o investimento em setores estratégicos, movido pelo lema, “crescer cinquenta anos em cinco”, que a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, foi inserida como uma das estratégias adotadas pelo governo para o desenvolvimento da educação.

No governo de Kubitschek, cuja primeira dama Sarah Kubitschek esteve à frente da presidência nacional da campanha, em 1956 e 1957, intensificou-se o processo de construção e ampliação da rede escolar. Diante da política de incentivo à iniciativa privada, foi sancionada a Lei nº 3557 de maio de 1959 que destinava a Campanha subsídios do Ministério da Educação, a lei determinava que de acordo com o número de estabelecimentos da Campanha e o número de turmas um repasse financeiro de quarenta mil cruzeiros seria feito a instituição (DUARTE, 2014).

Segundo Ronalda Barreto da Silva, durante o governo JK:

A participação do Estado aumentou bastante, havendo maior expansão da instituição. Diante da política de incentivo à iniciativa privada, também na educação, é perfeitamente compreensível que a maior extensão da Campanha se dê nesse Governo, com uma taxa de crescimento de matrícula na ordem de 232% e de escolas na ordem de 249%, ou seja, o número de alunos sobe de 9.433 em 1956 para 31.371 em 1960 e o número de escolas sobe de 107 para 373, no mesmo período (SILVA, 2001, p.110).

A imagem de Juscelino Kubitschek na Rede foi tratada em sua memória institucional enquanto um grande estadista que soube compreender a função da Campanha, mas de fato seria mais um passo no movimento do governo em utilizar a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade enquanto uma via de privatização do Ensino Básico, tendo a entidade utilizado-se de tal política em favor próprio, como também o governo do não investimento em um sistema de ensino de fato, público e gratuito, principalmente levando em consideração a aliança do governo JK ao capital internacional.

Entre os anos de 1971-1974 Felipe Tiago Gomes acompanhou de perto enquanto Presidente do Conselho Nacional da CNEC a transferência da sede da Campanha do Rio de Janeiro para a nova Capital Federal Brasília, que teve sua sede construída durante a administração do Presidente Almirante Benjamim Sodré na Avenida L-2 Norte com terreno cedido pela primeira dama Sara Kubitschek, o que se tornou mais um símbolo da aproximação cecista da administração JK.

Enaltecendo as personalidades públicas que utilizaram de seus cargos em prol da instituição e condenando a ojeriza, aqueles que não tiveram aos seus olhos o mesmo “espírito idealista”. A Campanha os denominava de “inimigos do povo” (GOMES, 1994, v.IV). Sara Kubitschek foi retratada como modelo de mulher a ser seguido, tida como “doce mãe cecista”, ao lado de outras mulheres que também desempenharam papéis administrativos na Rede, sua administração foi fundamental no sentido de nutrir a entidade com auxílios governamentais.

D. Sara tomou posse Perante o ato solene: Parsifal, Clóvis Salgado, Dr. Colombo Etienne, Daí por diante a Campanha Gozou de ajuda perene. [...] No ano cinquenta e sete, Houve um Congresso excelente Sendo Sara Kubitschek Reeleita Presidente, Com auxílios federais Levou o barco p’ra frente. (PATRIOTA, 1994, v.II, p.375)

A Campanha viveu segundo Silva (2001) o período de maior crescimento e difusão no país, com o fim dos regimes populistas e ascensão do Regime Civil-militar, a Rede continuou a crescer, só que não mais tendo tal crescimento ligado a sua difusão pelo país, e sim na aquisição de prédios próprios de escolas que funcionavam em estabelecimentos alugados ou cedidos, passando assim por um processo de reestruturação patrimonial. O que se deve a adequação dos postulados educacionais da instituição as crenças do governo vigente no campo da educação, principalmente com a adequação de sua documentação estatutária, curricular e pedagógica, a sua organização administrativa, aos postulados da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1971 (SILVA, 2001).

De acordo com Felipe Tiago Gomes a Campanha se aliou as políticas governamentais para a educação implantadas a partir de 1964, ao mesmo tempo em que reforçou o ajuda das subvenções advindas das diversas atividades desenvolvidas pelas comunidades, também continuou a receber verbas e fomentos por parte dos governos que se sucederam pós 1964, desse modo, afirmou:

Passamos incólumes pela revolução de 1964 e pelo AI-5 de 1968, quando andamos perto da intervenção urdida por ambiciosos que desejavam apoderar-se da organização. Pessoas que não mais existem e que não vale a pena nominar, porque se apagam de vez da lembrança de quem integra, com o verdadeiro idealismo os

quadros da Entidade. No meio da escuridão apareceu uma luz libertária que nos livrou do abismo e salvou todos os dirigentes, professores e alunos da desagregação: o Almirante Benjamin Sodré, o mais civilista dos militares que conheci (GOMES, 1994, v.I, p.122).

Após os acontecimentos de 1964 o governo recebeu denúncias de associação do movimento Cenecista aos princípios comunistas, para tanto, o exército tentou intervir na instituição, inclusive apreendendo seu fundador. Todavia, com a defesa feita por Benjamin Sodré, militar do comando do exército que não era ligado à linha dura, tal denúncia não foi levada em consideração e a Campanha pode continuar com suas atividades. Benjamin Sodré⁵⁴ exerceu cargos administrativos na instituição, inclusive sendo eleito presidente da entidade em 1968 no Congresso Cenecista realizado na cidade de Miguel Pereira -RJ, dando lugar em 1973 ao Ministro Alcides Carneiro no comando da mesma.

Pela colocação do fundador, observa-se que para a instituição o exército terá a imagem construída associada ao civismo e que graças a figuras como Benjamin Sodré, a entidade obteve espaço de atuação junto aos governos militares, a intervenção militar teve um caráter salvacionista, na atuação do almirante que não permitiu que a entidade se desagregasse, mas que durante o Regime foi fortalecida com o apoio e o financiamento do Estado, a visão a respeito do exército muda, desde a tentativa de intervenção ao oferecimento de apoio financeiro, tendo a Campanha buscado servir aos interesses educacionais do Regime enquanto uma estratégia política de sobrevivência.

Mesmo com o fim dos governos populistas a CNEC soube adequar sua estrutura ao projeto educacional do regime, inclusive com a presença de militares em seu corpo administrativo, como foi o caso de Benjamin Sodré. Na época, o Ministério da Educação firmou convênio com a *United States Agency for International Development* (USAID), tal convênio visava promover reformas no Ensino Brasileiro, se destacando pela reforma do Ensino Superior, onde os cursos de exatas cada vez mais ganharam incentivo por parte do governo (SANFELICE, 2011).

Houve um direcionamento do Ensino Básico para o grau técnico, o que levou a CNEC a também investir nesse campo de ensino, com a criação de Fazendas Escolas⁵⁵, e com uma

⁵⁴ Benjamin Sodré foi jogador de futebol e um dos fundadores do movimento escotista no Brasil, fundando os Lobos do Mar. Tornou-se Almirante da Marinha do Brasil foi o comandante do V Distrito Naval (V DN) 1949-1951, além de fundador da Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (FONTES: CARNEIRO, G. História; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. SERV. DOC. GER. MAR.; COSTA, M. Cronologia; FRAGOSO, A. Escola; GIRÃO, R. Ceará; MIN. GUERRA. Subsídios; MIN. MAR. Almanaque (1934); ROQUE, C. Grande)

⁵⁵ As Fazendas Escolas eram organizadas a partir da realidade econômica de cada comunidade, no caso de Picuí, por exemplo, região de exploração de minérios no Estado da Paraíba a Fazenda Escola oferecia um currículo flexível ligado aos cursos técnicos de Geologia, Mineração e Metalurgia, como também auxiliares técnicos em

formação voltada para criar pessoas aptas ao mercado de trabalho. Com isso a entidade garantia uma política de bolsas ofertadas pelo Governo para a manutenção de suas atividades, com o Programa Estratégico de Desenvolvimento, adotado através do convênio com a USAID, os ginásios da Campanha passaram a receber apoio integral por parte do Estado (HOLANDA 1994, v.III). O movimento visava se alinhar a política do regime de modo a continuar servindo ao Estado, como já havia feito nos governos anteriores em uma postura de adesismo auspicioso ao Estado.

Os Cenevistas históricos apresentaram na publicação a aproximação histórica da CNEC com o Estado como a principal estratégia de sobrevivência da instituição, apontando em sua história institucional que aquela campanha, criada em 1943, não teria se perdido dos “ideais basilares de sua filosofia”. Entretanto, dado o grau de dependência da entidade para com o governo, não teria sido o efeito inverso? A Campanha que foi usada pelo Estado na oferta de um ensino muitas vezes precário para os mais pobres?

A tentativa de construção de uma memória educacional na publicação apontou que sem a relação com o Estado, imprescindível para a legalidade de suas ações e consequente sobrevivência institucional diante das sucessivas transformações políticas vividas pelo país durante boa parte do século XX, a Campanha não teria sobrevivido:

Outro aspecto que vimos também abordando é que, para sua expansão, para seu crescimento e evolução, para sua continuidade, a CNEC tem contado sempre com a ajuda financeira do Estado. Não importa que aqui se ponham artifícios como o de reciprocidade: “ajuda-me que te ajudarei”, já em outras partes, citados neste trabalho. O fato é que a CNEC cresceu penetrando localidades cuja comunidade carente de educação para a juventude teve e continua tendo os recursos necessários à sua sobrevivência e evolução. Outras, porém, não apresentando o mesmo grau de recursos, necessitam com mais urgência dos auxílios das Secções Estaduais e da Direção Nacional cujos recursos são provenientes, na maioria, do Estado. E todas elas, de uma maneira ou de outra, para este ou aquele fim, tendo diante de si os propósitos da CNEC, não poderão jamais prescindir do Estado. Daí por que também atribuímos às relações da CNEC para com o Estado, de dependência financeira (HOLANDA, 1994,v.III, p.548).

Por meio da Coletânea Cenevista, enquanto um discurso institucional, os organizadores do impresso buscaram erigir para a instituição uma memória educacional associada a exaltação de seu fundador e do grupo de indivíduos a ele ligados no seio da instituição, apresentando como gostariam que fosse lembrada. Os elementos que constituíam sua identidade, em uma história linear na qual todos os fatos convergiam para o mesmo fim, a representação histórica da Campanha é apresentada ante um caráter teleológico, a “vitória

final do movimento”, contra todos aqueles que não eram idealistas e altruístas, que não teriam respondido de forma afirmativa ao chamado do seu idealizador.

A análise dos impressos institucionais, como o caso da Coletânea Cenecista permite o acesso às realidades discursivas presentes em tais impressos, nos quais é possível identificar o ideal desenvolvimentista da época através das reformas educacionais pela quais a CNEC passou em seu exercício de adequar-se aos diferentes governos e legislações educacionais. A coletânea, na ocasião dos cinquenta anos da instituição, se configurou em um instrumento de divulgação dos fatos sob a ótica do poder instituído na entidade no período, que proporcionou a defesa de um determinado modelo de escola e de sociedade que perpassava os indivíduos ligados ao movimento.

Entretanto, deve-se ressaltar que os escritos que integram os volumes da publicação, foram publicados originalmente, como no caso do *ABC do Cenegismo* de Dulce de Oliveira Vermelho, desde o ano de 1959, logo, desde cedo a instituição passou por um processo de produção de uma memória discursiva desejada sendo sistematizada por ocasião das comemorações dos 50 anos de atividade da instituição e compilação desses diversos escritos espalhados na trajetória discursiva da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade na Coletânea, cada publicação em seu momento histórico específico serviu de afirmação e produção de memórias desejadas.

A organização e publicação da Coletânea Cenecista, esteve por sua vez, ligada ao exercício de construção de uma história institucional da entidade, que buscou reforçar imagens desejadas na trajetória do movimento, de uma “Campanha altruísta e idealista, ligada ao desenvolvimento da educação para os mais pobres”. Instituição que não teria se perdido de seus objetivos iniciais quase que “seguindo uma saga heroica”, na história institucional sobre o desenvolvimento da entidade, desde sua criação no Recife não houve espaço para problematizações quanto ao modelo educacional por seus idealizadores defendido, construindo a imagem da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, associada ao paradigma de grandeza.

Na versão institucional da história da entidade, os organizadores do impresso atuaram na produção, na seleção de escritos históricos da Rede, que pudessem reproduzir uma narrativa consoante aos postulados por eles veementes para a memória histórica e educacional da entidade, a trajetória da Campanha e o modelo de escola por eles imaginado foi posto enquanto exemplo a ser seguido por outros estabelecimentos educacionais, a publicação atuou na produção de monumentos e objetos de memória ligados a construção de uma versão vitoriosa e utópica da trajetória histórica da entidade e dos membros que dela fizeram parte,

assumindo um caráter apologético da mesma na intenção de forjar subjetividades ambicionadas.

CAPÍTULO II:

“FELIPE TIAGO NÃO, ELE CASOU-SE COM A CNEC”: A MITIFICAÇÃO DESTE HOMEM INSTITUIÇÃO PELA CNEC

“Todo idealista é um predestinado. Vibra nele um espírito iluminado, alheio ao interesse egoístico, indiferente ao próprio martírio. Há nele uma aura que lança eflúvios de irresistível atração pessoal. Felipe Tiago Gomes é um deles”.

(Dimas Guedes Patriota)



Pensar a história da criação e consolidação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade diz respeito a refletir sobre como se edificou em torno da imagem do fundador, idealizações e formulações de um testemunho de vida que inspirasse e que reproduzisse seguidores. A publicação desenvolveu uma memória educacional a partir da imagem do idealizador apresentando-o enquanto um “elemento basilar” ou “pedra axial” sob a qual as colunas da CNEC teriam sido erguidas em um mecanismo de horicização do mesmo.

Porém essa foi uma produção que não partiu unicamente de pessoas externas ao fundador, tendo o patriarca do movimento atuado no processo de seleção das obras que foram publicadas, inclusive inserido escritos de sua autoria reforçando o discurso da instituição que ao mesmo tempo era por ele produzido em conjunto com os sujeitos que dele estavam próximos e que na esfera nacional determinavam à Campanha como deveria ser lembrada. Foi edificada em torno de um único sujeito uma comunidade de sentidos.

O esforço de construção da imagem de Felipe Tiago Gomes como o fundador da Campanha, perpassa pela configuração de constituí-lo como “alma da CNEC”. Ele e a instituição, “tornam-se um só”.

Movimento desenvolvido por seus seguidores como também pelo próprio fundador ao dedicar-se ao exercício de construção narrativa de uma autobiografia, ao mesmo tempo em que também foi biografado por pessoas que exerciam cargos de administração na entidade, com ele trabalhou ou lhe foram próximas. De acordo com as professoras Silvia Tavares da Silva e Wandrya Elias dos Santos um dos objetivos do impresso foi:

juntar parte desse material produzir uma harmonização na narrativa do autor, condizente com as suas pretensões: elaborar uma representação da Campanha que crie um efeito de linearidade e inteligibilidade da trajetória da CNEC com o seu lugar de promotor dessa experiência (SILVA & SANTOS, 2017, p.06).

Sendo assim, para além do ideal de “martírio, ao ponto de abrir mão da vida pessoal e casar-se com a instituição”, o fundador buscou endossar sua imagem na história da instituição como um “homem altruísta e livre de interesses”. Na tentativa de produção de uma memória composta, uma memória projetada e planejada, como em uma forma (MAGALHÃES, 2016) sobre seu itinerário. Os escritos assumem uma natureza elogiosa e idealizada de tal sujeito.

Para mim ele é uma espécie de São Francisco de Assis em pleno século XX. Um homem descalço, que vem calçando a milhares de pessoas – crianças, adolescentes, cidadãos brasileiros, homens maduros, mas vivendo descalço (SILVA apud GARCIA, 1994, v.III, p.655).

Na visão da história institucional da Rede, foi o exemplo máximo do “abandono de si”, da “capacidade de se doar, de pensar e se colocar no lugar dos outros”, tal Cristo que morreu na Cruz, derramando seu sangue pela remissão dos pecados, o idealizador do

movimento passou por um processo de cristianização e messianização, que foi por ele mesmo ratificado ao colaborar no processo de escolhas das obras que integrariam a publicação. Mas não existe discurso neutro, todo discurso está mergulhado em um emaranhado de implicações e interesses, contribuindo para a formação da imagem de Felipe Tiago Gomes enquanto um Antônio Conselheiro da causa da democratização da educação secundária no Brasil.

As “sagradas palavras” da Coletânea Cenecista, quase que vistas enquanto a Bíblia do Cenecismo, tiveram como finalidade manter viva sua presença mesmo após sua ausência física do meio educacional da instituição. A Coletânea tinha a pretensão de a partir da narrativa nela tecida, seus escritos serem adotados como os Evangelhos para os Cristãos, os Evangelhos da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, serem significados a partir de tais princípios.

A publicação, como todo exercício de produção de uma memória histórica e educacional, passou pela rememoração, uma dinâmica de seleção por parte daqueles que a produziram, tal processo visou deixar transparecer sobre a instituição apenas aquilo que interessava aos organizadores, em um movimento de enquadramento, de poder fixar o que lhe é conveniente legar para a posteridade (SILVA & SANTOS, 2017).

A partir da segunda metade do século XX a História da Educação no que diz respeito às pesquisas desenvolvidas no Campo da História das Instituições Escolares sofreu consideráveis transformações, no que se refere aos estudos dos intelectuais da educação, ou como até então se compreendia tal conceito. Dado que até então as pesquisas sobre os intelectuais estavam em sua maioria ligadas a discussões filosóficas em torno das ideias defendidas e propagadas no campo aos estudos das diferentes concepções educacionais que se desenvolveram no pensamento educacional. Havia um esforço de sacralização desses personagens, vistos muitas vezes como detentores de uma áurea sagrada, livre de críticas (MACHADO *et al.* 2016).

Todavia, a partir da aproximação do campo da história com as ciências sociais, entre elas a Antropologia, a Sociologia e a Economia viu-se que era fundamental para uma melhor compreensão do microcosmo da instituição escolar como também dos sistemas educacionais, não se dedicar unicamente ao estudo das obras desses personagens, mas sim problematizar suas ações, os diferentes cenários intelectuais, políticos, e históricos em que estiveram inseridos. Deixando de lado a produção de escritos muitas vezes apologéticos, que trabalhavam tais figuras na superficialidade de biografias pouco críticas e idealizadas dos mesmos (MACHADO *et al.* 2016, p.175).

De acordo com Maria Cristina Gomes Machado:

o contexto social do autor estudado, bem como do historiador que se propõe a realizar o estudo, é fundamental ao desenvolvimento de uma pesquisa em história da educação, evitando-se com tal procedimento, tratar as ideias pelas ideias (MACHADO *et al* 2016, p.177).

Torna-se necessário problematizar a escrita da Coletânea Cenecista, produzida pelo fundador da entidade e seus correligionários em diferentes momentos históricos, mas que em 1994, atuou no processo de criação e consolidação de uma memória institucional da Campanha associada à imagem de seu idealizador, a ser incorporada pelas sessões estaduais do movimento e as comunidades escolares da Rede, para que não seja tomada como verdades incontestes, mas como elementos produtores de uma ordem discursiva que dava a CNEC um pensamento e uma forma de ser a partir da Coletânea.

Uma escrita que produziu uma personagem ideal, livre de contradições e dubiedades, uma personagem firme, digno de toda honra e exemplo a ser seguido, que constrói para si heróis como também, bandidos e vilões, estabelece aquilo que convém ser lembrado e aquilo que ao leu é lançado. A escrita produziu memória e estabeleceu lugares, imortalizou, aliviou a dor, como também foi capaz de matar e condenar ao esquecimento. Todos esses jogos permeiam a produção da escrita institucional ligada à instituição, toda escrita é intencional, pertencente a um lugar e a construção da “história régia” da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade não poderia ser diferente.

Tendo sido discutido no capítulo anterior um panorama geral da organização da Coletânea Cenecista e como esta buscou apresentar uma história linear e homogênea da história da instituição com base nos interlocutores do impresso, o capítulo aqui posto, tem como objetivo buscar analisar como o impresso produziu imagens homogêneas e uníssonas associadas à vida do fundador da instituição, atravessando um movimento que vai desde a produção de uma narrativa sobre sua infância até o momento em que na versão institucional produzida pela publicação idealiza a CNEC e assume o comando do movimento.

Problematizar a biografia construída sobre o idealizador do movimento pelo impresso tornou-se uma via para o estudo da história institucional do movimento, visto que, tal escrito também atuou no processo de constituição de discursos associados à figura de seu fundador em uma tentativa de estabelecer valores que servissem de norte para a elaboração de uma essência identitária da Rede, defendida pelos organizadores da publicação, estando entre eles o próprio patriarca do movimento.

Observa-se que houve por parte de Felipe Tiago Gomes, uma preocupação quanto aos textos que fariam parte da publicação, havia a preocupação de como sua imagem seria lembrada. Era o momento para ratificar o discurso que associava o fundador a imagem de um

“homem altruísta”, que teria dado sua vida em prol da CNEC. Desenvolveu assim uma luta pelo reconhecimento (RICOEUR, 2004), no sentido de afirmar sua superioridade na história da instituição, afirmar seu lugar como principal intelectual do movimento, em detrimento de outras figuras que dele participaram, estando tal estratégia revestida de uma ideia de “humildade”, que ao mesmo tempo não recusava homenagens e elogios, em uma luta pelo reconhecimento o fundador buscou por meio da afirmação de tais narrativas assegurar seu lugar enquanto coluna da história institucional da CNEC.

De acordo com RICOEUR (2004, p.415): “cada indivíduo tende a se vangloriar na procura que outros indivíduos contemplem seu valor e que lhe sejam, cada vez mais, atribuídos valores favoráveis”. Sendo assim, ao atuar no processo de seleção do impresso, o fundador buscou reforçar os discursos apologéticos a ele ligados na instituição. Os textos escolhidos para integrarem a publicação foram de seus interlocutores na entidade, tais sujeitos “compartilhavam dos mesmos sentimentos em relação ao personagem em questão” (DUARTE, 2018, p.10), trazendo na Coletânea um discurso uniforme e idealizado do dito patriarca do movimento.

A Coletânea adquiriu assim o caráter de uma criação de sentidos associados à imagem do fundador, estando ligada diretamente a uma intenção global de abordagem dos acontecimentos que ao ver de seus organizadores eram significativos e dignos de narrativa, estabelecendo entre os fatos e os personagens abordados conexão e coerência, na história da CNEC e na vida do criador do movimento. Pela Coletânea não há espaço para a incerteza ou contradição a vida do idealizador da instituição, se configurando em ilusão biográfica (BOURDIEU, 2006).

Diante do processo de produção de uma narrativa homogênea sobre a trajetória de vida de Felipe Tiago Gomes, quase que apresentada de forma linear e evolutiva relacionada intrinsecamente ao crescimento da CNEC. A superação dos desafios pessoais da vida do fundador, enquanto superação dos desafios da instituição em seu processo de implantação e expansão, torna-se necessário salientar a partir da compreensão de Bourdieu de ilusão biográfica, tendo em vista que a trajetória nunca é um caminho linear, tal qual os trilhos da linha férrea a cortar montanhas e declividades, existem os acidentes, as rupturas e cisões que fazem parte da dinâmica da vida. Sendo necessário objetivar as ramificações que modificam o sentido dessa viagem, tendo as narrativas em torno do genitor da CNEC passado por um processo de estabelecimento de formas de lembrar ligadas aos interesses dos organizadores do impresso na perpetuação de determinadas imagens e não outras.

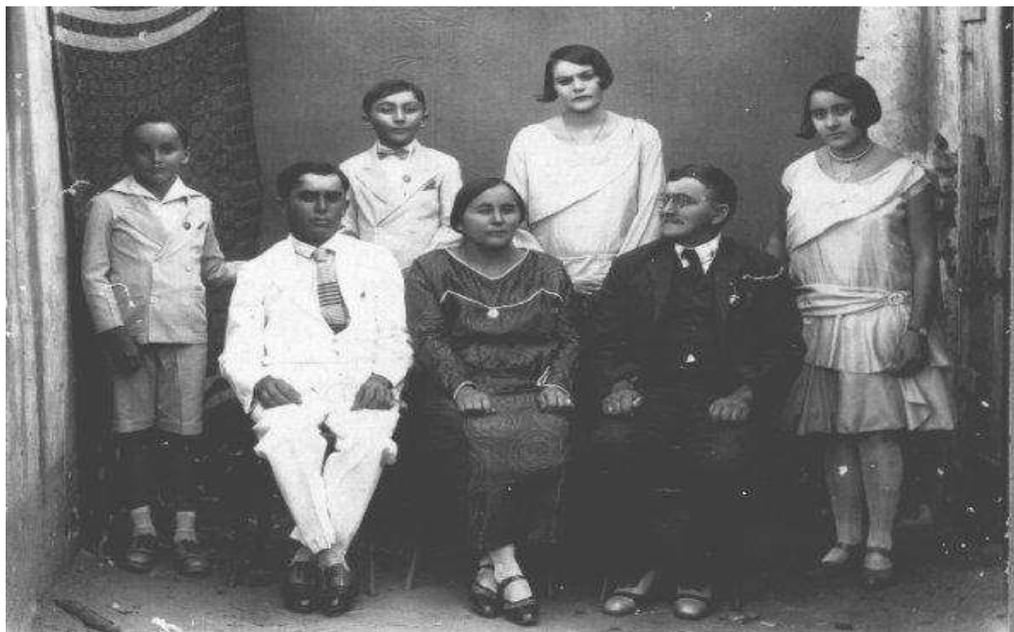
A publicação foi apresentada assim no que diz respeito à narrativa da história da Campanha, como uma descrição tradicional, de cunho apologético, ligada a criação de uma ilusão referencial de uma identidade específica, coerente e sem percalços. Tal como um vidro opaco cuja visão através desse se torna turva, a Coletânea se apresenta enquanto o que Giovanni Levi classificaria como um “biombo ou a máscara” (LEVI, 2006, p.173), a aglutinação de pequenos fragmentos estilhaçados sobre a história da instituição como um todo, como também da vida de seu fundador.

2.1 TRAJETÓRIA DA BARRA DO PEDRO À CASA DO ESTUDANTE

Felipe Tiago Gomes nasceu no sítio Barra do Pedro, Zona Rural do Município de Picuí na Paraíba no dia primeiro de maio de 1921. Era o filho caçula de Elias Gomes Correia e Ana Maria da Conceição, proprietários de uma pequena propriedade rural, trabalhavam no roçado. Tinha como irmãos, o mais velho José Severiano, Francisco Gomes, Maria Gomes, (que se tornou seu braço direito na CNEC) e Francisca Gomes, dos cinco irmãos só o mais novo pôde dar continuidade aos estudos.

FIGURA 02

Família de Felipe Tiago Gomes



Álbum de família (1932). Em pé, da esquerda para direita, encontram-se Felipe Tiago Gomes e seus irmãos Francisco, Maria e Francisca. Sentados, da esquerda para direita, encontram-se seu irmão José, sua mãe Ana e seu pai Elias. Fonte: <http://www.oocities.org/felipetiagogomes/fotos/foto12.html> Acesso em: 31 de maio de 2018

Em 1935 havia em Picuí um advogado chamado Manoel Pereira do Nascimento, que lecionava para crianças advindas da zona rural do município na escola primária. Assim como outras crianças, após terem sido iniciados nas primeiras letras na zona rural, pela professora Maria Nativa, foi estudar na zona urbana de Picuí onde conheceu o professor Manoel Pereira, que segundo GOMES (1994, v.I) era um dos únicos picuienses com Ensino Superior a época e que incentivou o pai do idealizador da Campanha a enviá-lo para dar continuidade aos estudos no Colégio Pio XI em Campina Grande.

Sua infância foi apresentada como um percurso que não haveria outro caminho senão o qual percorreu. Nascido numa terra onde o acesso à educação era precário, foi colocado pelo impresso como um “menino que não perdia tempo com coisas costumeiras” de crianças, mas que sempre estava com os livros nas mãos, mesmo quando ainda estudava na casa de Maria Nativa. A Coletânea coloca um depoimento da sua primeira professora que afirma:

ele era muito calmo, nunca foi travesso não. Como não tinha recreio ele nem saía da sala. Levava o leite, o caderno, o lápis e o livro. Começou na carta e acabou no livro. Era muito inteligente. Menino a inteligência chegou ali e ficou! Mesmo o Francisco, que dava as lições com mais dificuldades, me dava trabalho não. Ninguém bulia com Felipe, nem ele com ninguém. Eu botava ele no colo, sentado, tão pequeno, tão lindo, parecia um santo! Como era bonito o Felipe! Inda hoje é bonito, é feio não (NATIVA apud GARCIA, 1994, v.III, p.583).

A partir de tal colocação observa-se que a infância do fundador da CNEC foi, em um esforço de idealização discursiva sobre sua trajetória, marcada desde cedo, enquanto um homem disciplinado e dedicado a educação, ao “não ser travesso”, segundo Maria Nativa, Felipe Tiago Gomes é gestado como aquele que desde a tenra infância apresentava os traços e características necessárias para a fundação da instituição por ele criada. Enquanto uma marca de predestinação, características morais ligadas a formação de sua imagem enquanto intelectual “nunca foi travesso não” a disciplina e “a inteligência chegou ali e ficou” a inteligência, atributos que seguindo o exemplo de seu líder todos os cenevistas deveriam introjetar.

O impresso, enquanto produtor de uma memória institucional aponta que desde sua infância foi marcado por uma moral ascética, preferia dedicar-se aos estudos ao invés de fazer coisas de crianças, há uma tentativa de construir a sua imagem enquanto uma criança que teria sido mais dedicada e aplicada em relação às outras com quem conviveu. Os organizadores da Coletânea tentam relacionar o desenvolvimento da vida do fundador do movimento semelhante à vida dos santos.

Segundo Elton Moreira Quadros (2016, p.156): “a luta pelo reconhecimento encontra consonância com a ideia de um dever de memória”, esse dever de memória estaria ligado diretamente ao processo de arquivar a vida, sendo tal arquivamento intencional, ou seja:

aquele que narra sua própria vida suprime de seu relato os acontecimentos desprovidos de brilho, as dúvidas e inseguranças, os desvios que acabam por conduzir a vida para outros caminhos às vezes não imaginados. Os que não foram suprimidos podem passar por um processo de reelaboração e adquirem outro sentido (FERNANDES, 2014, p.44).

A luta pelo reconhecimento afirmação da superioridade dele e daqueles que teriam atendido ao seu chamado passou por um exercício de glorificação da infância, apresentando sua vida, quase que como uma vocação divina que teria sido aflorada gradativamente. O processo de construção de sua infância discursiva foi elaborado a partir da ideia de que tendo “vocação para os estudos”, Picuí seria um universo que não caberiam seus anseios. Logo o professor Manoel Pereira do Nascimento, com o qual cursou até o terceiro ano primário afirmou:

Insisti com Elias para levá-lo a Campina Grande, Felipe estava no último ano comigo. Passei aquele ano inteiro insistindo, porque vi que o menino tinha jeito para estudar. Então, toda vez que o velho ia à cidade, eu tocava no assunto (SOUSA, 1994, v.III, p.585).

O caminho traçado pela maioria das crianças de Picuí no período era concluir a educação primária e retornar para o seio de suas famílias, auxiliando nas atividades e ofício dos pais. Todavia de acordo com a história institucional da CNEC era uma criança diferenciada, sua vocação para os estudos desde cedo aflorou e seus professores ajudaram a convencer Elias Gomes a enviá-lo para dar continuidade aos estudos secundários em Campina Grande. A família de Felipe Tiago Gomes era pobre, mas segundo a narrativa construída na publicação seu pai vendeu algumas posses para que o filho pudesse cursar o primeiro ano da educação secundária no Colégio Diocesano Pio XI em Campina Grande. Deixaria assim o “chão de terra batida e as mãos calejadas de espinhos”, a “dura realidade da seca”, para conhecer um novo mundo em Campina Grande.

Sua trajetória desde os primórdios é configurada pela Rede enquanto vitoriosa, como menino que saí da Zona Rural, foi aprovado em quinto lugar no exame de admissão do Colégio Pio XI, exame esse ao qual concorriam jovens de diversos estados do país e municípios da Paraíba. Teria se destacado tanto por sua inteligência que o então diretor da instituição padre Odilon Pedrosa convidou-o para que no segundo ano na instituição, não

tendo mais Elias Gomes condições de mantê-lo, tornasse-se bedel⁵⁶ do Colégio, acompanhando os alunos menores oferecendo ajuda para que continuasse seus estudos.

O percurso biográfico do fundador é apresentado na Coletânea Cenequista como uma trajetória de superação que serviria de exemplo a todos os Cenequistas. O caminho por ele percorrido mostra quase que uma predestinação para a criação da Campanha a partir de sua gênese familiar, dado que mesmo tendo nascido em uma família pobre e sem recursos, tendo enfrentado dificuldades no acesso ao Ensino Básico, convivido com o Nordeste da Seca, produção discursiva bastante destacada na Coletânea, teria superado todos os percalços e conseguido concluir os estudos de grau elementar no Colégio Diocesano Pio XI.

Ao redor da imagem do idealizador do movimento foi construída uma comunidade interpretativa (FERNANDES, 2014), de forma a trazer sentido e unidade aos relatos sobre sua vida desde a infância atendendo as pretensões dos administradores da Rede no sentido de reforçarem a imagem de seu fundador em um momento de crise administrativa da instituição no começo da década de 1990, como já foi referido anteriormente.

Há um processo de naturalização no impresso associado à divinização de sua infância como também heroização do mesmo, essa comunidade interpretativa formada pelo patriarca do movimento e seus “escolhidos” atuou no processo de por em circulação representações sobre o mesmo na Rede, as reforçando.

Os seus pais são apresentados como pessoas que educaram os filhos mergulhados em duras condições e que “tiveram a sensibilidade” que Felipe Tiago Gomes merecia dar continuidade aos estudos e como, fazendo-se uma comparação, à “Família Sagrada protegeu o menino Jesus”, protegeram, aquele que seria visto enquanto uma espécie de “messias” da educação secundária brasileira (GARCIA, 1994, v.III). Imagem sugerida pela Coletânea na narrativa de um batizado fictício em meio a anúncios celestiais caso alguém tivesse tido a oportunidade de por ocasião de seu nascimento na Zona Rural de Picuí, prever os feitos do menino na CNEC de acordo com Sebastião Garcia de Sousa no livro *O Predestinado*, que integra o terceiro volume da Coletânea:

- Olhe! Aquele que vem lá, ao lado da madrinha, é o Elias Gomes! – Que importância tem esse Elias? – Que importância tem? Essa é muito boa! O Elias Gomes é o pai do menino! – Veja você, um homem tão simples! Quem diria que de uma família tão humilde fosse nascer uma criatura de tamanha importância para o Brasil! O Senhor padre vestiria os seus paramentos mais belos, tomaria da água lustral e dela faria cair sobre o menino uma chuva de gotas grossas: - Felipe, eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Amém. Completaria, o senhor vigário, a cerimônia com um entusiasmo nunca visto, cheio de emoção: “Como sabeis, meus irmãos, estamos realizando hoje, nesta humilde capela de Picuí, na

⁵⁶ O Bedel era um chefe de disciplina, censor de condutas. Personagem bastante comum nos internatos do final do século XIX e início do século XX.

Paraíba, o batizado de um menino. Mas eis que, por uma suprema bondade de Deus, já nos foi dado prever o que será no futuro este menino Felipe. Está escrito no livro do destino, que ele há de ser um heroico e vitorioso batalhador por uma das mais nobres e relevantes causas do Brasil em todos os tempos – a causa da instrução! Agora, que este menino cresça e faça crescer em seu coração a generosa semente do altruísmo que ele trouxe do seio materno. Ide agora, Felipe, pelo mundo brasileiro que se estende pela metade das Américas. Ide, e mesmo chorando de revolta e sofrendo a oposição de muitos e lutando contra a indiferença de quase todos, ide e cumpri vossa missão! (GARCIA, 1994,v.III, p.579).

A narrativa imprime um movimento de significar a vida do fundador da Entidade a partir da ideia de predestinação, em um desejo pelo reconhecimento, entendido como aquele que se coloca como superior aos outros. Há por parte dos autores da Coletânea o exercício de justificarem a vida de Felipe Tiago Gomes por meio de uma elaboração de seu passado com vistas a manipular as perspectivas futuras, enraizadas no presente de sua publicação (RICOEUR, 2004) que motivou iniciativas ante as mudanças vividas pela instituição de reafirmar o lugar de poder do fundador.

A Coletânea, na produção da imagem do fundador enquanto messias prometido da causa da educação une imaginação e memória em um esforço de reinventar o passado, recriar a sua infância como modelo de superação e otimismo. Em tal movimento os escritos da CNEC soerguem o Sítio Barra do Pedro em Picuí como a nova Belém, sendo Elias Gomes e Maria da Conceição o novo casal da Sagrada Família.

O nascimento do menino Felipe é revestido de uma esfera mística na história institucional do movimento, “sinal da missão salvífica que iria abraçar em defesa da educação dos menores”, o que demonstra a influência do pensamento cristão católico na organização da instituição fundada por Felipe Tiago Gomes e as terminologias associadas ao fundador da CNEC, aos seus seguidores em sua maioria estão inseridas nesse universo bíblico, de “Povo Eleito”, “Missão”, “Messias” e “Santo”.

Em um exercício de construção de discursos e imagens que retratassem a soberania da Campanha, seu fundador será heroicizado desde o nascimento. Sua família foi elevada ao status da “Família Sagrada de Nazaré”. De um “berço humilde”, na zona rural de um município do interior da Paraíba, marcado pela Seca e pelo descaso do poder público, nasce aquele que aos olhos da Coletânea revolucionária a educação básica no país.

Genes Duarte Ribeiro⁵⁷ (2009) em sua dissertação de mestrado discutiu o processo de construção de um imaginário histórico em torno da imagem de João Pessoa Cavalcante de Albuquerque, ex-presidente da Paraíba, principalmente por ocasião do homicídio cometido

⁵⁷ Genes Duarte destaca o processo de mitificação de João Pessoa.

por João Dantas e a produção discursiva que culminou com a Revolução de 30, o fim da chamada República Velha. A adoção de João Pessoa como herói máximo da causa revolucionária da Aliança Liberal⁵⁸ e “mártir da Paraíba” (RIBEIRO, 2009).

De acordo com Genes Duarte Ribeiro (2009) a morte de João Pessoa foi utilizada pela conjuntura política da época, como um verdadeiro martírio, também sendo revestida de misticismo, santificação e heroicização da personagem João Pessoa. A produção historiográfica sobre o ex-presidente da Paraíba, esteve nos jornais do Estado; no processo de monumentalização das praças e avenidas de diversos municípios pelo país e na Paraíba; na organização de calendários festivos em comemoração a sua morte como também ao seu nascimento; ligada diretamente ao processo de descrição de sua vida (RIBEIRO, 2009, p.64):

através de uma narrativa que procura, desde o início, mostrar uma predestinação para a “revolução” que já vinha em sua gênese, por conta do ambiente familiar. O pai era o coronel Cândido Clementino, que “tinha procedência nobre de seus ancestrais”. A mãe, Maria Pessoa, exemplo de desprendimento que, ao perder os pais, transformou o casamento em um “espartanamente cadinho de energia”, pois assumiu os cuidados com os seus quatro irmãos órfãos.

Tanto João Pessoa, quanto o fundador da CNEC, tiveram destacados os vários elementos de sua vida privada, desde o local de nascimento, os primeiros anos de sua vida até sua formação escolar, a carreira estadista de um e a carreira de educador do outro. Os traços de caráter pessoal de Felipe Tiago Gomes exerceram na Coletânea Cenequista funções de sustentação relacionadas à produção de discursividade da sua vida pela entidade, como um homem predestinado cujo destino esteve traçado desde os primórdios.

O processo de mitificação em torno da imagem do idealizador da CNEC, foi semelhante ao sofrido pelo ex-presidente da Paraíba. Foi apresentado como herói, se João Pessoa derramou o sangue pelo Estado, o fundador da Rede teria abdicado de sua própria vida, não “constituindo família”, e “tendo feito da instituição sua casa”. Tenta-se reforçar uma imagem de desprendimento ligada ao patriarca do movimento, mas talvez, tal mecanismo estivesse ligado ao apego ao lugar de poder construído por ele na instituição e a manutenção de sua esfera de influência por meio de um discurso institucional.

Em virtude das inúmeras viagens e atividades que exerceu nos períodos em que esteve à frente da entidade quanto presidente do Conselho Nacional ou enquanto membro de tal Conselho atuando junto aos poderes públicos na aquisição de verbas e ampliação da Rede

⁵⁸ Bloco político formado pelos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que questionavam a política do então presidente Washington Luís. A Aliança Liberal liderada por partidários de Getúlio Vargas impetrou em 1930 um golpe de Estado que acabaria por colocar ponto final no Governo de Washington Luís, ligado aos interesses dos cafeicultores paulistas, como também inauguraria a Nova República, com o fim da chamada política do Café com Leite.

Cenecista, Felipe Tiago Gomes não teria tido tempo de constituir família, teria tido, alguns namoros, segundo o próprio fundador em seus escritos, mas que não vingaram em virtude de dedicar a maior parte de seu tempo as atividades na Campanha, daí a ideia de seus seguidores ao afirmarem que ele teria se casado com a CNEC.

Mesmo nos períodos em que não esteve ocupando cargos diretos na instituição, Felipe Tiago Gomes sempre estava por perto, enquanto um consultor, os presidentes da CNEC e o Conselho Nacional ao tomarem decisões relativas à caminhada da instituição sempre ouviam a opinião de seu patriarca, que fixou residência no Distrito Federal onde estava localizada a sede da instituição, e assim o foi até o ano de seu falecimento em 21 de setembro de 1996 em Brasília, vítima de complicações cardíacas.

A vida de Felipe Tiago Gomes, sofreu um processo de espetacularização, visando assim reserva-lhe status de líder, homem disposto ao serviço e a causa da educação na história institucional da CNEC, que por ele foi produzida e endossada ao lado dos demais autores e dos organizadores da publicação.

De acordo com Carlos Eduardo Vieira (2015, p.08) sobre a identidade dos intelectuais:

“para defender, ilustrar, formular ideias que têm valor cívico ou político, tornam-se intelectuais. A identidade social destes está inegavelmente associada ao gosto e a familiaridade com a cultura, mas também ao sentimento de missão ou de dever social” (VIEIRA, 2015, p.08).

Sendo assim, a imagem de Felipe Tiago Gomes foi produzida associada ao ideal de educação enquanto missão e um compromisso social que o fundador deveria assumir dada a sua trajetória proveniente de uma comunidade rural no interior da Paraíba. Para defender seus princípios o fundador da CNEC não escreveu textos teóricos sobre a educação e o pensamento educacional, mas legitimou seus ideais através da abertura de estabelecimentos educacionais e a defesa de um modelo de escola da comunidade, ligado aos princípios de educação enquanto redenção da pátria.

Nesse exercício de apego ao lugar de autoridade elaborado pelo criador da entidade e reforçado nas relações discursivas postas na publicação, para as professoras Silvia Tavares da Silva e Wandrya dos Santos:

Felipe Tiago Gomes é o narrador que vai relatando a experiência da CNEC, mas que do mesmo tempo, é posto como personagem principal, o responsável pelos caminhos traçados pela CNEC e, assim, vai dando sentido à sua própria experiência (SILVA & SANTOS, 2018, p.06).

Os traços públicos, os traços de sua atividade política, de sua personalidade como um menino que “não dava trabalho”, “inteligente”, “calmo” o contexto de sua vida familiar, a

gênese do fundador da CNEC no Sítio Barra do Pedro, seu processo de criação, elaborou aliado à memória um universo imaginário em torno da sua imagem.

As virtudes encontradas no seio familiar possibilitaram ao menino construir a história que construiu. A publicação produziu assim uma versão da história da instituição e da vida de seu fundador como se fosse uma verdade posta desde sempre, faces da mesma moeda, devendo-se ressaltar que os discursos dos intelectuais sugestionam comportamentos a partir de moldes provenientes das orientações e recomendações desses intelectuais (MAGALHÃES, 2016) em uma subjetividade desejada.

Felipe Tiago Gomes caracteriza o perfil do aluno ideal, desde cedo demonstrou dedicação aos estudos, teria renunciado as coisas de crianças para se dedicar a leitura, assumindo suas responsabilidades. Ao trazer a imagem do idealizador, esperava-se que seu exemplo fosse seguido pelas comunidades escolares Cenecistas, que seus alunos, professores e demais membros das comunidades escolares, também fossem, alunos ideais. Ele era o próprio modelo, de professor, aluno e gestor, se configurando em um intelectual que atuou na formação de outros intelectuais cenecistas.

O idealizador do Movimento Cenecista nasceu em um universo católico, marcado pela religiosidade popular, tal fato contribuiu na produção de sua imagem na Rede a partir de concepções cristãs, como também a própria filosofia da CNEC, sofreu tal reflexo. As virtudes desenvolvidas em sua infância fizeram ser quem ele tornou a CNEC. Como se observa na fala do próprio Felipe Tiago Gomes quando busca unir sua trajetória de vida a vida institucional da Campanha por ele criada:

de revolução, só ouvi falar da revolta de um tal de Santa Cruz e da ação perigosa dos grupos de Antônio Silvino e de Lampião. Cantavam-se em prosa e verso milagres de São Francisco do Canindé, no Ceará, e de São Severino do Ramo, em Pernambuco. Fascinava-me também a personalidade quase divina do Padim Padre Cícero, do Juazeiro, no Ceará com seus milagres. Previa o futuro para muitos romeiros e orientava pessoas humildes que iam vê-lo, anualmente, confortados com a sua palavra de guia e condutor de almas (havia mesmo a crença de que a sua morte traria o fim do mundo). Amedrontava-me ouvir falar em comunismo, invenção do diabo, e logo fazia o Sinal da Cruz, conforme recomendações dos mais velhos. Comunista, diziam, era pior do que o mais temível bandido: apoderava-se das terras, mulheres, donzelas e crianças, e os homens que a ele se opusessem eram simplesmente fuzilados! (GOMES, 1994, v.I, p.29).

A partir de tal afirmação pode-se observar que o contexto social no qual o fundador da instituição criou-se foi marcado pelo tradicionalismo de uma sociedade assentada nos princípios de uma religiosidade popular, muito próprio das comunidades interioranas no período. Deduz-se que Picuí na década de 1930, fosse um lugar marcado pelo tradicionalismo, com forte influência da Igreja Católica. Figuras como São Francisco do Canindé, Padre

Cícero eram reverenciadas pela população. No que consta também o discurso de demonização do comunismo, defendido pela ala mais conservadora da Igreja no período.

Mesmo com dificuldades no acesso a uma educação formal, esses caracteres sociais, também geraram práticas educativas inculcadas pela comunidade, como o gesto de fazer o sinal da Cruz, referido na citação. O universo no qual o criador da CNEC foi gestado caracterizou-se como marcadamente católico, segundo a pesquisadora Ana Regina Pinheiro ligado aos ideais do civismo cristão (PINHEIRO, 2013), próprio da influência da religiosidade católica, sobre a educação no período, provavelmente na Escola Primária de Picuí o idealizador da Campanha, teve acesso a esse modelo de educação, que ia de encontro aos postulados das reformas educacionais desenvolvidas pelo Governo na década de 1930.

Como cita a sua primeira professora no Sítio Barra do Pedro, Maria Nativa (NATIVA apud GARCIA, 1994, v.III, p.583): “Mas ensinei também a missa a Felipe. A escola durou até a comadre veio aqui para a rua. Eu morava no sítio, do lado de cá do rio, eles do lado de lá. Ele aprendeu mesmo a ler comigo. Coisinha pouca, sabe”?

Diante de tais aspectos a CNEC também acabou por sofrer a influência da educação cristã, da qual Felipe Tiago Gomes foi proveniente, a instituição por ele idealizada também acabou por adotar princípios cristãos em sua filosofia, mesmo que o Estado fosse laico, ou que a entidade não se autoafirmasse enquanto adepta de uma religião oficial, mas os valores cristãos guiavam as ações da CNEC, como também a própria construção da narrativa institucional sobre a história do movimento e a vida de seu fundador. Em um trabalho de cristianização da imagem do criador da CNEC, o impresso o compara ao profeta Moisés:

assim como Moisés partiu sozinho para livrar o povo hebreu da escravidão do Egito, e conseguiu, ele Felipe partiu também para livrar a grande maioria da pobre juventude brasileira da servidão da ignorância. E conseguiu. Leia nestas páginas simples os mais palpitantes episódios dessa luta fragorosa e desigual (PATRIOTA, 1994, v.II, p.339).

Os Cenecistas seriam o “Povo Eleito”, guiado por seu “grande líder” que não seria unicamente o líder de uma Campanha Educacional a fundar escolas para os jovens carentes. As escolas da CNEC, na ótica da narrativa produzida na Coletânea, seriam verdadeiros templos a professarem a “religião Felipina”. O criador da entidade seria o líder de uma religião, o Cenecismo, por ele defendido, enquanto uma doutrina de “aperfeiçoamento físico, moral e intelectual”.

Tal qual Felipe e Tiago os apóstolos de Jesus Cristo, Felipe Tiago Gomes reuniria todas as virtudes apostólicas a partir do próprio nome, sendo constituído enquanto herói máximo da História da instituição a qual fundou, “tornou-se apóstolo da luz, a fim de banir as

trevas da Terra de Santa Cruz” (PATRIOTA, 1994, v.II, 350), segundo Dimas Guedes Patriota ao narrar a história da CNEC.

Desse modo, ao concluir o Ensino Secundário no Colégio Diocesano Pio XI, não enxergou alternativas para continuar os estudos, porém segundo o mesmo coloca na Coletânea, sua trajetória parecia “escrever-se como um destino determinado, sua caminhada tinha um fim anunciado desde o início dos tempos”, como os profetas, o idealizador da entidade roga para si a imagem de escolhido, que tudo concorreu para que fundasse a Campanha. Relata desse modo, o momento em que concluiu o Ginásio no Pio XI:

Ao término do Ginásio, fui abalado com a morte de minha mãe. Para a colação de grau, festa importante, não tive roupa. Triste, voltei a Picuí, certo de que não teria condições de continuar os estudos por falta de recursos. Minha vontade era fazer Direito, que só existia no Recife. Emprego, nem sonhando. O que existia como possibilidade era a volta à lavoura, viver no tormento da vida de agricultor, seguir os meus antepassados, agora mais pobres ainda, pela perda de minha mãe, grande lutadora. Deus, porém, ouviu-me as súplicas e tocou o coração do Juiz de Direito, Doutor José Saldanha, que sentindo minha aflição, falou com o Doutor Moraes, dentista, com parentes no Recife. E lá fui eu, depois da coleta de algum dinheiro entre parentes (GOMES, v.I, 1994, p.31).

Mais uma vez, em um exercício de produção de uma memória autobiográfica, o criador da instituição busca reforçar sua imagem como “homem pobre” que sofreu com as dificuldades provenientes da seca. O Nordeste que dependia do apoio paternal do Estado para subsistência dos agricultores, tal discurso era fundamental ser reproduzido pela Rede Cenecista, dado que suas escolas, espalhadas pelo interior da região, dependiam dos subsídios do Estado para sobrevivência, e defender o Nordeste como uma “região pobre e sofrida”, gerava dividendos para a instituição, esse mesmo discurso foi apresentando de forma uniforme e homogênea na publicação.

O impresso assim teceu a narrativa do menino que mesmo com as dificuldades provenientes da pobreza material e das dificuldades vividas com a perda de sua matriarca, sacrificava todas essas dores, em “prol de seu sonho maior”, continuar a estudar. Buscar uma vida melhor diferente daquela que tiveram seus antepassados. O idealizador da CNEC, com a ajuda de amigos consegue mudar-se para o Recife, e com a declaração de pobreza fazer a matrícula no Ginásio Pernambucano, pois segundo os escritos da CNEC, nem os valores referentes à matrícula poderia arcar.

Felipe Tiago Gomes emerge assim, investido da “responsabilidade divina” de elaborar propostas sociais voltadas para uma educação para a comunidade, para toda uma coletividade, que sedenta pelo saber e pela escolarização, pode ter acesso ao universo da escola por essa “missão” desenvolvida pelas redes de sociabilidades tecidas pelo fundador da Rede. Bacharel em Direito, a falta de uma formação acadêmica para a docência não impediu que o fundador

da CNEC se dedicasse ao campo da educação e que por sua vez fizesse parte de uma intelectualidade, que, ao seu ver, estava ligada a um grupo culto que substanciava uma coletividade (VEIRA, 2014).

Na narrativa produzida na publicação a imagem do fundador da Campanha vai adquirindo o caráter de “símbolo máximo”, sua história de vida deve inspirar e gerar exemplos, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, enquanto entidade se cerca de sentidos, símbolos que legitimem suas ações e garantam a unidade da Rede e a preservação de uma memória histórica e educacional institucional.

Busca-se produzir em torno de seu fundador uma comunidade emocional, objetivando criar, como também fortalecer os mitos ligados a sua trajetória de vida (ANDRADE, 2014), que vão desde a forma como sua família é representada, como também seus traços de personalidade, que ofereceriam recursos para um melhor conhecimento da própria história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, com vistas a formar condutas pela leitura deste impresso.

Em *Escolas da Comunidade*, Felipe Tiago Gomes apresentou uma breve explicação das razões que o levaram a escrever sobre a história da CNEC afirmando:

espero que a minha contribuição à História da CNEC seja encarada pelos leitores como uma narração despreziosa. Não tive intuídos de escrever um grande livro, ou mesmo um pequeno livro. Quis apenas narrar fatos, muitos dos quais inteiramente ligados à minha pessoa. Daí o personalismo que aparece frequentemente nestas páginas (GOMES, 1994, v.I, p.37).

Diante de todas as homenagens prestadas ao fundador da Campanha, entre todos os discursos ligados a sua história de vida e a construção de sua imagem como símbolo máximo da instituição, o fundador se “reveste de modéstia”, ao mesmo tempo em que não rejeita as homenagens que a ele são prestadas. Há em seus escritos um princípio de modéstia no sentido de não buscar parecer vaidoso, ou arrogante, traços personalísticos que não contribuiriam a sua imagem enquanto fundador da Campanha, mas que ao mesmo tempo se configuram em exaltação de sua imagem na entidade.

Ao atribuir a história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade aos fatos de sua vida, o genitor da CNEC se coloca enquanto “homem instituição” (PORTES, 2009), visto que ao se observar que os passos dados por ele, são os passos dados pela instituição, de modo a afirmar um lugar de autoridade simbólico no sentido de atrelar os caminhos para a produção de narrativas sobre a CNEC a sua vida e itinerário intelectual, quase assumindo a condição de que seria impossível produzir alguma narrativa de memória sobre a Campanha sem aludir a imagem cristalizada do fundador e seus princípios educacionais.

O patriarca do movimento se coloca enquanto um lugar de memória da CNEC (NORA, 1993), não há uma memória espontânea, através da narrativa produzida no impresso, ele buscou criar arquivos, sugerir celebrações, tecer elogios ao seu itinerário de modo à notoriar sua imagem, ele faz de si mesmo a instituição e suas memórias atreladas a uma ilusão de eternidade de sua existência nas várias escolas criadas pela Rede Cenecista.

Na publicação foram inseridos discursos de inúmeras personalidades, políticas e até figuras ligadas ao campo da cultura, como a escritora cearense Rachel de Quieroz, no sentido de edificar a imagem do fundador da instituição como digna de “toda reverência”:

o bom senso é ótimo mas para conservar o que os doidos criam. O bom senso quer a estabilidade, a segurança – e o progresso se faz aos saltos, é o contrário da estabilidade. Penso nisso ao ler o livro escrito pelo professor Felipe Tiago Gomes – que é, em pessoa, o inventor, o pai, a própria alma da CNEC (QUEIROZ, 1994, v.I, p.24).

Esse discurso também se apresentou nos próprios escritos do criador da entidade presentes na Coletânea, há o interesse de heroicizar a imagem de seu fundador para a posteridade, todos os textos do impresso compartilham dessa postura. Logo, sob a pecha da humildade, ocorre o processo apologético da figura de Felipe Tiago Gomes, apresentado como “livre de contradições” e que em toda vida teria agido unicamente em prol da instituição por ele criada. “É preciso ainda que o ânimo de combatividade daqueles dias não caia ao nível das coisas comuns, das acomodações fáceis. O nosso passado de lutas e vitórias não pode ser substituído pela rotina tão cômoda aos indivíduos de índole contrária a aventura” (GOMES, 1994, v.I, p.37)

O passado do fundador e o da instituição se tornam um só na constituição desse homem instituição (PORTES, 2009), sendo assim, suas vitórias são as vitórias da CNEC e suas derrotas as derrotas da CNEC. Logo, pode-se observar que ao invés de ser um “homem humildade”, que não gostava de se vangloriar, talvez se identifique na publicação o esforço narcisístico do fundador da instituição em produzir uma imagem desejada de sua figura para a memória institucional da Rede. Tal movimento parte do próprio fundador, como também do grupo dos seus “escolhidos”, que formam uma comunidade interpretativa em torno da vida do personagem e sua relação com a CNEC. Dado que, segundo Justino Pereira de Magalhães:

no tocante à automemória, a imagem criada de si mesmo, proposital ou não, deve ser meticulosamente estudada pelo pesquisador, já que é, com base nela, que os elementos (im)ponderáveis são perceptíveis. Sem dúvida, os registros oficiais dão a ver aquilo que foi pensado e preparado para chegar ao público-alvo (MAGALHÃES, 2016, p.75).

Sendo o público-alvo endereçado neste caso entendido enquanto os alunos, professores, gestores e todos os membros que integravam as unidades educacionais da Rede

ou os sujeitos que por ventura desejassem estudar a história da instituição, para que vissem o caráter testemunhal e modelar da vida do genitor da CNEC.

O fundador seria motivo de orgulho identitário, no discurso produzido pela instituição. Segundo a professora Myrim Bahia Lopes:

a injunção a construir uma auto-imagem, a se expor e a se exibir tem por matéria-prima a arrogância? A arrogância se traduz pela “afirmação de uma” forma específica de propriedade de si (*propriété de soi*) definida pela força toda poderosa que revela uma desigualdade profunda e induz uma desvalorização do outro. Faz parte da dinâmica da arrogância não levar em consideração a propriedade do outro, não levar em consideração a presença do outro (LOPES, 2015, p.97).

Desse modo, em um processo de produção da auto-imagem do fundador da instituição, para além do discurso institucional de defesa de um caráter “altruísta e livre de interesses”, há um esforço de afirmação identitária e elaboração da memória que o pôs em destaque numa versão institucional da história da Entidade, em detrimento dos inúmeros colaboradores que contribuíram para a expansão da Campanha por todo o país.

Talvez pela influência da religiosidade católica na vida pessoal do fundador como na própria filosofia da entidade, a vaidade fosse entendida como um “pecado capital”, que a todo custo, principalmente por aqueles que desempenhavam papel de liderança deveria ser evitado. Entretanto, tal vaidade acabava por ser exercida pela prática de uma “humildade” que ao mesmo tempo gostava de ser homenageada e lembrada, sabendo que o aniversário do fundador, por exemplo, era data comemorativa no Calendário da instituição nas unidades escolares.

Felipe Tiago Gomes, enquanto “homem altruísta e predestinado fundador”, diz não reconhecer sua imagem como tal, mas em nenhum momento nega as imagens a ele atribuídas pela instituição como também através de discursos por ele produzidos também busca significar e reafirmar tais imagens, apresentando sua história de vida e a vida da instituição que criou como “uma”, a teia discursiva posta pela publicação se configura em um arrumado de coerência e coesão entre as falas dos seguidores dos seus postulados e as próprias falas do fundador da Campanha relativas à história do movimento, como se observa nesse trecho do discurso proferido pelo fundador por ocasião da posse da senhora Marly Sarney, primeira da república, na presidência do Conselho Nacional da CNEC em 18 de agosto de 1986:

minha querida presidente do Conselho Nacional. Coloco-me, neste momento, às suas ordens. Trago alguma coisa de que não posso me separar, contribuindo na medida dos meus esforços para o bom êxito do seu mandato. A minha condição de Fundador desta entidade e os quarenta e três anos de luta em prol da educação comunitária. Foram esses anos de plena dedicação, querida Presidente, que me fizeram entender mais e mais os anseios das comunidades (GOMES, 1994, v.IV, p.889).

Uma vida a partir da narrativa institucional dedicada de forma “plena” a CNEC e a causa da educação comunitária, uma voz que todos os novos presidentes do Conselho Nacional da instituição deveriam ouvir para que a mesma tivesse “bom êxito”, um saber da experiência que o colocava enquanto um intelectual formador de novos intelectuais alicerçados nos princípios de uma educação cenecista.

Em 1994, quando a Rede Cenecista ainda comemorava seus 50 anos de fundação, gradativamente o fundador afastava-se de atividades administrativas da instituição em virtude de complicações de saúde, enfrentava graves problemas cardíacos, por decorrência de duas pontes de safena que havia se submetido em anos anteriores.

A conjuntura do país, também mudara, com o Plano Real a economia apresentava sinais de controle da Inflação e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade também já não recebia tantos subsídios do Governo Federal, principalmente após o processo de redemocratização e a vinda do Governo Sarney. A Constituição de 1988 defendia com mais veemência a democratização e o incentivo ao investimento na educação pública.

A Coletânea Cenecista, foi publicada após a promulgação da chamada “Carta Cidadã” e mesmo tendo sido produzida dois anos antes da LDB de 1996, Lei 9394/1996 estava inserida em meio aos debates para implantação da nova lei. As discussões no campo da educação, principalmente organizadas em torno do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e de organismos da sociedade civil como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), giravam em torno da defesa da escola pública e gratuita, como também a defesa e autonomia pedagógica e de gestão financeira das escolas que fossem mantidas pelo Estado, mas administradas pelas próprias comunidades por meio dos Conselhos Escolares.

Havia debates associados à formação dos professores, que para ensinar seria obrigatório o curso de Ensino Superior, ou o grau normal para os professores da educação infantil, como também plano de carreira e concursos públicos para o magistério. Os movimentos sociais em torno da constituição e da LDB colocaram a educação enquanto um direito fundamental e de responsabilidade do Estado à organização de um sistema educacional nacional com um currículo norteador e de temas transversais.

Todavia as reformas implementadas pela LDB tornava a atividade desenvolvida pela instituição, principalmente nas comunidades interioranas, inviáveis. Sendo os líderes da instituição partidários de uma flexibilização quanto aos aspectos jurídicos da nova lei, como também da manutenção do modelo de escola da comunidade por eles defendido e propagado.

As mudanças na conjuntura política do país preocupavam os administradores da CNEC quanto à manutenção das atividades da entidade, o próprio Felipe Tiago Gomes, apresentou depoimento na Coletânea Cenecista, sobre como os novos aspectos políticos vigentes no país fariam com que a Campanha cada vez mais se distanciasse de sua filosofia e dos valores outrora defendidos:

[...] quanto ao governo ele tem sua programação, não é obrigado a sensibilizar-se totalmente com o Programa da Campanha. Os governos estaduais também, por imposição ou obrigação, diante do federal, têm as suas metas a cumprir. Daí, termos de marchar com os próprios pés, temos de mudar o que já está acontecendo. E mudar, às vezes, significa piorar. O receio que tenho é esse, é que mudemos para o enfraquecimento da filosofia cenecista. Infelizmente é o que já ocorre em algumas partes do país (GOMES *apud* GARCIA, 1994, v.III, p.682).

O fundador da CNEC em seu modelo de escola ideal defendia a chamada filosofia Cenecista, que tinha como prerrogativa que as escolas fossem mantidas pelas comunidades com o auxílio do Estado. Entretanto, principalmente nas escolas interioranas os recursos estatais muitas vezes se apresentavam insuficientes para a manutenção das atividades escolares.

As comunidades se mostravam sobrecarregadas com a realização de inúmeros eventos para subsidiar as ações das escolas da Campanha, como também a cobrança de contribuições sociais aos alunos, que se configuravam em mensalidades, além dos professores, como forma de diminuição dos custos, serem contratados com a ausência de formação específica para as disciplinas que iriam ministrar, recebendo baixos salários e os pais dos alunos tendo que despendar consideráveis quantias ligadas à aquisição de material escolar e fardamento.

Com os debates em torno da valorização e defesa da escola pública, e o conseqüente processo de democratização de tal rede, principalmente nas regiões interioranas onde por mais da metade do século XX estiveram ausentes, houve um movimento nas comunidades atendidas pela Rede Cenecista, de transição de seu público para as novas escolas, tal fato era visto com preocupação pelo idealizador do movimento que assim defendia a manutenção dos auxílios do Estado para o seu modelo de escola, a ponto de não problematizar na história da instituição as contradições que tal modelo carregava.

Diante de tais mudanças a Rede Cenecista não conseguiu adequar suas estruturas aos novos debates no campo da educação, tendo gradativamente às escolas das comunidades interioranas encerrado suas atividades. A CNEC não se demonstrou preparada para as novas exigências no campo educacional. Segundo a professora Ariane dos Reis Duarte, em finais da década de 1980 e início da década de 1990:

várias escolas pequenas começaram a ser fechadas pela CNEC. A instituição procurava mudar seu foco, visto que parte de suas escolas perderam alunos para o

ensino público. Além disso, os prédios cedidos pelo poder público à CNEC tiveram de ser devolvidos, visto que já não havia mais a necessidade de funcionamento de tais escolas. Assim, ao invés de escolas de Ensino Fundamental e Médio, a CNEC começou a investir no Ensino Superior (DUARTE, 2016, p.09).

A rede passou então por um processo de reestruturação, as escolas dos pequenos centros urbanos gradativamente foram fechadas, as dos grandes Centros, que em sua maioria já cobravam mensalidades dos alunos, adquiriram enfim o status de instituições privadas. A Rede resolveu investir no Ensino Superior com a criação da Universidade Cenecista. A função filantrópica da entidade ainda foi mantida, e algumas bolsas foram subsidiadas pelo Estado, dado que na nova LBD era autorizado o auxílio do Estado às instituições comunitárias, filantrópicas e confessionais, mas de forma gradual a parceria que durante a história da instituição garantiu tantos lucros, pelo novo momento foi se esfacelando.

Segundo a professora Ronalda Berreto Silva (2001), com as mudanças políticas no país a partir da década de 1980 e a expansão das escolas públicas a CNEC viu-se a enfrentar a concorrência do Ensino, os recursos do Estado tornavam-se escassos, a Rede passou a contar com um número 1278 escolas em 1985 a 1090 em 1986, uma queda segundo a autora de 17,2% no número de unidades pertencentes à Rede no País, contrastando com a década de 1960, quando a Rede teve o maior percentual de crescimento, passando de 107 para 373 escolas no período, um crescimento percentual de 249% (SILVA, 2001), de fato, a Campanha atravessava outra fase, tendo o compêndio Coletânea Cenecista, sido produzido em um período de crise.

A Administração Nacional da Campanha, na presidência de Augusto Ferreira Neto e através do Conselho Nacional da Entidade passou a aprimorar mudanças significativas nos rumos da filosofia da instituição, só permaneceriam abertas as escolas que tivessem condições de se manterem financeiramente. As ações de manutenção das comunidades já não exerciam tanta força no financiamento das ações da entidade, se pensava na saúde financeira da instituição e que era necessário se adequar aos novos paradigmas de desenvolvimento, dado que a instituição corria sério risco de encerrar suas atividades no país.

A CNEC adquiriu o status de Rede Privada, recebia subsídios do governo, com algumas bolsas de estudo, provenientes de Programas como o Salário Educação⁵⁹, por intermédio de convênios e teve sua natureza filantrópica mantida, mas perdeu espaço nas pequenas comunidades, a cobrança de mensalidades aos moldes da Rede Privada, fez com que nem todos pudessem frequentar suas unidades escolares, tendo o termo comunidade

⁵⁹ O Salário Educação é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º, da Constituição Federal. O recurso serve de fonte adicional de financiamento de programas, ações e projetos voltados para a educação.

permanecido na sigla da entidade, esse público aos olhos dos organizadores da Coletânea se direcionaram para as escolas públicas que se espalhavam pelo interior do país, tendo sido, de acordo com o discurso institucional da entidade uma “concorrência desleal” (HOLANDA, 1994, v.III).

Logo os organizadores do impresso objetivaram trazer a tona um passado cristalizado da instituição que por sua vez lançou o líder do movimento ao local de destaque na construção dessa memória a ser transmitida a todos os Cenecistas, construindo um lugar de poder e autoridade na história institucional da entidade por meio da publicação.

Os organizadores da Coletânea estabeleceram parâmetros, criaram lugares de memória, significaram, construíram imagens associadas à figura de seu fundador e da trajetória de desenvolvimento da instituição, fatos a serem lembrados como também a serem esquecidos, pretenderam forjar subjetividades, serem os guardiões da filosofia da Campanha. Quase que em uma tentativa de transformar os escritos da história institucional da entidade, enquanto tábuas sagradas dos preceitos idealizados pelo fundador e os Cenecistas históricos, guardião da memória, como os Evangelhos, sacralizando a história da Rede e a figura de seu idealizador, desde o nascimento, apresentado como uma intervenção divina na história.

A Coletânea apresentou-se naquela conjuntura histórica como a produção de uma memória histórica e educacional da instituição, que visou ou que pretendia manter viva a atuação da Campanha ligada à vida de seu fundador, principalmente nas novas unidades educacionais que surgiam a partir do prisma do ensino privado, a Coletânea visava preservar “uma essência”, das razões que do ponto de vista oficial levaram a criação da CNEC. Mesmo sabendo que os desafios entre a escrita e o que se faz com o texto escrito é um processo muito mais complexo, que por mais que os órgãos administrativos da Campanha tentassem moldar e disciplinar, não teriam controle absoluto sobre tais aspectos.

A Coletânea ao tratar do fundador, atuou no sentido de controlar os discursos ligados à sua imagem, defender tal imagem de contradições e imperfeições e reafirmar sua história, num intuito de atender as necessidades de reafirmação da identidade institucional. Sabe-se que todo discurso não é neutro, mas em vez disso, são carregados de significação e intencionalidade por aqueles que o formularam (MAIOR JÚNIOR et al, 2014), a Coletânea atuou assim na instituição de saberes e verdades sobre a Rede, como também sobre o seu idealizador, produziu enunciados e lugares de inclusão e interdição, pretendeu atuar na produção de uma “essência da instituição” propagada nas narrativas tecidas no compêndio.

2.2 FELIPE TIAGO GOMES: QUANDO HOMEM E INSTITUIÇÃO SE FUNDEM

A Coletânea Cenecista apresentou o fundador e as pessoas ligadas a ele, sua trajetória e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, o homem e a instituição, a ideia e sua materialização, apresentados enquanto um só. Criador e criatura, o músico e a música, em uma linguagem apologética a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade foi “à canção de Felipe Tiago Gomes”. Através de seus poemas, rimas, versos e estrofes, a Campanha que se configurou inicialmente, mas enquanto uma ideia de improviso de alguns jovens, foi ganhando status de formalização e se difundindo pelo país. O criador da CNEC era visto assim, enquanto:

[...] no meio da indiferença nacional, um privilegiado, com as honras que me prestaram vários estados, através de suas Assembléias⁶⁰ Legislativas, pelo trabalho que realizei, com o apoio de muitos idealistas, durante os longos 43 anos de lutas incessantes (GOMES, 1994, v.IV, p.704).

“Homem privilegiado”, o fundador se coloca como aquele que liderou idealistas ao longo da trajetória histórica da instituição, tendo sido edificado em torno de si, discursos fundadores que atuaram diretamente no sentido de lhe proporcionarem uma identidade que significassem suas ações e legitimassem sua capacidade de atuação. Os escritos institucionais da Campanha atuaram no sentido de reforçar essa unidade entre a vida do criador da instituição e a vida da CNEC quando ambos se fundem.

A trajetória da vida do fundador da CNEC foi apresentada sem percalços ou contradições, só há espaço para referências elogiosas a figura de seu idealizador. As referências se coadunam em um trabalho de glorificação da imagem do jovem advogado que em 1943, lançou mão de iniciar a Campanha ao lado de outros jovens estudantes do Recife. A vida do instituidor e a história da CNEC são apresentadas sobre o prisma da “predestinação” no movimento de produção de uma memória educacional da instituição.

Alcides Vieira Carneiro⁶¹, em discurso proferido no dia 24 de outubro de 1975, obra que integra a Coletânea Cenecista afirmou sobre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e a figura de Felipe Tiago Gomes:

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – “à maior força educacional do País, verdadeira epopeia no gênero, motivo de exemplo e orgulho para todos nós”, no testemunho insuspeito de Rachel de Queiroz. Criada há 33 anos por um predestinado de Picuí, chamado Felipe Tiago Gomes, cobre hoje, quase mil municípios em todo o território nacional, abrigando 320.000 jovens brasileiros em 1300 ginásios (CARNEIRO, 1994, v.II, p.280).

⁶⁰ Pelas regras do novo acordo ortográfico, que entrou em vigor em janeiro de 2009, a grafia correta da palavra Assembleia não recebe acentuação.

⁶¹ Intitulado: *Discursos em 14 Tempos*.

O autor exalta a Campanha, exalta sua capacidade de articulação e difusão pelo país. No entanto em sua estratégia discursiva, afirma que a CNEC atingiu tal grau de expansão pelas “virtudes” de seu fundador, que passou por um processo de heroicização no discurso institucional da entidade.

Tal discurso interessou ao fundador da instituição e por ele também foi produzido, dado que, como se viu anteriormente, não foi necessariamente a capacidade idealista dos fundadores da instituição que levou a expansão da Campanha pelo país, mas sim a capacidade de adequação a política dos governos vigentes. Visando fugir das responsabilidades do investimento em um sistema educacional de fato público, enxergaram na instituição uma alternativa barata para iniciar um processo de democratização do ensino, a altos custos para as pequenas comunidades, a CNEC estabeleceu com o Estado uma relação de troca de favores, da qual ambos saíram beneficiados, tendo o fundador da instituição tido essa capacidade de articulação política, e de se relacionar com figuras do alto escalão do governo federal.

De acordo com as professoras Silvia Tavares da Silva e Wandrya Elias dos Santos:

Felipe Tiago Gomes traça uma narrativa linear, que busca relatar o processo de criação do seu projeto de educação, sem perder de vista o entrelaçamento deste com sua história de vida, marcada pelas “adversidades naturais”, às quais os meninos pobres, da mesma condição social de Felipe Gomes estavam submetidos (SILVA & SANTOS, 2017, p.02).

Esse discurso foi incorporado pelos autores da publicação. Há um movimento de referidos elementos que vão construindo uma relação bem definida com o passado, delimitando assim, o que deve ser lembrado e esquecido sobre a Campanha e sobre seu instituidor, apresentados de forma homogênea a constituir uma memória histórica e educacional da instituição a ser legada para a posteridade.

Tal fator é elemento bastante comum no estudo das instituições escolares, quando se pensa a relação entre a instituição e o criador no sentido de promover a instituição a partir do fortalecimento da imagem de seu idealizador (ANDRADE, 2014). Havia a tentativa de induzir a comunidade escolar a um sentimento de identificação, de afetividade e de pertencimento a escola a partir de tal figura construída discursivamente no impresso. Os organizadores almejavam que os alunos e demais membros das comunidades escolares tivessem suas condutas formadas e educadas pela leitura deste impresso.

Écio Antônio Portes (2009), também realizou o mesmo trabalho ao problematizar a figura de Francisco Mendes Pimentel, em texto intitulado *Francisco Mendes Pimentel “Um homem de compreensão, de visão e de saber”*, demonstrou como os biógrafos do educador buscaram atrelar a trajetória de vida de tal personagem o período em que esteve à frente da

Reitoria da recém-criada e por ele fundada Universidade Federal de Minas Gerais, antiga Universidade de Minas Gerais, federalizada na reitoria de Francisco Mendes Pimentel que reproduz suas concepções educacionais na UFMG, adquirido ambos as mesmas expressões.

Tal exemplo demonstra as estratégias das instituições educacionais no sentido de reafirmarem suas identidades a partir da construção de discursos em torno de seus fundadores, ou de pessoas de destaque no âmbito das atividades na instituição. A Coletânea Cenecista partiu desses princípios, os autores que nela constam, foram considerados “figuras de sucesso e relevância social” pelos organizadores da publicação, no sentido de deixar subentendido que tais pessoas desenvolveram essas trajetórias por sua ligação com a CNEC, logo, figuras como o Almirante Benjamin Sodré, Alcides Vieira Carneiro, entre outros serão destacados como personagens que alcançaram o sucesso a partir da instituição, a vida desses personagens reforça os discursos em torno do enaltecimento da instituição em uma versão institucional da história da entidade.

Tais personagens deveriam inspirar os leitores da publicação a ocuparem as mesmas posições, possuírem as mesmas metas, visto que, seguindo os ideais da publicação e do fundador da CNEC receberiam recompensas, assumindo posições de poder, tal qual esses personagens, se eles conseguiram, os alunos, professores, e gestores da Rede também poderiam a partir desse sugestcionamento conseguir, forjando subjetividades específicas (ELLSWORTH, 2001).

A imagem de Felipe Tiago Gomes passou por esse processo de constituição identitária atrelada a Rede, foi a Campanha que o tornou “um homem de renome”, ao mesmo tempo em que ganhou vida por ele, conhecido nacionalmente, mesmo sem uma formação específica no campo da educação, dado que o jovem fundador tornou-se bacharel em Direito, os escritos oficiais da CNEC não demoram a afirmar que a Campanha, fez de seu fundador “um dos maiores educadores do país⁶²”, mesmo que não tenha escrito nenhuma obra de cunho educacional, mas sua atividade social o fez assim.

De acordo com o professor Elton Moreira Quadros em sua tese *Memória, Reconhecimento de si e Alteridade no pensamento de Paul Ricoeur*:

é a partir de valores e objetivos comuns que os sujeitos avaliam as próprias qualidades para a vida em comum, em relação aos outros. Não podemos perder de vista também que as mediações sociais são multidimensionais e estão em relação por seu caráter propriamente simbólico, com a cultura e a peça histórica, portanto a

⁶² Os escritos da Coletânea não evidenciam que Felipe Tiago Gomes, tivesse lecionado nas escolas da Rede, com exceção do primeiro Ginásio da Entidade inaugurado no Recife em 1943, onde os próprios jovens fundadores ministravam as aulas de forma gratuita para os trabalhadores. De modo, geral a publicação reforça a imagem do instituidor enquanto um gestor da instituição, cujo título simbólico de professor foi concedido na narrativa tecida pela abertura das inúmeras escolas da Rede.

noção de uma pessoa estimável está, por consequente, relacionada com a dinâmica dessas relações na duração e na cultura (MOREIRA, 2016, p.156).

Desse modo, pensando-se que os autores da Coletânea Cenecista, eram os “escolhidos” (DUARTE, 2018) do fundador da Rede e que puderam através dela crescer profissionalmente, economicamente, ou politicamente e presenciado assim o processo de expansão dessa pelo país, desenvolveram em torno da imagem do fundador impressões e arranjos discursivos comuns.

Tal fato fez com que o idealizador da entidade, que teria de certa forma, beneficiado a todos, nessas relações de troca de favores em torno da instituição no jogo político por ele articulado, o caracterizaram como uma “pessoa estimável” e “digna de exemplo”, dado que tais valores são produzidos e atribuídos culturalmente por meio das relações discursivas e suas teias de intencionalidades, envolvidas no caso, no processo de criação de uma memória histórica e educacional da instituição.

A forma como a imagem do fundador da entidade foi construída pela publicação, atuou na estratégia de erigi-lo perante a história da instituição tecida por seus interlocutores enquanto um objeto de atração pessoal, um personagem sedutor que teria por princípio convencer os demais sujeitos sobre a relevância desejada do movimento para a história da educação brasileira, como também a moldar e sugerir comportamentos nos membros que integravam a Campanha pelo país.

De acordo com Elizabeth Ellsworth os filmes enquanto elementos da linguagem cinematográfica estariam ligados ao modo de endereçamento que seria na sua concepção “um conceito que se refere a algo que está no texto do filme e que então, age, de alguma forma, sobre os seus expectadores imaginados ou reais, ou sobre ambos” (ELLSWORTH, 2001, p.17), tendo tais sujeitos que assumirem posições que lhes são oferecidas naqueles sistemas, identidades sociais que seu público deve ocupar.

Observa-se diante disso que essa estratégia estaria por sua vez ligada ao modo de endereçamento da Coletânea Cenecista, tendo em vista que tal conceito encontra-se presente em livros, jornais, filmes, fotografias, músicas ou qualquer forma de linguagem que por ventura é endereçada a determinado destino, ou seja, como um conceito que se refere a algo que está no texto da publicação que age de alguma forma sobre os seus leitores, imaginados ou reais. Sendo assim, a narrativa constituída no impresso se caracterizou pela projeção daquilo que seus organizadores imaginavam que seriam os professores, alunos e gestores da Rede escolar cenecista.

Tratado como embaixador da CNEC nos Estados da Federação, de acordo com o discurso institucional produzido pela Rede, procurou pessoas “idealistas”, que a seu ver, se configurariam em pessoas que percebessem a importância de se lutar pela causa da educação, como Paulo anunciou o Evangelho às comunidades, anunciava o Cenecismo nos diversos Estados do país.

Como exemplo a partir de sua atividade em 1948 foram criados os primeiros núcleos Cenecistas nas viagens aos estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia e Espírito Santo. No ano seguinte, 1949, Felipe deu continuidade as suas visitas no intuito de “arrebanhar idealistas” a causa da CNEC, visando estados da Região Centro-Oeste e Sul do País, as pessoas idealistas, pode-se resumir, seriam aquelas que atenderam ao chamado do criador da instituição, caso o chamado não fosse aceito, tal alcunha talvez não lhe conviesse. Sendo observa-se na estrutura narrativa da publicação um movimento de afunilamento da história da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade ao seu fundador.

Como fruto da divulgação da Campanha nesses Estados ainda em 1948 foi realizado o primeiro Congresso Nacional da Entidade na sede da Campanha no Recife, os representantes dos Estados da Bahia, Paraná e Paraíba compareceram. Tal Congresso marcou o alinhamento da CNEC a política educacional do Estado, seguindo orientações do Ministro da Educação e Saúde Clemente Mariane, como também do educador Lourenço Filho, diretor do Departamento Nacional de Educação a então Campanha de Ginásios Gratuitos adquiria, status nacional com a criação da Diretoria Nacional da Campanha, e de um Conselho Fiscal Nacional, tendo sido eleito como seu primeiro presidente Benedito Narciso Rocha (GOMES, 1994, v.I.).

O primeiro congresso também serviu para reforçar a imagem de Felipe Tiago Gomes enquanto idealizador do movimento a partir do momento em que foi escolhido como representante da instituição a divulgar suas atividades de modo a expandir a instituição pelo país, como também ao atuar junto aos poderes públicos na aquisição de novos recursos para a entidade, embora não exercesse o cargo de presidente, por outras vias mantinha o poder na administração da mesma.

Mesmo com as constantes mudanças políticas e instabilidades no Brasil durante o século XX, a CNEC não teve suas atividades interrompidas. Tal aspecto pode ser atribuído ao jogo político necessário para a construção de uma administração da Rede eficiente, defendida pelo fundador, ao invés de se tratar de uma organização das comunidades, a CNEC acabava

por se constituir em um aparelho paraestatal, dado o grau de interferência do poder público inclusive nas esferas administrativas da Campanha.

De acordo com João Pedro Schmidt, tal fato, pode ser exemplificado quando se observa que entre as inúmeras mudanças políticas e de filosofias de governo vividas no Brasil durante o século XX com:

o advento do Regime Militar em nada alterou as boas relações entre a CNEC e os governos. Os recursos públicos a ela destinados aumentaram chegando no ano de 1975 a 97% do total da receita. Na década de 1970 a entidade passou por problemas e seus dirigentes identificaram na tendência estatizante, com a criação de escolas públicas, uma das ameaças a ser enfrentada. A saída para as dificuldades foi buscar na diversificação de atividades, que incluiu a implementação de fazendas-escolas, programa de artesanato, serviços de editoração, comunicação social, radiodifusão, escolas agrícolas, centros comunitários rurais, unidades comunitárias rurais, unidades comunitárias de produção, na linha do desenvolvimento de comunidade (SCHMIDT, 2010, p.23).

A Campanha adotou como forma de desenvolvimento, a filosofia defendida pelo Ministério do Interior, metodologia do Desenvolvimento da Comunidade (DC), que consistia no alinhamento das estratégias econômicas do Regime Militar aos postulados da Social Democracia Americana, defendendo que era necessário desenvolver as comunidades para que fosse delas afastada as ameaças do comunismo, que nesse discurso, tinha sua propaganda desenvolvida no discurso de superação da pobreza (SCHMIDT, 2010), tendo a instituição se adequado a esse modelo de desenvolvimento e por ele sido beneficiada.

Nesse entremeio dada a articulação política, o fundador da entidade tinha livre passagem no meio político para negociar acordos que beneficiassem a instituição, estando à sede da entidade localizada em Brasília, sempre oferecia almoços e jantares as personalidades políticas, visitava os gabinetes de senadores, deputados e demais membros (GOMES, 1994, v.I), como forma de se manter próximo de tais grupos, adquirindo assim prestígio pessoal ante tais personagens.

FIGURA 03
(Felipe Tiago Gomes e Ernesto Geisel)



Reunião do fundador da CNEC Felipe Tiago Gomes, Almirante Benjamin Sodré e o Presidente da República Ernesto Geisel (Observa-se da esquerda para direita: Felipe Tiago Gomes, Ernesto Geisel e Benjamin Sodré). Disponível em: <http://www.oocities.org/felipetiagogomes/fotos/foto43.html> Acesso em: 17 de julho de 2018

A relação do fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade com o Estado esteve ligada aquilo que Écio Antônio Portes (2009) denominou de adesismo auspicioso ao Estado. De acordo com o autor:

o adesismo auspicioso ao Estado seria uma espécie de conforto institucional proporcionado por um novo tipo de fabianismo⁶³: o Estado não quer só financiar a produção intelectual para empreender políticas públicas, ele quer, sobretudo, a nossa submissão a elas (PORTES, 2009, p.154).

Écio Antônio Portes (2009) analisa o caso de Francisco Mendes Pimentel que idealizou um modelo de universidade progressista para o período, mas que teve que realizar concessões em suas concepções educacionais para a manutenção das atividades na recém-criada Universidade Federal de Minas Gerais, ele se fez enquanto intelectual a partir de sua administração na UFMG, como também por meio de sua ligação com a administração do Estado na época em plena Revolução de 1930⁶⁴, no período em que o presidente Antônio Carlos esteve à frente do Estado.

⁶³ Em 1883, um grupo de socialistas adeptos do gradualismo fundou a Sociedade Fabiana. Liderada por um cidadão chamado Hubert Bland, os mais famosos membros da sociedade eram o dramaturgo George Bernard Shaw, os autores Sidney e Beatrice Webb, e o artista William Morris. A Sociedade Fabiana tem este nome em homenagem a Quintus Fabius Maximus, político, ditador e general da República Romana (275-203 a.C.), a Sociedade Fabiana almejava "condicionar" a sociedade, por meio de medidas socialistas disfarçadas. Os fabianos defendiam um "estado provedor", um estado assistencialista que cuidaria não apenas dos pobres, mas também da classe média.

⁶⁴ Golpe de Estado que alçou Getúlio Vargas ao Poder em 1930, amparado pelo bloco da Aliança Liberal formada por elites políticas dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul.

O criador da CNEC, em seu processo de alianças com diversas personalidades políticas no intuito de adquirir a oficialização das novas unidades educacionais criadas pela instituição, como também junto ao Ministério da Educação no sentido de conseguir a autorização de que os professores da entidade, que muitas vezes, nas comunidades do interior não tinham formação específica para o ensino tivessem autorização desses órgãos para lecionar. Ao atuar no Congresso Nacional, como também nas câmaras legislativas estaduais, no sentido da aprovação de leis que beneficiassem a CNEC, sempre promovendo sessões solenes de homenagens a figuras públicas na instituição, foi à personificação desse adesismo auspicioso ao Estado.

O adesismo auspicioso ao Estado garantiu que a Campanha pudesse se expandir pelo país, sendo beneficiada com projetos de leis e dotações orçamentários pelo governo em seus diferentes níveis. Como também se tornou uma via de promoção da democratização do Ensino por parte do Estado, muitas vezes, a instituição sendo compreendida, como um organismo do Estado na implantação dessa política educacional.

Embora os autores da Coletânea tenham em seus escritos, tentado construir uma interpretação linear, apresentando a trajetória de vida do idealizador do movimento de forma evolutiva, sabe-se que, nenhuma trajetória é um caminho linear (BOURDIEU, 2006). Para Pierre Bourdieu seria necessário pensar a trajetória a partir dos trilhos de uma ferrovia, com todas as suas ramificações e estações que acabam por modificar o sentido do trajeto. Logo não existe um trajeto por si só estabelecido, é sempre preciso pensar a matriz de suas relações com as diversas conjunturas, por isso o jogo político foi necessário a Felipe Tiago Gomes, para superar os entreves nessa trajetória que não é linear, mas feita de altos e baixos.

A publicação da Coletânea Cenecista em 1994 visou estabelecer em torno da imagem do fundador da instituição aquilo que Giovanni Levi entendeu como biografia moral (LEVI, 2006), ou seja, construir uma interpretação sobre a vida do fundador da instituição a partir de um caráter pedagógico, no intuito de que a forma como a narrativa da vida do idealizador do movimento foi constituída pudesse educar e gestar subjetividades desejadas na instituição, talvez o impresso tenha objetivado chegar à comunidade Cenecista em:

um tom mais didático, acrescentando às vezes paixões e emoções ao conteúdo tradicional das biografias exemplares, a saber, os feitos e as atitudes do protagonista. A bem dizer, essa simplificação supõe uma certa confiança na capacidade da biografia para descrever o que é significativo em uma vida [...] iria acentuar o caráter exemplar e tipológico das biografias, privilegiando a dimensão pública em vez da dimensão privada e considerado insignificantes os desvios dos modelos propostos (LEVI, 2006, p.172).

As obras que integram a publicação, buscaram construir discursivamente um caráter exemplar, destacando todas os acontecimentos que envolveram sua trajetória pública ligada a instituição, os fatos da vida do fundador da Rede foram apresentados de maneira a confluírem em um personagem homogêneo, marca e símbolo da identidade da Campanha.

Os discursos que significaram sua imagem, são apresentados na Coletânea de maneira didática, se recorre a poemas, a pequenas cartilhas sobre a história da entidade e a vida do fundador inseridos na Coletânea com a intenção de tornar o texto atrativo e assimilável em um processo de produção de uma memória educacional associada a ele, como também a instituição, dado que sua vida e a vida da Campanha são apresentadas de forma comum, a CNEC foi vista como a potencialização dos projetos pessoais do criador do movimento.

Écio Antônio Portes se referiu a Francisco Mendes Pimentel como “homem instituição” (PORTES, 2009), dado que todas as referências da história da UFMG partem desse fundador. A relação de Felipe Tiago Gomes e a CNEC se consolidou em torno do mesmo aspecto, de acordo com os escritos oficiais da Campanha quando se faz referência a CNEC automaticamente vem à mente a imagem do criador da instituição.

Tal imagem passou por um processo de monumentalização visando engrandecer a figura de seu fundador, foi uma estratégia discursiva utilizada na publicação, para também engrandecer a história da Campanha em um exercício de afirmação da instituição por parte dos organizadores da Coletânea, no processo de produção da memória, estando entre eles o próprio fundador, que através de tal movimento subentende-se que desejava que sua imagem fosse vista de forma cristalizada na Rede, a partir de sua versão da história, omitindo aquilo que não lhe fosse conveniente.

Esse discurso também foi reforçado nos trechos de discursos do fundador, nos quais o mesmo se julga indigno de receber homenagens, que essas devem ser direcionadas a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, mas que pelo discurso da Rede, acaba por se tornar uma única pessoa, Felipe e a CNEC, feitos imagem e semelhança, como se observa no seguinte trecho retirado de um discurso de Felipe Tiago Gomes em solenidade na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 21 de novembro de 1983:

Gostaria de dizer que aqui não está o fundador da CNEC recebendo uma homenagem. Quem a recebe é a própria instituição que representa nesta sessão especial de homenagem à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, pelos seus 40 anos de relevantes serviços prestados à educação (GOMES, 1994, v.IV, p.806).

É tecido assim o homem instituição (PORTES, 2009), fundador e instituição que se confundem e compõe uma única rima, um único enredo. Nas constantes mudanças pelas quais

a CNEC passou ao longo dos anos, através de sua escrita institucional, os organizadores dos volumes pretenderam criar modelos biográficos associados à imagem de Felipe Tiago Gomes, como também da Campanha.

Sabe-se que a memória, de acordo com Ecléa Bosi “não é um sonho, é trabalho [...], pois lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (BOSI, 1994, p.55). Através do processo de publicação dos escritos históricos da entidade, os organizadores buscaram atuar no processo de constituição de uma memória *in natura* da Campanha, posta desde sempre. Os livros foram enviados as Sessões Estaduais da instituição para que se desenvolvessem trabalhos com as comunidades escolares de cada Estado, não tendo sido o objetivo dessa pesquisa perceber o processo de apropriação desses discursos pelas unidades escolares ligadas a Campanha, sendo uma via para pesquisas futuras.

De acordo com Márcia Cordeiro Costa e Cézar Augusto Castro, os impressos periódicos poderiam ser pensados como construtores de lugares de memórias (COSTA & CASTRO, 2012), no sentido dado por Pierre Nora, espaços para o arquivamento da memória histórica (NORA, 1993). Desse modo, mesmo que a Coletânea Cenecista não se enquadre na classificação de um periódico exerceu a mesma função no que diz respeito à edificação de imagens associadas à imagem do fundador da CNEC e a trajetória histórica da instituição.

Para Maria Teresa Santos Cunha:

[...] na nova sociedade do escrito e do escrever consolidada a partir do século XVIII, houve a ampliação dos usos da escrita e do escrever e de outros conceitos de leitura, com novos livros/impressos disponíveis no mercado e pode-se dizer que a instituição escolar foi uma das maiores responsáveis pela multiplicação da palavra escrita que passou a circular a ser utilizada, pela leitura, na educação escolarizada (CUNHA, 2009, p. 233)

Destarte a Coletânea Cenecista se encaixa no universo dos impressos pedagógicos, escritos produzidos pelas instituições educacionais ligados a formação da identidade e a defesa de seus ideais. Os impressos pedagógicos assumem assim diversas funções, desde normatização de condutas, circulação de ideias e veículo propagandístico das ações de tais instituições (ANDRADE, 2016).

A publicação, enquanto um impresso pedagógico, atuou na divulgação dos ideais do fundador da Rede e na produção de uma versão elogiosa sobre sua vida. Segundo Dulce de Oliveira Vermelho, Felipe Tiago Gomes “fez da vida da CNEC e de sua própria vida uma só trajetória” (VERMELHO, 1994, v.I, p.153), para isso os organizadores da publicação atuaram no processo de constituição da biografia de seu fundador, no sentido de apresentá-la como uma narrativa coesa, parece que o fundador, na ânsia pela realização de seus projetos “não

conheceu vicissitudes ou vulnerabilidades”, mas tão somente “aclamações” por todos os lugares onde passou, as relações entre o criador e a instituição por ele criada foi apresentada no impresso de forma improblemática.

Na problematização da publicação pode se identificar que em sua estrutura narrativa e discursiva o idealizador da CNEC construiu uma teia de interpretações unindo o pensar e o existir em uma única peça. Para seus contemporâneos, a imagem de Felipe Tiago Gomes foi fixada na Coletânea como a figura de um “grande pensador da educação”, de um “homem altruísta” que ao longo de sua vida buscou atuar no sentido de prestar serviço “aos jovens pobres e sem recursos”, traduziu os sofrimentos de sua vida na infância e juventude em força motriz que impulsionou seus sonhos e projetos, que por sua vez se consolidaram na Coletânea Cenequista. A forma como a vida do criador da CNEC foi produzida induz o leitor a um passado cristalizado em uma versão “positivista” da história.

A vida do fundador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como toda trajetória de vida, esteve ligada as colocações e deslocamentos (BOURDIEU, 2006), no meio social onde estava inserido, outrora exercia papéis de maior relevância na instituição, outrora outros exerciam tais papéis, todavia sempre estava atento a observar os caminhos da instituição e disposto a conduzi-la, quase que em uma postura centralizadora a frente da entidade.

A vida do fundador é apresentada na instituição como se até os últimos dias de sua vida, nunca se desligou da CNEC, em laços matrimoniais que só a morte, “aquele fato sem explicação que iguala tudo que é ser vivo em um só rebanho de condenados” (SUASSUNA, 2005, p.110), separou⁶⁵.

Robert Elias em seu livro *Mozart Sociologia de um Gênio* (1994) trabalhou a vida do músico austríaco a partir da composição do sentido de sua vida ligado diretamente ao sucesso de sua música. Segundo Elias, Mozart morreu em abandono e esquecimento por uma doença que o vitimou ainda jovem. Mozart nos últimos dias de sua vida encontrou-se mergulhado em decepção ao saber que sua música era uma obra de arte das melhores, e que provavelmente ficaria para a eternidade, mas não obteve o reconhecimento dos seus contemporâneos, não obteve o reconhecimento da sociedade de Viena, nem obteve o reconhecimento de sua amada.

⁶⁵ A Coletânea não esclarece os possíveis cargos ocupados por Felipe Tiago Gomes nos períodos em que não esteve como presidente do Conselho Nacional da entidade, para isso seria necessário uma pesquisa mais acurada em outras fontes, que o período do mestrado não oportunizou. Todavia sempre deixa transparecer a presença de do fundador enquanto uma sombra a cercar os presidentes da CNEC, como os casos de Alcides Vieira Carneiro e Sara Kubitschek.

O sentido da vida de Mozart, aquilo que lhe fazia sentir-se seguro e disposto a continuar a viver e lutar por seus sonhos, era sua música e acima de tudo o reconhecimento de sua música. Diante de tal aspecto, pode-se afirmar que assim como a música foi o sentido da vida de Mozart, aquilo que se traduzia no discurso da instituição enquanto enaltecimento da CNEC era o sentido da vida de seu fundador.

Segundo Nobert Elias (1994, p.13):

para se compreender alguém, é preciso conhecer os anseios primordiais que este deseja satisfazer. A vida faz sentido ou não para as pessoas, dependendo da medida em que elas conseguem realizar tais aspirações. Mas os anseios não estão definidos antes de todas as experiências. Desde os primeiros anos de vida, os desejos vão evoluindo, através do convívio com outras pessoas, e vão sendo definidos, gradualmente, ao longo dos anos, na forma determinada pelo curso da vida, algumas vezes, porém, isto ocorre de repente, associado a uma experiência especialmente grave. Sem dúvida alguma, é comum não se ter consciência do papel determinante destes desejos. E nem sempre cabe à pessoa decidir se seus desejos serão satisfeitos ou até que ponto o serão, já que eles sempre estão dirigidos para outros, para o meio social.

A partir de tal afirmação pode-se dizer que Felipe Tiago Gomes teve assim, aspirações a realizar, tendo seus desejos em relação a Rede se configurado a partir das diferentes conjecturas pelos quais viveu. Sendo assim, em 1990 por problemas de saúde o fundador da CNEC reduziu seu ritmo de trabalho na instituição. Todavia, a partir da publicação se observa a imagem de um fundador temeroso quanto aos rumos que a CNEC poderia tomar futuramente, afirmava não acreditar na perenidade e por não acreditar na perenidade sua instituição não duraria para sempre, assim como o próprio fundador.

Assim Felipe Tiago Gomes se expressou em um de seus últimos depoimentos colhido por Sebastião Garcia de Sousa e inserido na publicação:

não é uma questão de derrotismo, é de realismo. Acredito que de tudo que é bom à semente fica. Mas isso vai depender muito de quem a conduza no futuro. Há uma série de junções, uma porção de esforços e reflexões conjugadas, porque há tanta gente envolvida formando a Campanha grande, que se fosse uma instituição pequena, uma só pessoa poderia mantê-la. Mas sendo tão grande será difícil. Deus queira que aconteça, que ela fique ainda centenas de anos (GOMES, 1994,v.III, p.682).

Preocupado com o futuro da entidade por ele criada, o instituidor da CNEC sugeriu que a passagem de inúmeras pessoas na direção da Rede talvez tenha descaracterizado seu sonho, os tempos áureos vividos pela mesma, quando estava sobre a figura de sua liderança passaram, tendo que encarar a nova fase em sua vida e na vida da instituição por ele criada por outro prisma, “se fosse uma instituição pequena”, ou seja, que não tivesse atingindo a dimensão que tomou, talvez tivesse continuado sobre sua batuta e superado os momentos de crise deixa escapar o velho fundador.

A fala é posta ante uma concepção de inconformismo diante das mudanças que a CNEC passava no final da década de 1980 e início da década de 1990. A Campanha diminuiu drasticamente suas unidades escolares. Conseguiu, segundo, João Pedro Schmidt, o auxílio de 40 mil bolsas de estudos no Governo de Itamar Franco (1992-1995) (SCHMIDT, 2010), todavia as subvenções estatais se demonstravam insuficientes para a manutenção das atividades da entidade, principalmente nos estabelecimentos de Ensino das pequenas comunidades.

O próprio fundador da instituição nos escritos apresentados nos Volumes Três e Quatro da Coletânea construiu um discurso vitimista, como se ao final da jornada o Estado não tivesse reconhecido os benefícios que a Campanha prestou ao país, como se observa:

Benditos sejam todos aqueles que ouviram a minha voz, como num brado da própria natureza ressequida, gritando por escolas e mais escolas para as crianças pobres do meu País. Espero em Deus, na sua infinita misericórdia, perdoe aqueles que não tiveram a sensibilidade de examinar com seriedade, os nossos trabalhos e nos negaram recursos e apoio moral, deixando, com essa atitude, jovens sem escolas e sem alimento (GOMES, 1994, v.IV, 882).

Ao recusarem o chamado do instituidor, teriam fracasso enquanto líderes do poder público e ao mesmo tempo com a perspectiva do pensamento defendido pelo mesmo da educação enquanto um mecanismo de equalização social em uma missão quase divina de redenção dos mais pobres. O discurso apresentado na publicação visou construir uma memória educacional e histórica da instituição associada também à vida de seu idealizador. As mudanças políticas, como a redemocratização e expansão das escolas públicas, são tratadas de maneira negativas pela publicação, dado que tal conjuntura política não mais a favoreceu, tendo seus administradores de implantarem reformas inclusive nos grupos que seriam atendidos pelas escolas Cenecistas, agora envoltas na experiência de escolas predominantemente privadas.

Diante de tal discurso é possível questionar se a razão da criação da Campanha do Ginásio Pobre foi, conforme defendido por Felipe Tiago Gomes, a democratização do Ensino, por que ao final do século quando enfim o Estado assumiu suas responsabilidades na criação de um Sistema Educacional Estatal de fato público⁶⁶, o discurso oficial da entidade em se colocar na condição de vítima como se tais aspectos fossem negativos?

Não foi por esses direitos que o cenecismo lutou? O que se identifica nos escritos do fundador da instituição postos na publicação, é a insatisfação quanto aos rumos tomados pela

⁶⁶ É necessário salientar que mesmo com a ampliação do número de escolas públicas, essas ainda se demonstravam incipientes, sendo na visão de Tiago Gomes, possível continuar os investimentos nas escolas Cenecistas que poderiam caminhar ao lado das públicas, todavia, gradativamente a Rede perdeu espaço, sendo suas unidades educacionais que não eram autosuficientes fechadas.

CNEC no sentido de que o Estado, principal financiador do movimento, que na década de 1970, segundo a professora Ronalda Barreto da Silva, foi responsável por 75% das receitas da entidade (SILVA, 2001), não mais atendia seus interesses.

Em discurso pronunciado no III Congresso Extraordinário da CNEC realizado em Brasília no dia 8 de outubro de 1985, o fundador teceu as seguintes palavras sobre o momento de transição vivido pela entidade: “A falta de sensibilidade para este tipo de trabalho levou-me, quantas vezes, a profundas desilusões, quanto ao espírito cívico que deveria existir naqueles que são responsáveis pela coisa pública” (GOMES, 1994, v.IV, p.879).

Felipe Tiago Gomes, teceu críticas quanto as personalidades políticas que não mais despendiam auxílio financeiro a entidade, no que entendia como ausência de civismo, dado o serviço que sua instituição teria prestado ao país, as mudanças ocorridas nos mecanismos de financiamento da educação, e os novos modelos educacionais surgidos a partir da nova legislação foram vistos pelo idealizador da Campanha e seus seguidores de maneira negativa, causando danos irreversíveis na trajetória histórica da entidade, em seu ponto de vista a instituição não teria recebido o reconhecimento merecido.

Desse modo, o impresso está ligado a uma luta pelo reconhecimento, afirmação histórica do movimento, fundador e seguidores. De acordo com Paul Ricoeur:

A questão não diz respeito apenas aos sentimentos negativos de falta de reconhecimento, mas também às capacidades conquistadas, assim entregues a uma busca insaciável. Há aqui a tentação de uma nova forma de “consciência infeliz”, sob a forma seja de um sentimento inumerável de vitimização, seja de uma incansável postulação de ideias inatingíveis (RICOEUR, 2004, p.231).

Os discursos produzidos pelo fundador no momento de transição vivido pela entidade, como também pela própria condição de vida do mesmo, tendo diminuído o ritmo de atividades na instituição, demonstram a formação do que Paul Ricoeur denominou de consciência infeliz (RICOEUR, 2004), fruto da insatisfação quanto aos rumos que seus projetos haviam tomado.

O fundador partiu para luta pelo reconhecimento de sua história como também da instituição por ele criada por meio da produção de uma memória histórica e educacional institucional posta na Coletânea, se colocando no lugar de vítima das conjecturas que abalaram as estruturas da CNEC nas duas décadas finais do século XX.

Parece que ao fim da vida, assim como a música decepcionou Mozart, ou o não reconhecimento de sua música, os caminhos tomados pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, também decepcionaram o criador da instituição no discurso idealizado produzido pelos autores da Coletânea Cenecista.

2.3 A CONSTRUÇÃO DO FUNDADOR DA CNEC COMO UM INTELLECTUAL DA EDUCAÇÃO

Intelligentsia era o termo antes utilizado para definir os intelectuais (ANDRADE, 2015), que segundo Vieira (2014) se tratava de um conceito plural passível de assumir inúmeros sentidos. Tal termo poderia ser compreendido também, enquanto a definição daqueles sujeitos membros mais educados de uma estrutura social, os mais cultos de uma sociedade. A *intelligentsia* para Vieira (2014) estava ligada a concepção de uma elite formada a partir de um grau elevado de instrução que substanciava pequenos grupos através de propostas sociais direcionadas a coletividade.

Perante esse panorama, Andrade (2015) ao problematizar as figuras de Alfredo Dantas e Manoel Almeida Barreto afirmou que:

estes pensadores produziram um esboço de educação para a cidade, sendo interpretados por nós, neste artigo, como intelectuais, elaboradores de ideias que estavam voltadas para o engrandecimento da pátria a partir da formação de cidadãos locais (ANDRADE, 2015, p.107)

Diante disso, mesmo que Felipe Tiago Gomes, não tenha escrito textos teóricos sobre educação, em seus discursos e pronunciamentos, é possível identificar, quando narra à história da instituição, as concepções educacionais as quais se identificava, traçando um projeto educacional direcionado para uma coletividade e orientando outros intelectuais na implantação de tais concepções que culminariam na criação da Rede Cenecista, sendo assim entendido enquanto um intelectual da educação.

Durante toda sua vida, defendeu o que entendeu por Educação Comunitária, que seria uma forma da comunidade atuar no sentido de garantir sua própria educação, a criação e o estabelecimento de suas próprias unidades educacionais, mantidas inicialmente pelas ações gestadas no seio das comunidades. Talvez pela ausência da presença de escritos teóricos sobre educação seja justificada a ausência, a existência de um silêncio no campo da historiografia da educação quanto ao tratar a figura do criador do CNEC enquanto um intelectual da educação, realidade a ser revisitada a partir das transformações recentes no campo da história da educação e da história dos intelectuais.

A História das ideias trabalhou a imagem dos intelectuais a partir da lógica da obra produzida por um indivíduo, o estudo dos intelectuais se dava muitas vezes, de forma diminuta, apenas dedicando-se a análise de seus pensamentos e de suas obras. Não havia preocupações quanto aos aspectos ligados à vida pessoal de tais sujeitos, como também a sua

atuação e engajamento social. Havia quase que uma separação entre o criador e a criatura, o intelectual e a obra confeccionada.

Os estudos dos intelectuais estavam ligados à obra de e não aos seus produtores, parecia que suas produções não partiam de um lugar de referência, não eram reflexos de escolhas que muitas vezes tinham haver com a própria trajetória de vida pessoal de tais sujeitos. A história dos intelectuais foi produzida de uma forma que os historiadores das ideias, ligados a essa vertente tradicional de produção historiográfica, expulsavam os intelectuais da própria história, como se fosse possível separar o binário vida e obra.

Após as mudanças sofridas pela historiografia, principalmente a partir da segunda metade do século XX o trabalho de interpretação e análise histórica da vida dos intelectuais esteve ligado ao exercício de buscar-se enquadrar tais figuras no interior de perspectivas históricas, de estruturas que possibilitaram que tais sujeitos a partir de sua relação com a sociedade, com editores, com o poder público, com o ambiente em que se localizava dissesse X e não Y. Houve um reordenamento na análise histórica no sentido de perceber como tais sujeitos e suas trajetórias estavam mergulhados em um emaranhado de relações, não existindo obras puras e essências como outrora se julgava existir (NEVES, 2006).

De acordo com Tiago Viotto da Silva a partir de tais mudanças no campo historiográfico, a figura dos intelectuais foi dessacralizada, o intelectual pode assim, se tornar objeto de estudo da história de uma forma nunca antes vista (SILVA, 2013), objeto sobre o qual o historiador não mais hesitou em lançar suas teias hermenêuticas. Todavia tais transformações se deram de forma lenta, e tais transformações no campo das ciências humanas não se dão de forma brusca, o nascimento de uma nova perspectiva analítica não implica dizer o total rompimento com uma tradição anterior, há a permanência de algumas práticas.

Os intelectuais até princípios do século XX foram vistos como sujeitos produtores de ideias e discursos, as massas não teriam a capacidade de pensar por si mesmas, logo seria necessário a figura dos intelectuais a ditarem os caminhos a gestarem reflexões que moldassem o convívio social, reflexões que eram internalizadas como saber no comportamento de rebanho reproduzido pela população a partir de suas batutas.

Entretanto, a partir do desenvolvimento das ciências sociais no século XX, viu-se que os intelectuais não seriam os responsáveis pela produção do pensamento, que as massas pensariam por elas mesmas, e que os intelectuais seriam como que orientadores, conselheiros a oferecerem suas opiniões e arguições em momentos de necessidade. A forma como se compreendeu o ser intelectual variou ao longo dos tempos de sociedade para a sociedade, as

suas filiações e redes de sociabilidades variaram nas diferentes cartografias associadas ao ser intelectual (PANIZZOLO, 2011).

A figura de Felipe Tiago Gomes, cunhada enquanto intelectual da educação nos escritos institucionais da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, se aproximou da imagem do intelectual entendida como aquele que guiaria os sedentos de saber, aquele que traria a informação e mostraria como um pastor, por onde o rebanho de ovelhas deveria seguir. Suas opiniões e preceitos, ditavam a caminhada da instituição e de seus seguidores.

Por meio da Coletânea os organizadores do impresso visaram produzir, de forma laudatória e personalista, um discurso sacralizador da figura de seu fundador. Talvez tal postura, em relação à produção de uma memória institucional da entidade, como também o recente fim de suas relações com o Estado, fez com que os estudos acadêmicos em torno da instituição tenham se desenvolvido de forma tímida, principalmente até a primeira década do século XX.

Essa tendência tem mudado nos últimos anos com pesquisas referentes à história da CNEC, mas ainda existindo nesses trabalhos certo silêncio quanto à figura do fundador enquanto um intelectual da educação, talvez motivada pela ausência de uma formação específica no campo da educação, pode ser que não tenha sido um intelectual das obras e *Best Sellers*, mas que materializou suas ideias na CNEC, a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e sua atuação nos Estados da Federação, sua capacidade de articulação e de jogo político para a manutenção da Rede e legitimação de seus trabalhos, foram à sua obra, dado que como coloca Michel Foucault:

a teoria é a prática e que a função do intelectual não está na conscientização do saber e ou da conscientização como sujeito, mas na [...] destruição progressiva e na tomada de poder ao lado daqueles que lutam por ela <conscientização>, e não na retaguarda para esclarecê-los (FOUCAULT, 2008, p.02)

Logo, o engajamento, os posicionamentos tomados pelo criador da entidade, os laços por ele tecidos, suas ações em prol da aquiescência da Rede, as viagens em busca de auxílios financeiros para a entidade, os discursos, reuniões, convites para que novos membros integrassem as fileiras da CNEC se constituem em caracteres da formação de Felipe Tiago Gomes enquanto um intelectual.

Mas como caracterizar um intelectual? Como refletir sobre a figura do fundador da CNEC enquanto um intelectual da educação? A partir das mudanças vividas pela historiografia na segunda metade do século XX o perfil dos intelectuais passou a ser definido a partir da relação entre a criação e sua aplicação prática, desse modo, passou-se a discutir as condições de gestação da obra dos intelectuais, as influências de contexto, de formação, de

pertencimento a um grupo como também o trabalho de apropriação desses sujeitos das contingências do meio no qual foram gerados, suas obras passaram a ser analisadas a partir dos processos de encadeamentos sucessivos e apresentação diante de tais conjunturas.

Carlos Eduardo Vieira ao analisar o conceito de intelectual polimorfo e polifonicamente afirma que o:

concebe com base nas criações, mediações e/ou engajamentos. Assim, se o propósito for eleger uma figura do cenário filosófico, jurídico, educacional ou qualquer outro e, com base nos seus princípios teóricos, enquadrá-lo como intelectual não será difícil, basta analisar, previamente o perfil do escolhido e recorrer ao quadro teórico que melhor o favoreça analiticamente. O procedimento metodológico terá, no teórico o alicerce para a investigação das suas ideias, criação e/ou ações (VIEIRA, 2014, p.64).

Perceber o contexto em que o fundador da CNEC idealizou e criou a então Campanha do Ginasiano Pobre é fundamental para enxergá-lo enquanto intelectual da educação, para enquadrá-lo nessa categoria. Dado que com a ausência de tal localização do autor corre-se o risco de eternizar ou naturalizar suas propostas, elegendo-as abstratamente como ideias válidas e aceitas universalmente (MACHADO *et al*, 2006, p.176).

O movimento de idealização de um modelo de escola comunitária a partir da adaptação de experiências já existentes e a forma como a Campanha, por meio da atuação de Felipe Tiago Gomes e seus “escolhidos”, foi implantando e modificando tal modelo a partir das diferentes realidades históricas vividas pela entidade, caracterizam o fundador da CNEC enquanto intelectual a partir do binário ideias e práticas.

A definição de Intelectual não está mais atrelada à produção de uma obra específica referente ao desenvolvimento do pensamento educacional (VIEIRA, 2014), não é necessário que o sujeito se configure enquanto especialista na área da educação para que se enquadre em tal categoria. Vivian Galdino de Andrade⁶⁷ ao problematizar a figura do Tenente Alfredo Dantas afirmou:

a definição de intelectual não está atrelada a nenhuma formação ou posição institucional específica. Mesmo sem produção teórica na área educacional, Alfredo Dantas se fez atuar no cenário educativo campinense, fazendo de sua escola projeto de ação e referência para os demais (ANDRADE, 2014, p.217).

A atividade intelectual não se resumiria a produção de obras específicas sobre educação ou a formação dos sujeitos intelectuais no campo. O trabalho intelectual poderia ser abordado assim de maneira diferenciada enfocando, por exemplo, como a disseminação de

⁶⁷ Vivian Galdino de Andrade trabalhou o discurso produzido em torno da imagem do Fundador do Instituto Pedagógico em Campina Grande, hoje Colégio Alfredo Dantas, no quarto capítulo de sua tese, intitulada: **“Alfabetizando os Filhos da Rainha para a Civilidade/Modernidade: O Instituto Pedagógico em Campina Grande –PB (1919-1942)”**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

suas ideias que não se deram através da publicação de uma obra teórica, foi instrumentalizada a partir de sua atuação social, do seu engajamento em organizações sociais, como o caso de Felipe Tiago Gomes ao fundar a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. O sentido de intelectual assim foi alargado.

Na década de 1940, quando o criador idealizou a criação da Campanha do Ginásio Pobre, o Brasil vivia um período de intensas reformas educacionais. Os intelectuais do período defendiam um “ethos de renovação da modernidade e civilidade” (ANDRADE, 2014, p.210) os discursos educacionais propagados estiveram ligados a concepções nacionalistas da educação, a um trabalho de engrandecimento da pátria, a educação devia moldar os cidadãos para as mudanças que o Brasil vivia no período.

Tais ações soavam como reflexo do pensamento que embalou a educação no século XX vista enquanto fundamento do progresso da nação, de acordo com Saviani (1999) a marginalidade era vista enquanto um fenômeno acidental a um número maior ou menor de indivíduos se caracterizando enquanto um desvio, uma distorção. A educação, poderia no ponto de vista das teorias não críticas do currículo, como o fenômeno do Entusiasmo pela Educação que inspirou o fundador da CNEC e os cofundadores da Rede corrigir tais desvios agindo de forma redentora.

Ao compreender a educação como uma solução para os problemas da pátria, a partir de influências do Entusiasmo pela Educação, o patriarca da CNEC acreditava que a abertura de escolas no país resolveria o problema das desigualdades. A abertura de escolas seria a solução para os problemas dos jovens pobres, não houve uma preocupação quanto ao currículo ou aos conteúdos que seriam ministrados em tais escolas, gradativamente é que a Campanha foi se adequando aos postulados educacionais do estado e reproduzindo os currículos do período.

A finalidade das escolas cenecistas a partir das concepções defendidas por ele seria “retirar o pobres das trevas da ignorância”, era uma escola que formaria cidadãos para servirem a pátria. A imagem dos Cenecistas foi produzida como pessoas que defendiam o que ficou entendido por comunitarismo, escolas que eram criadas, implementadas e consolidadas pela própria comunidade. De acordo com Ivanildo Coelho de Holanda, era o trabalho com a comunidade que inspirava a atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade:

sob aspectos globais, portanto, parece-nos que as relações da CNEC com a comunidade em geral se caracterizavam por transações pelas quais a produção e a sua qualidade dependem muito da aceitação da comunidade manifestada em termos de cooperação, especialmente financeira, e em termos de opinião pública. Neste sentido se acentua a relação de dependência pela qual a CNEC carece da ajuda

financeira e do apoio integral da comunidade para sua continuidade e evolução (HOLANDA, 1994, v.III, p.546).

Esses eram os princípios básicos da concepção educacional defendida pelo criador da entidade, uma escola implantada com a adesão da comunidade e que por ela fosse mantida, e que, sobretudo uma escola voltada a atender os jovens pobres, as escolas cenevistas não seriam escolas preocupadas com arrecadação financeira, naquilo que o mesmo denominou de “escolas do lucro”. O comunitarismo seria mantido a partir dos princípios da filosofia cenevista, que seriam o altruísmo e o idealismo, todos os cenevistas eram convocados pelo fundador a assumirem a filosofia cenevista como filosofia de vida.

O tema comunitário assumiu dimensão na entidade, a ponto do fundador da Rede afirmar que o tema da educação comunitária, foi inserido no artigo 213 da Constituição Federal de 1988, como uma homenagem a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, houve um movimento do fundador da instituição, em se apropriar do termo, juntamente com seus seguidores (GOMES, 1994, v.IV).

Todavia, sabe-se que os debates em torno da ideia de comunidade no Brasil, se desenvolveram principalmente nas formas como tal concepção se deu atrelada ao Campo Educacional desde as escolas jesuítas, no período da Colônia, o termo foi apropriado por diferentes instituições adquirindo uma polissemia. Desenvolveu-se a ideia de que o comunitarismo, estaria ligado a “auto-referência ao interesse coletivo e o não pertencimento a esfera estatal” (SCHMIDT, 2010, p.11), no entanto, se observarmos a forma como se desenvolveu a experiência da CNEC, a esfera estatal foi de substancial importância para a instituição, muitas vezes se tornando um mecanismo de atuação do Estado, como se observa na fala do fundador:

[...] feliz estou com todos, com o próprio Governo que, de uma maneira ou outra, ajudou-me a caminhar livremente, permitindo que desse expansão aos meus ideais, para que milhares de jovens ocupassem um lugar de relevo no contexto social (GOMES, 1994, v.IV, p.704)

Desse modo, se desenvolveu no Brasil, diferentes perspectivas do que se entenderia por escolas da comunidade, não tendo tal termo sido utilizado unicamente pelos idealizadores da CNEC ou sido de sua propriedade. Segundo João Pedro Schmidt (2010), a ideia de escolas da comunidade, produzida no discurso da Campanha, foi só uma das múltiplas formas assumidas pelo termo no Brasil ao longo do século XX. Sendo assim, Felipe Tiago Gomes, teria idealizado um modelo de escola específico, a partir da concepção de escolas da comunidade que já havia sido empregada em outras experiências.

Para João Pedro Schmidt, o termo escolas da comunidade, assumiu diferentes sentidos, citando as pesquisas desenvolvidas por Marília Sposito e Vera Ribeiro:

Algumas consideram-se comunitárias porque não têm fins lucrativos, outras porque desenvolvem trabalhos de natureza assistencial ou educativa para comunidades, entendidas como setores da população desprivilegiada, ou mais comumente, a “população carente”. Outras são comunitárias porque se voltam para uma integração com o seu entorno, entendido como a população local possivelmente atingida de forma mediata ou imediata, incluindo muitas vezes a ideia de região, figurada como espaço circunscrito geográfica ou culturalmente. Outras são comunitárias porque se estruturam “comunitariamente”, ou seja, seus integrantes participam de objetivos comuns e mantêm sua interação em função da comunidade de ideias, o que não significa necessariamente gestão democrática ou participativa das instituições. Finalmente, há uma parcela que se autodenomina comunitária porque em certa medida a instituição respondeu a demandas de grupos mais ou menos organizados, articulados em movimentos dos setores espoliados da sociedade brasileira. (SPOSITO; RIBEIRO apud SCHMIDT, 2010, p. 14).

Houve por parte de Felipe Tiago Gomes o movimento de atrelar a instituição ao ideal de escolas da comunidade, como se tal conceito tivesse sido forjado na própria entidade, posto inclusive em sua sigla denominativa, pelo público que a Rede atendia a ideia de não se cobrar mensalidades, ou mensalidades em valores inferiores, além de contar com a atuação das comunidades a partir dos Setores Locais, no sentido de realizarem associações no intuito de manterem financeiramente a instituição, como se constata a partir desse excerto do patriarca da instituição:

[...] foi o trato direto com os Conselhos Comunitários, base da organização cenequista, que fez surgir essa realidade: o povo quer escola, mas deseja, também, solução para outros problemas. E aprendemos com ele que orientando-o poderíamos propiciar os resultados fecundos do seu esforço cooperativo (GOMES, 1994, v.IV, p.890).

Felipe Tiago Gomes assume assim o papel de intelectual articulador das massas, que através da organização de tais conselhos almeja dar vós aos grupos antes silenciados ou vistos “sem consciência social” ou “carente de direção” a compreensão da sua realidade a partir do direito a educação.

Para o idealizador do movimento, a ajuda de figuras como Haroldo Lisboa da Cunha, Diretor do Ensino Secundário do Ministério da Educação, de Lourenço Filho diretor do Departamento Nacional de Educação e Murilo Braga diretor do INEP, foram fundamentais para que a CNEC pudesse resolver seus problemas administrativos no que diz respeito à adequação a legislação educacional vigente. Demonstrando que o modelo de escola preterido por Felipe Tiago Gomes, sofreu influência dos debates em torno do pensamento educacional no período ligado as correntes críticas e liberais da educação, tendo o pensamento liberal

obtido espaço maior no Ministério da Educação em detrimento das correntes críticas, dado a influência do pensamento marxista.

Para Rosar (2018), durante as primeiras décadas do século XX os debates no Campo do Pensamento Educacional no Brasil, estiveram ligados aos embates entre duas vertentes principais, os pensadores liberais da educação e os pensadores críticos da educação. A Campanha do Ginásio Pobre, hoje CNEC, não teria como ter escapado dos reflexos desses debates, principalmente quando o fundador da entidade idealizou seu modelo de escola comunitária.

Os representantes da concepção liberal da educação atribuíram a ela uma potência extraordinária capaz de permitir a superação das desigualdades sociais e a expansão da democracia, compreendida como um Estado de Direito, por meio do qual se implantariam políticas públicas para a garantia dos direitos civis da população brasileira sem distinção de classe social (ROSAR, 2018).

Os pensadores liberais formaram uma linha teórica em torno da influência de teóricos estadunidenses da educação, como John Dewey, pensador influente na educação americana como também brasileira, tendo sua teoria sido marco da chamada democracia liberal, com os princípios do escolanovismo produzidos a partir de tal teoria.

A concepção educacional de tais pensadores foi exposta no Manifesto dos Pioneiros da Educação:

O Manifesto dos Pioneiros da Educação no qual se expressa uma declaração de princípios democráticos “clássicos”, aliada a uma orientação pedagógica “moderna” segundo os fundamentos do escolanovismo, mostra como se constituíram os educadores que lideraram ações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, em prol da constituição de um sistema nacional de educação. Na realidade, um posicionamento teórico eclético ensejou ações importantes e também contradições na trajetória de alguns desses intelectuais signatários do Manifesto. Esse mesmo caráter eclético fica evidente quando novamente se articularam os educadores signatários do Manifesto dos Educadores – mais uma vez convocados, de 1959 (ROSAR, 2018, p.2).

Os intelectuais ligados a corrente crítica da educação tiveram um posicionamento político e ideológico diverso dos considerados pensadores liberais. Estes intelectuais desenvolveram trajetória distinta em relação aos liberais, podendo ser identificados como alinhados a uma concepção de educação derivada da defesa de ideais socialistas e comunistas, tanto pelo contato com obras de autores marxistas, como também por sua inserção prática em movimentos progressistas, de modo geral mais distanciados da burocracia do Estado, assumida como *locus* de transformação da realidade.

Pensando o modelo de escola construído pelo idealizador do Movimento Cenecista pode-se intuir que recebeu influências da concepção liberal e crítica da educação, dado que

observa-se que a filosofia que norteou o processo de criação e consolidação da entidade, se apresentou enquanto uma filosofia que circulava entre as correntes mais progressistas da educação no período, como também entre as correntes mais tradicionais do pensamento educacional. Arquitetando um modelo de escola através do estabelecimento de limites tênues entre os ideias liberais e críticos, entre a submissão a política do Estado e a atuação das comunidades, na articulação das unidades educacionais.

A Escola da Comunidade, idealizada na concepção educacional do fundador, difundida na memória institucional da CNEC, seria uma escola onde a “própria comunidade daria as cartas”, se assemelhando em muito aos postulados da educação em sua corrente crítica. A educação vista a partir de um viés libertador, todavia, pela forma como a experiência educacional imaginada foi desenvolvida, as escolas tiveram sua autonomia atrelada às condições de dependência do Estado e ingerências políticas as quais estavam ligadas, para receberem tais subsídios, inclusive tendo que reproduzir os postulados defendidos pelos diversos governos pelos quais a instituição atravessou em sua trajetória ao longo do século XX.

A Campanha, seria para o fundador do movimento, motivadora da “consciência cívica das comunidades” (GOMES, 1994, v.I), no sentido de que a resolução para os problemas da pátria não viriam unicamente da realização de ações promovidas pelo Estado através de suas políticas, mas que a própria atividade popular poderia exercer essa força de mudança por meio da criação das escolas cenecistas, desse modo, o idealizador da CNEC se coloca ante as mudanças vividas pelos intelectuais no século XX que de acordo com Michel Foucault:

ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a ideia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema (FOUCAULT, 2015, p.131).

Em um caráter personalista, autopromovendo sua imagem, o criador da CNEC se coloca como detentor de um “espírito superior” que deveria ser transmitido às comunidades, que ainda não tivessem desenvolvido os “valores pátrios” ligados à filosofia educacional por ele imaginada, sugerindo que as comunidades desenvolviam capacidade de organização a partir dos estabelecimentos de ensino da instituição.

Em um caráter centralizador, as comunidades detinham o direito de pensar, desde que fossem nos trilhos na linha filosófica pregada pelo idealizador do movimento, na reprodução de relações de poder e saber como se observa: “sigam este caminho, que será o caminho certo,

daqueles dos que desejam a paz, a tranqüilidade⁶⁸ e o progresso da nossa terra e a felicidade da nossa gente” (GOMES, 1994, v.IV, p.815).

Para o idealizador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade existiriam três modelos de escolas fundamentais para a educação do Brasil, a Escola Pública, a Escola Privada e a Escola Comunitária. Tal bandeira foi levantada principalmente a partir do processo de democratização do Brasil, em que, segundo ele, através da produção de um discurso que pretendia colocar a instituição como vítima das circunstâncias, já não se encontravam figuras públicas “dispostas a contribuir com a manutenção financeira da Rede”.

Na sessão de Encerramento do Terceiro Congresso Extraordinário da CNEC em Brasília no dia 08 de outubro de 1985, Felipe Tiago Gomes se dirigiu ao presidente da república, José Sarney de Araújo Costa:

Às vésperas da minha aposentadoria, quando dei o melhor da minha vida à causa da educação comunitária, durante 43 anos de lutas intensas, reunindo nos mais diversos lugares, idealistas, que trabalham em prol da juventude carente, cheguei à seguinte conclusão: há pessoas que exercem funções públicas e desconhecem o valor do trabalho das comunidades, numa preocupação voltada somente para a escola pública, quando, na realidade, existe um sistema do qual fazem parte a escola pública, a particular e a comunitária (GOMES, 1994, v.IV, p.879).

Entretanto, como se observou anteriormente, o modelo educacional de escolas reproduzido pela CNEC, em muitos casos trouxe sérios problemas para a conjuntura educacional das pequenas comunidades. A CNEC durante o século XX se colocou ao lado do Estado, dele recebendo consideráveis investimentos. No entanto, o que se observa é que, tendo a instituição não conseguido se adequar a nova conjuntura educacional proveniente dos debates em torno da redemocratização e criação de um sistema nacional público de educação, tais mudanças são vistas pelo fundador de forma negativa, como se a escola pública fosse vista em detrimento dos benefícios que poderia trazer para as comunidades carentes do país.

A questão é que mesmo com a construção desse discurso vitimizador, e ataque a política de investimento nas escolas públicas. Com as mudanças no financiamento entre o Estado e as ações desenvolvidas pela instituição, até o final da década de 1980, a Campanha contou com o auxílio de uma lei (Lei 7891), que destinava a instituição o auxílio 250 Cruzados Novos por turma de 1º e 2º grau (SCHMDIT 2010).

A constituição Federal 1988 ainda garantiu o investimento nas entidades filantrópicas, categoria a qual a Campanha se adequava, no governo de Itamar Franco o movimento Cenequista pode contar com o auxílio de 40 mil bolsas de estudo, entretanto o momento era de

⁶⁸ De acordo com as regras do novo acordo ortográfico a palavra tranqüilidade não é mais grafada com trema.

concorrência no mercado educacional, tendo a campanha que readequar suas atividades ao novo contexto.

As escolas públicas nos moldes da LDB de 1996, com a organização dos Conselhos Escolares, a autonomia de gestão financeira, como também de adequação curricular, não caracterizaria tais instituições enquanto escolas comunitárias? Porém no caráter centralizador do discurso produzido pelo fundador da CNEC, se identifica a ideia de que o modelo de escola da comunidade seria o por ele idealizado, em uma estratégia discursiva autoreferencial, atribuí à criação desse modelo, as ações desenvolvidas pela Campanha numa “luta de reconhecimento” (RICOEUR, 2004) que marcou a afirmação de um discurso institucional em um momento de transição como se fosse a “melhor via educacional possível até então criada”, em detrimento das novas demandas educacionais que se apresentavam em finais do século XX.

Diante de tais mudanças frutos do momento educacional em ebulição após o Regime Militar, de acordo com SILVA (2001), foram incluídas cláusulas no regimento⁶⁹ da instituição que afirmavam a partir do momento em que suas unidades educacionais não mais integrassem a instituição, seriam automaticamente transferidas para o Estado, muitas unidades da Campanha, foram estadualizadas ou municipalizadas, quando não encerradas suas atividades, tendo a entidade, se dedicado a partir de então em investimentos no Ensino Superior Privado, que se apresentava como nova via de atuação do investimento público, dada a impossibilidade do Estado em manter o investimento no ensino básico em escolas organizadas nos moldes da CNEC.

De acordo com Maria de Lourdes Henriques chegaram a existir, por exemplo, na Paraíba 36 unidades educacionais administradas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (HENRIQUES, 1985), nos dias atuais a Rede Cenecista conta com três unidades em João Pessoa Capital do Estado. No Brasil, que em seu período de apogeu, a Campanha contava com 1332 unidades educacionais espalhadas nas cinco Regiões do País (SILVA, 2001), hoje conta com 131 unidades⁷⁰, dados pesquisados no site da instituição. Essas unidades visam manter viva no campo da educação a memória institucional da Rede em torno da figura de Felipe Tiago Gomes⁷¹.

⁶⁹ Durante o processo de pesquisa e produção da dissertação não se obteve acesso ao regimento da instituição, mesmo com a pesquisa realizada na sede da Diretoria Estadual da CNEC em João Pessoa que não possuía exemplar do período, como também tendo insucesso nas buscas realizadas no site da instituição.

⁷⁰ Ver a página oficial da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, disponível em: <http://www.cnec.br/unidades/>. Acesso em: 29 de abril de 2018.

⁷¹ A Rede Cenecista entre 2012 e 2015 possuía uma revista online, denominada *CNEC Notícias* cuja a qual além de divulgar as ações administrativas e pedagógicas da instituição, ainda visava manter resguardado o lugar de

O criador da CNEC ao idealizar o modelo de Escola da Comunidade desenvolvido pela entidade, imaginou uma escola alicerçada nos valores cívico-utilitários, uma escola como “solução para os problemas educacionais do Brasil”, ausente em sua concepção críticas mais enérgicas ao Estado. A CNEC atuou no sentido de complementar as atividades desse. O fundador propagou em sua perspectiva educacional que caberia a escola exercer ação social purificando a sociedade da macula do analfabetismo, em uma perspectiva messiânica e salvacionista da educação.

Para Justino Pereira de Magalhães *et al* (2016, p.68):

Uma ideia pode ser aplicada e resultar numa instituição cultural, por exemplo, como também pode ficar no campo da abstração e, nele, permanecer ou como um projeto ou como um potencial, produto empírico a exemplo de um projeto de Lei. Desse modo, o estudo do intelectual precisa atentar não somente para o campo de aplicação (social, cultural, acadêmico, político), mas também para a suposta viabilidade (espaço temporal, financeira, de público), sua projeção e o ser produto, seja ele real ou ideal.

A proposta educacional de dado intelectual pode se efetivar, pode apresentar-se viável como também pode não sair do papel de suas obras. Fatores como o público ao qual suas ideias são endereçadas, os aspectos sociais, políticos, de reconhecimento dos pares pode impulsionar tais ideias a maiores empreendimentos, ou simplesmente caírem no esquecimento, caducarem ou tornarem-se inviáveis.

A concepção defendida por Felipe Tiago Gomes de Escola da Comunidade demonstrou-se bastante viável num dado período, quando predominava a escassez de escolas públicas, e não existindo unidades educacionais onde principalmente as comunidades interioranas pudesse dar continuidade ao Ensino Secundário. No entanto, o que se observa é que os postulados defendidos pela CNEC se moldavam em um constante processo de adaptação e metamorfose as novas conjunturas políticas, de modo que atendessem aos interesses da instituição como também os do Estado em uma troca de favores, fundamental para a manutenção das atividades da Campanha. Uma forma de manterem sua sobrevivência e capacidade de atuação.

memória de Felipe Tiago Gomes, como se observa na fala de Júlio César Baltharejo, associado e conselheiro fiscal da CNEC: “Resta dizer que, enquanto associado e membro permanente da Assembleia Geral, meu dever de vigilância ao cumprimento das finalidades da CNEC não se faz apenas através das decisões desse órgão colegiado nem pela estrita decorrência do vínculo contratual que nos obriga. Meu dever se dá também pelo espírito cenecista imbuído em todos nós ao ingressarmos por vontade própria na instituição como associados. Tal espírito leva-nos a assumir com mais intensidade o compromisso moral de manter vivo o ideal de Felipe Tiago Gomes. Além de componentes da Assembleia Geral, nós, associados, somos todos individualmente corresponsáveis pelo destino da CNEC”. (ANO 04 nº, março de 2015). A Rede busca assim preservar o legado educacional atribuído a Felipe Tiago Gomes.

Difícilmente um intelectual tece uma ideia para si, sempre seus postulados são destinados a uma coletividade. O problema talvez esteja na transição das ideias para o campo da prática. Todas as ideias, pensamentos, imaginações, utopias, filosofias podem apresentar-se como “puras e verdades incontestes”, enquanto ecoam na esfera da abstração, entretendo quando se dá o processo de institucionalização, quando as ideias são inculcadas por uma coletividade, nem sempre os fatos correspondem às expectativas, as teorias sofrem adaptações, releituras, passam a sofrer novos usos. A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que nasceu com um único Ginásio no Recife, foi adaptando-se as diferentes conjecturas de sua história e por conseqüente adequando sua filosofia aos modelos vigentes.

O criador da CNEC pensou um modelo de Escola da Comunidade, que talvez tenha se mostrado viável em seus anos iniciais, mas que gradativamente foi reconfigurando-se a partir das diferentes realidades sociais onde estava inserida, por meio da Coletânea atuou na produção de discursos de modo a edificar sua imagem enquanto uma trajetória paradigmática (ELIAS, 1994), no sentido de enaltecer uma identidade essencial da instituição, que talvez existisse muito mais no plano discursivo, do que na prática de suas instituições educacionais.

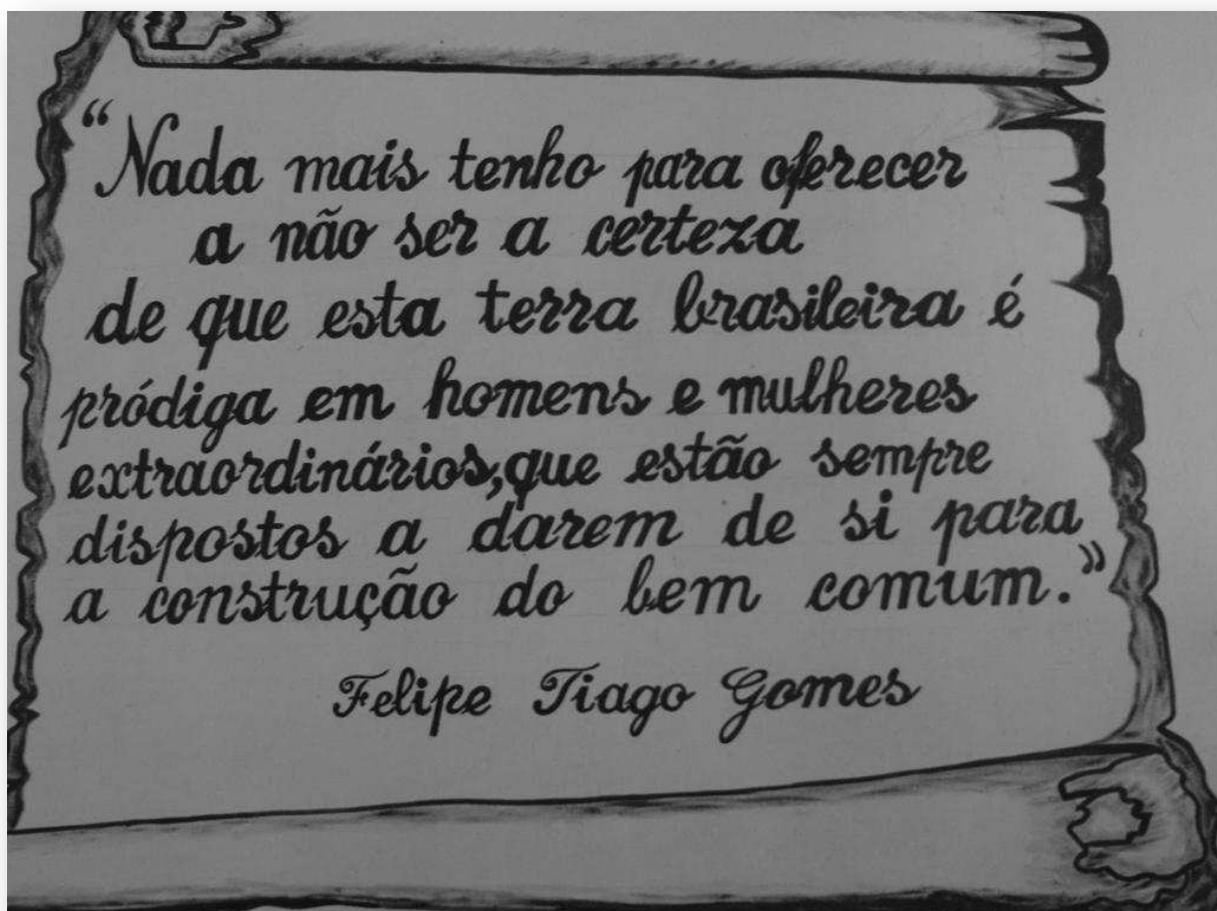
O idealizador almejou construir em torno de si um emaranhado de discursos de modo a garantir seu lugar de poder na história institucional, tendo tal discurso, sido produzido de forma coletiva por todos aqueles que dele estiveram próximos. Buscando produzir uma biografia que acabou por unir a trajetória de vida do fundador, ao caminho percorrido pelo movimento Cenecista, desde sua fundação até a década de 1990, quando a instituição passou a assumir nova roupagem. Sendo a Coletânea Cenecista, um instrumento de escrita personalista, que visou colocar o fundador, no centro da linha evolutiva e linear de sua história, objetivando assegurar-lhe lugar de destaque em sua memória.

CAPÍTULO III:

*PROFESSOR PRESTE ATENÇÃO AO QUE VOU LHE FALAR: “O
ALUNO CENECISTA, BOM SOLDADO SERÁ”*

“Ele é o nosso valoroso Soldado: O
aluno Cenecista”

(João Calisto de Medeiros)



Os impressos pedagógicos sejam eles folhetins escolares, revistas, periódicos, dentre as demais produções que por ventura sejam produzidas pela comunidade escolar, professores, alunos, equipe gestora ou que às escolas destinadas, se traduzem em elementos basilares para a produção de reflexões, problematizações e análises interpretativas do que se configura como cultura escolar, entre as práticas que se dão na instituição escolar, como também os valores e concepções educacionais prescritas ligadas ao desejo de conformação com um modelo de escola esperado por aqueles que idealizaram determinada produção.

A Coletânea Cenecista fez parte de um exercício dos gestores da Rede em nível nacional, no sentido de apresentar um modelo de escola desejada aos estabelecimentos educacionais que faziam parte da Rede. O impresso se constituiu enquanto elemento que almejava por meio do poder da palavra escrita, gestar práticas condizentes, com os valores ligados ao modelo educacional defendido pela entidade, assim Felipe Tiago Gomes anuncia o impresso: “portanto, com muita alegria a CNEC transforma esta Coletânea Cenecista numa semente que plantada com fé, há de florescer no coração de todos os homens de boa vontade” (GOMES, 1994, v.I, p.204).

Enquanto modelo e guia de condutas para professores, alunos e gestores das unidades Cenecistas a publicação visou disciplinar e moldar as subjetividades das escolas que integravam a Campanha, sugerindo um modelo ideal de professor e aluno a ser vivenciado pelos diversos Cenecistas espalhados no Brasil. Fazendo parte de uma estratégia de constituição de uma identidade homogênea almejada pelo movimento e ligada ao exercício de diluir as especificidades regionais das escolas que compunham a Rede, no mesmo “caldeirão Cenecista”.

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade desenvolveu atividades em todos os Estados da Federação, suas unidades escolares se localizaram desde os grandes Centros Urbanos, como Rio de Janeiro, Brasília, Vitória-ES, às localidades interioranas, desse modo, os estabelecimentos Cenecistas, abarcavam diferentes realidades, sociais, econômicas e políticas o que motivou os administradores a prática de técnicas e produção discursiva que oferecesse homogeneidade a instituição. Tendo a Coletânea Cenecista integrado tal estratégia, atribuindo ao aluno Cenecista e aos seus professores os postulados de serem “SOLDADOS” na defesa do movimento.

FIGURA 04
Presença da CNEC no Brasil em 2015⁷²



Fonte: (CNEC Notícias, Ano 04 nº 01 março de 2015 p.84) Disponível em: <http://www.cneconline.com.br/virtual/cnec-noticias-9/files/assets/basic-html/page-1.html#> acesso em: 27 de janeiro de 2019.

Na rotina do soldado está o treino, a disciplina, a ordem e a obediência, ao objetivar transformar alunos e professores em soldados, os organizadores da publicação por meio dos escritos históricos da CNEC visavam treinar verbalmente (SIMÕES E GOELLNER, 2012) os alunos Cenecistas. Por meio de uma educação moral, presente nos escritos, prescreveu as comunidades escolares Cenecistas as maneiras de ser Cenecista, as formas ansiadas de comportamento, para aqueles que faziam parte da Campanha espalhada pelo país, como se observa: “devemos dar aos nossos alunos o sentido de seus direitos e de seus deveres. Ele, o aluno, não é um algarismo do número social. Ele é um número significativo” (MEDEIROS, 1994, v.II, p.293, em uma acepção de treinar e adestrar os alunos da CNEC através de tais discursos.

⁷² Não foi possível obter um mapa que demarcasse a presença da CNEC no Brasil no ano de 1994 por ocasião da publicação da Coletânea. Mas foi encontrado na Revista Online *CNEC Notícias* as áreas de atuação da Rede em 2015. O que ainda demonstra sua presença educacional e institucional no Brasil com a frase de Felipe Tiago Gomes, buscando aludir tal presença a atividade do fundador e a presença de sua memória na Rede.

A expressão “Soldados da CNEC”, foi utilizada por João Calisto de Medeiros, no texto *O Aluno Cenecista (Soldado da CNEC)* (MEDEIROS, 1994, v.II) publicado originalmente em 1980. Tal texto já era trabalhado por alunos e professores antes da publicação da Coletânea, assim como também os demais textos que integram os volumes da mesma, todavia foram agrupados na publicação como uma forma de facilitar o acesso das comunidades escolares a tais conteúdos sobre a história da instituição e a vida de seus fundadores, em especial o professor Felipe Tiago Gomes, pois “conhecer a CNEC é dever do aluno Cenecista” (MEDEIROS, 1994, v.II, p.293).

Tais textos, segundo a professora Maria de Lourdes Henriques, que trabalhava como assessora pedagógica da instituição, eram destinados aos “professores Cenecistas de Educação Moral e Cívica, OSPB, Geografia, História e Português do 1º e 2º grau” (HENRIQUES, 1985, p.01). Tinham por finalidade a inserção nas aulas das referidas disciplinas como uma forma que as comunidades escolares tivessem contato com a história institucional da entidade por meio de tais textos, construindo uma identidade homogênea, como reflexo das mudanças educacionais promovidas durante o período militar e o alinhamento da instituição a esses princípios.

Denominar os alunos de soldados da causa Cenecista, perpassa todo o anseio institucional dos líderes do movimento no sentido de docilizarem e disciplinarem os corpos que formavam tais comunidades educacionais, ligadas a uma cultura escolar preterida. Todavia quando se fala sobre cultura escolar, é fato que uma coisa são as orientações prescritas pela instituição, outra é como tais prescrições se configuram em práticas no âmbito do cotidiano da comunidade escolar.

Pretende-se refletir sobre como os organizadores da publicação almejaram constituir e produzir uma cultura escolar específica para a CNEC, problematizando os discursos presentes no impresso, voltados para alunos e professores, no sentido de gerar “um modo de ser Cenecista”, a partir dos interesses e relações tecidas pelos seus organizadores. Sabendo-se que tais práticas eram apropriadas e ressignificadas pelas comunidades escolares, não sendo esse o enfoque das discussões aqui tecidas.

Qual o modelo de cultura escolar proposto pela CNEC por meio da organização e publicação da Coletânea Cenecista e como tal modelo perpassou o imaginário da construção de uma escola ideal aos moldes da entidade e os postulados por ela defendidos. Sem levar em consideração as especificidades de cada comunidade escolar, com o intuito de forjar uma identidade Cenecista para a Campanha? A partir das concepções educacionais defendidas

pelos autores da Coletânea em seu exercício de produção de uma história institucional e construção de uma memória educacional a partir do impresso.

Sendo assim, esse capítulo discute como a Coletânea se configurou enquanto um dispositivo de normatização ligado a produção discursiva com o intuito de instaurar ou gestar a partir do contato com os textos da publicação nos estabelecimentos educacionais da Rede uma cultura escolar cenecista a partir de práticas a serem referendadas pelos membros de tais comunidades, relacionadas à chamada filosofia cenecista e os princípios educacionais defendidos pelos fundadores da Rede e organizadores do impresso.

3.1 A CULTURA ESCOLAR E A COLETÂNEA CENECISTA

A história da educação a partir da segunda metade do século XX sofreu consideráveis transformações no que diz respeito ao estudo das instituições escolares. Tendo estado atada aos postulados de uma historiografia de vertente positivista, que estudava a legislação no campo da educação e a evolução no desenvolvimento do pensamento educacional, não havia espaço para reflexões no campo de como essa legislação era vivenciada no espaço escolar, a partir das especificidades e características particulares de cada unidade educacional.

Enquanto a legislação ditava normas, preceitos e valores, esses eram ressignificados no universo das diversas salas de aula que com eles tinham contato. A aproximação da história com as ciências sociais, fez com que a história da educação não mais fosse vista a partir de um viés evolutivo e preso a análise da legislação oficial e evolução do pensamento educacional, mas sim uma vertente historiográfica que buscou interpretar o cotidiano da escola por meio das análises e práticas desenvolvidas no âmbito da escola por aqueles que fazem o cotidiano da mesma.

Desse modo, ao se trabalhar com o conceito de cultura escolar, observa-se a existência de duas vertentes ligadas a uma compreensão empírica de uma cultura escolar prescrita pela legislação e órgãos oficiais dos sistemas educacionais e uma cultura escolar de fato praticada e produzida pelas comunidades escolares em seu ínterim. A Coletânea Cenecista, tratou-se assim de um mecanismo constituído de uma cultura escolar prescrita aos estabelecimentos educacionais que compunham a CNEC.

Tendo-se a compreensão no campo da cultura escolar que a prescrição não garante a prática, nem sempre o paciente cumpre os preceitos e orientações médicas, não se podendo trabalhar a partir da aplicação tal qual de tais preceitos, mas buscando-se problematizar o que esse discurso pretendia.

De acordo com a professora Lindamir Cardoso Vieira Oliveira em seu artigo *Cultura Escolar: Revisando Conceitos*:

O conceito de cultura escolar foi trazido para a área da educação no Brasil na década de 1970. A principal contribuição foi à possibilidade de uma análise da organização escolar que vá além da racionalidade técnica e da racionalidade político-cultural (VIEIRA, 2003, p.292).

Ou seja, não era porque dado governo prescrevia normas e valores para os estabelecimentos educacionais que esses de fato incorporariam tais elementos sem trabalhos de ressignificação, readequação e burlas (CERTEAU, 2007), sendo assim, a cultura escolar visou retirar o excessivo peso da atenção as normas na História da Educação, para a atenção às práticas, problematizando o cotidiano interno da escola (FARIA FILHO, 2004).

Os diferentes segmentos educacionais têm autoridade, de hierarquia e de participação criando diferenciadas culturas em cada estabelecimento de ensino, cada escola desenvolve sua forma de organização e apropriação do currículo e do espaço escolar (VIEIRA, 2003). Sendo assim, a cultura escolar estaria ligada diretamente a identidade profissional dos professores, aos alunos, a gestão escolar, ao trabalho pedagógico, formas de organização da escola a razão de ser da instituição.

Os escritos históricos da Campanha foram organizados de forma:

para que todos os dirigentes da CNEC, estaduais ou locais, pensem a necessidade de imprimir em nossos estudantes o verdadeiro espírito Cenecista, desde o primeiro dia de ingresso em nossas unidades escolares [...] defensor intransigente da filosofia e princípios da CNEC (LIMA apud MEDEIROS, 1994, v.II, p.320)

Por meio da publicação, objetivou-se a moldagem coletiva de suas comunidades escolares a partir da construção de uma identidade homogênea que abarcasse as diferenças geográficas, sociais e culturais relacionadas à localização das diversas escolas da Campanha espalhadas pelos Estados da Federação.

Para Silva (2012) a produção da identidade está ligada a um esforço de normatização, no sentido de fixar determinada identidade como a norma. Normatizar nessa concepção significa atribuir a identidade todas as características positivas possíveis visando a avaliação das outras identidades de forma negativa ao mesmo tempo em que se ratifica a identidade fixa.

A identidade é forjada de modo a criar laços imaginários que permitem ligar as pessoas, que sem elas não conseguiriam desenvolver o sentimento de comunidade, ou de possuírem coisas em comum (SILVA, 2012). Sendo assim, a partir da produção discursiva circundada por uma identidade normatizadora objetivou-se constituir esse espírito Cenecista, ligado a uma educação verbal e moral das comunidades escolares da CNEC, sendo os alunos,

como soldados, defensores dos princípios da instituição, verdadeiro exército nos anseios institucionais de produção de uma memória educacional institucional, da história, dos valores, e ideais da entidade, “que os alunos conheçam nossa história, sintam orgulho” (GOMES, 1994, v.I, p.37)

Essas crenças, normas e valores, constituem as culturas escolares específicas nos diversos estabelecimentos de ensino, por meio das quais se processam a reapropriação e a reinterpretação de normas, regras e estatutos gerados e impostos pelos órgãos da administração educacional, que são relativizados e adaptados à realidade de cada comunidade escolar. A aprendizagem se dá de forma coletiva, envolvendo todos aqueles que integram a organização escolar.

Para o historiador francês Dominique Julia, em seu ensaio *A Cultura Escolar como objeto histórico* o estudo da cultura escolar: “abre a caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre num espaço particular” (JULIA, 2001, p.13). As reflexões em torno da cultura escolar permitem problematizar as múltiplas relações que se dão neste espaço, todavia é necessário salientar que para além da problematização de tais práticas gestadas no cotidiano escolar, existe uma cultura escolar prescrita, que no diálogo com essas múltiplas relações cotidianas, acaba por se transformar e ressignificar.

De acordo com o historiador o estudo da cultura escolar pode se dar em três vias: a primeira via estaria ligada ao estudo e problematização, interpretação das normas e finalidades que regem a escola (JULIA, 2001). Desse modo a Coletânea Cenecista, se insere em um mecanismo de doutrinação, como se observa na fala do fundador da instituição: “sabia que tinha que empregar milhares de horas na doutrinação cenecista” (GOMES, 1994, v.I, p.112). O impresso visou à formação de condutas esperadas destinadas a Rede escolar, sendo uma das vias possíveis para a reflexão e estudo no campo da cultura escolar, do exercício de produção por meio da publicação do impresso de uma cultura escolar Cenecista.

Almejava-se que tal cultura apresentada de forma laudatória no compêndio viesse a ser incorporada e praticada pelos estabelecimentos educacionais que fazem parte da instituição. Os organizadores da Coletânea almejam assim, a produção de uma cultura escolar Cenecista, homogênea e praticada, reproduzida e defendida por alunos e professores, nos postulados de serem tratados na publicação enquanto “soldados da causa Cenecista”.

A segunda via do estudo da cultura escolar estaria ligada no processo de avaliação do papel desempenhado pela profissionalização do trabalho de educar, como a concepção do papel do professor variou ao longo do tempo, por meio das sucessivas mudanças no pensamento educacional. Estando a terceira via por sua vez ligada ao interesse no que diz

respeito à problematização da análise de conteúdos e das práticas escolares que se desenvolvem no interior do ambiente escolar, dado que, segundo o próprio historiador (JULIA, 2001, p.33): “a única restrição exercida sobre o professor é o grupo de alunos que tem diante de si, isto é, os saberes que funcionam e os que não funcionam diante deste público”.

Sendo assim, será que os valores e preceitos apresentados a Rede Escolar Cenecista pelos administradores da CNEC por meio da publicação, foram incorporados e praticados enquanto elementos obrigatórios a ser trabalhados no currículo da instituição, como também, reforçados por meio da realização de festas e comemoração de datas alusivas à história da instituição, como a fundação da Campanha ou o aniversário de seu fundador?

Nessa pesquisa, não foi lançado olhar sobre tais práticas, mas torna-se fundamental ressaltar que dificilmente a Campanha alcançou unanimidade nas práticas e preceitos pregados em seus estabelecimentos educacionais, dado que, obrigar um aluno a se posicionar em uma fila e cantar o hino da instituição todos os dias, reforça e patriotismo e o bem querer para com a entidade? São questões que se colocam em um limiar de um discurso institucional postulado, e aquilo que de fato se traduzia nas ações cotidianas dos estabelecimentos Cenecistas.

O estudo da legislação ou dos discursos produzidos pelas instituições se configura em umas das vias pioneiras no campo da história da educação no que diz respeito às instituições escolares, dado que atinge-se mais facilmente os textos reguladores e os projetos pedagógicos que as próprias realidades, nas quais tais textos são postos em prática. A cultura escolar desemboca na moldagem e remodelamento dos comportamentos, na formação das subjetividades de alunos e professores, que passa por um processo disciplinar do corpo e por direção das consciências (JULIA, 2001).

Esses textos normativos postulam regras e sentidos que modificam o viver educativo nas salas de aula. Por mais que não sejam integralmente absorvidos regem e prescrevem o cotidiano da escola. Sendo assim, cada unidade da Rede simbolizaria uma janela para se conhecer e entender a CNEC. Existindo um centro de onde se irradiaria as prescrições.

Por meio do estudo da cultura escolar, compreende-se que as instituições escolares são impregnadas de valores e ideias educacionais (BUFFA, 2002). As políticas educacionais deixam marcas nos estabelecimentos educativos, e a Coletânea Cenecista atuou nessa estratégia de marcar corpos. Na tentativa de construção de um discurso institucional, a publicação visou homogeneizar a Rede, por meio dos discursos postulados no impresso, para que ao se ter acesso à particularidade de qualquer unidade da Campanha, se tivesse acesso a

Rede e a sua história, uma história factual, descritiva e ausente de interpretação, produzida pelos administradores da entidade.

Sendo assim, enquanto um impresso pedagógico, a organização, publicação e distribuição da Coletânea Cenecista entre as unidades estaduais da CNEC, se configurou enquanto um elemento que visava apresentar normas, definindo preceitos e valores a serem incorporados pelas comunidades escolares, com vistas ao desenvolvimento de comportamentos esperados, com a finalidade de enaltecer os considerados, como vultos históricos do movimento, como se identifica: “É interessante, que os atuais cenecistas conheçam e exaltem os nomes daqueles representantes do povo que ajudaram a CNEC em horas amargas. A eles nosso perene agradecimento” (GOMES, 1994, v.I, p.111) Reforçando discursos laudatórios sobre a Campanha, como também sobre a figura do fundador da instituição e de pessoas que estiveram a ele ligadas direta ou indiretamente.

Enquanto mecanismo formador de uma cultura escolar desejada pelos administradores da CNEC, a publicação tinha a finalidade de atuar no conjunto de aspectos institucionalizados que caracterizavam a vida da escola, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de ser, de dizer, fazer e de pensar (FRAGO, 1995). Por meio do compêndio, os organizadores da Coletânea tinham por objetivo conformar uma cultura unitária que estabelecesse um caminho moral que produziria alunos e professores, transformando-os em “bons alunos” e “bons professores”.

De acordo com o depoimento do fundador da instituição, que é apresentando na abertura do escrito de João Calisto de Medeiros (1994, v.II), *O Aluno Cenecista Soldado da CNEC* a publicação tinha por princípio:

criar no aluno Cenecista, a consciência das virtualidades de nosso movimento, o sentimento altruísta e patriótico para que seja, de fato, um SOLDADO da CNEC. Este livrinho é um caderno de ação para nossos professores (GOMES apud MEDEIROS, 1994, v.II, p.290).

Tendo sido administrador da CNEC no Estado do Paraná, João Calisto de Medeiros, recebe elogios do fundador da CNEC pelo escrito. O discurso de Caslisto comunga, da mesma concepção educacional defendida pelo idealizador da CNEC, daí o movimento de seu livro ser tratado enquanto uma manual sobre a história da CNEC a ser trabalhado com os alunos da Rede enquanto uma cartilha educativa.

Maria de Lourdes Henriques, em seu livro *Educação Comunitário O Enfoque Cenecista* (1985), aborda que os escritos da instituição tinham por finalidade informar aos alunos a história e a filosofia da CNEC. Mostrar aos alunos, a importância da CNEC em sua Cidade, em seu Estado, na Região Nordeste e no Brasil (HENRIQUES, 1985, p.09). Para isso,

a assessoria pedagógica da instituição criou um currículo apresentando como os professores deveriam inserir os textos históricos da Campanha em suas aulas, sendo definido para cada série, do 1º ao 2º grau, temáticas a serem abordadas em sala de aula.

Como exemplo, nas sugestões de atividades destinadas da 1ª a 4ª série estão (HENRIQUES, 1985, p.11):

Conhecer a bandeira da CNEC Colorir a bandeira da CNEC Desenhar a Bandeira da CNEC Cantar o hino da CNEC Noções preliminares sobre o que é a CNEC - data de fundação - nome do fundador - significado da sigla CNEC - significado da palavra Cenecista.

Desde cedo, ao entrarem nos estabelecimentos Cenecistas, os alunos deveriam ser expostos a noções preliminares sobre a história da instituição, por meio de linguagens que possibilitassem o melhor aprendizado dos textos históricos, dado que as crianças não tinham acesso direto à leitura dos textos, pois poderia se configurar em uma atividade enfadonha, causando desinteresse por parte dos alunos quanto ao conhecimento da história da entidade. Ao contrário, dos outros níveis de ensino, onde alunos de fato liam em sala de aula tais produções, as crianças trabalhavam com noções iniciais ligadas aos jograis e pinturas.

Essas orientações de atividades a serem inseridas nos currículos das diversas escolas da entidade, sofriam assim adaptações a partir das inúmeras realidades onde tais escolas estavam inseridas, dado que se fala de uma instituição que atuou em praticamente todos os Estados da Federação.

Identifica-se assim, em tais escritos a finalidade de “criar consciência” nos alunos Cenecistas, o movimento de formação e constituição de uma cultura escolar oficial a ser pregada e praticada por meio da leitura do impresso entre alunos e professores, por meio das mais diferentes linguagens. A publicação é um dispositivo de normatização pedagógica e material das práticas “escolares” e, ainda como estratégia para fazer circular na escola representações que determinados agentes, ligados à administração da Campanha, construíram sobre a história da Rede.

Assim, pode inferir-se que tal publicação apresenta indícios que podem ajudar a problematizar as estratégias utilizadas pelos dirigentes da CNEC, na prescrição do que e como fazer, modos de conformar práticas pedagógicas por meio de modelos e concepções educacionais materializadas na publicação e postas de forma a gerar consciências que contribuam na manutenção e afirmação dos postulados defendidos pelo movimento, na produção de uma cultura escolar Cenecista.

Como se observou os alunos deveriam conhecer os vultos históricos da instituição, a vida de seu fundador, o processo de criação da CNEC, a logomarca da instituição e seu hino,

as datas comemorativas da entidade como aniversário de fundação e natalício de Felipe Tiago Gomes, o significado da sigla CNEC e suas transformações além dos valores ligados a chamada filosofia Cenecista.

Segundo Juan Jesús Campos García:

el análisis de los materiales que produce el centro escola, nos introduce en ese conjunto de significados, valores e ideas encarnados en las instituciones, las instituciones sociales, los sistemas de pensamiento, las tradiciones y los costumbres, que constituye la forma de vida del grupo social de la escuela (GARCÍA, 1955, p.114).

A publicação pretendeu instaurar tradições, valores e ideias ligadas a uma espécie de biografia coletiva de todos aqueles que por ventura tivessem em algum momento participado da história da instituição, a narrativa construída de forma linear e evolutiva, ausente de problematizações, atuou no processo de conformação de uma cultura escolar da entidade.

Por meio da publicação os organizadores do impresso, pretenderam a construção daquilo que Eduardo Cristiano Hass Silva (2015) denominou de um quadro prosopográfico⁷³, que associado às festas escolares, ao currículo e demais elementos que fazem o cotidiano da escola, tecessem uma biografia coletiva dos alunos, professores, gestores escolares, que deveriam ter a história da CNEC e a vida daqueles que a fizeram como exemplo a ser seguido. Estratégia que reforçou a produção de uma memória educacional da imagem do fundador e de seus seguidores, como “homens beneméritos”, “idealistas”, caracteres que todos os Cenecistas deviam seguir.

Ante tais aspectos como sugestões de algumas atividades a serem desenvolvidas pelos professores e seus alunos nas unidades educacionais da instituição estavam de acordo com a assessora pedagógica da Campanha:

Estudo e Canto do hino da CNEC; Estudo e Canto das Canções Cenecistas, Lindo É, e outras; Interpretação do hino da CNEC; Elaboração de cartazes alusivos às datas comemorativas da CNEC, Estadual e Nacional; Participação de intercâmbios culturais entre as Escolas Cenecistas; Realização de concurso e cartazes; Realização de monografias sobre a CNEC; Pesquisas sobre a CNEC/Nacional/Estadual/Local; Fichas Resumos dos assuntos Cenecistas (HENRIQUES, 1985, p.15).

Essas atividades tinham por princípio treinar o olhar, para que os alunos Cenecistas, ditos “soldados da CNEC”, interpretassem a história da instituição a partir dos postulados por ela defendidos, não se tratava de um exercício livre de construção e problematizações sobre a história da Campanha, mas sim um mecanismo de formação e controle da opinião sobre como as comunidades escolares contavam e reproduziam os postulados pregados em torno da

⁷³ Abordagem privilegiando aspectos comuns de um determinado grupo de sujeitos, ainda que, predominantemente, superficiais e, portanto, quantitativos.

história institucional do movimento. Os alunos eram vigiados em todos os sentidos quanto ao domínio do que era a Rede.

A Coletânea exaltou os valores da pátria e do civismo, o ideal de “Soldado Cenecista” aponta a influência da educação militarista ligada a moral e ao patriotismo e reproduzida nos escritos institucionais da CNEC direcionados as suas unidades escolares. Ao ver se seus organizadores eram valores que estavam sendo esquecidos, e que o “Aluno Cenecista, Soldado da CNEC” não poderia perder de vista. Resquícios da cultura escolar pregada pelos militares e que influenciou a Rede.

Tal afirmação, por exemplo, é possível observar no discurso de Alcides Vieira Carneiro, que foi originalmente proferido no dia 09 de março de 1974, por ocasião de uma aula inaugural ministrada no Colégio Capitão Lemos Cunha, no Rio de Janeiro, e republicado na Coletânea. Em tal discurso, em pleno auge do Regime Militar, o então presidente da CNEC proferiu: “meus jovens, sois quatro mil nesta Casa Benemérita, que acolhe, instrui, orienta e educa obediente aos princípios vitoriosos da causa Cenecista [...] pátria, liberdade, honra, justiça e trabalho” (CARNEIRO, 1994, v.II, p.229).

O discurso de Alcides foi republicado, no compêndio sobre a história da Campanha, palavras proferidas em outra conjuntura histórica, mas que os organizadores da Coletânea almejavam manter vivas, como elementos conformadores de uma cultura escolar Cenecista defendida a partir da exaltação dos valores de pátria, liberdade, honra, justiça e trabalho, resquícios da cultura educacional imposta pela legislação educacional proveniente do período ditatorial (SILVA, 2001).

O culto aos símbolos da CNEC, estava por sua vez também ligado ao nacional, desde bandeira, do hino nacional sempre entoado ao lado dos símbolos Cenecistas, nas cerimônias cívicas reproduzidas nos diversos estabelecimentos de ensino da instituição⁷⁴.

A publicação visou impor “obediência”, aos princípios defendidos pela Campanha, como afirma Carneiro (1994, v.II, p.229)), na construção de uma memória histórica e educacional institucional, a ser produzida e reproduzida nessa cultura escolar desejada. Os alunos Cenecistas eram chamados por essa cultura escolar preterida, a serem soldados da “Causa Cenecista”, deveriam, portanto, desenvolver virtudes cívicas ligadas ao corpo militar. A ideia de patriotismo, trabalho, justiça, honra, são princípios que por meio do impresso e sua circulação nos estabelecimentos educacionais da Campanha, deveriam ser encarnados por todos os “bons soldados Cenecistas”.

⁷⁴ Por exemplo, na Escola Cenecista São José, todas as segundas-feiras as aulas só iniciavam após a entoação do hino nacional e do hino da CNEC com respectivo hasteamento das bandeiras (LIMA, 2015).

Como se observa na afirmação de João Calisto de Medeiros:

a ideia de Pátria é seiva e é vida. Deve ser levada aos alunos Cenevistas. Não devem nos bastar só os estudos regulares das ciências sociais. É necessário, imprescindível mesmo que o aluno Cenevista – ao par das lições de Geografia, História do Brasil – tenha acesso em seus corações o Amor Ao Brasil. Tenha a pátria sempre presente em seus corações e para ela estudem. Que lhes sejam explicados nossos símbolos que aprendam a cantar, com respeito o Hino Nacional do Brasil e possamos ouvir o Hino Nacional. Cantemos nossa evocação ao Brasil e seus heróis (MEDEIROS, 1994, v.II, p.291)

Estudar na ótica dos autores da Coletânea se configurava em uma missão de patriotismo e de soerguimento da pátria, de todos os alunos Cenevistas. Aliado ao estudo, estava o culto aos símbolos da CNEC e demais símbolos nacionais, que deveria se dar de forma “respeitosa”. Na Escola Cenevista São José, por exemplo, nas normativas de tais rituais, ao cantar o hino todos os alunos deveriam se colocar em fila de frente aos pavimentos da CNEC e do Brasil. Não eram aceitos alunos sem farda ou que tivessem chegado atrasados, não se podia conversar ou sorrir, havia uma estética da disciplina ligada a realização desses rituais cívicos no seio das unidades educacionais da instituição (LIMA, 2015).

Os impressos pedagógicos, enquanto fontes de pesquisa, podem permitir que além de uma cultura escolar da instituição pela qual foi produzido, analise-se as relações que a mesma estabelece com o meio social, cultural e político ao qual está inserida (SILVA, 2015), que valores deseja fortalecer, quais relações de interesses são motivadas na defesa de tais postulados. Quando se observa, por exemplo, as implicações dos laços estabelecidos entre a CNEC e o governo durante o regime militar, e a cultura escolar preterida pela entidade, mesmo após, o processo de redemocratização identifica-se a perduração nas narrativas produzidas no impresso de princípios educacionais provenientes do Regime Civil Militar.

A Coletânea atuou enquanto uma estratégia de produção e circulação de discursos, reforçando a concepção educacional que esteve em pauta no movimento, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, quando os debates em torno de uma educação para o patriotismo, a moral e o civismo foram aprofundados por seus administradores, em um trabalho de alinhamento à política educacional então em voga. Os discursos proferidos por Alcides Vieira Carneiro reforçam esses postulados, como se observa novamente no discurso proferido na aula Inaugural do Colégio Capitão Lemos Cunha:

refiro-me a um dever mais alto para com os semelhantes e para com a Pátria – traduzido, o primeiro na solidariedade humana, na solidariedade fraterna; o segundo no patriotismo – palavra que se tenta riscar dos dicionários e erradicar dos corações, mas que resiste como tudo que é perene, como as tábuas da lei divina resistem à fúria predatória dos tempos (CARNEIRO, 1994, v.II, p.227).

Como elemento constituído de um discurso institucional ligado a produção de uma cultura escolar específica, a Coletânea pretendia traduzir-se em práticas, valores e costumes nas unidades escolares da CNEC. Mecanismo elaborador de memórias, com vistas a estabelecer as regras de um jogo ligado a elaboração de uma identidade homogênea para a instituição, mesmo que no plano discursivo, que deveriam ser transmitidas ritualisticamente de geração em geração, mantendo viva a instituição mesmo após o momento de transição e transformações vivido pela entidade, no final do século XX (VIÑAO, 2002).

Principalmente quando se coloca a ser um manual de trabalho para os professores, há a crença nos organizadores do impresso que os professores detém a capacidade de exercer influência sobre as decisões dos alunos (GARCÍA, 1995), logo acreditam que os professores são responsáveis diretos quanto ao trabalho e materialização discursiva dos postulados apresentados na publicação em práticas escolares formadoras de um modo de ser Cenecista, por eles desejado.

Segundo Andrade (2014) ao problematizar o papel dos professores no Instituto Pedagógico em Campina Grande e o processo histórico vivido pela cidade na primeira metade do século XX, o futuro da Pátria estaria ligado no período a ideia de ofertar a população o *pão da ciencia* que perpassava o processo de escolarização do corpo, da mente dos sujeitos e de suas sensibilidades. Observa-se assim, que os professores seriam os responsáveis por satisfazerem a fome da população do referido alimento. Eram necessários professores/as “bem formados e devotados” (ANDRADE, 2014, p.94), se identificando tal postura na forma como os organizadores da publicação enxergavam a função dos professores no contato com a Coletânea e sua respectiva “catequese”.

Almejava-se que os diversos atores que faziam as comunidades escolares Cenecistas tendo contato com os escritos pudessem perceber a cultura escolar ali sugerida e a incorporassem em práticas, que apontavam para um modo de ser desejado pelos organizadores da publicação. Uma visão da escola que deveria perdurar na consciência social e influenciar assim as relações que se desenvolviam nos estabelecimentos educacionais e entre seus diversos atores (GARCÍA, 1995), em uma estratégia de afirmação institucional da Campanha.

De acordo com o idealizador do movimento: “o professor da CNEC é o esteio que sustenta a escada do futuro dessas criaturinhas que despontam para forjar a grandeza do país” (GOMES, 1994, v.I, p.87), logo, responsáveis por oferecer o “*pão da ciencia*”, mensageiros da história da Campanha e da vida de seu fundador, devendo ser obedientes aos seus postulados e princípios educacionais.

Havia a intenção de que os postulados contidos na publicação seguissem como se em uma linha de transmissão que iria dos organizadores da Coletânea, os autores e a seleção dos textos que compuseram o impresso, aos professores que seriam os protagonistas da transmissão dos saberes contidos nos textos e aos alunos, que de forma passiva, deveriam internalizar tais valores e preceitos. Os professores são vistos dessa forma, como transmissores de conhecimento, que devem unicamente reproduzir os postulados dados nos volumes, enquanto os alunos meros receptáculos de tais amarras discursivas, tendo a finalidade que se tornem defensores dos valores pregados pela instituição.

Entretanto mesmo sendo essas as intenções no que diz respeito à distribuição do impresso nas sessões estaduais da Campanha no país, na história da educação, sabe-se que há um enorme hiato entre os conteúdos que o texto escrito porta, e aquilo que os leitores fazem com esses conteúdos. Esse trabalho não se dedicou a problematização desse trabalho de apropriação ou reapropriação por parte das comunidades escolares, sendo necessárias pesquisas sobre a Rede nesse sentido, para o encontro com outros olhares.

O que aqui foi problematizado é a estratégia dos organizadores da publicação em uma tentativa de modelização dos destinatários da Coletânea, que para além da prescrição e a obediência às orientações apresentadas nos textos, tenha sido marcada, pela separação existente entre os usos as prescrições e os anseios abordados pela conformação de uma cultura escolar da CNEC, dada a complexidade existente na relação entre os objetos culturais e seus usos.

Não se enfrentando a complexa questão da apropriação desses saberes e postulados da publicação, representados como necessários a prática docente dos professores Ceneceiros, no que diz respeito à história da instituição, como também os conteúdos a serem incorporados pelos alunos de suas unidades escolares. Que acabam por se configurar na pretensão de uma cultura escolar no intuito de padronizar as ações dos diversos estabelecimentos de ensino que integravam a Campanha.

Foi uma estratégia desenvolvida pelos administradores da Campanha, no sentido de atuarem por meio do impresso na formação moral de suas comunidades escolares. Os registros tecidos no compêndio sobre a história do movimento e seus idealizadores “dão a ver aquilo que foi pensado e preparado para chegar ao público - alvo” (MAGALHÃES, 2016, p.75), discursos que partiam da pretensão de serem perpetuados por meio do desenvolvimento de uma cultura escolar sonhada pelos organizadores do impresso.

De acordo com Antônio Viñao Frago (1995, p.65): “es evidente que las ideas y pensamientos no pueden separarse totalmente de su inserción em las instituciones, prácticas y

relaciones sociales”, todavia, para o historiador essas práticas em suas relações com as instituições podem ser analisadas a partir de diferentes enfoques, por meio de diferentes métodos de problematização que por sua vez, proporcionam resultados diferentes.

Ao utilizar a Coletânea Cenecista, enquanto fonte, observa-se sua constituição enquanto elemento definidor de uma cultura escolar institucional, ligada a práticas e valores a inculcar, que objetiva enaltecer o passado da instituição e erigir lugares de autoridade para os diversos atores envolvidos em seu processo de fundação e expansão pelo país, esperando-se que os alunos e os professores desenvolvessem os predicados necessários aos “bons alunos e professores” Cenecistas.

3.2 “O ABC DO CENECISMO”: OS DEVERES DE TODO ALUNO CENECISTA

Como a cartilha do ABC que apresentaria princípios básicos sobre a história da instituição e a vida de seus fundadores, de modo a apontar o caminho para alunos e professores, no desenvolvimento da cultura escolar esperada pelos organizadores do movimento a Coletânea portava lições introdutórias sobre a história da Campanha do ponto de vista institucional com a finalidade de gerar uma identidade homogênea da Rede.

A Coletânea se configurou em um guia prático disposto a modelizar o cotidiano educacional das unidades escolares Cenecistas. O impresso visou afirmar o pensamento educacional do movimento, defendido pelos autores da publicação veiculando discursos e temas que interessavam aos fundadores no processo de construção de uma memória histórica e educacional.

Ao se adotar a publicação enquanto fonte, não se pode tomar as referências aos fundadores do movimento, como também os temas apresentados em torno da história da instituição como verdades absolutas, ou que oferecessem clareza sobre tais aspectos da vida institucional. Os autores tinham seu lugar marcado junto ao quadro administrativo da entidade, e as ressonâncias desejadas quanto à propagação de tais discursos na Campanha, contribuíam para a afirmação dos próprios organizadores, em um lugar de destaque na história construída sobre o movimento, pretendendo assim, que as comunidades escolares incorporassem tais aspectos.

De acordo com Maria de Lourdes Henriques, para a 5ª série a Campanha apresentava o seguinte conteúdo programático sobre a história da entidade:

- CNEC Traços Históricos – (A História da CNEC em sua cidade; fundação, áreas de atuação e número de aluno); Setor Local – (A história da CNEC, O que é e como funciona a CNEC e as canções Cenecistas); Textos: João Calisto de Medeiros – Por que surgiu a CNEC, Cartilha do aluno Cenecista. Pesquisa junto aos demais elementos da CNEC local (HENRIQUES, 1985, p.11).

Tais aspectos eram fundamentais no domínio por parte dos alunos, a partir desses saberes entendidos como parte do ABC do Cenecismo, ou seja, conhecimentos básicos sobre a história do movimento que todo aluno deveria saber como forma de entender que sua unidade educacional, a escola na qual estudava fazia parte de uma instituição com inúmeras outras unidades educacionais fundadas a partir de experiências diversas. O intuito de por meio do conhecimento sobre a história da CNEC local, pudessem alçar a história da entidade em nível nacional e com isso fortalecer uma identidade comum, ligado ao ser Cenecista, como finalidade de uma cultura escolar Cenecista a ser inculcada e posta em prática por suas comunidades escolares.

A publicação apresentou assim, uma espécie de currículo, sobre temáticas associadas à história institucional da Campanha, que todos os alunos e professores deveriam conhecer e dominar. De acordo com a professora Cristiane Silva Melo os impressos pedagógicos, sejam eles produzidos pelos professores e alunos, ou pela própria instituição destinados a esses, “fixa sentidos, organiza relações e disciplina conflitos [...], com discursos carregados de intenções ela constitui verdades e promove práticas que privilegiam determinados conhecimentos e disciplinam o público leitor” (MELO, 2015, p.29).

Os escritos apresentaram seleções temáticas a serem trabalhadas com os alunos pelos professores, que diziam respeito, a *como começou a história da CNEC*, passando por um movimento de exaltação da figura do fundador da entidade e dos outros jovens que com ele idealizaram o movimento, buscando reforçar a imagem de tais personagens como “idealistas e pessoas altruístas”, características a serem adotadas e praticadas pelos alunos Cenecistas. “É absoluta a confiança que se deposita na solidez da estrutura da CNEG. Por essa estrutura responde a VIGA MESTRA. E a VIGA MESTRA é FELIPE TIAGO GOMES”. (VERMELHO, 1994, v.I, p.176)⁷⁵.

Após compreenderem do ponto de vista da narrativa tecida pelos fundadores do movimento, sendo a maioria dos escritos de Felipe Tiago Gomes, os alunos deveriam entender *como continuou a história*, apresentando as Campanhas desenvolvidas pelo grupo de fundadores ligadas a manutenção das atividades nos primeiros anos do movimento. Isto perpassa a criação e organização do Teatro do Estudante, como também a produção do

⁷⁵ A citação foi mantida em caixa alta conforme consta na fonte.

Boletim da CGP e a luta por conseguir espaços nos diversos meios de comunicação disponíveis em Recife, na década de 1940, como uma forma de legitimar as ações do movimento como também angariar apoio.

Após a abordagem dos fatos que levaram a criação da CNEC, os alunos são apresentados às finalidades da Campanha, a sua organização e os requisitos necessários para a criação dos ginásios Cenecistas. Tais elementos são apontados como aspectos que todos os alunos deveriam saber. Na tentativa de forjar uma cultura escolar, esperava-se que as comunidades escolares, compreendendo como a Campanha se organizava, passassem a agir de modo a defender os postulados do movimento.

Sendo assim, são apresentadas como finalidades da CNEC:

1) Instituir uma rede de educandários gratuitos para o ensino médio em todo o território nacional, para que haja, para todos, a mesma oportunidade de instrução. 2) Ministrando conhecimentos dentro da realidade brasileira para que de seus educandários saiam cidadãos dignos e prestantes. 3) Criar e manter, em seus educandários, instituições extra-programas que concorram para a formação social de seus educandos e sua integração na comunidade. – Para realizar esse programa a CNEC não permite qualquer discriminação religiosa, étnica ou social e também não se envolve em questões político-partidárias. Todo o seu trabalho desenvolve-se no plano elevado do nacionalismo onde se encontram todos os cidadãos que, de fato, desejam um Brasil grande e emancipado (VERMELHO, 1994, v.I, p.164).

Na tentativa de produzir uma cultura escolar a ser incorporada pelas escolas da Campanha, os escritos produziram discursivamente que as unidades escolares cenecistas, colaboraram de forma direta para a democratização do ensino, logo quando se aponta como uma de suas finalidades, construir uma rede de educandários que atendesse as necessidades de acesso, principalmente das pequenas comunidades ao ensino médio, os organizadores da publicação, buscaram reforçar nos alunos e demais membros de suas comunidades escolares a ideia de eles serem corresponsáveis por tal atividade.

Todavia, como já se discutiu, a abertura de um educandário não garante a qualidade da educação que em tal estabelecimento seria ofertada. Igualdade de acesso à instrução, muitas vezes não se traduz, em igualdade de acesso a uma instrução de qualidade, com bons professores, tendo respeitado seu plano de formação, infraestrutura escolar, fardamento, material escolar, merenda, espaços de lazer na escola, que de fato, colocassem os alunos Cenecistas, principalmente aqueles provenientes dos pequenos lugarejos, em igualdade de competição no mercado de trabalho, por exemplo, ou nos exames de admissão ao ensino superior (SILVA, 2001).

Outra finalidade da Campanha, estava por sua vez ligada a uma preocupação de âmbito curricular. Alicerçada na pecha de transmitir conhecimentos a partir da realidade

brasileira, os autores dos escritos selecionados pelos organizadores defendiam a ideia de formar alunos que pudessem se configurar em “cidadãos dignos e prestantes”. Tais virtudes são apresentadas no impresso, como pontos axiais, da chamada filosofia Cenecista. Um “cidadão digno”, seria aquele teria sua vida marcada por uma preocupação com o social, que no discurso institucional, se traduzia no trabalho de colaboração com a CNEC, aqueles que por ventura, negassem o pedido de ajuda da entidade, não seriam hábeis a receberem tal alcunha.

Os “cidadãos prestantes” seriam aqueles que estariam prontos a sempre se colocarem a serviço nos trabalhos desenvolvidos pela CNEC. A ideia de presteza na publicação também se aproxima de um desejo de disciplinamento, no sentido de fazer com que as comunidades escolares, a partir da inculcação dessa cultura escolar, fossem obedientes, servis aos postulados do movimento.

Para se caracterizarem como “cidadãos prestantes”, as comunidades Cenecistas foram apresentadas aos exemplos, que compunham um “verdadeiro panteão de vultos históricos” do movimento que teriam desenvolvido de forma radical em suas vidas tal virtude, começando pela exaltação da figura do próprio fundador do movimento que teria se dedicado de “corpo de alma” a instituição. Eram esses modelos de serviço construídos discursivamente que os alunos e professores deveriam se espelhar para se adequarem a alcunha de “cidadãos dignos e prestantes”.

Para efetivação desses princípios e valores e a conformação de uma cultura escolar, os escritos apontam a necessidade das escolas da Campanha desenvolverem extra-programas, ou seja, atividades extra-curriculares, que cultivassem nas comunidades escolares a consciência de serem “bons Cenecistas”.

Nesse sentido, Maria de Lourdes Henriques ao orientar o trabalho pedagógico com os textos históricos que integram a produção de uma história e memória institucional, afirmou em uma síntese de tais escritos que:

Cenecista é o seguidor da ideia e filosofia da CNEC. É todo aquele que trabalha com entusiasmo e amor pela CNEC, é o aluno que estuda nas Escolas Cenecistas, é a pessoa que acredita no idealismo Cenecista, procurando tornar acessível a todos a oportunidade de educação. É todo cidadão brasileiro que participa do trabalho que a CNEC realiza em todo Brasil (HENRIQUES, 1985, p.25).

Como Soldado da CNEC, o aluno Cenecista deveria dominar tais aspectos de modo a se comportar tal qual seus princípios, sendo os preceitos da vida desse aluno disciplinado e obediente a causa da instituição.

Os autores da Coletânea não especificam como tais atividades deveriam se desenvolver, trabalho realizado pela assessoria pedagógica da instituição, mas apontam elementos que poderiam se adequar as realidades onde cada estabelecimento educacional estivesse inserido. Atuaram na criação de símbolos a serem cultuados nessas atividades extra-programas desenvolvidas por suas unidades educacionais, símbolos que vão, desde as comemorações em torno da fundação da Campanha, comemoradas no dia 29 de julho, como também o aniversário de vida do fundador e os aniversários de fundação da CNEC em cada localidade onde tivesse sido implantada.

Segundo as professora Diana Gonçalves Vidal e Marilena Guedes Jorge Camargo, em estudos realizados sobre o *Boletim da Educação*, apontam o mesmo, como parte da política educacional desenvolvida na década de 1930, onde “foi imputada a tarefa de veicular o pensamento reformador e, principalmente, de convencer o professorado carioca da necessidade de consecução da Reforma e da conveniência dos meios por ela utilizados” (VIDAL & CAMARGO, 1992, p.413).

Lançado em 1928, no Rio de Janeiro, o Boletim visava divulgar as reformas de Fernando de Azevedo ligadas aos princípios da Escola Nova, de modo a que o professorado carioca incorporasse os elementos propostos da reforma. Desse modo, ao se observar os anseios ligados à publicação do *Boletim da Educação* na década de 1930, e a importância dada pelas instituições quanto à organização de impressos pedagógicos destinados a comunidades escolares, pode-se inferir que a Coletânea ao apresentar as finalidades norteadoras da Campanha, visava sensibilizar e incutir no corpo de professores da instituição os princípios educacionais defendidos por seus organizadores, a serem trabalhados nas salas de aula da Campanha.

O impresso se apresentou assim, enquanto um guia prático de um cotidiano educacional desejado pelos organizadores da Coletânea, para as unidades educacionais da Campanha. Por meio da análise e problematização dos textos que compõem o compêndio é possível identificar como os administradores da instituição idealizaram um modelo pedagógico a ser praticado pelos estabelecimentos da instituição.

Corroborando assim com a ideia defendida pela professora Maria Helena Câmara Bastos, quando afirma que os impressos pedagógicos podem se configurar em:

guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (BASTOS, 2007, p.01).

Mesmo se tratando de uma publicação organizada pelos administradores da instituição e destinada as escolas que faziam parte da Campanha, é possível identificar na Coletânea princípios ligados a um pensamento educacional defendido pela instituição, de valores associados às ideias, de pátria, família e cidadania cívica no sentido de atuar na modelização do cotidiano das escolas que integravam o movimento, o impresso tinha por finalidade, por meio de uma cultura escolar preterida:

fazer crepitar bem viva a chama e entusiasmo em todos os corações verdadeiramente Cenecistas. É também um incentivo a que surjam pelo Brasil afora muitos outros apóstolos da democratização do ensino e, por conseguinte, da verdadeira emancipação da nossa idolatrada Pátria (VERMELHO, 1994, v.I, p.156).

Emancipação da Pátria que só se daria pela educação oferecida pela CNEC, a educação vista enquanto ferramenta de redenção da situação de miséria vivida por muitos sujeitos que não haviam tido acesso ao processo de escolarização.

Sendo chamados a se tornarem soldados da causa Cenecista, compreender as finalidades do movimento instrumentalizaria as comunidades escolares, nos argumentos necessários para a manutenção dos seus ginásios. A publicação é apresentada, enquanto ferramenta basilar para que se adquirissem os valores e características que pudessem sempre ser “Cenecistas”.

De acordo com Dulce de Oliveira Vermelho, os alunos eram chamados a serem cenegistas, dado que no ano original da publicação de seu escrito, a então CNEC se denominava Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), daí a expressão *cenegista*, que com a mudança de nomenclatura da entidade para Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, assumiu a forma Cenecista. Sendo assim, segundo a autora ser cenegista, ou Cenecista, se tratava de um neologismo, a ser incorporado pelas unidades educacionais da Campanha, para além de um termo alegórico.

Segundo a autora ser cenegista:

[...] é lutar pela democratização e gratuidade do ensino secundário, procurando tornar acessível a todos a oportunidade de conquistar novos horizontes. É empreender um movimento sério e renovador, que visa, como objetivo máximo, um Brasil mais esclarecido, cômico de suas imensas falhas e, por isso mesmo, aparelhado, para redimir-se através da educação (VERMELHO, 1994, v.I, p. 173-174).

A filosofia cenecista chamava a comunidade a endossar a luta. A compreensão de educação pregada na Coletânea a ser incorporada pelas unidades escolares da Campanha, partia da concepção da educação como redenção para os problemas da pátria, em um trabalho de afirmação institucional os alunos deveriam internalizar o discurso produzido pela entidade,

que faziam parte de um movimento pioneiro ligado a democratização do ensino básico no Brasil, e portanto, corresponsáveis para que a história da CNEC, pudesse continuar.

Além de estabelecer os aspectos que todos os Cenecistas deveriam admirar as finalidades do movimento, a Coletânea elaborou símbolos no intuito de forjar um mecanismo de identificação, quando os alunos e professores ao terem contato com os escritos, pudesse ler sobre tais símbolos, pudessem neles se espelhar gestando assim uma cultura escolar que atendesse as intenções dos organizadores da publicação.

Desse modo, a Coletânea Cenecista se configurou em um instrumento de circulação de ideias ligadas a uma estratégia que visava determinar o que os professores deveriam ensinar e transmitir aos seus alunos sobre a história do movimento. A publicação produzida pelos administradores da CNEC, se configurava enquanto um elemento agente de controle do discurso vinculado sobre a instituição nas diversas unidades escolares da Campanha.

A publicação esteve envolta de múltiplos interesses almejados por seus organizadores na administração nacional da CNEC, o impresso apresentou um currículo oculto a ser trabalhado pelas escolas que integram a Campanha, não se pode tomar os elementos apresentados nos textos, enquanto a realidade sobre a história do movimento. Tais escritos não podem ser adotados de forma ingênua, mas sim passar por essas incursões necessárias para a problematização desse movimento institucional de criação de uma cultura escolar institucional, e de uma memória histórica da CNEC.

Existem diferentes modos de interpretação dos fatos cotidianos em suas teias discursivas, sendo assim, a Coletânea Cenecista, se configura em um arranjo narrativo e discursivo elaborado pelos interpretes da história da instituição, com vistas a lhes reservar um lugar de glória na memória do movimento, e que para além de estarem imortalizados em tais escritos, pudessem ser imortalizados nas práticas que esses discursos pudessem gerar, por meio dessa cultura escolar pretendida por meio da Coletânea (ORLANDI, 2009).

A publicação atribuiu sentidos históricos a trajetória de desenvolvimento da entidade e seus personagens, quase que estabelecendo a forma como tal interpretação foi elaborada no compêndio como a única interpretação possível para a história da CNEC. De modo que, os discursos que nela foram apresentados, fossem incorporados pelas comunidades escolares a atuarem na construção de um sujeito escolar ideal, educado e disciplinado de acordo com os valores e postulados frutos da interpretação histórica articulada na publicação.

3.3 SUJEITOS ESCOLARES IDEAIS DA CAUSA CENECISTA

Segundo o historiador Justino de Magalhães, os impressos pedagógicos se configuram enquanto: “meios didáticos que são criados e postos em ação, quer pelo professor, quer pela instituição e pelo próprio aluno, como suporte da sua aprendizagem, que constitui uma parte significativa da materialidade e estrutura a tecnologia escolar” (MAGALHÃES, 2007, p.4). Sendo assim, atrelada a produção de uma cultura escolar prescrita para os estabelecimentos educacionais da CNEC, a Coletânea Cenecista atuou construindo o discurso de um aluno, professor e/ou gestor ideal para as unidades escolares da entidade, atendendo os postulados de um discurso promovido pelos administradores da Campanha.

Em nota abertura do escrito *O Aluno Cenecista: Soldado da CNEC*, foi inserido um comentário do fundador da CNEC, sobre a importância do escrito ser distribuído entre as escolas da Campanha:

merece ser distribuído na rede escolar da nossa campanha, como mais um estímulo à implantação plena da filosofia do movimento. Os nossos alunos são os futuros dirigentes das nossas escolas e, como tais devem ser bem assistidos agora, para que as novas lideranças possam surgir fortes e seguras. (Saudações Cenecistas!) – Felipe Tiago Gomes – Superintendente (GOMES apud MEDEIROS, 1994, v.II, p.288).

O esforço da publicação, assumia uma dimensão doutrinadora, no sentido de que era necessário inculcar nos alunos tais princípios para que fossem multiplicadores das ideias defendidas pelos idealizadores do movimento, a implantação plena, da chamada filosofia Cenecista, não se dava unicamente com o acesso de tais alunos a escola, era fundamental a construção identitária que os fizesse se identificar com a instituição, tendo a publicação atuado na circulação desses discursos.

De acordo com João Calisto de Medeiros era:

imprescindível que o Aluno Cenecista seja um Soldado da CNEC, a razão é óbvia: para ele a CNEC foi criada, nasceu e vive. Ele o mais belo verso da epopeia. Resume-se nele o ideal do movimento. É ele, no contexto da organização, o começo e o fim, a semente que plantamos para as vicejantes e pródigas colheitas. Merece-nos o Brasil que levamos as comunidades, fazendo-os florescentes pelo ensino que ministramos aos seus filhos (MEDEIROS, 1994 v.II, p.289).

A publicação estava ligada assim ao que os organizadores imaginavam que os alunos cenecistas eram ou deveriam ser, de modo endereçado a responder aos lugares criados para os alunos a partir das narrativas postas no compêndio. A forma como são representados no escrito visa assim promover um ajuste exato entre o endereço, no caso a mensagem transmitida pelos autores do compêndio e a resposta, como os alunos iriam inculcar tais discursos (ELLWORTH, 2001).

A coletânea Cenecista poderia ser problematizada assim a partir das colocações de Elizabeth Ellsworth quando afirma que “quem um currículo pensa que seus estudantes são ou deveriam ser” (ELLSWORTH, 2001, p.43) o escrito atua a tentar posicionar os alunos em um ponto fixo de um mapa de relações sociais que transpassam suas comunidades escolares, todavia, devendo ressaltar-se que para além das pretensões de tal modo de endereçamento, há um hiato entre o que se imagina que os alunos seriam e o poder de fato dos professores e dos gestores escolares em dominar, controlar e predizer tais preceitos.

Não existindo nenhum ajuste perfeito, segundo Ellsworth (2001) entre endereço e resposta percebe-se assim que:

[...] isso significa que também são impossíveis ajustes perfeitos entre texto e leitura, modos de endereçamento e interpretações do espectador, currículo e aprendizagem, o estudante ideal ou imaginado e o real, a educação multicultural e os sentimentos reais dos estudantes sobre raças (ELLSWORTH, 2001, p.62).

Relacionados a esses modos de endereçamento de um sujeito imaginado, os alunos Cenecistas deveriam desenvolver as feições do soldado, disciplinado, educado e militarizado. Esperava-se dos alunos, que ao terem contato com os saberes produzidos sobre a história da instituição passassem a valorizar suas escolas e defendê-las, que cumprissem os horários, realizassem as atividades escolares, que participassem dos rituais de memória da instituição, (aniversário de fundação, entoação do hino nacional e do hino da CNEC). Que obedecessem aos seus professores e gestores e que por sua vez, deveriam agir de modo a docilizar e normatizar os alunos dos estabelecimentos de ensino.

Com o objetivo de educar o homem pela norma e pela disciplina, ao estabelecer a postura ideal de seus alunos, enquanto soldados da causa Cenecista, havia o processo de construção de uma hierarquia de identidades. Os autores da Coletânea elegiam uma identidade estrategicamente pensada para a instituição, estabelecida como parâmetro a qual outras identidades, que por ventura, não fossem condizentes com os princípios do discurso da instituição seriam rebaixadas.

A publicação arquitetou um parâmetro de qualidade, no que diz respeito ao modo de ser de suas comunidades escolares, ligadas a produção de um percurso identitário, que apresentava os valores e postulados postos na publicação, como características positivas a serem inculcadas pelos alunos, em detrimento a todos os saberes, valores ou princípios que se colocassem contra a memória histórica e educacional por eles postulada. No jogo de construção identitária, por meio da elaboração de uma cultura escolar desejada à identidade Cenecista seria vista como positiva e as demais de forma negativa.

Para Michel Foucault: “o soldado era um sujeito fabricável, uma máquina coagida e calculada, uma figura que [...] se reconhece de longe, que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força e de sua valentia” (FOUCAULT apud ANDRADE, 2014, p.216), sendo assim, os organizadores da Coletânea esperavam que os alunos Cenecistas tivessem orgulho de sua instituição, que através do cotidiano e das práticas desenvolvidas no espaço escolar, pudessem reforçar a filosofia Cenecista.

Os administradores, ao atuarem no processo de publicação do impresso, enxergavam os alunos de seus estabelecimentos educacionais, enquanto esses sujeitos fabricáveis, coagidos e calculados, chamados a se converter nos referidos discursos enquanto sujeitos escolares ideais.

As escolas deveriam propagar lições de civismo e patriotismo, caracteres morais indispensáveis para a formação da cidadania Cenecista, para além de elaborar essas ideias, os autores dos escritos que compõem a Coletânea, seus organizadores, almejavam que fossem institucionalizadas, por meio da construção de uma escola da disciplina e obediência aos princípios e postulados dos fundadores do movimento Cenecista, uma escola do controle, onde os discursos postos em circulação deveriam homogeneizar as unidades escolares fortalecendo o projeto educacional de seus administradores.

Como exemplo, João Calisto de Medeiros ressaltou a importância das unidades educacionais Cenecistas reproduzirem os princípios da moral e do civismo para seus alunos, em um processo de modelização das consciências: “a ideia de Pátria é seiva viva. Deve ser levada aos alunos Cenecistas. [...] Ter a Pátria sempre presente em seus corações e que para ela estudam” (MEDEIROS, 1994, v.II, p.291), no pensamento educacional Cenecista, exercer os princípios cívicos, propagar esses elementos nos estabelecimentos educacionais da instituição colaborava na conformação de um corpo harmonioso, como deveria ser a “Pátria e a CNEC”.

Segundo Robert Darnton (1990), no exercício da leitura, os leitores não se limitam a decifrar os livros, mas sim se comportam de modo a deles extraírem significados. A partir de seus interesses e questões no percurso da leitura. Entretanto, o historiador afirma que existem dados textos que moldam a recepção dos leitores, por mais ativo que seja o papel exercido por tais personagens no contato com o livro.

Ao observar-se a composição da coletânea, seu estilo narrativo de modo a seduzir e induzir a uma verdade absoluta e cristalizada por seus organizadores sobre a CNEC, atuou no sentido de controlar a leitura de suas comunidades escolares de tais textos, no sentido de não

desvirtuarem os preceitos, valores e finalidades, ligados a estratégia de elaboração e produção de uma cultura escolar desejada.

O impresso aponta princípios e condutas a serem postos em prática por alunos e professores, tais princípios fariam com que a identidade Cenecista, fosse forjada. Havia a necessidade, de por meio do impresso, conscientizar as escolas, quanto aos modelos esperados por seus administradores, na formação de uma cultura escolar pretendida na construção de uma memória histórica, como exemplo, afirma João Calisto de Medeiros:

[...] o professor que não comparece à escola, deixando a sala de aula para ouvir a partida de futebol, ouvir o rádio e ver programa de televisão..., o aluno que não estuda, não participa da luta Cenecista, não cumpri o regimento escolar. Todos os que faltam aos nossos postulados, negam a CNEC. São peças extravagantes. E a organização sofre. Para que a CNEC cumpra seu programa, faz-se necessário que todos trabalhem, coesos, fraternizados nos mesmos ideais, irmanados nos mesmos objetivos (MEDEIROS, 1994, v.II, p.297).

A partir de tais princípios o impresso preconiza fortalecer a ideia de Rede, um único corpo no qual, alunos, gestores e professores estariam conectados. Tal abordagem estava relacionada ao discurso produzido pelos administradores da CNEC no sentido de reforçarem uma filosofia comunitária de trabalho e as atividades cooperativas objetivando a manutenção das atividades da instituição. A disciplina e as normas postuladas em tal impresso apontavam para a necessidade de práticas voltadas para a produção de alunos, e professores ideais a partir da constituição de identidades coesas e fraternas aos postulados pregados pela corporação educativa, idealizando peças concatenadas a existência da Rede e peças extravagantes, que traçavam linhas de fuga de suas normativas e orientações disciplinares.

Por meio da Coletânea os organizadores do impresso, elegeram características positivas e negativas relacionadas ao desenvolvimento das comunidades escolares, visando disciplinar aqueles que por ventura fugissem dos parâmetros escolares Cenecistas. Essas normas e princípios tinham a finalidade de manter a ordem nos estabelecimentos educacionais, controlar o comportamento dos professores de acordo com o perfil desejado de prática do magistério, como também um perfil idealizado de aluno obediente e proativo para com a Campanha.

Observa-se nos escritos, um entusiasmo quanto ao valor conferido à boa conduta de alunos e professores. Apontadas como atributos essenciais para o sucesso das comunidades escolares. Por meio de tais condutas de seus sujeitos escolares, é que a Campanha obteria reconhecimento social, desse modo, ao elogiar as virtudes de um “bom aluno” ou “bom professor cenecista”, o discurso da instituição se configura enquanto um “dispositivo de

normatização, o discurso do elogio se transfigura em prática de alerta e disciplinamento” (FISCHER, 2009, p.327).

As prescrições ligadas ao corpo docente idealizavam a imagem de um professor, que mesmo recebendo baixos salários, atuaria por um esforço maior, implicado na democratização do ensino. Os professores da CNEC, principalmente nas escolas fundadas nas regiões interioranas, em virtude da ideia de uma escola comunitária, muitas vezes não recebiam formação adequada, principalmente nas primeiras décadas de atividade da Campanha, como também recebiam salários irrisórios, quase que em uma concepção de que teriam que trabalhar por “idealismo” e pela educação, entendida como solução para os problemas do Estado.

Entretanto, esse modelo ideal de prática do magistério era inculcado pelos seus professores, que teriam que atuar na defesa do modelo educacional Cenecista, junto aos alunos dos estabelecimentos educativos da instituição, contribuindo para desqualificar o magistério. Isto é, enquanto uma atividade profissional que não demandava preparo, mas sim boa vontade, que não demandava conhecimento e formação, estabelecendo uma representação sobre a docência enquanto uma atividade que requeria tão somente dedicação, a imagem do professor missionário.

Como exemplo, a Escola Cenecista São José, teve a sua primeira equipe docente formada a partir de pessoas da própria comunidade, foram escolhidos aqueles que dominavam algum grau de leitura, ou que tinham terminado o ensino primário e secundário, para que pudessem atuar na educação secundária enquanto professores no estabelecimento, conforme composição:

Júlio da Silva (Matemática), Maria de Lourdes A. Agostinho (Português e inglês), Francisca da Silva (Português), Maria Madalena Alves (Geografia), Lúcia Maria (E.M.C. e educação física), Severina Luiza (História), Maria Cecília Araújo (Ciências), Manoel Caboclo (Educação Física), Maria José Rodrigues (Ciências), Guilherme e Alvino (Artes) (LIMA, 2015, p.52).

Lucia Maria e Manoel Caboclo, não detinham formação de educadores físicos, mas assumiram a função ante o estabelecimento de ensino, perante a insuficiência de profissionais capacitados na comunidade. De toda a equipe, somente Júlio da Silva e Maria José Rodrigues iniciavam curso na FURNE, de Matemática e História respectivamente, atuando a última como professora de Ciências no estabelecimento educacional. Os demais possuíam educação primária e secundária, ao logo de sua trajetória foram adquirindo qualificação profissional e alguns adentrando o ensino superior. Todavia, tomando-se como exemplo o caso da Escola Cenecista São José, reflete-se sobre como a Campanha em seu ideal missionário contribuiu na

formação de um ser docente, e de uma concepção de magistério associada à ideia de doação e serviço (LIMA, 2015).

Pelo discurso apresentado no impresso, os professores deveriam atuar na transmissão de conhecimentos tradicionais que compreendiam a formação para os valores morais, o aluno obediente e disciplinado que estudava e cumpria o regimento escolar, valores esses, que transformariam os alunos cenecistas em “verdadeiros cidadãos”, a partir de um modelo idealizado de aluno para a instituição. Alunos que atuassem na defesa dos princípios do patriotismo e do civismo, que se converteriam em ações que colaborariam para a manutenção de suas escolas. Como se observa na afirmação de João Calisto de Medeiros, ao abordar a necessidade dos alunos contribuírem para a manutenção das unidades educativas em que estudavam:

[...] temos nossa Escola. Trabalharei pela sua manutenção. Estarei sempre em dia com a minha contribuição social e hei de aumentar seu quadro social. Vou falar aos meus amigos; vou pedir que eles sejam nossos sócios. Quantas pessoas desconhecem minha CNEC? Quantos são indiferentes? (MEDEIROS, 1994, v.II, p.306)

Os alunos deveriam, pagar em dias as contribuições sociais, além de divulgarem e participarem das ações promovidas por suas escolas, de modo a garantir a manutenção de tais unidades educativas. Tendo que atuar também enquanto um multiplicador do pensamento Cenecista, na aquisição de novos sócios a contribuírem com o setor local onde suas escolas estavam inseridas.

Os professores e os alunos, que colaboravam no projeto idealizado pelos autores da publicação, na manutenção das escolas Cenecistas, muitas vezes realizando atividades fora do horário escolar, ou muitas vezes contribuindo com dinheiro retirado do próprio salário, deveriam incorporar através da Coletânea, seguindo o exemplo dos Cenecistas históricos, o ideal de uma educação redentora, tornando, segundo a professora Heloísa Helena Pimenta Rocha, “visível ao professor seu lugar na obra da redenção” (PIMENTA, 2000, p.16).

Os alunos deviam atuar na manutenção de suas escolas, cultuar os símbolos da CNEC, para que assim fossem vistos enquanto “soldados da CNEC”, tal discurso foi produzido na publicação, de modo a suggestionar o comportamento das unidades educativas pertencentes a instituição. Como se observa no convite que João Calisto de Medeiros, apresentou aos alunos Cenecistas:

[...] vamos horar o nome do PATRONO de nossa Escola. Vamos conhecer a história da CNEC! Vamos! Vamos! Sei meu bom aluno, que você vai... sua capacidade criativa, seu amor à CNEC e ao Brasil levarão você a ser Um Bom aluno cenecista... um bravo soldado da CNEC. Eu tenho confiança em você (MEDEIROS, 1994, v.II, p.307).

Ao estabelecer os princípios necessários para o “pleno desenvolvimento da filosofia Cenecista”, ligada à ideia do discente Cenecista tornar-se um soldado na causa da CNEC. O discurso institucional instaurava padrões a serem obedecidos, padrões esses, que excluía aqueles que por ventura não se adequassem a tais princípios.

Foi estabelecida em torno da publicação uma hierarquia de valores, geraram uma lógica que atribuía “elementos pecaminosos”, “criminosos”, quanto às condutas que não fossem almejadas em uma cultura escolar cenecista. Desse modo, o impresso atuava por meio de um discurso inquisitorial, ligado aquilo que a professora Ana Lúcia Silva Ratto (2007), denominou de concepção pedagógica de disciplina e vigilância, que elegeria o que seria adequado ao sujeito escolar ideal da Campanha ou não.

Na aspiração de produção de uma cultura escolar desejada a ser configurada e materializada em práticas escolares, os organizadores da publicação, estabeleceram saberes ligados à história da instituição fundamentais para que o corpo do sujeito escolar da CNEC se comportasse tal qual os postulados almejados pelos idealizadores do impresso.

Por meio da cristalização de passado, um passado construído de forma a enaltecer os “vultos históricos do movimento”, as pessoas que responderam ao chamado de Felipe Tiago Gomes na idealização do movimento Cenecista. Os organizadores da publicação desejavam induzir que tais discursos fossem materializados, transformados em práticas escolares.

A Coletânea esteve ligada a produção de um sujeito escolar ideal, que por sua vez estaria ligado a um modelo de escola utópico, de uma aprendizagem e vivência escolar sem conflitos, dado os valores de idealismo e altruísmo que os administradores tentavam inculcar nos alunos, de uma aprendizagem sem interrupções, faltas ou falhas, tendo em vista, que seria posta em prática por sujeitos escolares ideais. Comunidades escolares onde todos trabalhariam em prol da unidade educacional atendendo os interesses de produção de uma cultura escolar desejada.

Como exemplo João Calisto de Medeiros coloca:

e para que esse elo de segurança não se quebre, para que a corrente não se rompa, é necessário que não desconhecamos nossos grandes vultos e a memória deles esteja em nossas ações e que pensando neles possamos alçar vôo (MEDEIROS, 1994, v.II, p.292).

A constituição desses “heróis da CNEC” fomentaria a unidade entre as mais diversas unidades educacionais pertencentes à Campanha e espalhadas pelos inúmeros rincões do país.

O elo se trata da história institucional do movimento que por sua vez conformaria uma identidade cenecista, constituída e internalizada por meio de uma cultura escolar preterida. A

observância aos preceitos que circundam o “ser cenequista”, faria com que alunos e professores se configurassem enquanto sujeitos escolares ideais, mirando os personagens históricos pela Coletânea elencados, construídos discursivamente pelos organizadores do impresso enquanto exemplos a nortearem as ações de tais sujeitos.

Em meio ao momento de transição vivido pela Rede na década de 1990, a publicação fez parte de um “sonho político de seus idealizadores” no sentido de que cada aluno, professor, gestor e demais membros que integravam as unidades educacionais cenequistas se tornassem vigias de si mesmos, e assim atuassem no controle e modelização dos corpos que por ventura viessem a fugir dos parâmetros cenequistas.

O processo de vigilância e disciplinamento, implicado na produção de uma cultura escolar que reforçasse a memória histórica e educacional produzida a partir dos impressos se daria por meio da interiorização desses valores, princípios e indicativos de moralidades postos na publicação com vista a estabelecer um mecanismo disciplinar onde cada aluno, professor, ou membro das unidades educacionais cenequistas, fossem corresponsáveis pela efetivação de tais discursos (RATTO, 2007).

Para Alain Chappin, os impressos pedagógicos, sejam eles produzidos, pelos próprios alunos, professores, ou pela instituição são:

depositários de um conteúdo educativo. O manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o “saber-ser”) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (CHOPPIN, 2002, p.14).

A publicação seria depositária de conteúdos considerados necessários para o desenvolvimento das atividades escolares nos estabelecimentos de ensino da CNEC, como um instrumento destinado as suas comunidades escolares e Sessões Estaduais indissociáveis da prática de uma cultura escolar desejada pelos organizadores do impresso, mesmo não podendo-se garantir que os usos de tais escritos no espaço escolar, tenha se dado, conforme arquitetado por seus idealizadores.

A publicação apresenta assim, uma “visão deformada, limitada até mesmo idílica da realidade” (CHOPPIN, 2002, p.22), por meio dos volumes, e dos postulados apresentados pelos autores, os administradores da CNEC pretenderam “purificar” a história da instituição, os impressos, foram utilizados então como parte de uma estratégia que almejava filtrar à narrativa, como um prisma, a Coletânea revelou bem mais a imagem que a Campanha queria dar de si mesma, do que a “verdadeira face” (CHOPPIN, 2002) do movimento.

As escolhas realizadas por seus idealizadores, tanto nos fatos a serem narrados produzindo sentidos, como na organização da publicação e os escritos que fariam parte do

compêndio, não são neutras, fazem parte da edificação de imagens, a serem cultuadas em uma memória institucional pelas comunidades escolares Cenevistas. Existe na publicação uma leitura em negativo, que pretendeu silenciar os jogos de saber/poder, implicados na concepção de um modelo de escola ideal da comunidade, marcada pelo “idealismo e altruísmo”, os silêncios que proporcionaram tal representação, e os símbolos que foram erigidos para ela parecesse condizente.

A Coletânea faz parte de uma estratégia de estruturação da Campanha, esteve ligada a difusão de discursos vinculados ao processo político-social e cultural mais amplo de afirmação da entidade institucional para seus alunos, professores e demais membros das comunidades escolares. Desse modo, a Coletânea, apresenta símbolos que reforçam a imagem de um “passado glorioso da entidade”.

FIGURA 05

Logomarca da CNEC utilizada até 1993



Fonte: Página Institucional da Campanha

Disponível em: <http://h.cneec.br/institucional-cneec/historia/> Acesso: fevereiro de 2019.

FIGURA 06
Logomarca da CNEC a partir de 1993



Fonte: @CNECOFICIAL

Disponível em: <https://www.facebook.com/CNEC.Oficial/> **Acesso em:** 07 de fevereiro de 2019

A logomarca⁷⁶ da CNEC utilizada até 1993 (**figura 05**) foi substituída, por ocasião das comemorações do 50º aniversário da Rede. Produzida de acordo com o professor João Batista da Silva (2010), por meio de um concurso realizado entre os estudantes da instituição, a nova logomarca da entidade, apresentada na **figura 06**, acabou por não entrar na Coletânea, que foi impressa com a logomarca anterior, talvez por uma estratégia dos idealizadores do impresso, que não satisfeitos com o momento de transição vivido pela instituição, de preservarem um passado intocável.

A logomarca tinha um formato circular, quase que se configurando enquanto um alvo, tal forma estava ligada a produção de um discurso que apontava mesmo que de forma subliminar que a CNEC e seus princípios deveriam ser o alvo de todos os sujeitos que integrassem suas unidades educacionais. Deveriam tal qual a flecha busca o alvo, partir em uma cassada pela aprendizagem e adoção dos princípios filosóficos e educacionais da Campanha.

Apresentando uma faixa verde escura (**figura 05**) na parte externa e na parte interna uma faixa amarela com um círculo azul ao centro, tendo na parte central da logomarca, a imagem de um livro, com duas penas transversais intercaladas pelas letras da sigla da entidade, CNEC. As penas fazem alusão à escrita, a ideia reproduzida discursivamente, de que

⁷⁶ Não foi possível identificar quando surgiu a primeira logomarca.

a instituição teria escrito novos rumos para a educação básica no país, como também suas cores aludindo a Bandeira Nacional e a defesa dos ideais cívicos e patrióticos.

As cores que compõem a logomarca, ligadas à bandeira nacional demonstram a aproximação, a postura de alinhamento com a política governamental, tendo sido o Estado na história da instituição seu principal financiador. A logomarca carrega as cores da pátria, afirmando a postura ideológica da instituição de defesa dos ideais e preceitos morais ligados ao patriotismo e o civismo que deveriam ser caracteres do sujeito escolar Cenequista ideal.

A logomarca por sua vez, também constituía a bandeira da Campanha, utilizada até 1993.

FIGURA 07

Bandeira da CNEC até 1993



Fonte: (SILVA, 2010, p.25)

A bandeira se constituía pela inserção da logomarca em um retângulo branco, era semanalmente hasteada ao som do Hino Cenequista, nos diversos estabelecimentos educacionais da instituição.

A partir do impresso, os organizadores da Coletânea almejavam transcender, por em circulação os “valores morais, étnicos, sociais, cívicos, e patrióticos” (LIMA, SOUSA, DIAS, 2016, p.366), se convertendo, portanto, em importante fonte indicadora dos projetos de formação social e educacional desenvolvidos pela CNEC.

Além de se configurar em um material idealizado a ser distribuído nas bibliotecas, salas de aulas, e ser inculcado por alunos e professores, a publicação também se traduziu em um objeto cultural e ideológico, revelando valores, normas e conhecimentos a partir do ponto de vista da própria instituição e de seus administradores, motivados pelas conjunturas históricas em que foram produzidos.

Por meio da apresentação da logomarca e bandeira, objetiva-se inculzir nos alunos práticas de uma cultura escolar desejada por parte dos organizadores da publicação, ao entoarem o hino da CNEC, ou hastearem a bandeira, as unidades educacionais da Campanha, reproduziam princípios de uma educação militarizada, reflexo do período militar, atuando na formação dos ditos “Soldados Cenecistas”.

Os rituais cívicos eram postos na pretensão de atuarem na criação de vínculos mais consistentes e de maiores comprometimentos de suas comunidades escolares para com os estabelecimentos educacionais, reforçando os deveres de alunos e professores para com as escolas que frequentavam (SIMÕES & GOELLNER, 2012), como no caso da Escola Cenecista São José, onde em todas as segundas-feiras as bandeiras eram hasteadas e os hinos entoados (LIMA, 2015).

Atuando na difusão de tais símbolos, a Coletânea pode ser inquirida enquanto importante fonte que permitiu problematizar aspectos de uma composição curricular pretendida oficialmente, metodologias políticas e disciplinares voltadas para seus estabelecimentos educativos, os volumes foram reveladores de valores culturais, interesses econômicos e sociais estabelecidos a partir do poder exercido pela Campanha e de toda simbologia que a envolve enquanto instituição educativa (LIMA, SOUSA, DIAS, 2016).

Além da logomarca, outro símbolo oficial apresentado na publicação é o hino da CNEC, a composição tem letra de Dulce de Oliveira Vermelho e música de Juca Chagas, foi entoada pela primeira vez em 1959 no 16º aniversário de fundação no país, e foi inserido no compêndio no escrito de Dulce de Oliveira Vermelho *ABC do Cenegismo*, também como parte das comemorações do aniversário.

HINO CENECISTA

Tu que tens mais riso e menos pranto.
 Tu que tens mais paz e menos luta.
 Fica em silêncio um minuto só;
 Para e escuta:

Como a luz que da Escola irradia.
 E afugenta da treva o pavor.
 Há-de o povo lutar e vencer
 Sem temor! Sem temor!

Estrilho
 .Amigo, avante!

Na falange Cenegista⁷⁷
 Ocupa o teu lugar
 Pelo Brasil,
 Com fervor de idealista:
TRABALHAR! TRABALHAR!

Tu que tens mais riso e menos pranto.
 Tu que tens mais paz e menos luta.
 Fica em silêncio um minuto só;
 Para e escuta:

Uma escola aberta em qualquer parte,
 Com as sobras do teu riso, de teus cantos,
 Há-de transformar teu gesto em luz
 Para tantos! Para tantos!

Música: Dulce de Oliveira Vermelho, **LETRA:** Juca Chagas (1959)
 (VERMELHO, 1994, v.I, p.177).

O hino é apresentando, no escrito *ABC do Cenegismo* enquanto um elemento definidor e elaborador de uma identidade Cenecista, que deveria ser internalizada por meio das práticas a serem desenvolvidas nas unidades educativas da instituição. Ao se observar no estribilho o termo “TRABALHAR” em caixa alta, remete-se aos princípios educacionais da Rede relacionados ao trabalho educativo em defesa da pátria, como também a própria educação profissionalizante oferecida pela instituição em alguns estabelecimentos, como na Fazenda Escola de Picuí na Paraíba, onde os estudantes eram preparados para trabalharem na lapidação de minérios explorados na região (HENRIQUES, 1985)

O impresso atuou enquanto um mecanismo que objetivava suggestionar práticas nos ambientes das unidades educacionais, sendo assim, os hasteamentos das bandeiras, a entoação do hino se conformava a partir da pretensão dos organizadores da publicação enquanto um ritual de juramento coletivo, voltado à educação corporal e moral na formação dos sujeitos escolares ideais da CNEC. A execução e reprodução de tais gestos era, por sua vez, vistos enquanto uma declaração coletiva de “submissão aos princípios”, ou de uma submissão preterida, aos valores e ideais propagados pela entidade (SIMÕES & GOELLNER, 2012).

Na composição do hino identifica-se o movimento de denominar a Rede escolar Cenecista, de “falange Cenecista”, buscando-se a etimologia da palavra falange, tal termo seria associado, em seus múltiplos significados, a uma multidão de pessoas, enorme

⁷⁷ A expressão cenegista, no estribilho, foi alterada para Cenecista quando da mudança de nomenclatura da entidade em 1969.

aglomerado de pessoas, ou talvez o sentido que mais interessou aos compositores da peça, grupo de pessoas, reunião de entidades, que funcionariam na mesma vibração.⁷⁸

Por meio da elaboração de Coletânea Cenecista, os organizadores do impresso, almejavam que os estabelecimentos educativos pertencentes à Campanha, caminhassem na mesma vibração, ou seja, de acordo com os discursos produzidos e significados por meio da narrativa construída nos impressos.

A letra do hino convoca as comunidades Cenecistas ao movimento, não devem se colocar inertes, mas atuar para que a “falange Cenecista”, possa crescer cada vez mais, há a defesa de valores que em um discurso que teriam motivado a criação da Campanha, o “idealismo”, em uma postura de alinhamento aos postulados da política educacional do governo a letra defendia a ideia de trabalho, que por sua vez também estaria ligada a concepção de reforçar o trabalho das comunidades locais na manutenção das unidades escolares ali instaladas.

A educação estaria ligada a ótica missionária, de uma escola “aberta em qualquer parte”, ou seja, escolas que eram postas a funcionar, principalmente nos primeiros anos de atividade da instituição de modo improvisado, em prédios alugados, ou como o próprio ginásio pioneiro da Rede, que foi aberto sem ao menos possuírem cadeiras para que os alunos pudessem se sentar, prédios com eletrificação feita de última hora, com poucas condições de luminosidades, e que muitas personalidades locais, utilizavam-se da abertura dos estabelecimentos para promoção pessoal e a produção de ralações clientelistas. Todavia, essas escolas, abertas com as “sobras dos teus risos e de teus cantos”, eram apresentadas enquanto aquelas que levariam “luz as pequenas comunidades”.

Os alunos Cenecistas e demais membros das comunidades escolares, são entendidos pelos princípios, normas e valores postos em circulação pelos escritos enquanto sujeitos moldáveis, a serem sugestionados e seduzidos pelo discurso convidativo da publicação. Tais elementos fazem parte de um processo de disciplinamento e ordenamento, na construção de uma memória histórica e educacional.

De acordo com as professoras Miríam Furlan Brighente e Peri Mesquida:

um corpo dócil é aquele passível de repressão, de ser sujeitado, é aquele indivíduo “bonzinho” que não pode e nem deve contestar o sistema no qual está inserido. Isso é refletido, reforçado e legitimado dentro das salas de aula, especificamente na prática pedagógica dos educadores. (BRIGHENTE & MESQUIDA, 2011, p.102)

⁷⁸ Disponível em Dicionário online de português. <https://www.dicio.com.br/falange/> Acesso em: 13 de junho de 2018.

O aluno Cenecista, como “bom” soldado da CNEC deve ser obediente aos princípios pela Campanha postulados, deve atuar de forma a tomar como exemplo, os personagens que foram construídos de maneira intrépida em tal narrativa. Esse mecanismo faz parte de um processo de disciplinamento, tendo em vista que a docilização já não mais está ligada a castigos, ou escárnios públicos, não está mais ligada à palmatória, ou ao ficar de joelhos no milho. A disciplinarização é estabelecida por outro véis, por uma violência que nasce do olhar de reprovação, da privação da palavra, e da exigência da “boa conduta” que os alunos Cenecistas deveriam inculcar e praticar, conforme os anseios dos autores da publicação (BRIGHENTE & MESQUIDA, 2011).

Em meio ao momento de transição vivido pela CNEC, a publicação serviu enquanto um veículo utilizado para divulgar os conhecimentos que os idealizadores do movimento julgavam mais importantes. Um elemento utilizado na tentativa de tornarem hegemônicos tais conhecimentos e de converter em autoridade seus idealizadores e organizadores. A Coletânea se configurou em meio de afirmação da instituição e de seus idealizadores, um espaço de regulação social, não produzindo fatos, mas retrabalhando e remodelando as imagens de um passado cristalizado da CNEC, com vistas à elaboração de uma memória histórica e educacional.

E NO FIM DESSE RELATO? PENSAR E CONTINUAR PENSANDO A CNEC

A pesquisa que ora concluí-se teve por base problematizar a partir do campo de estudos da História da Educação, como a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, por meio da publicação do impresso institucional Coletânea Cenecista, os administradores da Rede buscaram tecer memórias associadas a um exercício de afirmação da história dos fundadores da Rede, e dos demais sujeitos que ao longo de sua história ocuparam cargos ou que direta ou indiretamente contribuíram para sua expansão no país, de modo a consolidar um modelo de escola e de ensino idealizado por Felipe Tiago Gomes e seus colegas da Casa do Estudante no ano de 1943.

A partir da metodologia da análise de discurso a Coletânea Cenecista, configurou-se em fonte e objeto de estudo dessa pesquisa, dado que tal impresso assumiu a finalidade de se postular enquanto mecanismo de uma pedagogia disciplinar, destinada a reproduzir determinada história institucional do movimento e da vida de seus atores.

O impresso pretendeu sobremaneira forjar identidades desejadas, ligadas aos princípios de uma filosofia cenecista que atrelada a uma concepção de educação que circulava entre as esferas do público e do privado, buscou defender elementos como o patriotismo, valores da família, civismo, orientações morais que objetivaram homogeneizar tais personagens, como também todos os sujeitos que integravam a Campanha pelo país.

Por meio da Coletânea Cenecista uma história institucional da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade foi produzida. De cunho laudatório e apologético, como a maioria dos impressos pedagógicos produzidos, assumiu a forma de colocar a CNEC enquanto uma “instituição de vanguarda” no que diz respeito à educação comunitária no Brasil, quando se sabe que tal concepção já era debatida bem antes do surgimento da CNEC nas escolas confessionais, e escolas comunitárias criadas por imigrantes, principalmente na Região Sul do Brasil.

O impresso fez parte de um movimento prosopográfico, no qual vários sujeitos construíram interpretações uníssonas sobre a criação e expansão da instituição. A figura do idealizador Felipe Tiago Gomes, foi produzida enquanto “messias da educação brasileira”, de modo a caracterizar o pensamento educacional da CNEC e dos atores que integraram o movimento, enquanto uma experiência singular, quase que em uma concepção salvacionista da educação, ligada em sua gênese ao movimento do entusiasmo pela educação e reformulada a partir de 1964 de modo a corresponder aos anseios e princípios educacionais do Regime implantado após o golpe, em uma relação auspiciosa de adesismo ao Estado.

Tendo sido publicada nos anos de 1990 a Coletânea fez parte das comemorações do aniversário de 50 anos da instituição, entretanto, a CNEC viveu em tal período um processo de reestruturação administrativa como também de sua própria filosofia educacional, dado que as subvenções estatais diminuíram drasticamente, em virtude das mudanças promovidas na legislação educacional e o processo de expansão das escolas públicas que surgiram como o principal modelo de instituição educacional para atendimentos das comunidades o que fez com que a CNEC gradativamente fosse encerrando as atividades em boa parte de seus estabelecimentos de ensino e adotando como formato educacional e administrativo o modelo das escolas privadas.

Sendo assim, o impresso também atuou enquanto uma ferramenta produtora de lugares de memória, a demarcar uma imagem cristalizada do passado da instituição que visava responder as inquietações vividas no presente, de modo, a “resguardar” os princípios da chamada filosofia cenecista para suas novas comunidades escolares, ao mesmo tempo em que afirmava lugar de autoridade na memória institucional da Campanha para Felipe Tiago Gomes, dentro outros personagens apresentados enquanto figuras singulares para a existência da Rede nos diversos estados da federação fossem reverenciados nas unidades escolares da Campanha e por aqueles que tivessem contato com a “história” da instituição.

A organização e publicação do impresso estiveram ligadas diretamente a produção de uma cultura escolar desejada. Por meio de uma pedagogia disciplinar a qual o impresso estava envolto, os organizadores da Coletânea esperavam que com a circulação de tais escritos entre as diversas unidades educacionais da Rede, fossem produzidas práticas, atividades em sala de aula sobre a história da CNEC e a vida de seus fundadores, festas escolares ligadas às datas de criação e fundação da Rede, momentos que servissem para a cristalização e fixação de uma imagem desejada e homogênea sobre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que ao mesmo tempo legitimassem os discursos contidos em tais páginas.

No entanto, a pesquisa ora desenvolvida, não teve como objetivo problematizar a circulação de tal impresso ou se de fato essa cultura escolar desejada, ligada a uma esfera disciplinar produzida pelos organizadores da Coletânea e de seus discursos tenha de fato se traduzido em modos de ser e fazer, nos diversos estabelecimentos educacionais da Campanha se traduzindo em elementos definidores de uma cultura escolar cenecista desejada, como também de uma identidade cenecista, produzida a partir de tais relações. Não teve como meta, lançar um olhar crítico sobre as possíveis burlas e táticas desenvolvidas por esses diversos sujeitos nas tecituras do cotidiano do chão das escolas que pertenciam a Campanha.

Os estudos sobre a circulação da Coletânea na Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, como também as apropriações e recepções dos diversos discursos por ela propagados torna-se uma seara importante no que diz respeito a novas pesquisas sobre a História da Educação a partir do estudo das práticas e modos de fazer cotidiano nos estabelecimentos educacionais da Rede, como também a própria análise discursiva dos escritos contidos na coletânea e sua relação com os autores de tais textos e seus respectivos lugares de produção que nessas páginas não foram esgotados.

A presente pesquisa não buscou exaurir as discussões em torno dos discursos produzidos pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade e as práticas gestadas a partir de tais discursos, mas apenas, contribuir para que parte das lacunas referentes a tais estudos, principalmente no que diz respeito às contribuições de uma historiografia da educação paraibana referente à CNEC e que ainda apresenta produção incipiente, pudesse ser em parte sanada, restando uma enorme floresta do não factual a ser desvendada. Que a pesquisa ora concluída possa ter contribuído para o nascimento de novas pesquisas sobre a história da educação e do pensamento educacional, para o estudo das práticas educativas a partir da CNEC.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Carla Beatriz de. **A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300892678_ARQUIVO_anpuhsp2011.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

ASSIS, Daisy Loraine Morais de. **A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e a nova organização escolar: Histórias e Memórias da educação no município de Ibicaraí/BA.** Dissertação (Mestrado) Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4683> Acesso em: 16 de junho de 2018.

ASSIS, Daisy Loraine Morais de. **Entre a história e a memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos ginásios gratuitos na Região Cacaueira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950.** Tese (Doutorado), Programa de pós-graduação em memória, linguagem e sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia UESB. Vitória da Conquista, BA, 2016. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/06/Tese-Daisy-Laraine-M.-de-Assis.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

ALMEIDA, Rodrigo Davi. **Ensaio sobre as contribuições teórico-metodológicas de Jean François Sirinelli, Jean Paul Sartre e Norberto Bobbio para a história, a definição e a função social dos intelectuais.** Revista Territórios e Fronteiras. Cuiabá, 2012. (p.22-41).

Disponível em:

<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/133> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes et al. **Usos e abusos da História Oral.** AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006.

ARRUDA, Kalyne Barbosa. VASCONCELOS, Larissa Meira de. SILVA, Viviane Freitas da. **Fontes Oficiais: História e Memória da Educação Paraibana. Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História Sociedade e Educação no Brasil”.**

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.28.pdf Acesso em: 18 de junho de 2018.

AZEVEDO, Karla Veruska. **A trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade em Terras Capixabas (1948-1971).** Disponível em:

http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/nometese_91_KARLA%20VERUSKA%20AZEVEDO.pdf Acesso em: 16 de Out. 2016

AZEVEDO, Karla Veruska. **A CNEC no Espírito Santo um olhar histórico.** Revista HISTEDBR on-line. Campina, nº 21, 2006. (p.39-43). Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/21/art04_21.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

ANGÊLO, Maria Deusia Lima. FERREIRA, Abílio de Sousa. DIAS, Angélica Mara de Lima. **Livros Didáticos e Impressos Pedagógicos como fonte de pesquisa para a história da disciplina escolar geografia.** Revista OKARA: geografia em debate. DGEOC/CCEN/UFPB, João Pessoa-PB, 2016. (p362-377). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/okara/article/view/31207> Acesso em: 17 de junho de 2018.

ARAÚJO, Rodrigo Wantuir Alves. **A Cultura Escolar e a Memória Docente na Escola: a Implementação da Educação Pública Municipal de Riachuelo-RN (1963).** Disponível em: http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502679615_ARQUIVO_AculturaEscolar eaMemoriaDocentenaEscola.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

ANDRADE, Vivian Galdino de. **Alfabetizando os Filhos da Rainha para a civilidade/modernidade:** o Instituto Pedagógico em Campina Grande (1919-1942). Tese de Doutorado. Centro de Educação. UFPB: João Pessoa, 2014. Disponível em: http://tede.biblioteca.ufpb.br/handle/tede/4806?locale=pt_BR Acesso em: 24 de dezembro de 2017.

BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em história: Da escolha do tema ao quadro teórico.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Memória: entre o oral e o escrito. História da Educação.** ASPHE/FaE/UFpel, Pelotas, 2002. (p.131-146). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30603> Acesso em: 17 de junho de 2018.

BASTOS, M. H. C. **A imprensa de educação e de ensino: repertórios analíticos. O exemplo da França.** Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, vol. 12, 2007.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. MESQUIDA, Peri. **Michel Foucault: Corpos Dóceis e Disciplinados nas Instituições Escolares.** Anais do X Congresso Nacional de Educação, EDUCERE, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4342_2638.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Os arquivos escolares como fonte para a história da educação.** Revista brasileira de história da educação. nº 10 jul./dez. 2005. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/175> Acesso em: 18 de Out. 2016.

BERTONHA, Vitorina Cândida Corrêa. MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A Instituição Escolar como fonte da história da educação: um estudo preliminar.** Disponível em:

http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c007.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

BÍBLIA SAGRADA DE APARECIDA. Editora Santuário, 2006.

BARBOSA, Maria Alda. **Imprensa, poder e público**. 19996. Tese (Doutorado em história) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Usos e abusos da história oral. Organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (p.183-192)

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura**. Traduzido por Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. Revista – São Paulo: Brasiliense, 2012.

BURKE, Maria Lúcia Garcia Pallares. **A Imprensa Periódica como uma empresa educativa no século XIX**. Cadernos de Pesquisa, nº 104, 1998. (p.144-161) Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/723> Acesso em: 19 de junho de 2018.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Culturas da Escola: As Festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde.../DissertacaoRenataMarcilio.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

CORREA, Rubens Arantes. **Os Intelectuais: Questões Históricas e Historiográficas – Uma discussão teórica**. Saeculum Revista de História, João Pessoa, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/27733/14914> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

CARVALHO, Luciana Belíssimo. SILVA, André Luiz da Motta. **História das Instituições Escolares: Implicações Teórico-metodológicas**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/10/artigo_simposio_10_865_barbosabelissimo@hotmail.com.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. I, 1994.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. II, 1994.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. III, 1994.

COLETÂNEA CENECISTA. CNEC Edições: Brasília-DF, Vol. IV, 1994.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. DIAS, Ana Raquel Costa. **Estudos Culturais e História da Educação: Trajetórias e Confluências**. AEDOS, Revista do corpo discente PPG História UFRGS. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/64315> Acesso em: 17 de junho de 2018.

CERTEAU, Michel de. **A Operação Historiográfica**. A Escrita da História. Traduzido por: Maria de Lourdes Menezes. 2ªed. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2010. (p.65-106)

CERTEAU, Michel de. **A invenção do Cotidiano: Artes de Fazer**. 13.ed. Traduzido por Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CARVALHO, Maria chagas de. **Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais**. Culturas Escolares, saberes e práticas educativas: Itinerários históricos. Organizado por Marcus Levy Bencostta. São Paulo: Cortez, 2007. (p.17-40)

CUNHA, Teresa Santos. **Saberes impressos escritas da civilidade e impressos educacionais (Décadas de 1930 a 1960)**. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Organizado por Dalva Carolina Yazbeck e Marlos Bessa Mendes da Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. (p.233-251)

CURY, Cláudia Engler. MORAIS, Maday de Sousa. SILVA, Michele Lima da. **A Instrução na Paraíba oitocentista: Perspectiva Acerca das Instituições Escolares e da Cultura Material Escolar**. Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.02.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

CHOPPIN, Alain. **O historiador e o livro escolar**. História da Educação. ASPHE/FaE/EFpel, Pelotas, 2002 (p.5-24) Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30596> Acesso em: 17 de junho de 2018.

CORÁ, Élsio José. NASCIMENTO, Cláudio Reichert do. **Reconhecimento em Paul Ricoeur: da identificação ao reconhecimento mútuo**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, Volume 45, Número 2, 2011 (p. 407-423) Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/viewFile/2178-4582.2011v45n2p407/22359> Acesso em: 20 de junho de 2018.

DUARTE, Ariane dos Reis. **Idealismo e Educação: As Relações entre a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS (1968/2007)**. Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, 2014. Disponível em: www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3646 Acesso em: 16 de junho de 2018.

DUARTE, Ariane dos Reis. **História oral e pesquisa biográfica: deslocamentos e negociações na busca por narrativas de memória**, 2018. Disponível em: http://www.encontro2018.historiaoral.org.br/resources/anais/8/1524694536_ARQUIVO_TextoABHO2018_rev-SEMMARCAS.pdf Acesso em: 19 de junho de 2018.

DUARTE, Ariane dos Reis. **Relações entre mantenedora e escola: a rede cenequista e o Colégio Santa Luzia de Gravataí/RS 1980/2007**, 2016. Disponível em: www.ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/download/123/113 Acesso em: 19 de junho de 2018.

DELEUZE, G & GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* Tradução: Bento Prado Junior e Alberto Alonso Munoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

ELIAS, Norbert. **Mozart Sociologia de um gênio**. Traduzido por Sergio Goes de Paula. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 1994.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. Traduzido por Fátima Murad. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Traduzido por Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FRAGO, Antonio Viñao. **Historia de la educación y historia cultural. Posibilidades, Problemas, Cuestiones**. Revista Brasileira de Educação, 1995. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE0/RBDE0_06_ANTONIO%20VINAO_FRAGO.pdf Acesso em: 18 de junho de 2018.

FERREIRA, Márcia Santos. AMORIM, Rômulo Pinheiro de. **Intelectuais, História e Educação: Os professores na História Intelectual**. Poíesis Pedagógica, Catalão, Goiás. v.14, n.01, 2016 (p.77-93). Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/45053> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

FISCHER, B. D. **A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1950 a 1970)**. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 324-335. (v. III – Coleção Século XX).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. GONÇALVES, Irlen Antônio. et al. **A Cultura Escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.10, nº01, 2010. (p.139-159) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a08v30n1.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

_____. **O mártir, o humanista, o pedagogo: a contemporaneidade de Rui Barbosa e a educação nas comemorações do centenário de seu nascimento (1949)**. Educar em Revista, Brasil nº 50. Editora da UFPR, 2013. (p.159-179). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602013000400011&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: fevereiro de 2019.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. XAVIER, Libânia Nacif. CARVALHO, Luiz Miguel de. **Aspectos da imprensa periódica educacional em Lisboa e no Rio de Janeiro (1921-1963)**, 2007 Disponível em: http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/4AnaL_ciaCunhaFernandes_e_Lib_niaXavier_e_LuizCarvalho.pdf Acesso em 19 de junho de 2018.

FERNANDES, Paula Rejane. **A escrita de si do intelectual Jerônimo Vingt-um Rosado Maia: arquivos pessoais e relações de poder na cidade de Mossoró (RN)**. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-graduação em história social das relações políticas, Vitória, 2014.

- FERRER, Silvaniza Maria Vieira. **A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC e o Entusiasmo pela educação ginasial no Ceará no período de 1958 a 1963.** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação. Fortaleza, CE, 2010. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFC_56d24d46be5e960a07a08991c2ca7a9a Acesso em: 16 de junho de 2018.
- FERREIRA, Márcia Santos. AMORIM, Rômulo Pinheiro de. **Intelectuais, História e Educação: Os professores na história intelectual.** Poésis Pedagógica, Catalão-GO, v.14, n.1, 2016. (p. 77-93) Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poesis/article/view/45053> Acesso em: 18 de junho de 2018.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982).** Traduzido por Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Organizado por Roberto Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Traduzido por António Fernando Cascais e Edmundo Cordeiro. Passagens.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. 3: o cuidado de si.** Traduzido por Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro Edições, 2010.
- FERMOSO, P. **Pedagogia social. Fundamentación científica.** Barcelona. Editorial Helder. 1994.
- FINOCCHIO, Silvia. **Un Tesouro Inexplorado: Los Periódicos Escolares en la Argentina.** Hist. Educ. (Online) Porto Alegre v. 17 n. 40, 2013 (p. 27-54) Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3216/321627379003.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2018.
- FURLAN, Elisangela. **Educação na década de 1970: Formação sem Informação.** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada11/artigos/4/artigo_simposio_4_739_furlan.elisangela@gmail.com.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.
- GARCIA, Juan Jesús Campos. **El periódico escolar: un acercamiento a la cultura organizativa del centro.** Comunicar v.5, 1995. (p.113-119). Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15800521> Acesso em: 18 de junho de 2018.
- GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. **Do Shuler-Zeitung ao o Ateneu: Marcas da Cultura Escolar nas Páginas dos Periódicos (São Leopoldo/RS, 1964-1973)** História da Educação, Porto Alegre, v.17, n.40, 2013 (p.319-336). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592013000200015&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 18 de junho de 2018.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma pausa comum.** Revista Diálogos. v.18 nº2, 2012. (p.01-36) Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386> Acesso em: 19 de junho de 2018

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova.** São Paulo. Companhia das Letras, 2002.

GATTI JÚNIOR, Décio. **História e historiografia das instituições escolares: percursos de pesquisa e questões teórico-metodológicas.** Revista Educação em questão. Natal, v. 28, n. 14, (p. 172-191), jan./jun. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4469> Acesso em: 17 de Out. 2016.

GATTI JÚNIOR *et al.* **Novos Temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa.** Organizado por José Carlos Souza Araújo e Décio Gatti Júnior. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

GATTI JÚNIOR *et al.* **História e Memória Educacional: Gênese e consolidação do ensino escolar no triângulo mineiro.** História da Educação. ASPHE/FaE/UFpel, Pelotas, 1997. (p.05-28). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30662> Acesso em: 20 de junho de 2018.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da Comunidade.** Brasília, DF: CNEC Edições, 1989.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Traduzido por Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HENRIQUES, Maria de Lourdes. **Educação Comunitária Enfoque Cenecista – Conteúdo Programático (1º e 2º Graus).** Convênio CNEC/UEPB Programa de Assessoramento aos Estabelecimentos Cenecistas PRAECE. João Pessoa, 1985.

HISDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: um estudo histórico.** João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1981.

HONORATO, Tony. NERY, Ana Clara Bortoleto. **Constituição, agentes e usos de uma Biblioteca de formação de professores (1897-1923).** Revista Brasileira de História da Educação. Maringá-PR, 2017. (p.175-207) Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v17n2.826> Acesso em: 17 de junho de 2018.

JANOTTI, Maria de Lourdes. **O livro Fontes Históricas como fonte.** Fontes Históricas. Organizado por Carla Bassanezi Pinsk. São Paulo: Contexto, 2008. (p.09-23)

JIZENJI, Mônica Yumi. PINTO, Vinícius Antunes de Aguiar. **Imprensa e Educação em O Recompilador, ou Livraria dos Meninos: Jornal Moral, Instructivo e Miscellanico (1837-1838).** Revista Brasileira de História da Educação, v.18, 2018. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v18.2018.e015e-> Acesso em: 17 de junho de 2018.

JIZENJI, Mônica Yumi. **O papel da imprensa periódica no processo de escolarização em Minas Gerais no século XIX.** *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 3, n. 1, 2012 (p. 150-166) Disponível em:

<https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/255/80> Acesso em: 19 de junho de 2018.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Traduzido por Gizele de Souza. *Revista brasileira de história da educação* n°1 Jan./jun. 2001. Disponível em:

https://moodle.fct.unl.pt/pluginfile.php/122509/mod_resource/content/0/Leituras/DominiqueJulia.pdf Acesso em: 17 de Out. 2016.

KARVAT, Erivan Cassiano. MACHADO, Valeria Floriano. **História Intelectual e História de Intelectuais: Reflexões, Perspectivas e Problemas.** XIV Encontro Regional de História: 1964-2014 50 Anos do Golpe Militar no Brasil. Universidade Estadual do Paraná, 2014.

Disponível em: <http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/426.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.

KREUTZ, Lúcio. KREUTZ, Sophia. **Impressos pedagógicos, afirmação do projeto republicano e contraposições. História da Educação.** ASPHE/FaE/UFpel, Pelotas, 2002.

(p.97-116). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/issue/view/1297/showToc> Acesso em: 17 de junho de 2018.

LAGE, Ana Cristina Pereira. **A Memória Educacional de um campanhense Minas Gerais, século XIX.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Ana%20Cristina%20Pereira%20Lage%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.

LIMA, Arthur Rodrigues de. **Tecendo os fios da Memória: da cultura escolar às representações históricas da Escola Cenecista São José (1974-1999)**, Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

LÁZARO. Maria Reyes Dominguez. **Los Medios en el aula: el Periodismo como recurso pedagógico.** Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4154124>

Acesso em: 19 de junho de 2018.

LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da Educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

LIMA, Idelsuite de Sousa. **A Cultura Escolar e a Pesquisa em História do Currículo.** Espaço do Currículo, v.03, n°01, 2010. (p.275-282). Disponível em:

<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/viewFile/9090/4778> Acesso em: 16 de junho de 2018.

LARROSA, Jorge. **Linguagem e educação depois de Babel.** Traduzido por Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LARROSA, Jorge. **Tecnologias do Eu e Educação.** O sujeito da educação. Organizado por Tomaz Tadeu. Petrópolis: Vozes, 1994, (p.35-86).

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. Usos e abusos da história oral. Organizado por Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (p.183-192)

LARROSA, Jorge. **Linguagem e Educação depois de Babel**. Traduzido por Cynthia Farina. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Disponível em: periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/download/41/41/ Acesso em: 19 de junho de 2018.

LOPES, Myriam Bahia. **Condições de possibilidade da arrogância**. Ensaios sobre a arrogância. Organizado por Claudine Haroche, Myriam Bahia Lopes, Yves Déloye. Belo Horizonte: NEHCIT UFMG, 2015. (p.95-101)

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **As cartilhas e a história da alfabetização no Brasil: alguns apontamentos. História da Educação**. ASPHE/FaE/UFpel, Pelotas, 2002. (p.147-168). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/30604> Acesso em: 17 de junho de 2018.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. DORIGÃO, Antônio Marcos. COELHO, Gizeli Fermino. **As Pesquisas com Intelectuais em história da educação: um campo profícuo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 67, 2016. (p. 175-188) Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645233> Acesso em: 20 de junho de 2018.

MAIOR JÚNIOR, Paulo R. Souto. MAIA, Janaína dos Santos. NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **A vida Secreta das Palavras: colaborações de Michel Foucault para a historiografia**. Disponível em: Rev. Hist. UEG - Anápolis, v.3, n.1, 2014 (p. 56-71). Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/2945/1869> Acesso em: 20 de junho de 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira. **Mediações da Cultura Escolar – a prática como normatividade**, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5044> Acesso em: 18 de junho de 2018.

MAGALHÃES, Justino Pereira. BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Os intelectuais e a educação: abordagem histórica e biográfica**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 54, n. 41, 2016. (p. 61-85) Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10158> Acesso em: 20 de junho de 2018.

MACEDO, Norryson Darlan Costa. **A Exaltação do Legado Cenecista para seus Alunos (1986-2001)**. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SAI_ID3803_08092015203907.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

MENDONÇA, Lívia de Carvalho. **Escrita, Identidade e Cultura. Tríade das Manifestações Sociais que Possibilitam a Construção do Sujeito.** III Seminário de Língua Portuguesa e Ensino, 2008. (p.1-9) Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/selipeanais/anais/liviadecarvalho.pdf> Acesso em: 18 de junho de 2018.

MELO, Cristiane Silva *et al.* **Considerações sobre a imprensa periódica como fonte para a história da educação.** V Seminário Internacional sobre profissionalização docente. PUC/PR, 2015. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22171_10190.pdf Acesso em: 19 de junho de 2018.

MELO, José Marques de. ASSIS, Francisco de. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório.** Intercom – RBCC São Paulo, v.39, n.1, 2016. (p.39-56) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2018.

MIGUEL, Elisabeth Blanck. **A história a memória e as instituições escolares: uma relação necessária.** Cadernos de História da Educação – v. 11, n. 1, 2012. (p.243-256) Disponível em: www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/viewFile/2945/1869 Acesso em: 20 de junho de 2018.

MONARCHA, Carlos. **Laurenço Filho: A obra de uma vida, a vida numa obra.** Os Intelectuais e a Defesa da Educação Brasileira. Organizado por: BATISTA, Eraldo Leme. ORSO, Paulino José. COSTA, Bruno Botelho. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. (p.13-26)

MARQUES, Antônio Francisco. LEPRE, Rita Melissa. CAPELLIN, Vera Lúcia Messias Fialho *et al.* **Educação comunitária: promovendo a construção da cidadania no bairro Ferradura Mirim.** Educação em Revista, Marília, v.10, n.1, 2009. (p.63-80) Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/644> Acesso em: 19 de junho de 2018.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Educação e Sensibilidade nos escritos de Francisquinha Amorim.** Disponível em: <http://www.itaporanga.net/genero/4/gt01/14.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Sensibilidades e Práticas Escolares em Campina Grande-PB.** Anais do XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371309531_ARQUIVO_SENSIBILIDADESEPRATICASESCOLARESEMCPAMPINAGRANDE-PB.pdf Acesso em: 20 de junho de 2018.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **Impressos de e para professores: a conformação do campo pedagógico (1911-1930).** Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP Marília – Programa de Pós-Graduação em Educação. Disponível em: http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog07_03b.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **História Intelectual e História da Educação**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32, 2006. (p.340-376) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a12v11n32.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: Revista Projeto História. São Paulo: Educ nº 10, 1991 (p. 09).

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2009.

OLIVEIRA, Lindamir Cardoso Vieira. **Cultura Escolar: Revisando Conceitos**. RBPAAE v.19, n.2, 2003. (p.291-303) Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/25445/14788> Acesso em: 18 de junho de 2018.

PASQUINI, Adriana Salvaterra. TOLEDO, César Alencar Arnaut. **Historiografia da Educação: A Imprensa Enquanto Fonte de Investigação**. Interfaces Científicas – Educação, Aracaju v.2 nº. 3, 2014. (p. 257 – 267) Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1297> Acesso em: 19 de junho de 2018.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a história**. Traduzido por Guilherme João de Freitas Teixeira. 2º Ed, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

PORTES, Écio Antônio. **Francisco Mendes Pimentel: “Um homem de compreensão, de visão e de saber”**. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Organizado por Dalva Carolina Yazbeck e Marlos Bessa Mendes da Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. (p.153-166)

PORTES, Écio Antônio. **A Caixa dos Pobres a Ação Efetiva do Assistencialismo na Permanência de Estudantes Pobres na UFMG: 1932-1935**. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/322> Acesso em: 19 de junho de 2018.

PAIVA, José Maria de. **História da Educação**. História da educação, Intelectuais e Instituições escolares. SILVA, João Carlos da. BATISTA, Eraldo Leme. SANFELICE, José Luiz. (Orgs.) Uberlândia: Navegando Publicações, 2016. (p.31-49)

PEREIRA, Maria Aparecida. FERREIRA JÚNIOR, Amarílio. HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. **História da Educação nas páginas da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**. Revista Brasileira de História da Educação. Maringá-PR, 2016. (p.59-90) Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v16i3.686> Acesso em: 17 de junho de 2018.

PERIOTTO, Marcília Rosa. **A Imprensa Brasileira nos oitocentos e a história da educação: Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense**. Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB Campo Grande, MS, n. 36, 2013. (p.

237-252) Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/709> Acesso em: 19 de junho de 2018.

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de Abreu. **A imprensa periódica educacional: estudo sobre temas predominantes da Revista Brasileira de Educação.**

Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Universidade Federal do Piauí, Teresina, v. 2, n. 2, 2014. (p.3-18) Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/parfor/article/viewFile/3258/2972> Acesso em: 19 de junho de 2018.

PAIVA, Vanilda P. *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo: Loyola, 1987.

PINTO, Felipe Menezes. **Das Contribuições da História Cultural a História da Educação.** Organizado por Sérgio Ricardo da Mata, Helena Miranda Mollo e Flávia Florentino Varella . Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

PINTO, Adriana Aparecida. Inventariando Caminhos de Pesquisa: **A imprensa periódica como fonte para a História da Educação de/em Mato-Grosso.** Dossiê: Ensino de História e História da Educação: caminhos de pesquisa (Parte II), 2014 (p.07-26) Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/historiaediversidade/article/view/220> Acesso em 19 de junho de 2018.

PINHEIRO, Ana Regina. **Militância educacional católica e a memória da escola pública, em São Paulo, na década de 1930.** Anais do XVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Diálogo Social, 2013.

QUADROS, Elton Moreira. **Memória, reconhecimento de si e alteridade no pensamento de Paul Ricoeur.** Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em memória linguagem e sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Disciplina, Vigilância e Pedagogia.** Cadernos de Pesquisa. v.37, nº 131, 2007. (p.481-510). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n131/a1237131.pdf> Acesso em: 17 de junho de 2018.

RIBEIRO, Genes Duarte. **Sacrifício, heroísmo e imortalidade: a arquitetura da construção da imagem do Presidente João Pessoa.** Dissertação (Mestrado). João Pessoa: UFPB, 2009.

RICOEUR, P. **Percursos do reconhecimento.** São Paulo: Edições Loyola, 2006. Edição original: 2004

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **Prescrevendo Regras de Bem Viver: Cultura escolar e racionalidade científica.** Cadernos Cedes, nº52, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ccedes/v20n52/a05v2052.pdf> Acesso em: 17 de junho de 2018.

RODRIGUES, Elaine. BICCAS, Maurilane de Souza. **Imprensa Pedagógica e o fazer historiográfico: o caso da Revista do Ensino (1929-1930).** Acta Scientiarum. Education Maringá, v. 37, n. 2, 2015. (p. 151-163) Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/22666/0> Acesso em: 18 de junho de 2018.

RODRIGUES, Elaine. SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo. **A imprensa pedagógica representada pela Revista Brasileira de Educação: uma fonte de pesquisa para a história da educação.** X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014. (p.01-17) Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/109-0.pdf Acesso em: 19 de junho de 2018.

ROSAR, Maria de Fátima Félix. **Prefácio.** Os Intelectuais e a Defesa da Educação Brasileira. Organizado por: BATISTA, Eraldo Leme. ORSO, Paulino José. COSTA, Bruno Botelho. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. (p.01-08)

SAVIANI, Dermeval. **História da educação e política educacional.** In: SBHE (Org.), Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas, Autores Associados, 2001.

_____. **Instituições Escolares: Conceito, História, Historiografia e Práticas.** Cadernos de História da Educação, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382> Acesso em: 17 de junho de 2018.

_____. **Estado e políticas Educacionais na Educação Brasileira.** Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, n. 3 (27), 2011 (p.160-167) Disponível em: <http://edufes.ufes.br/items/show/90> Acesso em: 20 de junho de 2018.

_____. **Escola e Democracia: Teorias da Educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SANFELICE, José Luís. **História das Instituições escolares: desafios teóricos.** Série- Estudos - Periódico do Mestrado em Educação da UCDB Campo Grande-MS, n. 25, 2008 (p. 11-17). Disponível em: <http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/212> Acesso em: 16 de Junho de 2018.

SANFELICE, José Luís. **História e historiografia das instituições escolares.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, 2009 (p. 192-200) Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639622> Acesso em: 16 de junho de 2018.

SANFELICE, José Luís. **História Instituições Escolares e Gestores Educacionais.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, 2006 (p.20-27) Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art4_22e.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. **História da Educação e Imprensa: Revisitando Velhos e Novos Objetos.** Espaço e Tempo Midiáticos – Revista do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas. v. 2, nº1, 2017. (p.62-71) Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/download/.../11464/> Acesso em: 19 de junho de 2018.

SCHMIDT, João Pedro. **O Comunitário em Tempos de Público não estatal**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, 2010. (p. 9-40) Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100002&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 de junho de 2018.

SENA, Fabiana. BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico. **Os Compêndios Didáticos nos relatórios de província da Paraíba: fontes para a leitura escolar no império**. V.16, nº 1, 2012. (p.36-47) Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/edu.2012.161.04/0> Acesso em: 19 de junho de 2018.

SIMÕES, Renata Duarte. GOELLNER, Silva Vilodre. **A Educação do Corpo para o “Soldado Integral”, “forte de físico”, culto de cérebro e grande de alma**. Motriz, Rio Claro, v.18 n.2, 2012. (p.327-337) Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-65742012000200013 Acesso em: 17 de julho de 2018.

SIRINELLI, J. F. **Os intelectuais**. Por uma história política. Organizado por René Remond. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Eduardo Cristiano Hass. **Nas Páginas de um Periódico Escolar: Processos de Escolarização e Práticas Educativas da Escola Técnica Comercial do Colégio Farrroupilha – POA/RS (1950-1983)**. História Unicap, v. 2, n. 4, 2015. (p.245-255)

Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/674> Acesso em: 18 de junho de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Organizado por Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall, Kathryn Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Camille Cristina Witsmiszyn. DANIEL, Leziany Silveira. **A Campanha da Educação de Adolescentes e Adultos na década de 1950: análise de artigos em jornal diário**. Anais do IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação, SIRSSE. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/23308_12852.pdf Acesso em: 17 de junho de 2018.

SOUSA, Cynthia Pereira de. CATANI, Denine Barbara. **A Imprensa Periódica e as Fontes Para a História da Cultura Escolar Brasileira**. Educacional Rev. Inst. Est. Bras. SP, 37, 1994. (p.177-183) Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71310> Acesso em 19 de junho de 2018.

SOARES, Magda. **Metamemória-memórias: travessia de uma educadora**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, Marilsa Aparecida Alberto Assis. RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza. ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **A construção da Identidade Docente entre 1944 a 1962 no Grupo Escolar Minas Gerais em Uberaba**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v.23, nº52, 2014. (p.171-187) Disponível em:

<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/1430> Acesso em: 17 de junho de 2018.

SOUZA, Neusa Balbina. BECALLI, Fernanda Zanetti. **Nos impressos pedagógicos: A circulação de práticas de ensino de leitura.** Disponível em:

<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/NOS%20IMPRESSOS%20PEDAGOGICOS-A%20CIRCULACAO%20DE%20PRATICAS.pdf> Acesso em: 18 de junho de 2018.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado a experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998).** Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 2001. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_79350171d6fc6ba00f8bec983f28aedd Acesso em: 16 de junho de 2018.

SILVA, Ronalda Barreto, FONSECA, Daisy da Costa. **A Atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC na Educação Baiana (1953-1964).** Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0745.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação Comunitária: Além do Estado e do Mercado?** Cadernos de Pesquisa, nº 112, 2001. (p.85-97) Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/n112/16102.pdf Acesso em: 19 de junho de 2018

SILVA, Cileida Maria Costa de Souza. **As Festas Escolares e a Cultura Cívica no Colégio Salesiano de Santa Teresa em Corumbá-MS (1972-1987).** Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT3%20PDF/AS%20FESTAS%20ESCOLARES%20E%20A%20CULTURA%20C%20CDVICA%20NO%20COL%20GIO.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

SILVA, Silvia Tavares da. SANTOS, Wandrya Elias dos. **Do Menino pobre ao criador da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade: A Construção da Memória de Felipe Tiago Gomes em sua Terra Natal, Picuí/PB.** Anais do Congresso Nacional de Práticas Educativas (COPRECIS), 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/revistas/coprecis/trabalhos/TRABALHO_EV077_MD1_SA9_ID556_21082017202320.pdf Acesso em: 19 de junho de 2018.

SILVA, Michele Juliana de Carli Anselmo da. **História da Educação e Infância: O desafio de investigar com novos olhares.** Anais do II Simpósio Nacional de Educação, Infância Sociedade e Educação, 2010. Disponível em: cac-php.unioeste.br/eventos/iisimposioeducacao/anais/trabalhos/157.pdf Acesso em: 20 de junho de 2018.

SILVA, João Batista da. **A Trajetória da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí (1957-1997).** Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, 2010. Disponível em:

http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/dissertacao/2010/joao_batista.pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Concepção Comunitarista da Democracia e Educação**. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1521> Acesso em: 19 de junho de 2018.

SILVA, Tiago Viotto. **Michel Foucault e a história dos Intelectuais: Um diálogo impossível**. Revista *Expedições: Teoria da História & Historiografia* V. 4, N.1, 2013. (p.83-113) Disponível em: http://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/1635 Acesso em: 20 de junho de 2018.

STUART, Hall. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Traduzido por Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SOUSA, Rosa Fátima. **Alicerces da Pátria: Escola Primária e Cultura Escolar no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo01/Coordenada%20por%20Dermeval%20Saviani/Rosa%20Fatima%20de%20Souza%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Nas Cercanias da Memória: Temporalidade, experiência e narração**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2014.

TOLEDO, César de Alencar Arnout de. SKALINSKI JÚNIOR, Oriomar. **A Imprensa Periódica como Fonte para a História da Educação: Teoria e Método**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.48, 2012. (p. 255-268) Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640020> Acesso em: 19 de junho de 2018.

VIÑAO, Antonio. **Sistemas Educativos, Culturas Escolares y Reformas: Continuidades y Cambios**: Madrid: Morata, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares como objeto de pesquisa em história da educação**. Cultura e história da educação: intelectuais, legislação, cultura escolar e imprensa. Organizado por Dalva Carolina Yazbeck e Marlos Bessa Mendes da Rocha. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009. (p.103-116)

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula: Ensaio sobre cultura e prática escolares. Currículo sem Fronteiras**. V.09, nº01, 2009. (p.25-41) Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/2-vidal.pdf> Acesso em: 16 de junho de 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves. CAMARGO, Marilena Jorge Guedes. **A Imprensa Periódica Especializada e a Pesquisa Histórica: Estudos sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.73, nº175, 1992. (p.407-430) Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1218> Acesso em: 19 de junho de 2018.

VIEIRA, Lucas Schuab. **A Imprensa como Fonte para a Pesquisa em História:**

Teoria e Método. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vieira-lucas-2013-imprensa-fonte-pesquisa.pdf> Acesso em: 19 de junho de 2018.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **História dos Intelectuais: Representações, Conceitos e Teorias.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto2.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.

_____. **Inteligentsia e intelectuais sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual.** Revista Brasileira de História da Educação. v.08. n.01, 2008. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38588/20119> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

_____. **Intelectuais e Educação: O discurso sobre a educação na imprensa periódica paranaense na década de 20.** XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005. Disponível em: <https://anais.anpuh.org/?p=18445> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

_____. **Educação e Modernidade no processo formativo de Erasmo Pilotto.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo06/Coordenada%20por%20Carlos%20Eduardo%20Vieira/Carlos%20Eduardo%20Vieira%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

_____. **Intelectuais e Educação.** Pensar a Educação em Revista, Curitiba/Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2015 (p. 3-21). Disponível em: http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2017/04/vol_1_no_1_Carlos_Eduardo_Vieira.pdf Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

VIDAL, Valdevania Freitas dos. **O Uso dos Impressos Como Fonte e Objeto de Investigação Para Estudos em História da Educação.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/336.pdf> Acesso em: 18 de junho de 2018.

WARDE, Mirian Jorge. **Periodismo Educacional: Estados Unidos do Século 19 às Primeiras Décadas do Século XX.** Hist. Educ. [Online] Porto Alegre v. 20 n. 48, 2016 (p. 95-120) Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5297902> Acesso em: 19 de junho de 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. BRITTO, Lenir Marina Trindade. COLAU, Cinthia Merlo. **Espaço Escolar e História das Instituições escolares.** Diálogo Educ. Curitiba, 2007. (p.147-163). Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/dialogo?dd1=1579&dd2=1078&dd3...pdf Acesso em: 16 de junho de 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **História das Instituições Escolares: Responsabilidade do Gestor Escolar.** Cadernos de História da Educação - nº.3, 2004. (p.109-112) Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/369> Acesso em: 19 de junho de 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. **O Rádio e a educação rural no Rio Grande do Sul (1940-1960)**. Revista História da Educação - RHE Porto Alegre v. 15 n. 35, 2011. (p. 127-154). Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/22198> Acesso em: 19 de junho de 2018.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. BRITTO, Lenir Marina Trindade. NIENOV, Gisele. **Escola Normal Rural e seu impresso estudantil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 45, 2007. (p. 81-105) Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982007000100005&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 19 de junho de 2019.

XAVIER, Wilson José Félix. **As práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé: Memórias de uma luta no interior da Paraíba (1958-1964)**. Tese de Doutorado. Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

ZOTI, João Carlos. **História e Instituição Escolar: “Grupo Escolar Moura Andrade” (1958-1970)**. VII Congresso Internacional de História, 2015. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1514.pdf> Acesso em: 20 de junho de 2018.